



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

RITA ZANOTTO

**SOBERANIA ALIMENTAR COMO CONSTRUÇÃO CONTRA-
HEGEMÔNICA DA VIA CAMPESINA:
EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NA BOLÍVIA**

SÃO PAULO 2017

RITA ZANOTTO

**SOBERANIA ALIMENTAR COMO CONSTRUÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DA
VIA CAMPESINA: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NA BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

São Paulo 2017

Zanotto, Rita.

Z33 Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina : experiências no Brasil e na Bolívia / Rita Zanotto. – São Paulo, 2017.

185 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Soberania alimentar. 4. Política alimentar – Brasil. 5. Política alimentar – Bolívia. 6. Via Campesina (Organização). I. Título.

CDD 338.198

RITA ZANOTTO

**SOBERANIA ALIMENTAR COMO CONSTRUÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DA
VIA CAMPESINA: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NA BOLÍVIA**

Dissertação apresentada e aprovada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

BANCA EXAMINADORA

Titulares:

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes UNESP

Prof.^a Dra. Maria Rita Marques Oliveira – UNESP

Dr. Peter Rosset – Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR), México

Suplentes:

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano – UNESP

Prof.^a Dra. Monica Schiavinato – UNESP

Data da Defesa e aprovação do trabalho– 26 de junho de 2017

São Paulo, junho de 2017.

Dedico este trabalho às camponesas e camponeses, indígenas, quilombolas, pescadoras e pescadores, Sem Terras, articuladas em tantas organizações pelo mundo, onde constroem uma Via Campesina em luta, em constante movimento, que defendem e lutam por seus territórios.

Dedico à persistência e resistência camponesa, sabedora de seu papel de gerar alimentos e por isto semear, regar e colher com qualidade, diversidade e na quantidade necessária para alimentar a si, ao seu entorno, e ao mundo.

Dedico à minha família Sem Terra, do MST, onde aprendo a cada dia os valores do estudo, do coletivo, da solidariedade, do internacionalismo.

Dedico a quem constrói conhecimento, no campo e na universidade, na partilha de seu saber para construir uma sociedade Soberana, livre, autônoma, construída em cada povo, em cada comunidade.

Dedico a quem permanece em luta constante, sem adormecer, sem relaxar, sem deixar o tempo fazer, mas fazendo coletivamente. “Quem sabe faz a Hora, não espera acontecer”.

Dedico à Via Campesina, por suas iniciativas na construção da Soberania Alimentar com os camponeses e camponesas na América Latina e no mundo.

Dedico a meu filho, gerado no desejo de um mundo com mais justiça, gerado com o amor incondicional de uma mãe/pai, numa convivência de respeito e diálogo.

Figura 1 – Mística VI Conferência de LVC, Jakarta.



Foto de: Viviana Rojas Flores. VI conferência de LVC, Jakarta, 2013

Persequimos o sonho da UTOPIA, de ver a esperança brilhar e o povo cantar.

*Quando o dia da paz renascer, quando o sol da esperança brilha,
eu vou cantar!*

*Quando o povo nas ruas sorrir e a roseira de novo florir,
eu vou cantar!*

*Quando as cercas caírem no chão, quando as mesas se encherem de pão,
eu vou cantar!*

*Quando os muros que cercam os jardins, destruídos, então os jasmims,
vão perfumar!*

***Vai ser tão bonito se ouvir a canção, cantada, de novo,
no olhar do homem a certeza do irmão: reinado do povo.***

*Quando as armas da destruição, destruídas em casa nação,
eu vou sonhar!*

*E o decreto que encerra a opressão, assinado só no coração,
vai triunfar!*

*Quando a voz da verdade se ouvir, e a mentira não mais existir,
será enfim,
tempo novo de eterna justiça, sem mais ódio, sem sangue ou cobiça,
vai ser assim!*

Autoria – Zé Vicente

RESUMO

A gravidade do problema alimentar no mundo mantém em constante alerta movimentos camponeses, movimentos em defesa da alimentação saudável, instituições multilaterais e governos. Sua raiz está no desenvolvimento capitalista que, através do agronegócio, determina as políticas agrícolas para o monocultivo e exportação, transformando alimentos em *commodities e a agricultura em negócio*. Este modelo do capitalismo agrário desterritorializa o campesinato que é quem produz para a soberania alimentar. Isto tem gerado fome, miséria, migração, degradação do meio ambiente, perda da cultura e da história dos povos e o desaparecimento de muitas culturas alimentares e da própria vida camponesa. Diante de tal gravidade, a soberania alimentar aparece em escala global como construção contra hegemônica proposta pelos movimentos camponeses e outras organizações sociais, especialmente a Via Campesina, contra as políticas impostas pelo agronegócio. A soberania alimentar é fundamental para assegurar a produção de alimentos, por meio da agroecologia, para alimentar o mundo. Este trabalho procurou aprofundar o processo de construção da soberania alimentar desde os movimentos sociais e desde as instituições de governo na construção de políticas públicas no Brasil e Bolívia. Esta é nossa contribuição nesta construção contra hegemônica a partir das lutas das camponesas e dos camponeses.

Palavras-chave: Soberania Alimentar, agronegócio, campesinato, Via Campesina, agroecologia

ABSTRACT

The seriousness of the world's food problem keeps peasant movements, advocacy movements, multilateral institutions and governments in constant alert. Its root lies in the capitalist development that, through agribusiness, determines agricultural policies for monoculture and export, turning food into commodities and agriculture into business. This model of agrarian capitalism deterritorializes the peasantry that produces food sovereignty. This has led to famine, poverty, migration, degradation of the environment, loss of the culture and history of peoples and the disappearance of many food cultures and peasant life itself. Faced with such seriousness, food sovereignty appears on a global scale as a counter-hegemonic construction proposed by peasant movements and other social organizations, especially Via Campesina, against the policies imposed by agribusiness. Food sovereignty is fundamental to ensuring food production, through agroecology, to feed the world. This work sought to deepen the process of building food sovereignty from the social movements and from the institutions of government in the construction of public policies in Brazil and Bolivia. This is our contribution in this counter-hegemonic construction from the peasant struggles.

Keywords: Food Sovereignty, agribusiness, peasantry, Via Campesina, agroecology

RESUMEN

La gravedad del problema alimentario en el mundo mantiene en alerta constante movimientos campesinos. Movimientos en defensa de la alimentación saludable, instituciones multilaterales y gobiernos. Sus raíces están en el desarrollo capitalista que, a través del agronegocio determina las políticas agrícolas hacia los monocultivos y la exportación, transformando los alimentos en commodities y agricultura en negocios. Este modelo de capitalismo agrario desterritorializa al campesinado quien es el que produce para la Soberanía Alimentaria. Todo esto ha generado hambre, miseria, migración, degradación del medio ambiente, pérdida de la cultura y de la historia de los pueblos y la desaparición de muchas culturas alimentarias y de la propia vida campesina. Ante tal gravedad, la soberanía alimentaria aparece en escala global como una construcción contra hegemónica propuesta por los movimientos campesinos y otras organizaciones sociales, especialmente Vía Campesina, contra las políticas impuestas por el agronegocio. La soberanía alimentaria es fundamental para asegurar la producción de alimentos, por medio la agroecología, para alimentar el mundo. Este trabajo intenta profundizar el proceso de construcción de la soberanía alimentaria desde los movimientos sociales y desde las instituciones gubernamentales en el desarrollo de políticas públicas, especialmente en Brasil y Bolivia. Esta es nuestra contribución en la construcción contra hegemónica a partir de las luchas de las campesinas y de los campesinos.

Palabras clave: la soberanía alimentaria, agroindustria, campesinato, la Vía Campesina, agroecología

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mística VI Conferencia de LVC, Jakarta.....	18
Figura 2: Cartaz da jornada de ação do 16 de outubro de 2016 - LVC.....	17
Figura 3- Sem Terras no Estado do Paraná.....	20
Figura 4- Paradigmas da questão agrária e do capitalismo Agrário.....	34
Figura 5- Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial.....	40
Figura 6- Modelos de produção.....	48
Figura 7 – Cartaz soberania alimentar.....	51
Figura 8 - Forum Nyéléni de Soberania Alimentar, Mali 2007.....	76
Figura 9 – Produtos da Reforma Agrária, Mística.....	86
Figura 10 – Mudanças da estrutura fundiária por classe de área.....	88
Figura 11 Dados de produção camponesa e do agronegócio.....	91
Figura 12- Evolução do PRONAF- 2014.....	98
Figura 13- Número de famílias assentadas de 1995 a 2014.....	107
Figura 14 - Proposta orçamento governo Temer 2017.....	109
Figura 15 - Modalidades do PAA.....	117
Figura 16 - Produção - consumo - programa camponês.....	120
Figura 17 - Wipala, símbolo da unidade, da organização e da recipricidade andina.....	125
Figura 18- Estudo da vulnerabilidade alimentar na Bolívia.....	127
Figura 19 - Terras baixas na Bolívia.....	129
Figura 20 - Camponesas ao largo das ruas nascidade de El Alto, Bolívia.....	141
Figura 21- Leis de apoio a soberania alimentar e nutricional, Bolívia.....	146
Figura 22- Quadro de programas com vistas a soberania e segurança alimentar e nutricional.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AL	América Latina
AS-PTA	Associação de Agricultura Familiar e Agroecologia
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CLOC	Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
COP	Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas
ENERA	Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GRAIN	É uma ONG que trabalha temas de clima, biodiversidade
IALA	Instituto de Agroecologia Latino Americano
IFAD -	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
IIRSA	Iniciativa para a Infraestrutura Regional
MAPA	Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento
MAS	Movimento ao Socialismo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comercio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Programa Mundial de Alimentos
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
VC ou LVC	Via Campesina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O AGRONEGÓCIO CONTRA A SOBERANIA ALIMENTAR.....	17
2.1 O paradigma do capitalismo agrário.....	20
2.2 O modelo do agronegócio.....	24
2.3 O paradigma da questão agrária.....	33
2.4 O modelo do Campesinato.....	36
2.5 Territórios em transformação e em disputas.....	41
3 A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR.....	51
3.1 A Segurança Alimentar para os povos.....	54
3.2 A construção da soberania alimentar desde os povos - Via Campesina.....	63
3.3 Soberania Alimentar: um processo socioterritorial de luta e resistência.....	70
3.4 A agroecologia como parte da soberania alimentar.....	78
4 A SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL.....	86
4.1 A construção da soberania alimentar no Brasil.....	87
4.2 Políticas públicas para a soberania alimentar no Brasil.....	93
4.2.1 Programa Fome Zero e Brasil Sem Miséria.....	101
4.2.2 O PAA e o PNAE, na construção da soberania alimentar.....	104
4.2.2.1 O PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	109
4.2.2.2 O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.....	112
4.3 O Plano Camponês e os movimentos socioterritoriais.....	117
4.3.1 O Programa Camponês e os Movimentos Socioterritoriais.....	121
5 SOBERANIA ALIMENTAR NA BOLÍVIA.....	125
5.1 A Construção da soberania alimentar na Bolívia.....	129
5.2 Políticas públicas de soberania alimentar na Bolívia.....	141
5.3 Programas e leis de soberania alimentar e o caminho a 2025.....	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERENCIAS.....	154
APÊNDICE–.....	167
I- Soberania Alimentar, um futuro sem fome.....	167
II- Entrevistas.....	170

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é aprofundar o tema da soberania alimentar e sua construção desde quem a promove, desde que a faz, desde os movimentos sociais, especialmente desde a Via Campesina, que já em seu surgimento se coloca como desafio a defesa do campesinato, da agricultura familiar para produzir alimentos de forma a construir soberanias. Alimentos livres de transgênicos, livres de agrotóxicos, na perspectiva da agroecologia que é o sustentáculo da soberania alimentar. Por isto Via Campesina nasce a quase 25 anos, na luta contra as transnacionais que se ingerem nos países, que não tem fronteira para impor normas internacionais, destruindo soberanias nacionais.

Nossa motivação vem desde o berço, desde a família que nascemos e que criou muitos filhos e netos, somente em uma colônia (25 hectares), como são conhecidas as propriedades camponesas onde nascemos no sul do país e que produzia toda alimentação necessária, dependendo minimamente do supermercado. Mas em menos de 30 anos depende quase que totalmente para toda alimentação das prateleiras de supermercados, porque entregaram a soberania aos mandos sem fronteiras de empresas que limitaram a então propriedade familiar a produção de suínos e leite, com mais de 500 porcos confinados e vacas que só por horas ficam no pasto se alimentando e que comem ração trazida pela empresa que recolhe o leite. Nossa forte motivação ao estudo vem da necessidade que desde o camponês, o agricultor existe de acesso ao conhecimento, mesmo com a dificuldade histórica destes escrever, sistematizar suas próprias experiências. Há que reconhecer que os movimentos camponeses no Brasil construíram um processo de educação do campo que possibilitou a muitos terem acesso ao estudo, à universidade.

Desde 1996 Via Campesina Internacional vem pautando este tema em suas bases e nas instâncias de governo, especialmente na FAO. Desde que Via Campesina surgiu no cenário internacional, discute internamente em suas conferências internacionais, nas organizações de base, como garantir que haja uma transformação na forma de produzir e consumir alimentos e como formar processos de construção da soberania alimentar que contribuam na construção de um projeto contra hegemônico, desde os povos. Soberania na preservação e multiplicação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, promovendo agroecologia junto aos agricultores e camponeses no mundo tendo em vista a saúde humana e da própria natureza, da Mãe Terra, que segundo Bolívia é também

um ser vivo.

A pesquisa trouxe, em meio a tanta especulação no combate à fome no mundo, as contradições desta construção no estudo de políticas públicas de promoção de segurança e soberania alimentar. Políticas públicas que não são somente responsabilidade do Estado, mas que os movimentos também as constroem desde suas lutas por direitos. Esta deve ser uma preocupação dos Estados que são os gestores da vida pública e dos movimentos, das organizações sociais no campo e na cidade, de quem produz e quem consome.

Nosso interesse particular se dá especialmente por ser parte desta grande articulação de movimentos e organizações camponesas que é a Via Campesina e especialmente por ser parte de uma de suas organizações de base e fundadora que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, o MST. Instigou nossa sede de conhecimento sobre o tema, e especialmente em responder o que é a Soberania e o que é a Segurança Alimentar e o que as sustentam.

Motivação também encontramos quando nos damos conta de que, a tão pouco tempo, talvez uns 30 anos, o campesinato produzia exatamente tudo de que necessitava para sobreviver em termos de alimentação. Hoje, no entanto, o mesmo agricultor tem sua alimentação degradada, com a entrada do capitalismo sem pátria, sem fronteiras e sem escrúpulos e degradante por sua própria natureza, e muitos agricultores de então passam a ser quase mão de obra do capital tendo sua soberania danificada e comprometida, em nome de produzir para a segurança alimentar, não mais de sua família e de seu entorno. Por isto este estudo instigante para entender qual a diferença e qual o processo necessário para reconstruir soberanias e até mesmo voltar às raízes.

Neste estudo analisamos os esforços internacionais da Via Campesina na construção da soberania alimentar e aprofundamos o processo de construção nas práxis, do conceito e da aplicação prática nas políticas públicas no Brasil e na Bolívia, países que segundo o relatório de FAO, saíram do mapa da fome. Analisar as contribuições, contradições, o discurso e a prática dos Estados e suas resistências enfrentando ao lobby do agronegócio e a luta dos movimentos em construir políticas públicas de soberania alimentar. Já poderíamos dizer em um resumo, de que Bolívia legisla com diversas leis pela soberania com segurança alimentar, mas que tem muito discurso, muita politização e muitas intenções, sem programas que levem o tema à base, garantindo a quem produz condições de produzir e fazer chegar na mesa do consumidor. Já o Brasil tem mais políticas públicas voltadas a construir soberania

alimentar, ao menos em um período anterior ao do “golpe”, mas que não reconhece a soberania alimentar como uma proposta de Estado possível e legisla sob a ótica da segurança alimentar e isto tem consequências políticas de não comprometimento com o que se produz, como se produz e se consome, desde que o povo tenha o que comer.

A metodologia deste trabalho compõe a revisão bibliografia, pesquisa documental, análise de documentos e legislações dos instrumentos de governo para o planejamento de políticas públicas, entrevistas e documentos dos movimentos camponeses e seus dirigentes. Quanto às pessoas entrevistadas, elegemos dirigentes dos movimentos camponeses no Brasil e na Bolívia que tem discussões aproximadas ao tema. Especialmente no Brasil, por termos mais relação pessoal com os mesmos, elegemos dirigentes que sistematizam e que trabalham com agroecologia, com mercado, com a formação política sobre o tema do estudo e que fazem parte de grupos organizados e envolvimento com o PAA e PNAE entre outros. Tomamos o cuidado de ouvir dirigentes mulheres e homens, dentro de uma linha política que a própria Via Campesina vem construindo ao nível internacional, da construção de igualdade e paridade de gênero. De igual forma buscamos ler, conhecer e referenciar as construções desde os organismos responsáveis pela alimentação no mundo em especial a FAO e as nações unidas que tem realizado processos internacionais relevantes com os governos e em diálogo com a sociedade civil.

Fazemos questão de colocar no primeiro anexo desta dissertação o primeiro documento que Via Campesina entrega a FAO em 1996, por ter um peso histórico considerável e por ter nos dias de hoje uma atualidade e profundidade que continua nos desafiando na luta permanente por construir soberania alimentar com a fundamentação necessária não levada a sério até hoje por FAO e seus governos, que não se desafiam a tomar o lado dos camponeses e agricultores no mundo, responsáveis pela comida na mesa, segundo pesquisas apresentadas nesta dissertação e em muitos outros trabalhos que não comportam o espaço deste trabalho. A agricultura familiar camponesa precisa seguir fazendo propostas, buscando alternativas, encontrando e propondo saídas. É disto que deveriam se alimentar os Estados quando pensam em garantir a seu povo a não dependência e a própria segurança alimentar, garantida somente quando construir verdadeira Soberania.

Organizamos esta dissertação em quatro capítulos, que trazem debates conceituais, teóricos, informações e também a posição dos movimentos socioterritoriais, principais protagonistas desta construção. No capítulo um, fazemos uma reflexão, a partir de debate

paradigmático, discutindo o agronegócio contra a soberania alimentar, aprofundando as características que justificam o agronegócio, que também se diz produtor de alimentos. Mas que alimentos, com que forma de produção, com quais relações de produção, com que apropriação da terra, com que instrumentos, com qual legislação? Também estudamos o modelo de produção da agroecologia, soberania alimentar e da segurança alimentar. Quais as características deste modelo, os pilares que lhes dão sustentação e o alcance da agroecologia para garantir que haja soberania na forma de alimentar, que se saiba o que se come, como se produz os alimentos e o que envolve estes sistemas. Segundo debate da banca de defesa, a agroecologia não é um modelo para a sociedade atual, capitalista, contaminadora, mas é uma proposta que necessita ir sendo implementada para a sociedade atual e futura assumir quando os trabalhadores tomarem o poder, numa sociedade onde se respeite as pessoas e a Mãe Terra, a natureza, o cosmos. Portanto é sim um tema atual porque o futuro é construído a partir do hoje.

No capítulo dois, discutimos a construção do conceito de soberania alimentar desde os movimentos camponeses, especialmente sob a construção da Via Campesina, protagonista e proponente política da soberania alimentar como a solução da alimentação e da fome no mundo. Também valorizamos a construção desde a institucionalidade, isto é, desde FAO, das Nações Unidas e os processos coletivos, nas alianças entre campo e cidade, instituições de pesquisa, universidades. O tema parte do conceito em direção à construção de práticas de soberanias, as quais aprofundamos para avançar contribuindo com a construção do conhecimento.

No capítulo três estudamos a experiência brasileira com soberania e segurança alimentar e nutricional, e como estas políticas têm contribuído para a soberania alimentar, nas instituições públicas, nos programas de governo, nos movimentos socioterritoriais. Ainda aprofundamos o tema agricultura camponesa e familiar, especialmente a proposta do Plano Camponês e as políticas de compras públicas da agricultura familiar.

No capítulo quatro aprofundamos o tema da soberania alimentar na Bolívia, um país que já adota o tema constitucionalmente – soberania alimentar com segurança. Estudamos os desafios deste País, sua cultura organizativa, coletiva, socializada, com uma natureza diversa, com culturas agrícolas das mais diversas do planeta, mas correndo o risco de perder diversidade porque a transgenia já ameaça várias espécies que podemos num futuro breve estudar sua extinção. Aprofundamos Alguns de seus programas sociais e legislação,

suas propostas de implementação legislativa e na prática.

E finalmente uma conclusão, com as reflexões construídas no processo do estudo e na interação com a prática desde os movimentos sociais. Fazemos questão de trazer na conclusão as reflexões da banca de defesa desta dissertação, porque ao final quase tivemos um seminário, que aprofundou os desafios hoje necessários para que, mesmo no sistema capitalista, que precisa ser transformado por um sistema construído pelo e desde o povo, temos que enfrentar o desafio de ir fazendo experiências soberanas de produção e de comercialização, não no sentido capitalista do mercado, mas no sentido de que campo e cidade descubram a forma de que a soberania alimentar perpasse os meandros de todas as ruas, praças, corredores, salas, além de alimentar quem produz. Que campo e cidade se comprometam coletivamente nesta tarefa de uma alimentação saudável e que o fato de se alimentar não esteja cooptado pelos supermercados capitalistas, pelas grandes redes nacionais e mundiais e sim por espaços em que campo e cidade descubram solidariamente como complementarem-se.

2 O AGRONEGÓCIO CONTRA A SOBERANIA ALIMENTAR

Figura 2: Cartaz da jornada de ação do 16 de outubro de 2016 - LVC



Fonte: página de @laviacampesinaOFFICIAL no Facebook

O cartaz acima é a expressão das lutas camponesas no mundo, especialmente da Via Campesina, pela preservação de uma das maiores fontes da alimentação humana, o milho.

Semente privatizada e patenteada pelas grandes empresas das sementes, mas que resiste com ajuda e resistência dos povos, especialmente do campesinato, que sempre busca maneiras para manter a qualidade e a variedade dos grãos. No contexto de implantação das políticas neoliberais, a expansão capitalista no campo passa a ser conhecida como agronegócio, um novo nome a um problema antigo, já que o agronegócio vem do latifúndio que remete imediatamente a concentração, grilagem, monocultivo, espoliação, agrotóxicos. Diz Fernandes que “agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária... e uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura brasileira” (Fernandes, 2005, p. 1) Ainda segundo Fernandes “Este paradigma hegemônico é de voracidade e perversidade avassaladoras, que por sua natureza destrói ou domina as relações não capitalistas, produzindo conflitualidades permanentes” (Idem, p. 1).

Segundo Delgado, o agronegócio vem na ideia de modernização técnica tendo em vista o desenvolvimento e a necessidade de comércio em vista de uma balança comercial sob os auspícios do Estado, de financeirização da agricultura.

Agronegócio, na concepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (Delgado p. 64, in, Stedile 2013)

Este setor do agronegócio, alavancado na crise alimentar mundial de 2008, se utiliza do argumento da necessidade de produzir alimentos para acabar com a fome no mundo, e para isto se utilizam da terra, da água e das florestas para acumular capital e produzir *commodities*, tendo em vista a exportação e não a produção de alimentos para consumo nacional. Mas, quanto mais cresce o agronegócio, mais cresce a fome, mais cresce a falta de alimentos, significando que o agronegócio não alimenta o mundo como defendem seus defensores. O Brasil é um dos grandes exportadores agrícolas, porém saiu do mapa da fome pelos esforços de uma sociedade com um campesinato organizado e coerente com a construção de políticas públicas que possibilitaram acesso da população a recursos para produção, tendo em vista o mercado interno.

Na construção dialética da sociedade que se mobiliza, se levantam os movimentos populares no Brasil e no mundo, em especial os ligados à Via Campesina e reivindicam a soberania alimentar em oposição dos que defendem o agronegócio. Defendemos a Soberania Alimentar que traz a necessidade de transformações estruturais como a reforma agrária, a produção com diversidade sob os princípios da agroecologia, preservação da biodiversidade,

acreditando que este espaço seja de vida, com camponeses, com pessoas e não somente com máquinas, ainda que necessárias.

Na declaração final do Fórum Mundial sobre soberania alimentar: “Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria”, realizado em Cuba em setembro de 2001, a Via Campesina assinou um documento com organizações e movimentos de diversas partes do mundo, argumentando que a fome é fruto de decisões dos governos. Diz o documento:

El hambre, la desnutrición y la exclusión de millones de personas al acceso a bienes y recursos productivos tales como la tierra, el bosque, el mar, el agua, las semillas, la tecnología y el conocimiento, no son efecto de la fatalidad, de un accidente, de un problema de la geografía o de los fenómenos climatológicos. Ante todo son una consecuencia de determinadas políticas económicas, agrícolas y comerciales a escala mundial, regional y nacional que han sido impuestas por los poderes de los países desarrollados y sus corporaciones en su afán de mantener y acrecentar su hegemonía política, económica, cultural y militar en el actual proceso de reestructuración económica global. (Declaración de Habana, 2001, p. 2)

Diante de tais constatações das causas da fome afirmam em Habana que “los alimentos no son una mercancía más y que el sistema alimentario no puede ser tratado con la única lógica del mercado.” (Idem, p. 2). Nesta leitura, compartilhada pelas organizações e movimentos populares no mundo há necessidade de lutas e organização para a construção da soberania alimentar em cada rincão do mundo.

A Ideia de que a produção agropecuária tem que servir ao mercado é difundida pelas transnacionais e pelo mercado de agroquímicos, para manter o sistema alimentar sob seu controle. Rosset diz que isto mantém um círculo vicioso de dependência que só gera fome e, portanto, a noção de soberania alimentar é uma questão de segurança nacional.

A noção de soberania alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como armada imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído de significado real. (Rosset, 2006, p. 319)

Soberania e segurança alimentar são duas visões que não têm a mesma direção e o mesmo fim, nem os mesmos protagonistas. São dois paradigmas distintos e contraditórios. E este estudo analisa a construção da soberania alimentar desde os movimentos camponeses e seus aliados, para contrapor as alternativas dos que fazem negócio com a alimentação e colocam em risco a soberania nacional. O trabalho pretende uma leitura do capitalismo agrário que sustenta o agronegócio e uma leitura da questão agrária, camponesa, que tem em

vista as lutas dos movimentos e organizações para construir países soberanos e livres.

Figura 3- Sem Terras no Estado do Paraná



. Fonte: Danielson Postiguer, MST Paraná, 2013. Página MídiaSemTerra

2.1 O paradigma do capitalismo agrário

Para compreender os conflitos entre campesinato e agronegócio é importante refletir a partir dos fatos diários que vivenciamos, e que possibilita diversas formas de entender as realidades amparadas na história e na ciência, construídas desde os povos organizados em suas lutas contra o capitalismo, que nos destrói todos os dias. O tema desta pesquisa de como alimentar o mundo pode ser lido desde distintos matizes. A foto acima é a expressão desta conflitualidade causada pela concentração fundiária e da resistência campesina, da disputa paradigmática por terra, território e modelos de desenvolvimento, especialmente desde os Sem Terras no Brasil que se organizam e alçam suas ferramentas no MST.

O campesinato é constituído em um modelo de desenvolvimento que a Via Campesina em seus documentos e conferências defende por meio de seu papel histórico de resistência e luta pela vida dos camponeses, principalmente pela capacidade de alimentar suas comunidades e seu povo, através do processo de produção orgânica e agroecológica que mantém a existência do campesinato e a produção de alimentos para o mundo. Em suas palavras, a Via Campesina afirma:

Nosotros y nosotras somos la gente de la tierra, quienes producimos alimentos para el mundo. Tenemos el derecho de seguir siendo campesinos y campesinas y la responsabilidad de continuar alimentando a nuestros pueblos. Cuidamos las

semillas, que son la vida y pensamos que el acto de producir alimentos es un acto de amor. La humanidad necesita de nuestra presencia, nos negamos a desaparecer. (Carta de Maputo - 2008, em Maputo p. 1)

O agronegócio é constituído em outro modelo de desenvolvimento, por exemplo, a voz dos capitalistas do agro, aqui representada por Katia Abreu, ao tomar posse do ministério de Agricultura, em 2015, reforçou o papel do agronegócio exportador de matérias-primas agrícolas, da expropriação dos territórios de indígenas, camponeses, quilombolas, do desmatamento em vista de um mercado sempre maior. Mesmo assim, este ministério que só defende a grande agricultura tem o objetivo de produzir mais para exportar mais.

Temos um imenso mercado lá fora e nossas agroindústrias precisam estar preparadas, e totalmente liberadas, para exportar para esse grande mercado consumidor, seja de carnes, quer sejam outros produtos, como café, leite. A obrigação do Ministério da Agricultura é viabilizar, dar condições para que todas as empresas possam estar aptas para exportar. (Krakovics, 2015, p. 1)

Na mesma linha da ministra, em entrevista a Zero Hora, em julho de 2016, durante o período de afastamento da presidenta Dilma e do período interino do vice-presidente Michel Temer, o então ministro da agricultura Blairo Maggi, também latifundiário, conhecido como rei da soja, igualmente partidário de que o mercado é quem regula os preços diz que,

Quem deve fazer essa regulação é o próprio mercado. O governo vai entrar em determinados momentos, quando os preços estiverem bem baixos, fazendo estoque regulador... O mercado se regula. O Estado deve apenas ser um balizador e criar as condições para que isso aconteça. (COLUSSI, 2016 p. 1)

Maggi também se posiciona sobre as disputas paradigmáticas e diz que separar campeonatos do agronegócio é um problema ideológico. Para ele a agricultura familiar e a empresarial tem o mesmo fim, porém está claro que as políticas são diferentes. Em sua visão não há conflito, basta ter boa vontade de trabalhar.

Quando vamos nos alimentar não perguntamos de onde veio a soja, quem fez o presunto ou a soja e o milho que alimentam os frangos. Se é do pequeno, médio ou grande produtor, a população quer se alimentar com preços competitivos. Na ponta, todos os agricultores são iguais. Agora, as políticas são diferentes. É uma questão de competitividade. (Idem, p. 1)

Rosset, em um artigo sobre a crise alimentar no mundo, destaca as propostas da Via Campesina para superar a crise alimentar. A resposta está em cada país de buscar a solução através da soberania alimentar. Diferente do que disseram os ministros do latifúndio e do agronegócio, a regulação do mercado está subordinada à regulação do Estado e não ao contrário. É preciso construir processos duradouros que o mercado não garante. “Chegou a vez da Via Campesina e da soberania alimentar. Não há mais remédios para alimentar o mundo e é exigido de todos e de todas que nos mobilizemos em massa para garantir as

mudanças necessárias de políticas públicas em escala nacional e internacional”. Rosset completa dizendo que “são os setores camponeses e da agricultura familiar que alimentam os povos do mundo” (Rosset, 2008, p. 1)

Houtart, filósofo intermundista, como ele mesmo se define, ao falar do papel da Via Campesina, faz uma análise do momento mundial e diz que “El momento és de crises profundas. É un momento de definir las metas de transición de un sistema a un nuevo paradigma de vida y no de muerte... El papel de Vía Campesina es central, hoy es un movimiento más dinámico y radical al nivel internacional y talvez sea quien entienda mejor lo que está pasando en La realidad”. (François Houtart entrevista a La Via Campesina TV, em 02.25 min., junho 2016).

Segundo Fernandes, no paradigma do capitalismo agrário, a agricultura capitalista, “na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento”. (Fernandes, in Stedile 2004, p. 179). Este mesmo capitalismo, que faz aumentar o conflito, desterritorializando camponeses e destruindo a cultura camponesa, territorializa-se através de uma agricultura industrializada e orientada para a agroexportação. Este processo produz a conflitualidade entre diferentes modelos de desenvolvimento: capitalista e camponês. “De um lado, a apologia ao agronegócio. De outro, a criminalização da luta pela terra... O capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação deste” (Idem, p. 180).

Em sua contradição, o capitalismo vai se recriando e impulsionando destruições de forma seletiva e conforme as forças construídas pelo modelo de sociedade dominante. E em suas leituras, os movimentos socioterritoriais trabalham na perspectiva de classe. Em seu programa agrário o MST em 2014 ressalta que:

No modelo do agronegócio está contemplada uma parceria ideológica de classe entre os grandes proprietários da terra e os empresários dos meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem a defesa e a propaganda permanente das empresas capitalistas no campo como único projeto possível, moderno e insubstituível... E há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico. (Programa Agrário MST, 2013, p. 15)

Na construção de seu modelo, o agronegócio disfarça suas características sem alterar a questão estrutural. Segundo Fernandes este “vai ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias” (Fernandes, 2013, in Stedile, p.

216) Seguindo este raciocínio, fica evidente que o modelo do agronegócio constrói seu paradigma para tentar convencer a sociedade que é o único produtor de alimentos. O exemplo a seguir, ainda de Fernandes, traz a relação que é combatida pelos movimentos, numa conflitualidade permanente e necessária, para alterar a correlação de forças e para defender, como Via Campesina, que são os camponeses quem alimentam o mundo e não o agronegócio. Nas reflexões de Fernandes:

Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. (Idem, p. 216)

Esta conflitualidade territorial permanente entre o agronegócio que concentra terra e produz commodities, e por outro lado o campesinato que luta por terra e território para viver e produzir alimentos, é o que marca a diferença e a luta contínua de dois projetos que dividem a sociedade em quem produz alimentos e os que dizem produzir alimentos, mas produzem commodities. Portanto, a disputa territorial não pode ser explicada somente por quem luta pela terra, mas também na luta por modelos diversos e que alimentam o mundo, na comunidade, na região nas proximidades.

A produção da conflitualidade entre capitalistas e campesinato, segundo Carvalho, vem de “duas concepções de mundo inteiramente distintas e antagônicas”, reproduzidas por governos e a classe dominante que desprezam o campesinato como um elemento fundante de suas posições no mundo.

Neste contexto histórico as desigualdades sociais no campo tendem a crescer, sobretudo porque a articulação entre governos e as classes dominantes convertem a vida do campo em apenas um negócio que cresce e deslumbra os olhares cobiçosos e desumanizastes da burguesia mundial (Carvalho, 2013, p. 33)

Ainda segundo Carvalho, a desnacionalização do agrário com apoio e incentivo das empresas transnacionais de insumos, “colocou o País numa dependência de uma economia globalizada e absolutamente predatória. Para tanto, as classes dominantes e os governos já abdicaram da soberania alimentar e da nacional”, (Idem, p. 41), convencidos de que estão promovendo o bem-estar social.

A idolatria ao mercado requer dos Estados a primazia ao direito privado, do agronegócio, das empresas e da classe dominante no campo sobre o direito público.

A discriminação social e o desprezo dos empresários do agronegócio pelos camponeses têm diversos motivos, entre os quais destaco: os resíduos culturais escravagistas das classes dominantes no Brasil, a arrogância política dos empresários do agronegócio e a pobreza monetária da maior parte dos camponeses. A essas qualidades dos dominantes acrescente a indiferença dos governos em relação aos mais pobres do campo (e da cidade). (Idem, p. 41)

A questão atual em que se encontram camponeses, povos indígenas, quilombolas, pescadores, é de resistência ao processo crescente e contínuo de sua exclusão social, com ações coletivas, das quais se mantém firme ao que forçosamente vem fazendo o agronegócio, de querer incluir subalternamente a estes a seus interesses dos grandes grupos e oligopólios nacionais e multinacionais.

2.2 O modelo do agronegócio

A alimentação sempre foi uma das preocupações e um dos objetivos essenciais da humanidade e determinando a organização territorial, a relação com a natureza, a forma de organização para morar, viver e as relações entre mulheres e homens. Porém, o sistema alimentar que o campesinato construiu ao longo da existência da humanidade, e que garantiu nossa existência, está sob controle dos interesses capitalistas, onde o domínio internacional de algumas empresas e especialmente dos Estados Unidos, tem feito os preços dos alimentos flutuarem “tendo por finalidade dominar o mercado agroalimentar do mundo e preservar o poder”, segundo Rubio (2014, p. 126).

Neste processo, pessoas morrem de fome porque não tem acesso a uma alimentação segura, em quantidade e em qualidade necessária, e com isto, uma em cada nove pessoas, em torno de 795 milhões, ainda padecem de fome no mundo. Estes são dados divulgados em maio de 2015 no relatório anual sobre a fome intitulado: “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015”, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) e o Programa Alimentar Mundial (PAM). Neste mesmo relatório, segundo seus estudos, apenas 72 dos 129 países alcançaram a meta do milênio (2000-2015) de reduzir pela metade o número de pessoas que passam fome. O que isto significa num mundo cada vez mais industrializado e cada vez mais com sua economia concentrada e mundializada? Significa que

somos um mundo com mais justiça e igualdade, porque já não morrem mais tantas pessoas com fome? Que humanidade se quer construir nos dias presentes e futuros, quando a tecnologia avança sobre nossa sobrevivência? E podemos perguntar mais: se a alimentação na história da humanidade sempre foi a preocupação principal, qual seria a preocupação atual neste mundo industrializado e informatizado que padronizou o alimento, retirando-o do centro das formas de vida?

Vivemos em sociedades em que se mede a situação social das pessoas e a qual classe pertencem pelo que elas gastam, pelo que elas compram e resolve-se que o bem-estar significa o que se compra, que sua felicidade parece caber em seu cartão de crédito. O fato é que vivemos numa crise estrutural do capitalismo onde suas bases estão ruínas, mas ainda é o que sustenta esta sociedade de consumo. Vivemos hoje um dos momentos das mais profundas crises deste sistema, e como nunca antes na história, como diz Stedile e Carvalho, “Nunca antes na humanidade a produção de alimentos esteve tão concentrada sob controle da mesma matriz de produção” (2010, p. 3). E nunca como nos últimos tempos, após a crise de 2008, as crises têm sido tão financiadas e produzidas desde o império norte americano. Rubio sustenta que “El factor fundamental que provoca el alza de los precios lo constituye el factor especulativo, ligado a la fragilidad del sistema agroalimentario mundial en el contexto de una estrategia de dominio impulsada por Estados Unidos”. (Rubio, 2014, p. 199)

Todavia, a Soberania Alimentar não se compra nas prateleiras das grandes redes de supermercado, e sim se constrói nos territórios camponeses como tática e estratégia, para pensar o desenvolvimento da sociedade em geral. Não se garante alimentação saudável destruindo o meio ambiente e a saúde humana com o consumo e a produção com agrotóxicos e máquinas para produzir mais e mais. Mas os imperialistas, as grandes empresas do agronegócio não têm a menor preocupação com a soberania dos povos. Carvalho e Stedile fazem a reflexão de que,

Vive-se uma situação mundial em que nunca antes o planeta havia produzido tantos alimentos, em função das técnicas agrícolas e da capacidade de beneficiamento e armazenamento, mas mesmo assim, nunca antes tantas pessoas estiveram privadas do acesso a esse direito humano, que fere a sobrevivência da própria espécie. (Stédile e Carvalho, 2010, p. 2)

Hoje, o capital é capaz de utilizar-se das agendas e lutas dos movimentos socioterritoriais, como por exemplo, a agenda permanente da agroecologia para aprofundar-se ainda mais e para explorar cada vez mais. Exemplo disto é ver a notícia na página web <http://www.bdmg.mg.gov.br> e também da página www.portaldoagronegocio.com.br, (2016)

de que “empresa produz adubo orgânico a partir da biomassa”. Com apoio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, para “produzir em larga escala de fertilizantes de alto padrão para a agricultura e o agronegócio” (Idem, p. 1). Ainda na notícia diz que “a principal destinação do produto será a lavoura de soja e milho, podendo atender também a agricultura familiar” (Idem, p. 1). As corporações nacionais e internacionais produzem insumos para recuperação da terra sem químicos, na agenda da agroecologia. Não porque tenham uma opção filosófica pela agroecologia e alimentos saudáveis, mas a agroecologia como opção de futuro por ter rendimentos maiores do que produtos com agrotóxicos. *Commodities* produzidas sem responsabilidade social promovem a concentração de terra e riqueza, e cada vez mais destruindo a Terra. Se produzirmos para alimentar a vida, seriam as *commodities* alimentos, ou mercadorias da desigualdade e da destruição?

Nas reflexões de Leonardo Boff, “a crise do capitalismo é mais do que conjuntural e estrutural. É terminal” (Boff, 2012, p. 1). E que as razões desta crise terminal do capitalismo passam pelo limite do planeta Terra em aceitar tantas inovações capitalistas, que produzem lixo insuportável e passa pela destruição das pessoas, das comunidades e das sociedades em geral. Boff apresenta suas razões:

A primeira é a seguinte: a crise é terminal porque todos nós, mas particularmente, o capitalismo, encostamos nos limites da Terra. Ocupamos, depredando, todo o planeta, desfazendo seu sutil equilíbrio e exaurindo excessivamente seus bens e serviços a ponto de ele não conseguir, sozinho, repor o que lhes foi sequestrado.

A segunda razão está ligada à crise humanitária que o capitalismo está gerando. Antes se restringia aos países periféricos. Hoje é global e atingiu os países centrais. Não se pode resolver a questão econômica desmontando a sociedade. (Idem)

Vandana Shiva (2013), física e ativista ambiental indiana em prol das sementes, diz que “hoje vivemos uma ditadura das *commodities*, onde poucas e grandes corporações controlam toda cadeia produtiva” (p. 10). Diz que “pequenas propriedades produzem 80% dos alimentos. As indústrias produzem *commodities*. Apenas 10% dos grãos de milho e soja são comidos por pessoas; o resto é comido pelos carros, como biocombustíveis, e por animais” (Idem, p. 1).

E Shiva diz mais, “que esta ditadura não é só ditadura, é o fim da vida”. (Idem, p. 1). Mas os grandes proprietários, que impulsionam o agronegócio justificam que produzem para cumprir com as metas estabelecidas pela FAO, de acabar com a fome, mesmo não importando a que preço e em que condições produzem.

De igual forma, Rubio, em seu livro “El Dominio del Hambre” 2014, reflete do

poder que os Estados Unidos, para firmar-se como potência mundial, utilizou-se dos alimentos para fazer a guerra, porque além de “ganhar” economicamente com as armas de guerra, ganhava com a guerra dos alimentos.

Durante la posguerra se construyó el poder alimentario actual de Estados Unidos sobre el mundo. En un cuarto de siglo se erigieron los más finos mecanismos de dominio y sumisión sobre los países del Tercer Mundo y sobre los productores rurales. Los alimentos fueron convertidos en una herramienta de subordinación casi tan efectiva como las armas. (Rubio, 2014. p. 40)

Vivemos sob a hegemonia do agronegócio, que socializa os prejuízos e concentra a riqueza. Eles têm garantidos seguros e podem fundir-se, juntar-se, para não entrar em falência. Falir significaria o fracasso econômico, e o caos deste sistema e o mundo teria que pensar outro sistema que socialize a produção, o produto, o trabalho, os ganhos e as perdas, mas isto não interessa e nem convém à burguesia e ao agronegócio. Por isto toda manobra é possível, inclusive a utilização do poder político em que montam bancadas de autodefesa no Congresso, como o brasileiro tem a mídia a seu favor e a seu serviço. "Há uma forte aliança dos setores conservadores na Câmara. "Há tempos tenho alertado sobre a força dos fundamentalistas" como os apelidou de 'Bancada BBB', da Bíblia, do Boi e da Bala", como diz a Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal. (Martins, 2015, p. 1).

E os que têm direito a proteção social do Estado? Os descartados, os reduzidos a trabalhadores deste sistema? A mais valia é buscada a todo custo, mesmo ao custo de uma sociedade subserviente aos que se supõem os que vão salvar a humanidade da crise e da fome. Esta crise atual é advinda do modo capitalista de organizar a produção, de ocupar a terra e território, que está afetando sensivelmente os recursos naturais, o meio ambiente inclusive com alterações substanciais no clima, marca principal do modelo hegemônico de desenvolvimento. Como adverte a Via Campesina, durante a COP 21 realizada em dezembro de 2015 em Paris, os governos não fizeram propostas e somente estão abrindo as portas para a especulação financeira sobre a natureza, a industrialização da agricultura e a aceleração da concentração de recursos.

En vez de ofrecer una alimentación para satisfacer las necesidades nutritivas de los pueblos, las multinacionales han aumentado el hambre y los problemas de salud alimenticios, al mismo tiempo han agudizado el acaparamiento de tierras, el desplazamiento rural, la tragedia de la migración involuntaria profundizando una crisis climática que ahora quieren resolver con falsas soluciones vendidas a la ONU. En lugar de limitar las emisiones, han creado mercados artificiales y oportunidades para que los grandes contaminadores sigan contaminado y han hecho muy poco para reducir los efectos del trastorno climático. Al defender los intereses del capitalismo por medio de la privatización de la naturaleza, las multinacionales están poniendo en peligro la vida de la gente, de los pequeños agricultores, de los campesinos y de las comunidades indígenas quienes dependen de la naturaleza para su existencia.

(Llamado de LVC COP 21, en septiembre de 2015, p. 1)

Esta crise afeta a milhões de pessoas que vivem nas cidades, em uma política de migração forçada em busca de um mundo mais fácil de viver e de se trabalhar deixando flancos abertos no campo para o domínio do agronegócio e do grande latifúndio deem o tom do modelo produtivo. Este modelo criou cidades insustentáveis, com inchaço populacional, onde a favela foi se tornando um lugar de viver dependente e desvalorizado. Vivemos uma crise do próprio paradigma do capitalismo, gerador de falsas necessidades, de falsos valores fundados no egoísmo, individualismo e no consumismo exagerado de coisas não necessárias.

Portanto está claro que o modelo do agronegócio quer transformar o mundo e as pessoas em consumidores de suas mercadorias. E pessoas são consumidoras, mas acima de tudo são seres humanos que precisam de um ambiente saudável para poder perpetuar-se na história futura da humanidade, ou acontecerá uma mutação da qual os humanos de hoje terão que se adaptar fisicamente à imposição de um sistema que vende alimento e não alimenta, e que mata. A Via Campesina Brasil e Assembleia Popular, em nota nacional em 2008, “queremos produzir alimentos” se manifesta denunciando que:

O atual modelo econômico, baseado no agronegócio e no capital financeiro, quer transformar os alimentos, as sementes e todos os recursos naturais em mercadoria para atender os interesses, o lucro e a ganância das grandes empresas transnacionais. Para isso, esses grupos econômicos se apropriam de terra, águas, minerais e biodiversidade, privatizando o que é de todos. Além disso, desmatam as florestas e deterioram os solos com a monocultura. Também aumentam a exploração dos trabalhadores, precarizam, retiram e desrespeitam os direitos trabalhistas, causam desemprego, pobreza e violência.

Dessa forma, o agronegócio promove a concentração da riqueza nas mãos dos mais ricos, especialmente banqueiros e empresas transnacionais, enquanto aumenta a desigualdade e a pobreza da população. (Nota nacional LVC 2008, p. 1)

Este modelo de agricultura está em crise, mas a atual crise do capitalismo tem impactos mais fortemente no segundo semestre de 2008. E inicia no coração do império os EUA, quando bancos que operavam na venda de créditos de imóveis e carros quebraram, com uma bolha de especulação de crédito bancário. Dizia-se no início que se tratava como as demais, de uma crise cíclica e que atingiria somente o setor financeiro, mas se alastrou a toda economia dos EUA e agora a todos os países do mundo. No entanto, a crise alimentar deste período, é fruto de uma nova etapa do capitalismo mundial e em especial no setor agropecuário, como reflete Blanca Rubio, “Se trata de la fase de transición entre dos modelos de acumulación, así como la crisis de hegemonía en Estados Unidos.” (Rubio, 2014, p. 149).

É importante esta leitura, porque o agronegócio nos faz entender que existe falta de

produção, por isto eles são a salvação, mas o problema é invisível e muito mais complexo e profundo. Às vezes muitos governos e a própria FAO não deixam clara esta visão, protegendo as próprias estratégias dos Estados Unidos, que se pretendem os donos política e economicamente no mundo. Seguimos com as reflexões de Rubio quando reflete sobre as crises capitalistas e alimentares de 2003-2012.

Este período se profundizó el proceso de financiarización como un mecanismo para superar los procesos de sobre-acumulación y sobreproducción no resueltos, hecho que convirtió a las materias primas en objetos de especulación: el petróleo y los alimentos encarnaron los efectos refugio frente al declive de las ganancias financieras, proceso que trajo consigo un periodo de alza estructural de sus precios, así como la emergencia del hambre y la pobreza alimentaria más agudas en la etapa reciente. (Idem, p. 149)

As commodities são uma estratégia americana que criou o agronegócio e territorializou este modelo para o mundo. O desaparecimento dos camponeses que subsistiam de sua própria produção e agora são compradores de toda espécie de produtos básicos também são uma estratégia.

En el ámbito agroalimentario, la conversión de los alimentos en commodities colocó a la agricultura como una rama estratégica en el ámbito mundial, AL tiempo que transformo el dominio de las grandes empresas agroalimentarias, ahora centrado en la revalorización de los productos y en la apropiación y concentración de los recursos naturales de las comunidades campesinas e indígenas.

Los alimentos se han convertido en una de las armas fundamentales de Estados Unidos para recuperar su posición dominante en el tablero mundial, al tiempo que constituyen una estrategia temporal para recuperar el control sobre el petróleo através del impulso de los agrocombustibles. (Idem, p. 150)

E como bem o diz Ariovaldo de Oliveira “A crise que a agricultura está envolvida não é, portanto, uma crise exclusiva da agricultura e da produção de alimentos e sim, transbordamento e manifestação da crise mundial do capitalismo” (2008, p. 1). Segundo ele, é fundamental entender a crise para não pensarmos que há crise no setor de alimentação.

A partir da compreensão do capitalismo monopolista mundializado e desta concepção de território que procura compreender a essência da organização do capital na agricultura. ... A produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial tornou-se o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos. Isto quer dizer que se produz para quem tem poder de compra esteja ele onde estiver no mundo. Ou seja, a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do estado nacional onde ele é produzido. (Oliveira, 2008, p. 6)

Segundo a leitura de Fernandes (2014) grande parte da produção camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio e aí se intensifica as desigualdades sendo que

Esses processos intensificam as desigualdades comandadas pela reprodução ampliada do capital, que centraliza territórios e tecnologias, portanto, intensifica a

concentração de riquezas. Além disto, geram a barbárie com a espoliação territorial, em que as pessoas são excluídas de todas as formas de autonomia e são subjugadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. (Fernandes 2014, p. 38)

François Houtart afirma que a crise tem hoje um efeito muito mais global do que na década de 1929-1930, pelas próprias dimensões hoje da comunicação. Diz por exemplo que a “crise alimentar é também estrutural, e não somente conjuntural, porque precisamente afeta toda a maneira de fazer agricultura” (Houtart, 2012, p. 1) e com consequências terríveis como “a concentração de terras, que gera uma contra reforma agrária mundial e o desenvolvimento de monocultivos, com todas as consequências ecológicas de destruição de ambiente e também de destruição humana” e exemplifica com a “exclusão dos camponeses de suas terras” (Idem, p.38).

Mas a crise financeira e alimentar é regida pela lógica do próprio capitalismo, que torna o capital financeiro o motor da economia, e a mercadoria seu motivo de especular sobre os povos. O alimento nesta crise entra como um dos principais instrumentos de troca de mercado, onde as grandes empresas transnacionais agroalimentares sempre saem como as beneficiárias. Por isto os movimentos camponeses dizem que alimento não é mercadoria. E como diz Rosângela Cordeiro, dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, MMC, entrevistada nº 3, “um País que depende do mercado, depende de fora, depende enquanto País, enquanto nação e não tem soberania”. Alimento não é mercadoria porque não se negocia quando o tema é a sobrevivência, mas isto parece ser somente um ditado popular, já que o mercado e os interesses são os que ditam as regras com a subserviência dos governos. Ainda assim, os povos resistem e constroem espaços e territórios dos povos, com o são por exemplo, os assentamentos do MST.

A crise ambiental do modelo do agronegócio onde o capitalismo imprime um ritmo de degradação da natureza nunca antes visto, leva ao esgotamento de parte dos recursos naturais do planeta. Os sinais desta crise ambiental estão no aquecimento global, na falta de água potável em muitas regiões do planeta, nas alterações climáticas, no degelo dos polos e nos altos índices de poluição das cidades. Como nos diz GRAIN em 2015 que

Los estragos causados por el cambio climático —inundaciones, sequías, tifones, etcétera—, en un mundo de desregulación y concentración corporativa hacen que la escasez de alimentos se torne más común y más amenazante. Esto significa que estas medidas básicas de seguridad alimentaria y los programas de compras públicas son cada vez más necesarios. Irónicamente, tan pronto como las negociaciones sobre clima en París terminen en diciembre, los representantes de los gobiernos volarán a Nairobi a una reunión ministerial de la OMC, para decidir si tales medidas serán consideradas legales o no bajo el régimen global de comercio. (Grain, 2015, p. 10)

A crise é acima de tudo social. O capitalismo forçou as populações a abandonarem o campo, ocorrendo a expulsão e a migração para as cidades, para serem consumidores de mercadorias e mão de obra fácil e barata, Facilitando as políticas de concentração de terras pelo agronegócio, gerando diversas crises no setor de moradia. Segundo a ONU Habitat,

Metade da população mundial vive em áreas urbanas, sendo que um terço destas está em favelas e assentamentos informais. O número de pessoas morando em favelas aumentou de 760 milhões, em 2000, para 863 milhões, em 2012. Estimativas apontam que, até o ano de 2050, mais de 70% da população mundial estará vivendo em cidades. (ONU. 2013, portal web)

Isto nos leva a estimar o aumento da vulnerabilidade da população nas cidades, nas favelas, perdendo possibilidades de moradia digna, sem conseguir acesso aos alimentos, porque programas sociais não resolverão a situação da degradação das condições de vida. Segundo Ariovaldo Oliveira, “o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis” (2001, p. 3). E completa dizendo que a eles só resta um caminho a seguir, “a estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra”. (Idem, p. 3)

As gerações de crises capitalistas impõem um modo de governar para aumentar seus lucros, em que o Estado não controla os mercados, mas estes buscam nos governos a solução para que o Estado assuma o ônus das crises causadas por este modo de governar do capitalismo. Mesmo que hoje há um descrédito total nas instituições e nos governos, tanto burgueses quanto das esquerdas. Igualmente a classe trabalhadora está desarticulada e sem propor saídas à crise atual, num descenso de mobilização e lutas. Nas palavras de Frei Betto podemos encontrar mais perguntas, inclusive ao momento político que levariam a governabilidade, no governo Dilma, com o povo e não com os interesses do capitalismo, se tivermos coragem e mais,

Se não houvesse jogado a sua garantia de governabilidade nos braços do mercado e do Congresso; se tivesse promovido a reforma agrária, de modo a tornar o Brasil menos dependente da exportação de commodities e mais favorecido pelo mercado interno; se ousasse fazer a reforma tributária recomendada por Piketty, priorizando a produção e não a especulação. (Frei Betto. 2015, p. 1)

É uma crise de paradigmas, em que a revolução produtiva aumentou a produtividade do trabalho e impôs um padrão de consumo impossível de ser universalizado por causa da manutenção das desigualdades e conseqüentemente da pobreza, miséria e fome. E o capitalismo que vive de mercadorias não conseguirá vender porque a população do mundo não terá recursos suficientes para consumir o próprio planeta. Além do que, as grandes

empresas, sem fronteiras, têm mais poder de definir os destinos do mundo do que as Nações Unidas, que tem um papel diminuído, e na atualidade é ridicularizado, pois guerras são armadas ao bel prazer do lucro das empresas armamentistas.

É uma crise profunda, internacional e prolongada que envolve a toda sociedade, a todos os países, independentemente de seu sistema organizacional, mesmo os mais ricos como Noruega e Suécia. E como diz João Pedro Stédile, dirigente nacional do Movimento Sem Terra, ainda em fevereiro de 2009,

É uma crise profunda, pior do que a crise de 29. Atingirá a toda economia mundial, cada vez mais internacionalizada e controlada por menos de 500 empresas. Será pior, por que combina uma crise econômica, financeira (de credibilidade das moedas), ambiental, ideológica, pela falência do neoliberalismo, e política, pela falta de alternativas apresentadas pela classe dominante, no centro ou pelos governos da periferia. (Stédile, 2009, p. 1).

No entanto, a questão é a especulação financeira que reforça a territorialização do agronegócio, marginaliza o campesinato, expulsando-o das terras e dos territórios pela desvalorização dos alimentos. Os preços dos alimentos cumprem um papel central na acumulação capitalista, ao permitir baixos custos dos meios de produção, baixo custo da mão de obra e das matérias-primas.

La forma de dominio centrada en la desvalorización de los alimentos generó transformaciones importantes en el ámbito de la agricultura mundial. Transformó la relación industria-agricultura al erradicar la renta de la tierra; fragilizó la situación alimentaria mundial al concentrar en unos cuantos países y productores la comercialización de los alimentos, abrió el cauce para que unas cuantas empresas transnacionales dominaran el panorama alimentario mundial y generó una nueva forma de explotación y subordinación sobre los productores rurales. (Rubio, 2014. p. 140)

Portanto, o capitalismo ainda continua mostrando que tem fôlego e nos põe na defensiva em uma realidade a ser enfrentada, uma crise que nos leva a buscar soluções, porque se não o fizermos corremos o risco de desaparecer. As crises são inerentes ao capitalismo, num mundo de disputas e de egoísmos fortemente centrados na acumulação e no lucro. E através das crises os setores dominantes fazem valer as suas leis e impõe as reestruturações que lhes convém como necessárias. Isto é produto do capitalismo que acumula e não fortalece quem produz. Isto é concentração de renda e dos meios de produção, inclusive da concentração da terra, da água e dos bens naturais.

O capitalismo, neste momento histórico, com sua crise estrutural nos leva a questionar os paradigmas difundidos pelo neoliberalismo, da liberdade total da economia sobre os povos. É uma crise do sistema que gera superprodução de mercadorias e

superacumulação de capitais, gerando com isto um aumento brutal da pobreza, da desigualdade, da exploração e exclusão dos povos, o saque, a contaminação e a destruição da natureza.

As crises capitalistas descarregam violentamente suas crises sobre os trabalhadores e trabalhadoras, sobre os excluídos e excluídas, socializando as perdas, promovendo a precarização de jovens, mulheres, dos trabalhadores no geral, violando os direitos humanos e a possibilidade de acesso aos direitos dos mesmos, como o direito a saúde, a educação, a terra, ao trabalho e a moradia. Bevia, falando do trabalhador neste mundo desumanizado do trabalho a qualquer preço e condição afirma veementemente que:

A desumanização do trabalho leva ao sofrimento patológico, através de doenças físicas e psíquicas, no sistema musculoesquelético, neurológico, na pele, no sistema digestivo, circulatório e em outros inúmeros diagnósticos. A iniciativa e a criatividade são cerceadas pela maneira como é organizado e controlado o trabalho. A OIT alerta que a crise econômica e a recessão do sistema capitalista estão levando a um aumento de estresse, ansiedade, depressão e outros transtornos mentais relacionados com o trabalho. A vida, para muitos, passa a ser um peso intolerável e a única alternativa é o clímax do adoecimento e da barbárie: o suicídio! (BEVIAN, 2015. P. 1)

Neste contexto de crises e violações, a globalização promovida pelo capital, nem de longe vem pensando na integração dos povos. Estes deverão propor suas formas de integração. Mas como diz Ellen Wood “o capital global depende mais que nunca de um sistema global de múltiplos estados locais” (2006, p. 395) e completa que as lutas por democracias são uma “ameaça real ao capital imperialista”, se entendermos democracias como poder do povo e não a mera formalidade do voto como nos fazem entender hoje os próprios imperialistas que querem dominar o mundo e que se encontram no poder.

2.3 O paradigma da questão agrária

Como distinguir realidade tão complexa nos meandros das disputas e conflitos no campo que ainda permanece como desafio. Mas o que está claro é que tal contradição tem na estrutura capitalista de concentração de riqueza, renda, meios de produção, a produção da miséria e da fome, tanto no campo como na cidade. O conflito gerado nestas contradições entre campesinato e agronegócio leva a um enfrentamento de classes. Segundo Fernandes “De um lado, o capital expropria e exclui; do outro, o campesinato ocupa a terra e a ressocializa” (2004, p. 8). Este movimento só será superado quando se resolver o modelo de sociedade em

que vivemos e se socializarem os meios de produção.

Evidentemente que a questão agrária não é um enigma. Sua compreensão é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão no tratamento da questão agrária (Idem, p. 4).

Fazendo um paralelo do que defende cada paradigma, segundo as pesquisas de Fernandes (2004), podemos encontrar caminhos mais claros para o entendimento dos mesmos e para as lutas concretas. Resumimos na figura abaixo um comparativo do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), segundo texto indicado.

Figura 4- Paradigmas da questão agrária e do capitalismo Agrário

Paradigma da Questão Agrária	Paradigma do Capitalismo Agrário
Agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais	Agricultura como um movimento de metamorfose do campesinato em agricultura familiar
As contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato	As relações camponesas incompletas são as causas de dependência capitalismo
Camponês, pequeno, - Via Campesina	Um agricultor familiar, empresário.
Gestado no fortalecimento do Estado, no fortalecimento das organizações camponesas, na busca de mercados alternativos, aumento do emprego comunitário, busca por políticas públicas que fortaleçam iniciativas coletivas.	Implementação de políticas neoliberais, flexibilização do trabalho, fortalecimento e abertura do mercado, diminuição do poder do Estado, aumento do desemprego e criação de políticas compensatórias (p.22)
O espaço de análise não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfrentamento no capitalismo se torna uma condição possível. (p.24)	O espaço de análise de seus objetivos coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, apresentada como totalidade. (p.23)

Fonte: adaptação a partir de leituras de Fernandes (2004)

O que está explícito nos dois paradigmas é uma questão ideológica de construção de sociedade, de condições de construção de processos que podem levar a mudanças. Segundo Fernandes “Contraditoriamente, os camponeses destroem e constroem o capitalismo, evidentemente que em uma proporção bem menor do que a capacidade do capitalismo em destruir e recriar o campesinato”. (Idem, p. 25).

Segundo o MST, em seu programa agrário de 2014, a Reforma Agrária é cada vez mais urgente e necessária, e ainda permanece um desafio atual frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no País. No entanto há que enfrentar os desafios de construir um modelo de reforma agrária que responda aos desafios atuais, que segundo

Fernandes não será uma construção fácil e sem conflitos. Diz o MST que agora,

A luta pela reforma agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura brasileira. Isto significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais. (Programa Agrário do MST, 2014, p. 31).

Ainda segundo o MST, os aparatos administrativos do Estado “não percebem que os assentamentos de reforma agrária hoje são gestores de um novo modelo de agricultura” (Idem, p.31) e por isto a mudança de natureza exige novas posturas dos movimentos como um todo. Citaremos as mudanças que o próprio movimento observa como uma forma de dar-nos conta que no paradigma em que o campesinato está inserido é capaz de propor os próprios caminhos. Citamos conforme o programa agrário do MST,

- a) Precisamos defender agora um novo projeto de reforma agrária, que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas dívida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial.
- b) Frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular.
- c) A luta pela reforma agrária se insere agora na luta contra o modelo do capital. É um estágio de nossa luta, com desafios mais elevados e complexos, diferente do período do desenvolvimento industrial (1930-80), quando os assentamentos da reforma agrária em áreas improdutivas, para a produção de alimentos, somavam-se com a agricultura patronal voltada, prioritariamente, para a agroexportação.
- d) Os enfrentamentos com o capital, e seu modelo de agricultura, partem das disputas das terras e do território. Mas se ampliam para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas. (Idem, p.32)

E como completa Fernandes, “Urge ao campesinato assumir de fato seu lugar na história, e ao Estado democrático o papel de garantir a participação efetiva dos camponeses na construção de projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa”. (2004, p. 25)

Na questão agrária de todos os tempos, há uma confrontação e luta com dois modelos, o qual Fernandes define como conflitualidade, buscado cada lado garantir seu território, tanto o campesinato que resguarda e luta por seu território, porque é seu espaço de vida e práxis, enfrentando-se com o latifúndio que vai ocupando os territórios camponeses, indígenas, quilombolas das comunidades tradicionais, num enfrentamento de luta de classes. É uma confrontação de territorialização, de desterritorialização e de uma luta permanente para implantação de um modelo ou de outro. Segundo Fernandes, “O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização –

desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais.” (Fernandes, 2004, p.2)

Por sua vez, José Graziano (1994), analisando o mesmo processo diz que “o desenvolvimento capitalista é uma corrida” (p. 139), desigual, porque chega antes quem tem as melhores condições e não as condições da maioria. Defende que o processo capitalista foi excludente de todas as formas e condições.

Esse processo foi profundamente excludente de modo também que a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, da concentração de renda e de geração de outro lado, da sua fase da miséria. O desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, de outro lado, miséria. (Graziano da Silva, p. 139. In. Stedile 1994 (org.)

Sendo assim, o Movimento Sem Terra em seu programa agrário afirma “que nunca houve uma Reforma Agrária no Brasil, mesmo limitada e que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso”. (2014, p. 51). Por isto, em sua leitura, é preciso estar preparado para enfrentar este momento em que o capitalismo está em sua maior crise civilizatória e se apropria, violentamente, de todos os bens da natureza, da saúde e da cultura popular, para transformar tudo em mercadoria lucro.

Neste sentido, a hora é de inteligência política para organizar processos que possam dar unidade ao campesinato, como o faz o Brasil no processo nacional chamado de Unitário, onde se reúnem os movimentos da Via Campesina, juntamente com a CONTAG, FETRAF e outros movimentos camponeses, indígenas e negros. E como o faz a CLOC – Coordenadora Latino Americana de Organizações Camponesas, parte do processo internacional da Via Campesina, que mobiliza nas Américas as organizações para lutas e campanhas comuns.

2.4 O modelo do Campesinato

Ao referir-se ao campesinato e seu tempo, Horácio Martins de Carvalho faz uma reflexão da necessidade do campesinato recuperar o tempo perdido, um tempo necessário na construção do mundo camponês, roubado pelo capitalismo que valoriza exacerbadamente a produção automatizada e a depredação da natureza.

Os camponeses no Brasil têm vivenciado um processo histórico que tem sido marcado pela sua continua subalternidade aos interesses das classes dominantes, sejam aqueles do período imperial que outrora se caracterizou pelo exercício do poder patrimonial das minorias durante o regime de sesmarias sejam os outros interesses da classe dominante no âmbito da democracia burguesa pelo poder que as diversas frações da burguesia nacional e estrangeira exercem. São poderes de classe --- os de outrora e os atuais, que lhes facilita a exploração dos camponeses do país. (CARVALHO, 2016, p. 1)

Poderíamos aqui nos perguntar, e o que é o campesinato? E outros dirão, e porque não chamá-los de agricultores? Entendemos que não é o objetivo de nosso trabalho entrar nos meandros das definições de uns e leituras de outros. Queremos ressaltar, no entanto que aqui nos referimos aos agricultores camponeses, para não deixar dúvidas, que são os que cultuam e interatuam com a terra e tudo que há no seu entorno, em seus espaços territoriais. Mas fazendo a leitura de Maria Inez Marques sobre a atualidade do conceito de campesinato nos ajuda a entender que o conceito tem uma larga história nas ciências sociais, e que “tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária e das direções tomadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo” (Marques 2008, p. 58)

Marques, também reafirma que “Entendemos por campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida”. (Idem, p. 58). E cita Shanin numa forma crítica que diz “o campesinato é, ao mesmo tempo uma classe social e um “mundo diferente” que apresenta padrões de relações sociais distintos, ou seja, o que também podemos denominar modos de vida” (Idem, p. 58)

Mas o campesinato não é algo estranho e nem pode ser visto com romanticidade, já que isto o faz a burguesia, que só vê no campesinato um produtor de subsistência.

É necessário, ademais, se perceber o camponês não como um produtor de subsistência, como insinua o discurso burguês ou a percepção romântica de alguns setores da esquerda política, mas sim um produtor que produz produtos diversificados (sem o predomínio do monocultivo) para um mercado contemporâneo já distorcido pelo poder de compra atacadista burguês. (CARVALHO 2016, p. 4)

Além do que, a burguesia desqualifica o campesinato por produzir de forma artesanal, com instrumentos tidos como obsoletos e com trabalho familiar desqualificado. No entanto, há que se dizer que isto é o que favorece o próprio desenvolvimento camponês que o diferencia do modelo de exploração do agronegócio que é explorador das forças da natureza e que a destroem ao bel prazer do tal do desenvolvimento. Além do que, nos últimos tempos os saberes camponeses e indígenas estão sendo explorados por multinacionais que na sequencia privatizam tais conhecimentos para suas indústrias e afins.

Os saberes camponeses são, então, desconsiderados pelas classes dominantes porque irrelevantes tendo em vista que a força de trabalho é familiar e, segundo esse pressuposto burguês, desqualificada. Ademais, e numa outra dimensão já perpassada pelo reacionarismo, porque os burgueses consideram que a força de trabalho camponesa é sempre subalterna porque eles são pobres. (Idem, p. 4)

Esta visão de subalternidade imposta pela classe dominante, pelos meios de comunicação e pela própria academia, de que o campesinato tem a tarefa de produção

agrícola, que produz somente para si e os excedentes para suprir as demandas urbanas, visão essa que ainda é disseminada na concepção do campesinato atual. “São tratados como povos simples, humildes e trabalhadores manuais cujas aspirações são restritas à reprodução social da família na simplicidade de seu modo próprio de vida, isto é, como os pobres da terra” (Idem, p. 5), como diz Carvalho.

Na apresentação à bela coleção - História do Campesinato Brasileiro, promovida pela UNESP e o NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, atualmente extinto pelo então governo de Temer, inicia dizendo que existem diversos contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades e sem entrar em definições diz que

Há reconhecimento de princípios mínimos que permitam aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais.

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. (Neves e Moraes Silva, org. 2009, p. 9)

No entanto, o camponês se constitui como categoria política de transformação da realidade que vai além do econômico e que vem permeado pela cultura, pela sabedoria com fundamentos ancestrais, com a solidariedade de campesino a campesino, onde o conhecimento é partilhado e multiplicado indo muito além de um trabalho mecânico, como é o da indústria que limita a liberdade e a criatividade. Ainda segundo a apresentação à coleção sobre o Campesinato há uma infinidade de arranjos e

Quanto mais avança na pesquisa e no reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros, nessa posição social ou que investem para essa conquista. (Idem, p. 11)

É importante aqui seguir mencionando a citada apresentação à coleção, pelo profundo respeito com que se relaciona ao tema. Vejamos que quando define a quem se dirige o estudo, diz com profundidade a quanto ampla é a agricultura camponesa, e a classe trabalhadora.

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os povos poliprodutores resultantes dos assentamentos de

reforma agrária. (Idem, p. 11)

Desta forma, a formação do campesinato passa pelas resistências, passa pelo cuidado com a terra e a natureza, passa pelos seus espaços de vida e socialização, passa pela elaboração de uma coexistência política e cultural e pela ideia que todos temos e que se confirma de um espaço de mesa farta e de comida saudável. Mas que o capitalismo, e muitas vezes até mesmo a academia, desconhece e desqualifica a capacidade e competência camponesa e ainda segundo o conselho editorial da coleção já citada do campesinato diz que,

Do ponto de vista político, a negação dessa dimensão, tanto à direita (que defende a grande propriedade como a única forma moderna ou modernizável) quanto à esquerda (que terminou enfatizando apenas a dimensão política da luta pela terra), tem como consequência a negação do camponês como agricultor. As políticas agrícolas chamadas “compensatórias” só reforçam a visão discriminadora. (Idem. p. 16)

A Via Campesina, na elaboração de seu documento sobre Agricultura Sustentável, em 2009 – Um futuro do planeta diz que “o modelo camponês de agricultura, é básico [...] é o modelo de produção através do qual o mundo tem-se alimentado durante milhões de anos” (LVC, Málaga, 2009, p. 40).

E como na apresentação da coleção sobre o campesinato da UNESP, Via Campesina diz também que a agricultura camponesa tem característica que a definem e propõe a Soberania Alimentar desde os camponeses. E também que um “modo econômico de produção”, é um modo de vida com “aspectos complexos”. “É um modelo de produção socialmente justo, respeita a identidade e o conhecimento das comunidades e prioriza os mercados locais, além de fortalecer a autonomia dos povos e comunidades” (Idem, p. 40)

E mais, esta agricultura tem um espaço geográfico, um território no qual

A agricultura camponesa está ligada a um espaço geográfico específico, a um território. O campesinato está enraizado num lugar onde construiu seu meio de vida durante muitas gerações. Não se pode entender a agricultura camponesa sem entender o vínculo dos povos com suas terras e território (Idem, p. 43)

Mas o próprio campesinato precisa enfrentar este modelo em unidade, com sua complexidade, na defesa do que lhes seja adequado e importante no reconhecimento de seus saberes, de suas lutas, de sua forma organizativa diversa e de proteger o meio ambiente. A entidade ambientalista GRAIN, fazendo a reflexão sobre como as corporações controlam os alimentos, jogam a tarefa na necessidade de construir força social. “Tenemos que ser más efectivos en la construcción de una fuerza social que, mientras produce el sustento que permita que las comunidades sobrevivan, logre desafiar al sistema alimentario industrial en todo nivel.” (GRAIN, 2011, p. 17)

Além do mais, desenvolver novas relações na sociedade, onde o campesinato tenha o protagonismo que vem construindo desde a ancestralidade, sem intervenção do estado, mas relação deste com o camponês. “Pero sí que tales relaciones han de ser construidas desde nuestra fuerza y orientadas a crear espacios políticos para poner nuestra propia agenda en la mesa en vez de correr tras las agendas de aquéllos que están en el poder”. (Idem, p. 19)

Van der Ploeg, em seu artigo: “O modo de produção camponês revisitado” faz uma reflexão do processo camponês e industrial. Diz que o processo industrial faz aumentar a vulnerabilidade dos camponeses que reagem de diversas formas, mas que isto os afasta e os desloca dos mercados locais e regionais e os coloca diante de uma necessidade permanente de inovação, de especialização para atender as exigências de competitividade. Além do mais, o camponês que historicamente dialoga com a natureza, que tem seus tempos de semear e colher, agora impõe exigências de produção em escala, em sistemas altamente intensivos que geram problemas ambientais para as famílias e suas comunidades. Na figura 5 ilustra suas ideias:

Figura 5- Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial.

Modo Camponês	Modo Empresarial
Fundado sobre e internalizando a natureza; co-produção e co-evolução são centrais	Desconexão em relação à natureza; “artificialização”
Distanciamento em relação ao mercado de insumos, diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilização)	Elevada dependência em relação ao mercado; elevado grau de mercantilização
Centraliza e de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado	Centralidade de empreendedorismo
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Intensificação contínua baseada na quantidade e qualidade do trabalho	Aumento de escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas
Riqueza social crescente	Contenção e redistribuição da riqueza social

Fonte – Van der Ploeg. P. 30, 2005.

Carvalho argumenta que é na reafirmação camponesa, nas tarefas históricas do campesinato de construir um mundo com a soberania necessária para a não dominação e a não

aceitação de imposições do sistema de produção e alimentação, que busca sua correlação de força em sua história. Por isto também a importância na recuperação da agroecologia como um modo camponês de sonhar um mundo sem agrotóxicos, sem insumos, como vem impondo o agronegócio e a indústria. Diz Carvalho,

A superação do modo de produção capitalista é tarefa estratégica difícil de ser concretizada no médio prazo devido à correlação de forças econômicas, políticas e sociais desfavoráveis aos camponeses (e ao proletariado). Mas, a solução perante tal dificuldade não comportaria o imobilismo, mas ações táticas capazes de acumular forças para que a utopia camponesa seja alcançada (Carvalho, 2016, p. 8)

Está, portanto nas mãos dos camponeses os destinos da história, sabendo-se que há que enfrentar a estrutura capitalista que desestrutura o campesinato, retirando-lhes as condições de sua reprodução. Ao campesinato é natural a solidariedade, o intercâmbio de saberes, a aprendizagem, a cultura da vizinhança, a partilha, a busca do encontro e do coletivo. Cabe ao campesinato resistir, frente à sede do capital de reproduzir-se aproveitando dos conhecimentos e do que caracteriza a própria vida camponesa.

2.5 Territórios em transformação e em disputas

O campesinato sempre lutou ao longo de sua história por seu território como um espaço de viver, trabalhar, criar seus filhos, organizar-se em comunidade, partilhar conhecimentos, ser solidários, intercambiar dias de trabalho e também intercambiar alimentos, ou trocando ou vendendo ao nível local. O latifúndio sempre se apropriou deste território ou por grilagem ou compra. Fernandes é taxativo ao dizer que “o que está em disputa é o pedaço de chão, onde estão a comunidade, os campos, as cidades e as florestas e os modelos de desenvolvimento que constituem o país”. (Fernandes, in. Tárrega e Schwendler, 2015, p. 32). Diz mais, que este território em disputa, “é utilizado como conceito central para a implantação de políticas públicas, nos campos, nas cidades, nas florestas, promovidas pelas transnacionais, pelos governos e movimentos socioterritoriais” (Idem, p. 32).

Ainda segundo Fernandes, “nos últimos anos, as transnacionais têm comprado enormes extensões de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia para expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities” (idem, p. 39). Por outro lado, os movimentos camponeses, de jovens e mulheres, Sem Terras, indígenas, quilombolas, lutam por territórios materiais e imateriais e imateriais, na conquista pela terra e

na construção da agroecologia em vista da soberania alimentar.

Neste marco dos territórios em permanente transformação e das lutas camponesas, temos que entender que a disputa acontece no território que vai tomando outra configuração, numa permanente busca por poder e interesses, que como já vimos, geram crises de caráter financeiro e político. Coloca-se neste marco da crise que antecede 2008 e que segue vigente, o tema da estrangeirização de terras, também conhecido como *acaparamiento* no espanhol ou *land grabbing* no inglês.

Pesquisando a apropriação de terras no Brasil por estrangeiros, Sauer e Leite (2012) chegam à constatação junto a outros pesquisadores, dentre os quais os estudiosos da organização GRAIN, de que não há estudos sistemáticos e dados suficientemente capazes de oferecer um panorama nacional das transações e preços de negócios de terras por estrangeiros “porque são “negócios privados” e as informações não são disponibilizadas” (2012, p. 504). E em muitos casos, com o envolvimento dos Estados.

A recente “corrida mundial por terras” transformou a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, em alvos preferenciais para negócios com aumento considerável de investimentos estrangeiros no setor agropecuário, inclusive na compra de terras, com a participação de empresas do setor financeiro (Sauer e Leite, p. 403).

GRAIN, ainda em 2008, em um documento chamado “se adueñan de la tierra”, constata o interesse por lucros, especialmente dos internacionais na justificativa de garantir a segurança alimentar de suas nações. Mas alerta que o avanço da estrangeirização poderia ser o fim da pequena agricultura e do campo como meio de vida e sustento.

Las crisis alimentarias y financieras actuales, aunadas, desencadenaron un nuevo ciclo mundial de apropiación de tierras. Los gobiernos con “inseguridad alimentaria”, que dependen de las importaciones para alimentar a sus pueblos, se están adueñando rápidamente de tierras agrícolas por todo el mundo en las cuales producir sus propios alimentos fuera del país. Las corporaciones de alimentos y los inversionistas privados, ávidos de ganancias en medio a la profundización de la crisis financiera, ven la inversión en tierras agrícolas extranjeras como una importante fuente nueva de ingresos. El resultado es que las tierras agrícolas fértiles se privatizan y concentran cada vez más. De no poner coto a este proceso, el acaparamiento mundial de tierras podría significar en numerosos lugares del mundo el fin de la agricultura en pequeña escala y del campo como medio de vida y sustento. (Grain, 2008, p. 1)

Sauer e Leite concluem que “a demanda mundial por terras está em confronto direto com a demanda histórica por reforma agrária, tanto no sentido de disputar um bem infinito quanto provocam a alta dos preços e encarecimento das políticas públicas de acesso à terra”. (2012, p. 522)

Um estudo mais recente de GRAIN (2016), oito anos após o primeiro estudo, chega à

conclusão de que o “acaparamiento” segue crescendo e segue sendo ruim para os povos e para a soberania alimentar. Diz que efetivamente “los cambios climáticos y el acaparamiento de tierras están estrechamente relacionados” (GRAIN 2016, p. 3) También afirma que “el acaparamiento global de tierras agrícolas va unido al acaparamiento de agua” (Idem, p. 9), de tal forma que a luta não é por fronteiras, mas sim de direitos, de não mais concentrações e agora com caráter internacional e sem podermos identificar contra quem lutar, porque normalmente é a tomada das terras de forma ilegal, em nome de terceiros, e com interesses que não são locais e portanto não é para promover soberanias.

GRAIN mantém uma página web: farmlandgrab.org com dados e investigações nos mais diversos países em todos os continentes e ao parecer nos dá esperanças de que as lutas dos camponeses, das organizações, dos investigadores e o medo de investir em terras que não são investimentos seguros podem fazer com que não percamos mais soberanias. Diz que “de manera creciente, estos acuerdos de negocios han sido etiquetados como “inversiones responsables”, pero siguen siendo, de muchas formas, acaparamientos de tierra” (Idem, p. 03)

GRAIN também denuncia de que as terras estão indo para mãos de corporações nos países visados e que mesmo que alguns dos piores investimentos em compras de terras por estrangeiros tenham fracassado, segue a perda de terras e de soberania dos países. “Cada vez más, el ganar el acceso a las tierras agrícolas es parte de una estrategia corporativa más amplia para obtener ganancias en los mercados del carbono, recursos minerales, recursos hídricos, semillas, suelos y servicios ambientales.” (Idem p. 03)

Por sua vez o capital nem sempre acerta e às vezes também fracassa em seus planos. No estudo de oito anos (2008-2016), GRAIN comparou 126 estudos que fracassaram. Segundo sua avaliação,

El gran número de proyectos fracasados da fe de la locura que estallo en 2008. Sin importar si el fracaso fue debido a incompetencia, arrogancia, inexperiencia o mala planificación, el colapso ayuda a explicar por qué el crecimiento en el número de negocios con tierras agrícolas disminuyó desde 2012 y por qué el número total de hectáreas también bajo. (Idem p. 06)

Os problemas que afetam as garantias de terra, água, soberania e segurança alimentar passam por lutas constantes que configuram os paradigmas em disputa. Mas se como GRAIN constata que não tem avançado mais a disputa por territórios desde o estrangeiro, é porque há resistência organizada no mundo, com campanhas, com ações jurídicas para barrar o avanço sobre territórios das corporações internacionais com outros interesses que não construir processos soberanos de alimentação dos povos. No entanto, constata-se uma nova

configuração mundial do capital, que tem sua legislação própria e tem ação nacional.

Los datos que tenemos actualmente muestran el alcance y la rapidez con que se están expandiendo los agronegocios. También se destaca cuán ineficientes son estas inversiones en el sentido de cuán poco resuelven la pobreza rural o él hable global. Pero de manera más importante, muestra la tremenda y creciente resistencia existente que busca detenerlos. (Idem, p. 10)

Mas, se há avanço do capital, as lutas também avançam ao nível local e internacional, especialmente os da Via Campesina que tem tido a capacidade de manter um movimento em luta ao nível mundial. E diz GRAIN, “La resistencia contra los acaparamientos de tierra está al frente de las luchas sociales de hoy por transformaciones políticas y económicas, poniendo a la defensiva a las corporaciones y a los gobiernos coludidos en el acaparamiento de tierras”. (Idem, p. 11)

Fernandes reflete que a disputa traz consigo a resistência, seja nacional ou internacional e “tem como ponto de partida as lutas de classes” permeadas pelas “disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses” (Fernandes, in Grisa e Schneider 2015, p. 390).

Na visão de Rosângela Cordeiro, dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – MMC, coincide com Fernandes quando nos diz que “O Brasil tem dois projetos de agricultura e os governantes dizem ser possível a convivência [...] e nós dizemos que não porque num mesmo território não convivem dois projetos tão distintos como o são o agronegócio e a agroecologia”. (Entrevista nº 3).

E nesta luta de buscar a dialética da transformação da sociedade é necessário ter claro que a correlação de forças entre os dois modelos de sociedade – o da concentração dos bens naturais e o modelo de desconcentração nas mãos dos trabalhadores são essenciais para construir caminhos. Rosset (2016) citando a Van der Ploeg e Fernandes, nos ajuda a entender que,

Tanto el agronegocio (y los otros capitales extractivistas) como los movimientos sociales rurales están intentando reterritorializar los espacios rurales, es decir, reconfigurarlos a favor de sus intereses o de su propia visión. Mientras que uno busca la extracción máxima de ganancias, por un lado, los otros buscan defender y (re)construir comunidades por el otro, lo que ha sido llamado “re-campesinación... Por esto, esta lucha no sólo es una batalla de tierras *per se* (territorio material) sino que también es una batalla de ideas (territorio inmaterial) ... (Rosset 2016, p. 3).

Na concepção de Fernandes, os movimentos socioterritoriais quando territorializados atuam em diversas macrorregiões e formam redes de relações com estratégias políticas que

promovem e fomentam a sua territorialização e promovem a construção de objetivos que vão se espacializando, de forma que,

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. (Fernandes, 2005, p.8)

Em entrevista a Rodolfo Quispe, dirigente dos Interculturales de Bolívia (entrevistado nº cinco, anexo) sobre o tema da soberania alimentar e de como garantir que construamos soberanias, busca em sua história e ancestralidade fatos que demarcam a territorialização como uma necessidade a ser configurada a partir de onde se vive. Diz que recorre a seus pais para obter respostas. E Conclui dizendo que “se não tivermos terra não podemos falar de soberania alimentar”. Diz ainda,

Aqui, (Bolívia) quando nos perguntamos como vamos nos alimentar, como nos alimentamos, perguntamos a nossos avós que tiveram soberania alimentar, em tempos que não tinha Coca-Cola. E lhes perguntamos como vocês viveram anos, séculos alimentados e sem fome e lhes perguntamos como temos que nos alimentar. (Quispe, 2016. Entrevistado 5).

O MST, em seu 4º Congresso Nacional, em 2000, com participação de mais de 11 mil delegadas e delegados nacionais, toma a decisão de assumir a agroecologia em seu programa político e o cuidado com as sementes como preocupação primordial para não perder soberanias para os monopólios que privatizaram o direito às mesmas. Na construção dos diversos territórios conquistados para a reforma agrária, o MST trabalha em diversos níveis na formação e na prática, para o que chama de “Reconstrução ecológica da agricultura”, tendo no conhecimento, o espaço de transformação do território imaterial para construir resistência econômica, orientar o trabalho, reorganizar as formas e processos de formação, organizar a comercialização dos excedentes. No caderno de educação trabalha no sentido de formar para o novo, para a agroecologia e sintetiza dizendo que,

Nos últimos 35 anos, uma nova ciência vem sendo formulada e organizada a partir da integração de conhecimentos de camponeses, indígenas e científicos, com o objetivo de orientar o planejamento e a implementação de modos de trabalho e de vida humanos que possibilitem a reconstrução ecológica da agricultura e da vida em sociedade. Esta ciência é chamada de agroecologia. (Caderno de educação do MST. 2010, p. 1)

GRAIN traz igualmente a preocupação com as sementes e das novas leis sobre a alimentação, conjuntamente com a preocupação dos movimentos camponeses no mundo todo. Segundo GRAIN, “Ese mercado potencial no está totalmente en manos del capital y hoy el

objetivo del capital es primero, forzarnos a comprar los alimentos y luego, por supuesto, controlar ese mercado de alimentos cuando todos estemos forzados a comprarlos.” (GRAIN 2012, p. 93).

Neste sentido, ainda diz GRAIN, que “podemos dejar de comprar carros, pero no alimentos” (Idem, p. 93). E por isto que em todo mundo há a preocupação pelo alimento saudável, mas esta não é a preocupação das grandes empresas de produção, industrialização e distribuição de alimentos, hoje centrada em tão poucas empresas em todo mundo. Ironiza, o que não é bem ironia, quando diz em letras destacadas que “No sería sorpresa el reglamento de alguna de estas leyes de semillas nos termine diciendo que todos estamos obligados a denunciar a alguien si sabemos o escuchamos que no le compro semilla a las empresas” (Idem, p. 94)

En la medida en que los pueblos campesinos e indígenas del mundo sigan siendo los principales productores de alimentos, entonces se entiende por qué esta ofensiva legislativa tiene como uno de sus objetivos principales terminar con esa capacidad de los campesinos y los indígenas de ser independientes y, en ese proceso, terminar con la producción independiente de alimentos es un paso fundamental. Es necesario también terminar con las semillas independientes, con las semillas no controladas por las grandes corporaciones. (Idem, p. 93-84)

Além do mais, a produção de alimentos como vem sendo feita nos dias de hoje, de forma intensiva e industrial, está aquecendo o universo com emissões de gases estufa que causam as mudanças climáticas tão radicais. Segundo GRAIN,

El uso de grandes cantidades de fertilizantes químicos la expansión de la producción industrial de carnes y la devastación de los bosques y sabanas para establecer cultivos agroindustriales de exportación son responsables al menos, del 30% de emisiones mundiales de gases invernaderos causantes del cambio climático (Idem, p. 103).

O dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO (2015) faz um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, e estamos nos dando conta que estamos em uma guerra contra a morte e pela vida. Sementes modificadas, resistentes a herbicidas que só matam as ervas daninhas do próprio ambiente e aos insetos morrerão. Herbicidas produzidos pela empresa que desenvolveu e vende a semente transgênica é a mesma que produz e vende o agrotóxico. Com isto, a saúde e a diversidade das sementes já patenteadas põe em risco a saúde e a biodiversidade.

De fato, os agrotóxicos não podem ser compreendidos senão como armas de uma guerra não declarada, cujas vítimas humanas e não humanas são ocultadas por uma ciência cerceada por interesses econômicos ou justificadas por esta mesma ciência como efeitos colaterais do emprego de uma tecnologia apresentada como indispensável (Petersen, prefácio do dossiê da ABRASCO, p. 27).

Paulo Petersen, coordenador da ONG Agricultura Familiar e Agroecologia -AS-PTA, no prefácio do dossiê da ABRASCO sobre agrotóxicos, nos dá elementos para entender as estratégias desta guerra contra a vida, apoiada com embasamentos feitos pelo que qualifica de “segmentos cooptados pela ciência institucionalizada” (Idem, p. 27) e com manobras como ocultar, justificar e desqualificar. É uma guerra segundo sua análise, se baseiam nas seguintes retóricas: da ocultação, da justificação e da desqualificação. Em sua concepção há várias retóricas, sendo que:

a) Na retórica da ocultação, dizer que são defensivos é um artifício que minimiza e dissimulam a verdadeira natureza nociva dos venenos. E não teriam força sem a “blindagem epistemológica” da ciência acadêmica tradicional, e esta segundo Petersen,

“Não encontraria suficiente lastro se não contasse com a guarida de instituições científicas que, com suas abordagens positivistas e reducionistas, são apresentadas à opinião pública como neutras, e, portanto, imunes a subjetivismos ideológicos” (Idem, p. 29)

b) A retórica da justificação é a tese do mal necessário. Traz teorias inverossímeis e não comprovadas e seguem a estratégia de

Justificar a necessidade dos agrotóxicos que é exercida por meio da imposição da racionalidade tecnocrática sobre a opinião pública. Esse artifício se baseia na ideia implícita de que toda técnica destinada a solucionar o desafio alimentar no mundo é moralmente justificável e, portanto, deve ser aplicada... do que é econômica e ideologicamente oportuno. (Idem, p. 30)

Aqui cabe lembrar a fala da ex-ministra da agricultura Kátia Abreu, que disse em entrevista, que infelizmente os pobres tem que comer o que podem pagar, insinuando que nem que para isto tenha veneno, (filme o veneno está na mesa I de Sílvio Tendler). É a linha de ação economicista que no ensejo produtivista, vale tudo, inclusive a comer veneno e os químicos que levam a dependência e a infinitas consequências na saúde humana e do meio ambiente.

c) A retórica da desqualificação que deslegitima quem quer que demonstre o contrário de uma ciência que se deixa cooptar e que investiga contra da vida e do interesse público. E então o professor Jaime Breilh da Universidade Andina Simón Bolívar, do Equador segue na mesma linha reflexiva de Petersen e nos diz, no mesmo dossiê:

E então, vem inevitavelmente a urgência das empresas responsáveis dessa múltipla e abominável crise planetária, de justifica ou esconder os efeitos devastadores de sua voracidade. Há que justificar o injustificável e silenciar as vozes de denúncia.... Há que justificar aos gigantes monopólios da agricultura química, que super exploram

as fontes hídricas e ecossistemas, e destroem as fontes alimentar e culturais da soberania cultural. (Breilh, in Carneiro, 2015. p.41)

Com relação aos temas dos agrotóxicos, vale ressaltar aqui, neste espaço onde se defende a soberania alimentar, com alimentos saudáveis, que no Brasil, há uma campanha com grande participação da sociedade em andamento. Encontramos na internet uma página e vale aqui citar, até como um espaço de divulgação pelo grande esforço de muitas organizações sociais brasileiras em sua construção: <http://www.contraosagrototoxicos.org/> que contém muitas reflexões e um processo nacional de comprometimento coletivo. Assim também há um esforço para mudar a realidade deste território em que o agronegócio vem construindo com envenenamento da terra, das águas, do ar, da alimentação.

Pinheiro Machado, o mestre da Agroecologia, nos ajuda a refletir da tamanha responsabilidade história que esta geração de produtores agrícolas, não camponeses, mas agricultores em grande escala têm para o futuro da humanidade e nos diz que,

Não se modifica facilmente uma ideologia difundida pertinazmente durante meio século. Entretanto, a realidade criada por essa mesma ideologia, tem gerado tanta desgraça, tantos insucessos, tantos problemas, enfim, que se impõe uma nova reflexão, até porque, nesse quadro, quem menos ganhou e quem sempre “pagou a conta” tem sido os agricultores, os produtores e, finalmente por suas consequências à saúde e ao bolso, os consumidores. (Machado, 2014, p. 39).

Peter Rosset, em um trabalho comparativo dos dois modelos de produção na agricultura, nos ajuda a visualizar o que significa para nossa reflexão a caracterização na prática de tais modelos. Vejamos na tabela por ele elaborada de forma que nos dá pistas do que há que defender, se quisermos sobreviver como camponeses no mundo e não sucumbir por contaminar o espaço que vivemos.

Figura 6- Modelos de produção.

Modelo dominante versus modelo de soberania alimentar

Tema		
Acesso à terra Modelo dominante Modelo Soberania Alimentar	Através dos mercados.	Mediante uma reforma agrária genuína, com acesso à terra.
Sementes	Uma mercadoria patenteável.	Uma herança comum dos povos, ao serviço da humanidade.
Produzir	Uma opção para os mais eficientes.	Um direito dos povos camponeses.

Alimentos	Uma mercadoria, algo a ser processado, com gordura, com açúcar, com resíduos tóxicos	Um direito humano, nutritivo, culturalmente apropriados e produzidos localmente.
Fome	Existe porque não há produção	Um problema de acesso, de distribuição, fruto da desigualdade.
Segurança alimentar	Alcança-se importando alimentos onde sejam mais baratos.	É maior quando a produção de alimentos está em mãos dos trabalhadores e quando os alimentos produzidos localmente.
Camponeses	Anacronismo. Desaparecerão, não são necessários.	Guardiões da biodiversidade dos cultivos, depositários de conhecimentos, é a base para um desenvolvimento amplo e inclusivo.
Comércio	Livre comércio para tudo.	Alimentos e agricultura fora dos acordos comerciais.
Prioridade produtiva	Agroexportação	Alimentos para mercados locais
Preços dos cultivos	O mercado dita os preços	Preços justos que cubram os preços de produção e permitam aos camponeses seguir cultivando.
Mercado	Livre acesso a mercados externos	Acesso a mercados locais, e produção para o mercado local.
Subsídios	Ha tentativa de proibir no mundo, mas EUA e Europa subsidiam aos seus grandes.	Há que garantir condições a agricultura camponesa e indígena para a produção e comercialização direta, a conservação do solo, a agricultura sustentável, a pesquisas.
Monopólio	Não é um problema	É a raiz dos problemas e devem ser proibidos. Trabalhamos para a diversidade.
Organismos geneticamente modificados	É a onda do momento	Perigosos para a saúde e meio ambiente, devem ser proibidos.
Tecnologia agropecuária	Industrial, monocultivo requer agrotóxico, usa transgênico	Métodos agroecológicos e sustentáveis, sem transgênicos.
Outro mundo (opções)	Impossível,	Possível e estamos construindo.
Ecofronteras, 2014, vol. 18, nº 51, p. 10		

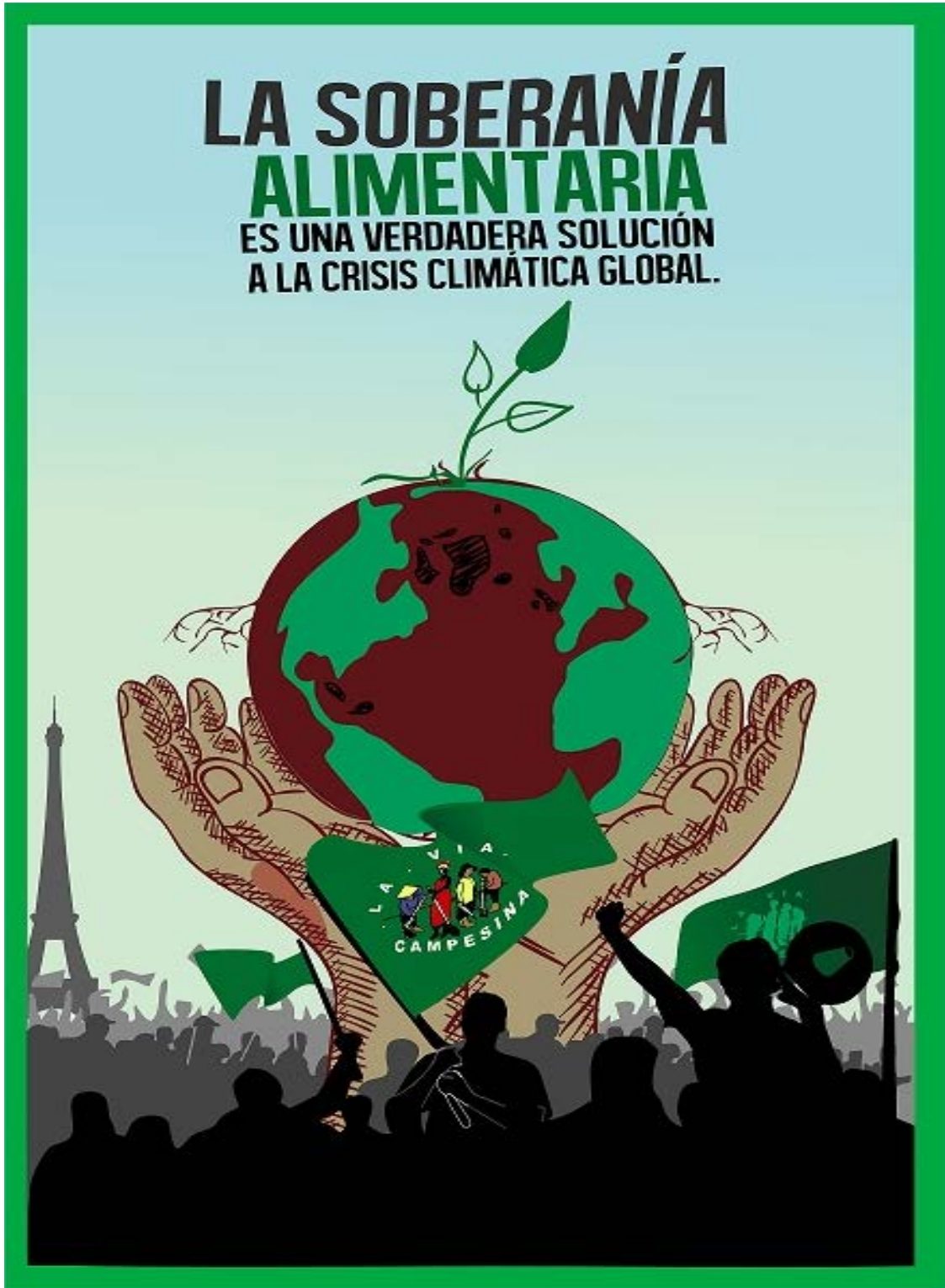
Fonte: Ecofronteras, 2014, vol. 18, nº 51, p. 10, elaborado por Peter Rosset

Já não há dúvidas, o que é preciso é mudar o modelo, de forma radical. O modelo de sociedade, o modelo econômico, o modelo de produção de alimentos, o modo que nos alimentarmos. Sem isto, seguiremos aprofundando os problemas que destroem toda uma construção pelos povos desde sua existência, e estaremos fadados a um mundo controlado pela ganância do dinheiro.

Há dois modelos, o do campesinato e do agronegócio e em nenhum momento se encontram, visto que os interesses são bem distintos. Um produz com o objetivo do lucro a qualquer preço e o outro produz para sua sobrevivência e de sua comunidade e, portanto, tem em si o interesse de conservar, preservar para viver. É disto que se trata, de questões que são estruturais, que impulsionam um modelo de produção ou outro, como o uso da terra e do território, a apropriação ou gestão dos recursos naturais, da agroecologia ou de um modelo extensivo, do comércio local ou internacional, do desenvolvimento sustentável, da ação participativa, do direito à alimentação.

3 A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

Figura 7 – Cartaz soberania alimentar



Fonte: Cartaz de mobilização de LVC para a COP 21 em 2015

O tema da fome no mundo tem chamado a atenção da academia, da medicina, das igrejas, de governos, de movimentos sociais, de organizações da sociedade civil – ONGs. A máxima de que sempre existiu fome e miséria no mundo não é mais aceita e, portanto, uma grande busca em diversos campos para encontrar saídas para um mundo mais justo. Isto não significa que os interesses nesta busca sejam os mesmos, pois uns defendem a Segurança Alimentar e outros a Soberania Alimentar. Não terão ambas os mesmos objetivos, o de acabar com a fome?

Podemos dizer, sim e não. Qual a diferença política entre os dois termos? É o que pretende este capítulo ao aprofundar a soberania alimentar e a segurança alimentar como conceitos.

A segurança alimentar defendida pela FAO e a maioria dos governos do mundo, defende que todos tenham condições de ACESSO a alimentos básicos para uma alimentação saudável, em qualidade e quantidade. Isto significa que não importam as condições de produção, desde que matem a fome, desde que tenham comida no prato. Isto significa que a segurança alimentar é importante e estratégica para a própria segurança e preservação dos interesses dos países.

Por sua vez, o movimento em torno da soberania alimentar vai além da segurança. O conceito defende que um povo livre e soberano precisa de autonomia. Ser soberano é produzir, comercializar localmente, vinculado à cultura, ao modo de vida de cada povo, afastando a dependência dos grandes mercados que veem os alimentos, na água, na natureza como mercadorias. Segundo esta concepção, a soberania passa pela saúde humana e da natureza, e, portanto, a diversidade nos cultivos é que dá o equilíbrio entre os seres.

Podemos ter Segurança Alimentar se tivermos Soberania. Podemos ser livres se formos soberanos e por isto há interesses em manter a fome e a miséria que são as que alimentam o capitalismo que mata, exclui, expulsa, envenena. Vamos percorrer a história e está construção da soberania alimentar.

Em maio de 1993 nasceu a articulação mundial de movimentos camponeses do mundo chamada La Via Campesina ou somente Via Campesina. Resultou de um contexto econômico, político e social no qual a capacidade do campesinato estava sendo minada quanto ao controle das sementes, quanto ao êxodo rural, quanto às políticas capitalistas em direção à maior concentração das terras que caminha a passos largos para a perda de soberania para o agronegócio e grandes empresas transnacionais. Segundo documentos da Via

Campesina, em preparação a sua 5ª Conferência realizada em Moçambique em 2008, encontramos com os objetivos comuns que se criou, de norte a sul esta organização.

Por uma rejeição clara ao modelo neoliberal de desenvolvimento rural, por ser excluída do desenvolvimento da política agrícola e uma determinação forte para não desaparecer e um compromisso para trabalhar juntos para dar força à voz do campesinato. Através da estratégia de construir a unidade na diversidade e seu conceito de Soberania Alimentar” (Via Campesina, documentos internos, 2008, p. 45)

Esta organização reúne camponesas e camponeses, povos Sem Terra, indígenas, migrantes, quilombolas, pescadores, povos tradicionais, mulheres, jovens nos cinco continentes. É uma organização que defende a agricultura sustentável em pequena escala como um modo de promover a justiça social e a dignidade. Opõe-se firmemente ao agronegócio e as multinacionais que estão destruindo os povos e a natureza. Este movimento internacional de camponeses reivindica a alimentação como direito humano, e não como mercadoria. Desde 1996, defende a Soberania alimentar e a propôs à FAO, como alternativa política estratégica ao agronegócio por causa de sua matriz socialmente injusta, economicamente inviável, que não tem preocupação com o meio ambiente e nem com alimentação saudável e como uma obrigatoriedade para a garantia da segurança alimentar.

A meta principal deste movimento internacional de camponeses consiste em impulsionar a solidariedade e a unidade na diversidade entre organizações e movimentos de pequenos agricultores em um mundo culturalmente tão diverso, promovendo relações econômicas baseadas na igualdade, na justiça social e na preservação da terra, na Soberania alimentar e na produção sustentável, na promoção da agroecologia, na igualdade de gêneros, na integração de jovens.

O objetivo da Via Campesina é trazer as mudanças no campo. Mudanças que melhorem os meios de vida, que aumente a produção local para o consumo local, e que as mudanças aconteçam nos espaços democráticos que permita que dêem à gente do campo um papel importante, uma posição, e possam decidir em assuntos que tenham um impacto em suas vidas. O movimento acredita que este tipo de mudança pode ocorrer somente quando as comunidades locais conquistem um maior acesso ao controle dos recursos da produção local, e quanto tenham um maior acesso ao poder social e político (Idem, p. 45)

No processo histórico da construção da soberania alimentar há sinergia de diversas redes locais, nacionais, globais, sem precedentes, na elaboração de um paradigma que envolve desde os movimentos os governos e a FAO, que conhecem o conceito da soberania alimentar desde 1996. Desde então, o tema é trazido gradualmente nos debates com a sociedade, com os movimentos e com os governos, porque estes são essenciais na construção política, no

fortalecimento dos processos locais e na destinação de recursos que possibilitem a implementação conjuntamente com o campesinato e os trabalhadores urbanos.

Na construção dos valores e da visão da Via Campesina apresentados em seu documento interno de 2008, afirma que “chegou o momento da soberania alimentar. Camponeses e camponesas, e pequenos agricultores desempenham um papel ativo na transformação em direção a uma sociedade mundial baseada na justiça”. (Idem, p. 63).

No entanto, a construção da soberania alimentar surge frente à gravidade do problema alimentar que afeta o mundo inteiro. No documento apresentado ao Fórum mundial sobre segurança alimentar da FAO em 1996 em Roma, Via Campesina expressa que as políticas mundiais destroem a natureza e o campesinato. Expressa-se dizendo que:

A liberalização do comércio e suas políticas econômicas de ajuste estrutural têm globalizado a fome e a pobreza no mundo e estão destruindo a capacidade produtiva local e as comunidades rurais. Esta agenda corporativa não leva em conta a segurança alimentar do povo. É um sistema econômico iníquo que ameaça tanto a natureza quanto as pessoas, com o único fim de gerar lucros para poucas pessoas e transnacionais. Aos camponeses e pequenos produtores se lhes nega o controle da terra, da água, das sementes e dos recursos naturais. (Segundo documento de VC anexo, 1996, p. 1)

Via Campesina propõem saídas coletivas, e não individuais ou corporativas. Diz em seu documento que “nossa resposta a esta situação, crescente e hostil para os camponeses e pequenos produtores ao redor do mundo, é desafiar coletivamente estas condições e desenvolver alternativas” (Idem, p. 1).

Tal processo e alternativas coletivas, da Via Campesina, de outras organizações camponesas, de indígenas, de pescadores, de consumidores, de Organizações da Sociedade Civil serão trazidas neste trabalho, bem como os esforços da FAO para acabar com a fome e miséria no mundo, com Segurança Alimentar.

3.1 A Segurança Alimentar para os povos

Com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi aprovado o direito humano a alimentação. Em seu artigo 25 diz que “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos... (p. 13)”. Desde então, o direito à alimentação é vinculante aos países e os obriga a adotar medidas necessárias para sua efetivação.

A FAO, na Cimeira Mundial de Alimentação de 1996, afirma que Segurança Alimentar:

Existe quando todas as pessoas têm, em todo momento, acesso físico e econômico a suficientes alimentos, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências enquanto a alimentos, a fim de levar uma vida ativa e saudável (Declaração da Cimeira Mundial da Alimentação 1996, p. 1)

O direito à alimentação foi reafirmado nesta Cimeira, onde propõe aos Estados dedicação para que o mundo não continue convivendo com a fome:

Nós, Chefes de Estado e de Governo, ou os nossos representantes, reunidos na Cimeira Mundial da Alimentação a convite da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), reafirmamos o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome. (Idem, p. 1).

A FAO defende o direito a segurança alimentar neste processo histórico desde a Declaração dos Direitos Humanos que levou os Estados a elaborarem uma série de pactos com seus conteúdos jurídicos de responsabilidade e de obrigatoriedade vinculante a aplicação de uma ordem internacional.

Ainda nesta Cimeira, a FAO com os Estados se comprometem a avançar na construção de metas para o milênio a serem cumpridas até 2015. Metas estas que serão argumento para o trabalho da FAO com os governos e com a sociedade, mas que infelizmente até hoje a FAO segue defendendo a segurança alimentar e não impulsiona a soberania dos povos. Diz que colocará esforços para

Consagrar a nossa vontade política e o nosso compromisso comum e nacional a fim de atingir uma segurança alimentar para todos e à realização de um esforço permanente para erradicar a fome em todos os países, com o objetivo imediato de reduzir, até metade do seu nível atual, o número de pessoas subalimentadas até, ao mais tardar, o ano 2015. (Idem, p. 1)

Em 1966 a Assembleia Geral da ONU, aprovou Pactos Internacionais de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC. Mas levou 10 anos, até 1976 até entrar em vigor, porque precisava de 35 Estados para sua ratificação. E este é o maior sistema de proteção dos direitos das pessoas e um importante instrumento de pressão para proteção e garantia dos direitos humanos. O Brasil assinou este pacto somente em 1992, com o Governo de Fernando Collor. Este direito se reconhece no art. 11 que diz textualmente:

2. Os Estados partes do presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias para:

a) melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela

difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais;

b) assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios. (PIDESC, art. 11.2)

Entre a instalação do PIDESC e a Cimeira Mundial da Alimentação em 1996 foi uma longa caminhada para fazer cumprir a determinação da Carta de Direitos Humanos, incluindo que em 2000 foi nomeado o relator especial das Nações Unidas para o Direito a Alimentação, que monitora e acompanha a execução dos Pactos Internacionais nos países conforme se fizer necessário.

Em 1999, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU, emitiu o Comentário Geral nº 12 que sistematiza o conteúdo do direito humano a alimentação afirmando que

O direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta de Direitos Humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos. (Comentário Geral nº 12 da ONU p. 1)

Em junho 2002 aconteceu em Roma a “Cimeira Mundial de alimentação – cinco anos depois”, onde a mesma confirma seu compromisso já assumido em 1996 de realizar esforços para erradicar a fome e desnutrição pela metade até 2015. Reconhecem na declaração final que a fome é a causa da pobreza extrema que impede que as pessoas pobres se desenvolvam, e o mais alarmante é que “70% das pessoas pobres no mundo vivem nas zonas rurais e dependem quase que totalmente da agricultura e do desenvolvimento rural para a subsistência, [...] levando em conta a pobreza, fome e desnutrição” (declaração final da Cimeira, cinco anos depois, 2002, p. 1).

Em 2004 o Comitê de Segurança Alimentar da FAO aprovou as diretrizes voluntárias para a realização adequada do direito humano a alimentação, num processo que levou mais de dois anos de construção, num trabalho de organizações sociais articuladas no CIP – Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar, que é “uma plataforma de articulação de setores produtores de alimentos em pequena escala, organizações de trabalhadores rurais e movimentos sociais, desde o nível de base comunitária, para impulsionar o programa pela Soberania alimentar no mundo e a nível regional”. (CIP, acesso

em 2015).

Em março 2006 aconteceu em Porto Alegre, a II CIRADR - Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, com presença dos Estados membros da ONU e FAO para a alimentação e agricultura, organizada pelo governo brasileiro, durante o primeiro ano do governo Lula. Inicia sua declaração final dizendo:

Acreditamos fortemente no papel essencial da Reforma Agrária e do desenvolvimento rural para a promoção do desenvolvimento sustentável, que inclui a realização dos direitos humanos, segurança alimentar, erradicação da pobreza e o fortalecimento da justiça social, com base no estado democrático de direito (Declaração Final CIRADR 2006, p. 1)

A dita conferência teve vital importância na retomada da Reforma Agrária e do tema da insegurança alimentar no mundo. Destaca a importância fundamental do papel das mulheres e de seus direitos ao acesso à terra, a recursos, a herança e a ter os mesmos direitos dos homens, igualmente aos povos indígenas, comunidades tradicionais e sua tarefa na contribuição para erradicar a fome e a pobreza. Reconhece que “a insegurança alimentar, a fome e a pobreza rural resultam frequentemente de desequilíbrios no processo atual de desenvolvimento, que dificultam o acesso amplo a terra, a água e outros recursos naturais, bem como a outros meios de subsistência” (Idem, p. 1).

Paralelamente à CIRADR, aconteceu o fórum internacional “Terra, Território e Dignidade”, sob o lema “Por uma nova reforma agrária baseada na soberania alimentar”, coordenado pelo CIP, com a participação de 400 dirigentes, delegados de 67 países. Também, chamado pelos movimentos camponeses articulados em Via Campesina, houve um espaço internacional com participação majoritária de Brasileiros, e delegados da América do Sul, debatendo os mesmos temas, com delegados de base das organizações. Culminou este evento com uma importante ação realizada nos viveiros de mudas da Aracruz Celulose, pelas mulheres da Via Campesina no Rio Grande do Sul, que pautaram o tema dos danos à natureza, ao meio ambiente, à reforma agrária da expansão dos chamados desertos verdes da celulose. Em sua declaração os movimentos e organizações participantes manifestam que

Los Estados y el sistema internacional han sido incapaces de derrotar la pobreza y el hambre en el mundo. Reiteramos nuestro llamado a nuestros gobiernos, a la FAO y su mandato fundador, las demás instituciones de las Naciones Unidas, a otros actores que están presentes en la Conferencia Internacional de Reforma Agraria y Desarrollo Rural (CIRADR) y a nuestras sociedades, a comprometerse decisivamente con una Nueva Reforma Agraria basada en la Soberanía Alimentaria, el Territorio y la dignidad de los Pueblos, que nos garantice a campesinas/os, pueblos indígenas, comunidades de pescadores artesanales, pastores/as, trabajadoras/es rurales, comunidades afrodescendientes, trabajadores/as desocupados/as, comunidades Dalit y demás comunidades acceso y control efectivo de los recursos naturales y productivos para el ejercicio de nuestros derechos humanos. (Declaração do Fórum

Paralelo, 2006, p. 1)

O mesmo fórum da sociedade organizada aprofundou temas para pautarem os governos presentes na CIRADR, e propuseram a urgente necessidade de uma Reforma Agrária onde esta deve ser prioritária na agenda pública dos governos por beneficiar a sociedade em seu conjunto para produção de alimentos saudáveis, colocar fim ao êxodo rural, dar vida digna e desenvolver economicamente o local, regional e nacional. E declara que a soberania alimentar,

Baseia-se no direito humano a alimentação, a autodeterminação, sobre os direitos indígenas ao território, e os direitos dos povos para produzir alimentos para subsistência e para os mercados locais e nacionais. A Soberania Alimentar defende a agricultura com agricultores, uma pesca com famílias de pescadores artesanais, florestas com as comunidades florestais, comunidades com pastores nômades (Idem, p. 02).

Em abril de 2008 realiza-se em Brasília a 30ª Conferência Regional da FAO. Esta se realiza a cada dois anos com a participação de ministros de Agricultura para debater temas pertinentes ao setor e tem se colocado a situação da segurança alimentar e nutricional para ir avançando nas metas do milênio. Nesta conferência de Brasília, o Presidente Lula em sua fala de abertura adverte que a crise mundial se deve a muitos fatores e que “a chamada crise mundial de alimentos é, acima de tudo, uma crise de oportunidades e de distribuição. A cada dia, 854 milhões de homens e mulheres e crianças continuam a dormir com fome” (Lula, discurso de abertura da 30ª Conferência da FAO, 2008, p. 1). E propõem saídas dizendo que “precisamos soluções emergenciais para mitigar a crise atual. Mas precisamos, sobretudo, de alternativas de longo prazo para reduzir a vulnerabilidade de muitos países frente ao agravamento destes problemas” (Idem, p. 1).

Jackes Diouf, então diretor geral da FAO, faz uma reflexão na mesma linha do Presidente Lula e diz que a subida atual dos preços dos alimentos dos produtos alimentícios é um grande desafio, já que a segurança alimentar de milhões de pessoas em todo o mundo está hoje em dia ameaçada. E faz uma reflexão de que precisamos responder com estratégias sustentáveis, que considerem as necessidades dos mais vulneráveis a necessidade de seguir buscando a segurança alimentar.

Em novembro de 2009, na FAO em Roma, aconteceu a Cimeira Mundial de Segurança Alimentar, cujo objetivo principal foi renovar o compromisso de erradicar a fome e que os países voltem a investir na agricultura, além dos desafios de enfrentar as mudanças climáticas que interferem diretamente na agricultura. Esta cimeira acontece um ano após a

instalação da crise mundial dos alimentos de 2008 no que leva aos governos a declarar sua preocupação no sentido de que

Alarma que as pessoas que sofrem fome e pobreza agora cheguem a mais de 1 bilhão. Esta situação constitui um flagelo inaceitável nas vidas, nos meios de subsistência e na dignidade da sexta parte da população mundial. Os efeitos de investimentos insuficientes na segurança alimentar, na agricultura e no desenvolvimento rural, têm sido agravados recentemente pela crise alimentar, financeira e econômica, entre outros fatores (Declaração final, 2009, p. 1)

E segundo o assumido na declaração, orientam os países a que tomem para si a tarefa de criar mecanismos que acelerem os resultados, e que a segurança alimentar é “uma responsabilidade nacional e que todos os planos direcionados a buscar os desafios devem ser articulados, planejados, controlados e dirigidos pelos países em consulta com todas as principais partes interessadas” (Idem, p. 09).

Em abril de 2010, a 31ª Conferência Regional da FAO se realizou no Panamá trouxe uma reflexão sobre o programa de agricultura familiar. Neste documento, igualmente reconhecem o peso da crise mundial de alimentos na pobreza e na fome. “É amplamente reconhecido que a principal dimensão da segurança alimentar na região é o “tendão de Aquiles”, é o acesso aos alimentos por parte de quem não conta com meios suficientes para adquiri-los” (30ª Conf. FAO AL e Caribe, 2010).

Paralelamente a este evento no Panamá, aconteceu a II Conferência Especial para a soberania alimentar, a sociedade civil organizada no CIP, reafirma a Soberania Alimentar como o caminho a ser perseguido, exortando a FAO a assumir seus pressupostos. Sustenta-se que deve ser um princípio, uma visão e um legado a ser construído pelos povos indígenas, camponeses, pescadores, mulheres, jovens, trabalhadores rurais e que deve se converter em uma plataforma nas lutas e em uma resposta da sociedade.

Sostenemos que la soberanía alimentaria es un principio, una visión y un legado construido por los Pueblos Indígenas, campesinos, agricultores familiares, pescadores, mujeres, jóvenes y trabajadores rurales, la que se ha convertido en una plataforma aglutinadora de nuestras luchas y en una propuesta para la sociedad en su conjunto. La Soberanía alimentaria se refiere a la producción sostenible con valores éticos, a la capacidad de producir lo que se necesita, a la autosuficiencia alimentaria, a una alimentación digna, sana y culturalmente apropiada, a la tenencia y acceso de los recursos tierra y agua, a conservar y construir biodiversidad, a recuperar el ser campesino, las culturas y saberes, el valor de los alimentos, a fomentar el trabajo y el relevo generacional. (Declaração final da II Conferência da Soc. Civil. 2010 p. 1).

De igual forma, a II Conferência da sociedade civil organizada, demanda o fim da criminalização dos movimentos que lutam por soberania e pelos direitos humanos a alimentação, refletem que a soberania alimentar requer programas de fomento à produção, da

necessidade de valorização da agroecologia e os saberes tradicionais, e de que a FAO tem a tarefa de fomentar a soberania alimentar em conjunto com o campesinato e seus movimentos. E chama atenção de que em muitos países se fica nos marcos jurídicos e não se implementa ações que de fato constroem a soberania alimentar.

Aunque algunos estados y organizaciones internacionales afirman que existe un consenso en relación con el reconocimiento del derecho humano a la alimentación, no hay consenso sobre la manera de garantizar este derecho. Por lo tanto, se avanza en la construcción de marcos jurídicos e institucionales y en la creación y ejecución de los programas de emergencia para combatir el hambre, sin embargo, no hay muchos avances respecto a los problemas estructurales y a las políticas necesarias para superarlos, y precisamente por esta razón que la mayoría de los países no ha progresado en las medidas para garantizar efectivamente la soberanía alimentaria. En muchos países hay una fuerte tendencia a la marginalización y a criminalizar los movimientos que realizan acciones directas para demandar la soberanía y el derecho a la alimentación (Idem, p. 1)

Em 2012, na 32ª Conferência regional da FAO que se realizou em Buenos Aires, novamente se retoma a discussão da volatilidade dos preços dos alimentos, da governabilidade internacional sobre o preço dos alimentos com desigualdade, que coloca desafios e propõe que a conferência se pronuncie com relação às posições comuns a respeito da necessidade de: - impulsionar a iniciativa América latina e caribe sem fome 2025; da facilitação do comércio intra regional de alimentos; de melhorar a governança dos sistemas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos; de uma maior transparência e competência dos mercados agroalimentares.

Paralelamente a esta 32ª conferência, também acontece a III Conferência Especial pela Soberania Alimentar, pelos Direitos e Pela vida. Com representantes de 20 países, reafirmam a soberania alimentar e denunciam o modelo de produção e consumo hegemônico que continua gerando fome e pobreza crescentes. Segundo a declaração, a fome e miséria

No son producto ni de la casualidad ni la falta de alimentos, sino de un modelo que viola el derecho a la vida digna de las personas y los pueblos, acrecienta la subordinación de la mujer, invisibilizando su rol determinante en la producción de alimentos y en la construcción de la Soberanía Alimentaria. (Declaração da III Conf. Esp., paralela à 32ª Conferência regional da FAO, Buenos Aires, 2012, p. 2).

Segundo os participantes da conferência, este modelo explora os trabalhadores do campo e da cidade, aos pescadores artesanais, e fomenta a concentração que estrangeiriza terra e território, mercantiliza a alimentação, e produz crises climáticas e na biodiversidade, que violenta e reprime aos povos que resistem à ocupação de seus territórios. Reafirmam igualmente que

La tierra y los océanos y demás cuerpos de agua, además de ser medios de reproducción, son espacios y ambientes de vida, de culturas y emotividad, de

identidad y espiritualidad. Por lo mismo, no son mercancías ni sumideros de carbono, sino componentes fundamentales para la vida, a los cuales se accede por derecho, de manera inalienable e imprescriptible. Los Estados deben entender que el no ejercicio de la Soberanía Alimentaria compromete gravemente su propia soberanía. (Idem, p. 4)

Em maio de 2014, a 33ª Conferência da FAO aconteceu em Santiago no Chile. A declaração da Presidenta Bachelet em ato inaugural deixa claro onde está o problema que afeta a humanidade e seu desafio. “Sabemos que la lucha contra el hambre tiene una dimensión primaria dentro de las grandes misiones de la humanidad. Visto que el hambre es la expresión más brutal de la desigualdad”. (Discurso da Presidenta Bachelet, 2014, áudio, em 3,43 min.).

Os objetivos desta conferência, como das anteriores parece repetir-se em desejos e em alguns poucos avanços para a luta contra a fome, a desnutrição e a pobreza extrema, fomenta o desenvolvimento sustentável na agricultura e avançar buscando sistemas alimentares inclusivos e efetivos.

Como nas anteriores Conferência da FAO na região América Latina e Caribe, a sociedade civil realizou sua IV Conferência Especial pela Soberania Alimentar, sob uma agenda de gênero e Soberania alimentar. Sua declaração final inicial reafirma a leitura histórica dos movimentos diante da miséria e da pobreza e suas causas e diz,

El hambre y la pobreza son dos grandes dilemas que todavía debe resolver la humanidad y está ampliamente demostrado que el modelo de producción y comercialización de alimentos en una agricultura de tipo industrial, de gran escala, basada en monocultivos de especies transgénicas y sustentada en la utilización de fertilizantes químicos y plaguicidas, no solo no ha resuelto el hambre y la pobreza, sino que ha profundizado estas problemáticas. Somos parte de la solución. Nuestro compromiso es contribuir a erradicar el hambre y la pobreza, construyendo la Soberanía Alimentaria de los pueblos. (Declaração final IV Conferência Especial, 2014, Chile, p. 1)

A particularidade desta IV Conferência da sociedade civil em Santiago no Chile, em 2014, é que as mulheres fazem seu primeiro encontro neste marco das conferências regionais da FAO, debatendo e pautando o tema de gênero e soberania alimentar e fazem um reconhecimento do papel das mulheres para garantir a soberania alimentar.

Destacamos el trabajo de las mujeres del campo y la pesca artesanal de la acuicultura, maricultura en todos los ámbitos: productivo, reproductivo, del cuidado de las personas, los bienes comunes y la naturaleza, Las mujeres somos históricamente trasmisoras de la cultura, a través de los valores, las resistencias culturales, la defensa del idioma, lenguas, vestuario, costumbres ancestrales y comunitarias. (Declaração da reunião de mulheres, 2014, p. 1)

A sociedade entrega aos representantes de governos presentes na 33ª Conferência

da FAO o desafio já colocado em 1996 quando propõe que a soberania alimentar é a única saída, porque envolve a comunidade, envolve as organizações na solução dos problemas. Cabe dizer que a solução está nas pessoas, nas comunidades, em quem vive na situação de miséria com o compromisso dos governos na realização das transformações necessárias que não podem vir de cima, mas numa construção coletiva difícil de ser levada a cabo enquanto FAO se governos não se colocarem nesta tarefa. Dizem os participantes “acreditamos que é chegada a hora em que os governos e os organismos internacionais escutem as vozes dos Povos. A fome e a pobreza são consequências da ausência de Soberania alimentar a que estão submetidas as populações desde muitos séculos” (Declaração final IV Conferência Especial, 2014, Chile, p. 2)

A 34ª Conferência Regional da FAO América Latina e Caribe aconteceu em 2016 no México. O coordenador geral da FAO, José Graziano da Silva, em seu discurso inaugural diz que os desafios para acabar com a fome e a pobreza têm momentos de incerteza, mas exorta os países a vencer as críticas e seguir no bom caminho, mas demonstra também preocupação com a “situação de incertezas e complexidades se vê aumentada pela grande especulação que existe na atualidade, traduzida na volatilidade dos mercados globais” (Graziano, 2016, México, p. 1). E conclui dizendo que a fome é uma doença, mas há que seguir no caminho de resolver.

También es cierto que quien tiene hambre, tiene prisa, pero no nos olvidemos que no es fácil alcanzar resultados rápidos combatiendo una enfermedad como el hambre. Lo que importa es que empezamos el camino y hacemos el camino caminando sin parar, hasta llegar a la total erradicación del hambre” (Idem, p. 1)

Igualmente como nas últimas quatro sessões regionais da FAO, a sociedade civil se reúne, em um processo igualmente construído com a FAO para garantir a participação da sociedade civil, com a liberdade de convocação de seus participantes e de organização do Evento. No entanto, a FAO regional é sabedora e participe de tal iniciativa. Visto o reconhecimento que a declaração da chamada V Consulta regional dos Povos, Movimentos Sociais e Organizações da sociedade civil pela soberania alimentar e a justiça social, está na página oficial do evento. Passos dados com uma construção desde a sociedade civil que não precisa rogar espaço, mas que o conquista. Sonho que pronto a soberania alimentar também possa ser comemorada por camponeses, indígenas, pescadores, mulheres.

Celebramos los avances de algunos gobiernos en acciones positivas hacia la Soberanía Alimentaria integrándolas en las políticas públicas en sus respectivos países y agradecemos el espacio que nos han brindado, esperando que los Estados Miembros presentes consideren esta declaración para definición de la agenda FAO

para el próximo bienio (declaración final V consulta regional. 2016, México, p. 1).

Reafirmam seu compromisso na produção camponesa, com alimentos saudáveis, segundo a cultura de cada povo e que isto é que contribui para erradicar a fome e a pobreza. E dizem mais, que este é um ponto de encontro, efetivado com os princípios da soberania alimentar através da agroecologia em construção.

Entendemos y defendemos la agroecología como una forma clave de resistencia a un sistema económico que antepone la ganancia a la vida. Nuestras diversas formas de producción de alimentos a pequeña escala basados en la agroecología generan conocimientos locales, promueven la justicia social; alimentan la identidad, la cultura y refuerzan la viabilidad económica de las zonas rurales. (Idem, p. 2)

Os esforços da FAO são uma contribuição importante, mas não analisa a contradição fundamental do processo que são as disputas por modelos de desenvolvimento entre o agronegócio e o campesinato ou a diferença essencial entre produzir commodities e comida, pensar a comida como direito e não como mercadoria para ampliar a exploração das pessoas e seus territórios. Essa questão precisa ser trabalhada para acabar com a fome. A segurança alimentar pode acabar com a fome? A Via Campesina acredita que não é suficiente. Por isso criou o conceito de soberania alimentar com a perspectiva de ir além das propostas da FAO e dos governos.

3.2 A construção da soberania alimentar desde os povos - Via Campesina

Construir o conceito de soberania alimentar é um desafio para todos os movimentos populares¹ do mundo e especialmente no movimento internacional da Via Campesina - LVC. Desde 1996, quando o conceito foi apresentado à FAO, era demonstração de que o tema está sendo elaborado desde antes nos movimentos da base da LVC, como um direito aos alimentos básicos dos povos, que respeite a diversidade, a cultura, o território e o direito de produzir do camponês em contraposição ao agronegócio que produz principalmente *commodities* para exportação visando a exploração e não a alimentação dos povos.

Faz 20 anos que a Via Campesina apresentou a proposta de Soberania Alimentar para a Organização das Nações Unidas para a agricultura - FAO, em novembro de 1996 reunia os governos na Primeira Cimeira Mundial da Alimentação. O objetivo desta Cimeira era tomar

¹ - definimos movimentos populares a partir de da definição de classe social. Estes são os movimentos que requerem a soberania alimentar são os movimentos camponeses que defendem esta bandeira. Enfatizamos para diferenciar dos movimentos organizados pelo agronegócio ou subalternos.

medidas e formular um plano de ação para erradicação da fome. Desde então, a construção do conceito vem crescendo e atualmente forma um movimento popular global, em alianças, com a construção nos mais diversos espaços, camponeses, consumidores, ambientalistas, associações de mulheres, pescadores e setores na academia, e em poucos países com legislações favoráveis.

O primeiro documento apresentado, o qual está anexo a este estudo, pelo valor histórico contido no mesmo, inicia declarando “pelo direito de produzir e pelo direito a terra. Soberania alimentar: um futuro sem fome”. Deixando claro em sua introdução que a fome será resolvida com terra e com o direito a produção. Define além do mais a alimentação como um direito humano básico e a crítica a liberalização do comércio que “globaliza a fome e a pobreza no mundo e está destruindo as capacidades produtivas locais e as sociedades rurais com uma agenda corporativa que não leva em conta a segurança alimentar dos povos.” (Documento 01 anexo, p. 1)

A primeira definição de soberania alimentar contida neste documento apresentado á FAO em 1996 traz a seguinte conceituação

Soberania alimentar é o direito de cada nação para manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nossos próprios alimentos em nosso próprio território de forma autônoma. A soberania alimentar é uma pré-condição para a Segurança Alimentar genuína (Idem, p. 1)

Além do mais, o mesmo documento já oferece os caminhos para os organismos internacionais e os Governos, e diz “estamos convencidos de que o problema global da insegurança alimentar pode e deve ser resolvido. A soberania alimentar somente se pode alcançar através da solidariedade e da vontade política para implementar alternativas” (Idem, p. 2). E segue reivindicando a alimentação como um direito humano básico onde “todos e todas devem ter acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e culturalmente apropriados, em quantidade e qualidade suficientes” (Idem, p.02) para levar uma vida digna. Segue reivindicando a Reforma Agrária como uma premissa para a soberania alimentar e já há 20 anos deixando claro que “o direito à terra deve estar livre de discriminação baseada em gênero, religião, raça, classe social ou ideologia”. (Idem, p. 2)

A proposta inicial da Via Campesina traz elementos centrais que conduzem a soberania alimentar como a única alternativa real para reverter a crise no mundo, não somente a crise alimentar. Orienta da necessidade de preservação do meio ambiente e seus recursos, especialmente as sementes que são patrimônio dos povos a serviço da humanidade.

Igualmente traz um tema importante para o capitalismo que é o comércio, por onde passa a segurança alimentar que este sistema assumiu, para ter mais lucro e não por solidariedade com quem passa fome e muito menos para acabar com a fome. Via Campesina relata no documento que

Não é aceitável que a comercialização dos alimentos continue tendo como base a exploração econômica das pessoas mais vulneráveis e a degradação do meio ambiente... E não é aceitável que as decisões de comercialização e produção sejam em grande parte ditadas pela necessidade de divisas estrangeiras para cobrir suas altas dívidas. (Idem, p. 3)

A construção do conceito de soberania alimentar tem origem na Via Campesina, em 1993, em sua primeira conferência realizada em Mons, Bélgica, quando nasceu como um movimento contra hegemônico, interpretando como o neoliberalismo produz a pobreza, migrações forçadas, mudanças climáticas e manutenção da fome:

O mundo atual permite a coexistência da fome em uma parte substancial da humanidade com uma situação de excedentes de toda classe de produtos agrícolas. Não podemos interpretar esta contradição senão como fruto da política agrária e do desenvolvimento neoliberal, impulsionada pelos governos e suas instituições intergovernamentais, que por sua vez é o principal obstáculo da paz e do desenvolvimento dos povos de todo mundo. (Declaração de Mons, 1993, p. 1)

Nesta conferência, as organizações defendiam a ideia de soberania alimentar através da autonomia das nações em desenvolver uma agricultura diversificada como princípio para alimentar o mundo, em resposta à lógica monocultora, produtivista, e às decisões políticas que viabilizam o agronegócio e seus impactos depredadores em detrimento da participação do campesinato:

- Direito a uma agricultura diversificada, que garanta prioritariamente um auto abastecimento alimentar, saudável e de qualidade para todos os povos do mundo sobre a base do respeito ao meio ambiente.
- O direito de cada País a definir a política agrária mais consequente com seus interesses como nação, acordada com as organizações camponesas, indígenas, garantindo sua participação real. (Idem, p. 02).

Em Tlaxcala, México, na segunda conferência internacional da Via Campesina, em 1996, aprofundou-se a reflexão sobre a soberania alimentar onde o termo apareceu pela primeira vez na declaração da II conferência: “Estamos determinados a criar uma economia rural baseada no respeito a nós mesmos e à terra, sobre a base da soberania alimentar e comércio justo” (p. 1).

A análise desta conferência, em 1996, permanece atual diante do ambiente de hostilidade aos camponeses em todo o mundo, o que exige respostas coletivas do movimento camponês frente à necessidade de enfrentar o agronegócio, e de não aceitar imposições do

modelo hegemônico:

O rechaço às condições econômicas e políticas que destroem nossa forma de sustento, nossas comunidades, nossas culturas e nosso meio ambiente natural. Frente a isto estamos determinados a criar uma economia rural baseada no respeito a nós mesmos e à terra, sobre a base da soberania alimentar e comércio justo. (Declaração de Tlaxcala, 1996, p. 1)

A Via Campesina tem clareza de que o sistema capitalista neoliberal, em todo mundo tem causado o empobrecimento no campo, e é o responsável da destruição da natureza, da terra, água, plantas, bosques, animais e responsabiliza o “sistema econômico que trata a natureza e os seres humanos como simples meios para um fim, com o único propósito de gerar lucros”. (Idem, p. 1).

Em outubro de 2000, a Via Campesina realizou sua terceira conferência em Bangalore, na Índia. Inicia sua declaração reafirmando seus princípios: “... reunimo-nos perto de Bangalore, Índia, na III Assembleia Internacional para confirmar nossa determinação de defender nossas culturas e nossos direitos” (LVC, conferências, Bangalore, 2000 p. 1). A unidade se faz necessária para confrontar e vencer a agenda global do neoliberalismo e afirma que os acordos da Organização Mundial do Comércio – OMC estão destruindo territórios camponeses e indígenas.

Expõe o entendimento de que as importações de alimentos baratos inundam os mercados em todo mundo, enquanto as famílias camponesas estão relegadas a abandonar suas terras por não conseguirem produzir, visto que os governos em sua grande maioria não têm políticas voltadas para apoio à produção. Estas importações além de tudo têm imposto novas culturas alimentares, destruindo culturas devido a agendas impostas pelo neoliberalismo.

Na conferência na Índia enfatizam que os alimentos locais e tradicionais estão sendo substituídos por produtos importados, de preço baixo e baixa qualidade. Os alimentos são a base da cultura camponesa, que a agenda neoliberal está destruindo a essência de nossas vidas. Não aceitamos a fome e a migração forçada. Demandamos Soberania Alimentar, a qual o direito a produzir nossa própria cultura. De acordo com o documento, “A destruição das economias locais está aumentando a pobreza e forçando ao deslocamento de milhões de pessoas em busca de emprego e terra”. (Declaração de Bangalore, 2000, p. 1).

A importante conclusão da declaração de Bangalore deixa claro que: “La Via Campesina está comprometida em alcançar a Soberania Alimentar e nos envolveremos em uma campanha mundial contra as importações de alimentos a preços baixos que destruam

nossas culturas”. (Idem, p. 1)

Em 2004, em sua quarta IV Conferência em Itaiçi, São Paulo, reafirmou a determinação em defender as culturas e o direito de continuar existindo como camponeses e camponesas, como povos com identidade própria. Continua combatendo o grande problema causado pelas políticas do capitalismo que desterritorializa o campesinato e reafirma que “a permanência da agricultura camponesa é fundamental para a eliminação da pobreza, da fome, do desemprego e da marginalização”. (Declaração de Itaiçi, 2004 p. 1).

Deixa claro o compromisso que desde o princípio assumiu esta articulação de movimentos camponeses em suas declarações, na oposição ao modelo neoliberal que mata e destrói culturas, povos e famílias camponesas em todo mundo e que não admite que sigam desaparecendo. Por isto reafirma seu compromisso de seguir lutando pela reforma agrária em defesa das sementes e da soberania alimentar.

Reafirmamos que a permanência da agricultura camponesa é fundamental para a eliminação da pobreza, da fome, do desemprego e da marginalização. Estamos convencidos que a agricultura camponesa é a peça fundamental para a soberania alimentar e esta é um processo imprescindível para a existência da agricultura camponesa. E não haverá autonomia nem agricultura camponesa se não mantivermos nossas próprias sementes”. (Declaração final IV Conferência de LVC em 2004 p. 2)

O movimento camponês mundial articulado na Via Campesina se reconhece como o defensor e protetor da soberania, das sementes, da cultura camponesa, condição esta para continuar existindo e reafirmando sua própria identidade. Lutar contra o agronegócio que tem criado leis que privatizam as sementes e que penalizam os camponeses que não adotarem as sementes produzidas pelas grandes empresas.

Os camponeses da Via Campesina reafirmaram seu compromisso fundamental na eliminação da pobreza, da fome, do desemprego, da migração e se colocam em sua defesa. “Estamos convencidos que a agricultura camponesa é a peça fundamental da soberania alimentar imprescindível para nossa existência. Não haverá autonomia nem agricultura camponesa se não mantivermos nossas próprias sementes”. (Idem, p. 2)

Em Maputo, Moçambique, na V Conferência internacional, em 2008, a Via Campesina definiu como o lema: “soberania alimentar já! Com a luta e a unidade dos povos! ” Este lema e o primeiro parágrafo de sua declaração que reforça o avanço em sua organicidade e compromisso diante do neoliberalismo.

Nós somos a gente da terra e produzimos alimentos para o mundo. Temos o direito de seguir sendo camponeses e camponesas e a responsabilidade de continuarmos alimentando a nossos povos. Cuidamos das sementes, que são a vida e pensamos

que o fato de produzir alimentos é um ato de amor. A humanidade necessita de nossa presença, nos negamos a desaparecer. (Declaração de Maputo, 2008, p. 1).

Defender a soberania alimentar como solução possível para superar o modelo hegemônico, tornou-se o grande desafio do campesinato mundial para acabar com as crises alimentares no mundo. Mas, para tanto, os governos precisam recuperar o controle sobre as políticas agrárias. Este é o ponto central da soberania alimentar, retirar os poderes das corporações e da OMC que determinam as políticas agrárias em todo o mundo. Como enfatizado, é o modelo hegemônico que tem gerado as crises que destroem populações e territórios. Como afirmou a Via Campesina em Maputo:

O modelo dominante significa crise e mortes e a soberania alimentar é vida e esperança para os povos rurais e também para a população de consumidora. A soberania alimentar requer a proteção e a renacionalização dos mercados de alimentos, a promoção dos ciclos locais de produção e consumo, a luta pela terra, a defesa dos territórios dos povos indígenas, a reforma agrária integral. Baseia-se também na mudança de modelo produtivo, para uma produção ecológica sustentável, sem pesticidas e sem transgênicos e valorização do conhecimento camponês e indígena. Como princípio geral, a Soberania Alimentar se constrói desde escala local, ou seja, no local ao nacional”. (Idem, p. 1).

Por sua natureza, por ser uma articulação mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina atua em todas as escalas na construção de um diálogo crítico e propositivo junto aos governos, para que se comprometam a implementar políticas de soberania alimentar. Isto significa, em geral, que os governos tenham a disposição para mudar suas políticas, dando um passo à frente envolvendo as comunidades na perspectiva de construí-la desde abaixo, desde os territórios, porque como afirma a declaração “nós camponeses e camponesas do mundo podemos e queremos alimentar o mundo, nossas famílias e nossos povos, com alimentos saudáveis e acessíveis”. (Idem, p. 1)

Em sua sexta conferência em 2013, em Jakarta, Indonésia, com mil participantes de organizações de 88 países, a Via Campesina reafirmou a soberania alimentar para que desde o campesinato possa se construir redes e:

Urgentemente tecer fio a fio a unidade em escala global entre organizações do campo e da cidade para participar de forma ativa e decidida na construção de uma nova sociedade baseada na Soberania Alimentar, na justiça e na igualdade. (Declaração de Jakarta, 2013).

Como já citado anteriormente, a Via Campesina iniciou o caminho de sua articulação internacional em 1993 e em 1996 reforça a soberania alimentar em Tlaxcala México, colocando o campesinato como protagonistas no processo de resistência à agenda neoliberal e na construção de alternativas. “Somos nós que alimentamos a humanidade e cuidamos da natureza. De nós dependem as gerações futuras para o cuidado com a terra” (declaração de

Jakarta 2013, p. 1). A base de sua construção são as experiências ancestrais, a história que lhes demonstram que cada povo tem a capacidade de alimentar a si mesmo, porque dentro da Via Campesina estão representados os povos do mundo.

A conclusão que chegamos é que os camponeses com seus esforços ou com pouco apoio do governo, podem fazer mais para construir a solidariedade e a cooperação para acabar com a fome no mundo. A experiência atual de organizações afiliadas da Via Campesina no projeto Campesino a Campesino, nascido na Guatemala, assumido hoje por Cuba e agora por outras organizações do continente americano, demonstram que por si só os camponeses tem o conhecimento suficiente para partilhar entre si sua experiência e construir a soberania alimentar.

Através da Via Campesina, a soberania alimentar tornou-se um eixo central das lutas por um projeto de desenvolvimento da agricultura camponesa, que hoje convoca amplos setores do campo e da cidade a somarem neste compromisso, de garantir o fim da fome no mundo, com a alimentação desde o local, da comunidade. Reafirma que:

A Soberania Alimentar é um direito fundamental de todos os povos, nações e Estados para controlar seus alimentos e seus sistemas alimentares e a decidir suas políticas assegurando a cada um, alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados. Isto inclui o direito dos povos a definir suas formas de produção, uso e intercâmbio tanto ao nível local como internacional. (Idem, p. 1).

Ainda enfatiza a importância crucial da produção local e sustentável, o respeito aos direitos humanos, os preços justos para os alimentos e para a agricultura, o comércio justo para os países. A luta contra as privatizações e a concentração dos meios de produção que são os grandes males que têm levado à destruição das famílias camponesas, ao fim da agricultura sustentável, ao extermínio dos povos indígenas e suas culturas, à destruição dos ecossistemas e da acumulação cada vez maior das terras, criando migração e desemprego massivos.

As transnacionais, em cumplicidade com os governos e as instituições internacionais, estão impondo sob o pretexto da economia verde, monocultivos de transgênicos, a construção de grandes represas, a privatização dos mares, rios, lagos e nossos bosques. (Idem, p. 1)

Portanto, esta construção é uma tarefa do campesinato de produzir alimento saudável e um compromisso dos consumidores numa aliança necessária para fazer avançar conjuntamente a soberania alimentar, como um direito dos povos a construir sua soberania coletiva e não somente individual e de quem dispõem de poder aquisitivo para ter acesso a uma alimentação saudável.

3.3 Soberania Alimentar: um processo socioterritorial de luta e resistência

A alimentação tem sido sempre uma das grandes preocupações dos povos do mundo e tem determinado a forma de organização territorial, sua relação com a natureza, sua forma de troca e de mercado. Não estamos nos referindo tão somente em saciar a fome, mas, de qual forma a saciamos, como a saciamos e quais as condições da produção do alimento que nos sacia. Não é simplesmente evocar a insuficiência de alimentos ou sua existência, mas em quais condições são oferecidos e em quais condições são concebidos. Por trás da fome há uma estrutura a ser desmontada em defesa da soberania alimentar e da qual não corresponde aos interesses do agronegócio e seus projetos de mais-valia e renda capitalizada da terra. Há problemas profundos a serem resolvidos ou então nenhuma forma de produção resolverá a fome ainda existente.

A soberania alimentar só pode ser uma política pública, quando assumida por governos e pela população organizada que optar por alimentos saudáveis. Segundo a leitura de Fernandes (2008). Em sua concepção, que parte das construções dos movimentos camponeses como a Via Campesina, é que a soberania alimentar parte do princípio da defesa da pessoa humana e não vê o alimento como mercadoria. Por isto,

Defender a soberania alimentar e transformá-la em política pública, significa assumir uma posição contra as políticas de commodities – das agriculturas agroexportadoras do agronegócio que provocam a fome no mundo. Significa defender a qualidade dos alimentos para o bem da saúde pública, utilizar tecnologias apropriadas que não destruam o meio ambiente, ou seja, significa respeitar a natureza, o tempo e o espaço da vida. É acreditar numa temporalidade e numa territorialidade humanas, contra os tempos e espaços técnicos que rompem com a lógica da existência e cria a lógica da sobrevivência por meios artificiais. Significa igualmente defender o trabalho decente sem exploração para garantir o sentido da soberania como hegemonia de todas as pessoas que participam da produção e do consumo de alimentos. (Fernandes, 2008, p. 45, in Tárrega e Schwendler)

Fernandes em seu texto pergunta: porque será que a soberania alimentar nasceu da Via Campesina e não das corporações? Encontra como resposta na própria significação das palavras **agriCULTURA** e **agroNEGOCIO**. Quem produz pensando em transformar a alimentação em negócio não pode propor soberania alimentar, porque esta é mais importante que a riqueza individual, porque um povo soberano é livre, como dizem os movimentos organizados, e um povo livre não precisa de ninguém que lhes garanta sua existência, porque cada povo se constrói a partir de sua soberania. Ainda em Fernandes, “Porque para produzir alimentos é preciso terra – território. Assim a territorialidade da terra transforma o alimento em território. Para se ter alimento é necessário ter território.” (Idem, 2008, p. 14) por isto os

capitalistas recusam as soberanias populares.

Na lógica de quem defende o negócio da alimentação, há um exemplo, da então ministra da agricultura Kátia Abreu do MAPA em 2014, que também é latifundiária e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e representante do agronegócio brasileiro, em que afirmou que "há milhares e milhares de brasileiros que ganham salário mínimo ou que não ganham nada. E que, portanto, precisam comer comida com defensivo porque é a única forma de fazer alimento mais barato" (em 0.13 – 0.27 min.). Esta afirmação está no documentário "O Veneno Está na Mesa II", de Silvio Tendler. Este é um dos pensamentos que é preciso combater, além de lutar para acabar com os latifúndios extensivos e de monoculturas.

Como bem constata Leonardo Boff, na construção desta sociedade, são valores que necessitam serem recuperados e,

Se não houver uma inversão de valores, se não se instaurar uma economia submetida à política e uma política orientada pela ética e uma ética inspirada numa solidariedade básica não haverá possibilidade de solução para a fome e subnutrição mundial. (BOFF, 2012)

Mas estamos longe de soluções fáceis neste modelo de sociedade e do quadro político que nos encontramos frente ao poderoso modelo hegemônico. Fernandes afirma que neste contexto a resistência é necessária para “garantir aos povos e suas nações os direitos sobre seus campos, florestas e cidades”(2008, p. 14). Para isto é preciso continuar lutando pela terra e pela reforma agrária.

Segundo Boff, (2012) a fome é um problema político e não técnico e a luta pela sobrevivência é um direito humano à alimentação:

O flagelo da fome não constitui, propriamente, um problema técnico. Existem técnicas de produção de extraordinária eficácia. A produção de alimentos é superior ao crescimento da população mundial. Mas eles estão pessimamente distribuídos. 20% da humanidade dispõem para seu desfrute 80% dos meios de vida. 80% da humanidade deve se contentar com apenas 20% deles. Aqui reside a injustiça. (Boff, 2012, p. 1)

E aqui reside igualmente a necessidade de alteração radical do modelo de sociedade, em que um pequeno número de poderosos denominam as riquezas e os territórios reproduzindo a manutenção da pobreza e da fome, porque esta lhes interessa.

Por esta razão foi que sob o teto da FAO, na I Cimeira Mundial da Alimentação, em 1996, que a Via Campesina afirmou que a alimentação é um direito dos povos. Porque sempre compreendeu que as ações de resistência e as experiências práticas devem combinar-se para

promover mudanças no âmbito das políticas públicas. Que governos e movimentos têm que caminhar juntos para superar a fome no mundo. Entendendo que a fome é uma questão política de opção de um sistema agroalimentar hegemônico.

A alimentação um direito humano básico. Este direito unicamente se pode assegurar em um sistema onde a soberania alimentar esteja organizada. Soberania Alimentar é o direito de cada nação para manter e desenvolver sua própria capacidade para produzir alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito a produzir nossos próprios alimentos em nossos próprios territórios de maneira autônoma. A soberania alimentar é uma pré-condição para a segurança alimentar genuína. (Declaração de LVC, anexa, 1996).

Além dos eventos aqui comentados, muitos outros fóruns, reuniões, estudos, pesquisas, têm discutido e aprofundado as formas como a soberania alimentar pode ser implementada. No “Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar”, realizado em 2001 em Cuba, no enunciado de sua declaração final, demonstrava, que um país define seu destino por meio da soberania política que lhes dá garantias da soberania alimentar:

A pesar de sufrir por más de cuatro décadas el ilegal e inhumano bloqueo impuesto por los Estados Unidos y el uso de los alimentos como arma de presión económica y política, ha sido capaz de garantizar el derecho humano a la alimentación de toda su población a través de una política de Estado coherente, activa, participativa y de largo plazo sobre la base de una profunda reforma agraria, la valorización y apoyo de los pequeños y medianos productores y la participación y movilización de toda la sociedad. (Declaração final Fórum sobre Soberania Alimentar, 2001. p. 1).

Este fórum de Cuba reafirmou que a sustentabilidade não é simplesmente uma questão técnica. O que gera instabilidade é a lógica da ganância que cria insustentabilidade dos sistemas alimentares, e que ultrapassam os limites possíveis de produção da própria natureza.

A fome e a desnutrição de milhões de pessoas ao acesso de bens e recurso produtivos como a terra, o mar, as águas, as sementes, a tecnologia e o conhecimento não são frutos da fatalidade, nem de acidentes, nem de problemas geográficos ou climáticos. São sim consequências das políticas econômicas, agrícolas e comerciais em escala mundial regional e nacional, impostas pelos poderosos do mundo e suas corporações no desejo de manter sua hegemonia econômica e militar. O neoliberalismo promove vantagens corporativas, que produzem graves prejuízos para a sociedade e seus sistemas alimentares. E a lógica de importação de alimentos desmantela a produção local, a produção camponesa.

Afirmaram igualmente neste fórum em Cuba, o direito dos povos a construir sua política alimentar e rejeitam a visão de que os camponeses, pescadores artesanais, indígenas

não produzam de forma eficaz. Este é o argumento do paradigma do capitalismo agrário que vem em favorcimento à agricultura industrial imposta pelos governos, imposta pelos modelos hegemônicos do agronegócio.

Em Cuba elaboraram uma declaração intitulada: *Pelo direito dos povos a produzir, a alimentar-se e a exercer sua Soberania Alimentar*. Afirmam o direito à alimentação, declarando que a soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição, e garantir assim uma segurança alimentar permanente para todos os povos. Declararam que a soberania alimentar é:

Derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos 4 campesinos, esqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental (Fórum Mundial de Soberanía Alimentar, Cuba, 2001, p. 2)

Paralelamente ao evento do Fórum mundial da Alimentação + 5, a sociedade civil realizou seu Fórum com o tema “*Soberania Alimentar um direito de todos*”. Segundo Gordillo (2013), escrevendo um documento solicitado pela FAO, onde justifica o conceito segurança alimentar e demonstra que a soberania alimentar refere-se às decisões do Estado.

El concepto de seguridad alimentaria, adoptado por los Estados Miembros de la FAO, es, si se quiere, un concepto neutro en términos de correlación de fuerzas. No prejuzga sobre la concentración de poder económico en los distintos eslabones de la cadena alimentaria ni en el comercio internacional de alimentos ni en la propiedad de medios de producción clave, como la tierra o, más contemporáneamente, el acceso a la información. (Gordillo, 2013, p. VI).

Gordillo, na defesa da FAO e da neutralidade, diz que a FAO por ser um organismo intergovernamental não pode tomar uma única orientação para a produção de alimentos e que “La soberanía alimentaria está claramente orientada en primer lugar a la agricultura en pequeña escala, no industrial, preferentemente orgánica, que adopta la concepción de agroecología” (Idem, p. VI). Argumentos que condizem com as práticas da FAO e da maioria dos governos na orientação e no apoio à produção intensiva.

Aunque la FAO ha sido pionera en temas relacionados con mejores prácticas agrícolas, manejo sustentable de recursos naturales, el principio precautorio en relación con las OGM, agricultura verde, etc. por su naturaleza como organismo intergubernamental y multilateral no podría adoptar una posición enfática o única respecto a las distintas formas de producir alimentos. (Idem, p. VI).

Conclui dizendo que não há antagonismo e que a soberania alimentar tampouco é alternativa ao conceito de segurança alimentar, e que sim há que articular ambos os conceitos sob o direito a alimentação.

A avaliação dos participantes do Fórum das organizações da sociedade civil em sua declaração final declara que, “A soberania alimentar um direito de todos” e que nada mudou e ao invés de avançar se aprofundam os efeitos da globalização e da liberalização que intensificam as causas estruturais da fome e da má nutrição. Segue com seu firme compromisso político reafirmando que “somente políticas fundamentalmente diferentes, baseadas na dignidade e nos modos de vida das comunidades podem acabar com a fome”. (Declaração, Roma, 2002, p. 1). Constatam que as empresas multinacionais têm tomado os processos para si, com a “imposição de modelos de produção dependentes do exterior que tem destruído o meio ambiente e as formas de vida de nossas comunidades. ” (Idem, p. 1). Constatam também que as multinacionais têm criado a insegurança alimentar. Também afirma a sociedade civil que a soberania alimentar:

Es el DERECHO de los países y los pueblos a definir sus propias políticas agrarias, de empleo, pesqueras, alimentarias y de tierra de forma que sean ecológica, social, económica y culturalmente apropiadas para ellos y sus circunstancias únicas. Esto incluye el verdadero derecho a la alimentación y a producir los alimentos, lo que significa que todos los pueblos tienen el derecho a una alimentación sana, nutritiva y culturalmente apropiada, y a la capacidad para mantenerse a sí mismos y a sus sociedades. (Declaración do fórum por Soberania Alimentar e comercio, 2002, p. 2).

Os participantes do fórum da sociedade civil declararam sua conformidade com a declaração oficial e dizem é "más de la misma medicina" con las prescripciones destructivas que hacen empeorar la situación”. (Idem, p. 1). Em sua avaliação política, a declaração oficial não oferece esperanças de mudanças, por que:

Enfatiza la actual liberalización del comercio, que es la mayor fuerza que mina los medios de vida en todo el mundo, ha diluido el concepto del derecho humano a la alimentación, propone ajustes estructurales neoliberales más radicales en la óptica de los programas del HIPC, recomienda un mayor énfasis en la biotecnología y en la ingeniería genética, y fracasa en el apoyo de reforzar la producción de los pobres para los mercados locales o la redistribución radical del acceso a los recursos productivos, que es fundamental para un real cambio a mejor. En base a este plan de acción, sin un aumento de voluntad política o de los recursos no se llegará a obtener una mayor reducción del hambre o de la pobreza que subyace. (Idem, p. 02)

Defenderam que a soberania alimentar requer prioridade a sua produção para mercados locais; que é necessário assegurar preços justos e solidários; que é necessária a garantia da terra, água, bosques, pesca; que é necessário reconhecer o papel da mulher; que as comunidades devem ter o controle dos recursos produtivos; que é preciso proteger as sementes; e que é necessário investimento público que favoreça ao campesinato e a agricultura familiar. Neste sentido, se declaram em mobilização constante para alcançar os

objetivos de alimentar com qualidade o mundo.

Reforzaremos nuestros movimientos sociales y desarrollaremos las organizaciones de campesinos, mujeres, pueblos indígenas, trabajadores, pescadores y pobres urbanos en cada uno de nuestros países. Avanzaremos en la solidaridad y la cooperación regional e internacional y reforzaremos nuestras luchas comunes. Lucharemos por realizar reformas agrarias y pesqueras genuínas, reformas de pastos y bosques, y conseguiremos una redistribución comprensiva e integral de los recursos productivos en favor de los pobres y los sin tierra. (Idem, p. 2)

Em abril de 2007, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado no Mali, denominado Nyeléni. Em homenagem a uma camponesa deste País, que cultivou e alimentou sua gente, com a domesticação a semente do Fonio (uma espécie do painço), foi dado o nome de Nyeléni a este fórum que teve a participação de 500 lideranças de mais de 80 países, tendo a participação de camponeses, camponesas, agricultores familiares, pescadores tradicionais, povos indígenas, mulheres, crianças, jovens, consumidores, movimentos ecologistas e urbanos, além de pastorais e representantes de outros grupos religiosos, reafirmando que a alimentação é um direito básico e que só será alcançado com um sistema onde a soberania alimentar esteja garantida.² Requerem para si o direito de alimentar os povos do mundo a partir de sua história, e reafirmam que “Nuestra herencia como productores de alimentos es fundamental para el futuro de la humanidad”. (Declaração final fórum Nyeléni, 2007, p. 1)

De la misma manera en la que estamos trabajando con la comunidad de Sélingué para crear un espacio de encuentro en Nyeléni, nos comprometemos a construir nuestro movimiento colectivo para la soberanía alimentaria, forjando alianzas, apoyando nuestras diferentes luchas y haciendo que nuestra solidaridad, fuerza y creatividad lleguen a los pueblos de todo el mundo que tienen un compromiso con la soberanía alimentaria. Cada lucha por la soberanía alimentaria, independientemente de en qué lugar del mundo se libere, es nuestra lucha. (Idem, p. 02)

2 Fazemos uma homenagem a Dom Tomás Balduino que participou deste fórum, por sua batalha pela vida junto aos povos do campo, especialmente por sua atuação na criação e coordenação da CPT.

Figura 8 - Forum Nyéléni de Soberania Alimentar, Mali 2007



Fonte: Fotos de German Bedoya.

O fórum Nyéléni teve uma importância fundamental, pois foi o primeiro a acontecer independente das demais edições, onde a sociedade civil tem se reunido no marco de outros espaços da FAO e paralelamente. Este contribuiu na construção de estratégias de resistência para construir processos desde as bases, desde as comunidades, e as diversas representações da sociedade. Dirigentes, mulheres e homens, aliadas e aliados, dizem em sua declaração final que

La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos de forma sostenible y ecológica, y su derecho a decidir su propio sistema alimentario y productivo. Esto pone a aquellos que producen, distribuyen y consumen alimentos en el corazón de los sistemas y políticas alimentarias, por encima de las exigencias de los mercados y de las empresas. Defiende los intereses de, e incluye a, las futuras generaciones.. (Idem p. 1)

São numerosos sujeitos de diferentes movimentos, organizações e até de governos como Equador, Nicarágua, Bolívia, Costa Rica, Venezuela, Mali que têm adotado o conceito de soberania alimentar, por isso podemos afirmar que houve avanços desde 1996, como também tem avançado o conceito e as práticas por parte dos camponeses nas áreas de produção de alimentos.

A responsabilidade é coletiva e a proposta vem de quem partilha sua experiência em relação com a natureza e tem a clareza política da necessidade de uma construção social para alimentar o mundo, que venha da terra, que seja partilhada e que construir soberanias, e ter domínio do território material e imaterial, e isto cabe aos povos organizados, do campo e da cidade.

A Via Campesina coloca ao campesinato uma grande responsabilidade, desenvolver políticas que defendam a soberania camponesa. Isso significa expandir ideias, ou

seja territórios imateriais e territórios materiais, configurados em terras produtoras de alimentos saudáveis. A proposta da soberania alimentar reorganiza o comércio local e mundial. Coloca em questão a viabilidade do modelo do agronegócio. Defender o alimento, significa defender o território em que se produz o alimento. (Fernandes, 2008, p. 15)

Mais recentemente, em setembro de 2012, Via Campesina realiza um seminário internacional no México para fazer uma análise das políticas públicas e a soberania alimentar, e para realizar intercâmbio de experiências sobre o tema nos diversos países participantes. Reconhece que a correlação de forças é sempre o resultado de sua capacidade de organização, de mobilização, de pressão social e política, e nunca um presente do Estado. É o grito de ordem – Quem luta faz a lei. Portanto, toda conquista para o campesinato ou para os trabalhadores do campo e da cidade sempre será fruto de suas lutas. “As políticas públicas expressam a relação do Estado com a Sociedade e nestas políticas se concretizam as prioridades das ações no território, de acordo com a correlação de forças” (doc. de LVC, 2012, p. 22).

Mas a reflexão é de que, por se tratar de políticas públicas, dentro de um Estado Capitalista, com ressalvas a Cuba que tem sua agricultura protegida pelo Estado, “geralmente não são políticas capazes de trazerem alguma mudança de fundo mais estrutural, mas sim se caracterizam como sendo políticas de cunho mais compensatório” (Idem, p. 20) Mas, segundo o relatório do encontro no México, há políticas que podem fortalecer ou desmobilizar, as que transcendem a um período de governo, estas podem ser estratégicas.

Se, as políticas são de fundo assistencialistas e individualizadas, desmobiliza as organizações, enquanto que existem outras políticas que podem fortalecer as organizações de base, como por exemplo, a Política Pública de Aquisição de Alimentos que compra de cooperativas da agricultura familiar e camponesa e, ainda, o financiamento para os processos formação e capacitação das organizações. Destas últimas os movimentos podem se beneficiar, pois lhes permitem acumular forças e organização. (Idem, p. 23)

Ainda assim, as políticas públicas não são um fim em si mesmas, senão, quando conquistadas na luta e na mobilização, podem ser um meio de ir acumulando forças, de alcançar mudanças estruturais, de ir empoderando o campesinato, de abrir caminhos para uma relação com a sociedade quando oferece seu produto excedente para alimentar as cidades ou para trocas. Mas também é bom ficar alertas, porque as políticas públicas tanto são importantes para o campesinato, como para o agronegócio que também busca políticas que lhes dê sempre mais incentivos financeiros.

3.4 A agroecologia como parte da soberania alimentar

Mais do que um conceito, a soberania alimentar é um princípio que orienta a luta camponesa no Brasil e no Mundo. É uma proposta de produção e consumo que apoia os povos em sua luta contra o agronegócio, e contra as políticas neoliberais promovidas pelas instituições financeiras, pelo capitalismo, ao nível nacional e transnacional. Portanto, a produção de alimentos, sua distribuição e consumo fazem parte da soberania de um povo. Se é parte da soberania é inegociável e não pode estar dependente de vontades políticas de governos e empresas. A soberania, portanto, não é negociável.

Mas é preciso ter lentes especiais para não se deixar influenciar por argumentos do agronegócio para convencer os ingênuos. Vejamos argumentos da Monsanto, a quem condenamos, sobre sua ação no mundo, que em sua avaliação é eficaz e por isto há tanta solicitação e demanda de parte dos agricultores e dos governos, no mundo todo. Segundo Monsanto, em sua página, em 2010 foram 29 países que decidiram produzir cultivos GM e mais 30 países pediram permissão para fazer experimentos. Significando que o lobby da empresa sobre governos e sobre os camponeses tem a força da maior empresa que está exterminando a diversidade e o meio ambiente.

Durante os últimos 15 anos, a biotecnologia agrícola tem sido fortemente adotada pelos agricultores em diversos países ao redor do mundo e tem brindado significativos benefícios ambientais e econômicos a nível global. A rápida e crescente adoção dos últimos OGM a nível global refletem os benefícios desta tecnologia na produtividade, no meio ambiente, na economia, na saúde, nos benefícios sociais que se pode comprovar em diferentes países do mundo. (Monsanto, 2015, em sua página web, acessada em 12.04.2016)

O agronegócio tem um padrão centralizado, baseado em produtores corporativos de insumos, de companhias especializadas na produção de commodities, que leva em conta o lucro, onde quer que esteja e sem levar em conta qualquer outro movimento que o detenha deste insano caminho que está levando à decadência a biodiversidade e a uma sociedade doente.

Por sua vez, há um movimento de resistência sendo construído em quase todos os países do mundo em que se busca uma agricultura que recupere a ancestralidade, retome os circuitos curtos de produção, o consumo descentralizado, desde o local ao regional. Valter Silva do MPA, (2016, em entrevista nº 2) nos ajuda a entender que “a fome no mundo é causada pela concentração da produção e não pela falta de produção” e que é preciso articulação para poder integrar a produção camponesa para sua distribuição.

Este conjunto de coisas tem que estar articulado. Produção descentralizada por pequenas propriedades, agroindústrias descentralizadas e um sistema de distribuição que reúna esta produção e redistribua nos centros urbanos com pontos também pensados para isto (Silva, entrevista 2)

Peter Rosset nos dá a entender de que a luta é por transformar o modelo, desde os camponeses, desde os movimentos sociais que defendem seu espaço e o disputam com o agronegócio e seus aliados visto que

Tanto el agronegocio como los movimientos sociales rurales están intentando reterritorializar estos espacios, esto quiere decir, reconfigurarlos en favor de sus propios intereses, ya sean estos de extracción máxima de ganancias por un lado, o de defender y (re)construir comunidades por el otro. Un aspecto importante es que estamos hablando no solo de una batalla de tierras per se pero también de una batalla de ideas. (Rosset, 2013 p.3)

Para o camponês Valter do MPA, referindo-se à produção para a soberania alimentar, a agroecologia privilegia o local, o regional, e precisa de uma logística própria e que ainda não existe.

Este conjunto de coisas tem que estar articulado. Produção descentralizada por pequenas propriedades, agroindústrias descentralizadas e um sistema de distribuição que reúna esta produção e redistribua nos centros urbanos com pontos também pensados para isto. (Valter Silva, entrevista nº 2)

Em dialética da agroecologia, Samuel Pinheiro Machado aprofunda esta ciência como um fazer diário, onde não há receitas e diz que ha que respeitar os conhecimentos ancestrais, de tantos povos anteriores, e por isto neste modelo a experiência é o essencial.

Sendo a agroecologia uma ciência racional, implica axiomáticamente, raciocínio, cérebro. As decisões são alicerçadas na pesquisa, e nos saberes consagrados pela prática... As decisões são tomadas através da aplicação dialética de princípios, em face de cada realidade (Machado, 2014 p.22-23)

O protagonismo em busca de aplicação dos princípios supremos de respeito ao meio ambiente, para a construção de uma produção limpa, passa também pelo conhecimento e troca de conhecimentos com os vizinhos, já que um fato pode ocorrer não somente em uma produção, mas em outros espaços do mesmo bioma. É a experiência cubana conhecida como Campesino a Campesino, de troca de experiências e informações.

Machado diz ainda que o agronegócio vai exatamente ao contrário da agroecologia, e que não se compra no comércio de insumos a solução para eventos na natureza que necessitam da capacidade de observação do camponês e da camponesa. Reflete então que a conduta é muito diferente,

É uma conduta frontalmente contrária à agricultura industrial, o agronegócio, onde o técnico, o profissional ou o produtor apenas seguem uma receita, num roteiro fechado, igual para todos os casos. Não é o agricultor, independentemente da escala,

grande ou pequena, o dono do seu próprio negócio, porque ela não decide, pois quem decide é o vendedor de insumos, maquinas e semente. É o pacote (Idem, p.23)

Defender-se das formigas, defender-se dos insetos com produtos solúveis, é segundo Pinheiro “a negação da proteção da natureza” (Idem, p. 31) e que “a invenção do DDT, em 1939, por Paul Muller, na Suíça, gera uma nova e promissora frente para a reprodução do capital: os agrotóxicos. Agrava-se a negação” (Idem, p. 31)

A agroecologia é parte da soberania alimentar porque está baseada no conhecimento camponês diverso, permite autonomia porque defende a produção de insumos da própria realidade, reproduz e partilha as sementes e convive com a contradição da própria natureza para dela extrair vida.

Machado, que escreve 'A dialética da Agroecologia', a partir da observação na realidade, nos ensina que não existem receitas universais que nos sirvam a todo espaço da terra quanto a implantação da agroecologia. Como nos tempos de Marx, que observando o funcionamento da sociedade industrial escreve o Capital e nos dá elementos que até hoje são válidos na interpretação da realidade que é dialética, que se modifica e constrói o novo. Mas primeiro é preciso entender a complexidade natural da prática, onde,

A natureza é formada em sua extraordinária complexidade, de onde saem os elementos para o permanente movimento e equilíbrio/equilíbrio e movimento, não está formada por uma ou outra espécie. Ao contrário, está integrada por uma complexidade dinâmica incomensurável composta por vegetais e animais, por macro, meso e micro-organismos, tudo isto integrado em ambientes aéreos e terrestres – solo e subsolo – de onde emerge a harmonia dialética do movimento. (Idem, p.31)

Além do que, para descobrir onde se firma a agroecologia, é preciso começar por desconstruir o saber dominante, abandonar receitas, deixar dogmas, e reconstruir processos. Antes da revolução verde que trouxe a expansão e a solução no monocultivo baseado nos defensivos agrícolas que danificaram a mãe terra e fizeram sofrer o meio ambiente, em muitos casos até a destruição de matas, rios, animais e toda diversidade que ainda possa resistir às máquinas da morte, já tínhamos processos de produção agroecológicos que respeitavam a natureza. A Revolução verde trouxe inovações destruidoras com o auspício de grandes empresas das sementes, dos venenos, das máquinas.

Segundo Machado, ha que entender que a agroecologia está centrada na negação, de que é respeitar os tempos da natureza, sua ancestralidade e milenariedade, pergunta como podemos superar a contradição inicial desta negação?

Voltando aos processos naturais, mas incorporando necessária e axiomáticamente os incomensuráveis avanços da ciência, da tecnologia, da cultura, porque a agricultura

tem que produzir para a humanidade, e isto, em uma nova e gigantesca escala. (Idem, p. 32)

A agroecologia, portanto, não é somente uma ferramenta e uma alternativa alimentar para os pobres, mas é uma das estratégias para recuperar e resgatar os sistemas produtivos do universo, nosso planeta, e sair da crise climática que o capitalismo com sua necessidade de acumular e concentrar mercadorias e meios de produção.

A Via Campesina em seu primeiro encontro mundial sobre agroecologia e sementes em 2012, em Surin na Tailândia, diz que por sua experiência, a agroecologia é uma parte estratégica para a construção da soberania popular e alimentar, e diz que

No podremos alcanzar la soberanía alimentaria si la agricultura depende de insumos controlados por las corporaciones, si los impactos de la tecnología destruyen la Madre Tierra, si no confrontamos la mercantilización y la especulación de los alimentos y de la tierra, y si no conseguimos un mejor sustento para aquellas personas que proporcionan alimentos saludables y accesibles a la comunidad (declaração do encontro na Tailândia, p.2)

Neste encontro de Surin, a Via Campesina destaca que a agroecologia é uma parte das respostas necessárias nos dias atuais, onde o agronegócio transformou a agricultura em negócio e o alimento em mercadoria, além de extrair da terra toda energia para produzir com agrotóxicos, com insumos assim depredando-a. Acredita que a agricultura em pequena escala e agroecológica,

A pesar de la creencia errónea de que los sistemas del agronegocio son más productivos, sabemos que los sistemas agroecológicos pueden producir más alimentos por hectárea que cualquier monocultivo, a la vez que producen alimentos más saludables, más nutritivos y directamente al alcance de los consumidores (Idem, p. 2)

A Via Campesina ainda acredita que diante da crise ambiental causada pela alta exploração da terra pelo agronegócio e pelos monocultivos, a agricultura agroecológica pode esfriar o planeta, porque,

La agricultura campesina con la agroecología y la diversidad enfría el planeta manteniendo el carbono en el suelo, y proporcionando a los campesinos y a la agricultura familiar los recursos necesarios para ser resilientes a los cambios climáticos y el aumento de las catástrofes naturales. (Idem, p.2)

Além do mais, somente a agroecologia reforça o cuidado com a Mãe Terra, defendida pela Bolívia como um ser vivo e permite a construção do bem comum de forma coletiva, em mutirão, com responsabilidade social, tendo a soberania alimentar como pilar a ser construído e buscado de forma solidária e comunitária e com isto respeitando o meio ambiente em sua territorialidade.

A través de la agroecología, transformaremos el modelo hegemónico de producción

alimentaria, permitiendo la recuperación del ecosistema agrícola, reestableciendo el funcionamiento del metabolismo naturaleza-sociedad y cosechando los productos que alimentarán a la humanidad. Como dicen los campesinos filipinos “Kabuhanan, Kalusugan, Kalikasan” (por la economía, por la salud y por la Naturaleza). (Idem, p. 02)

Se levarmos na realidade a construção da soberania alimentar, chegaremos a conclusão de que o tema da fome “não é somente disputa conceitual, mas disputa de modelos de desenvolvimento, de formas de organização política da sociedade que produz diferentes territórios” (Fernandes, 2008. p. 1) Com isto, Fernandes coloca o tema da fome em outros marcos, já que o agronegócio defende a produção acelerada na justificativa de acabar com a fome e a agroecologia coloca o tema da fome como parte de um modelo que integra homem e natureza e seus coletivos. Mas fome neste caso é a concentração dos territórios, da terra, a falta da reforma agrária, a cooptação dos governos aos programas do agronegócio e são estes elementos que geram fome porque geram desigualdades e falta de acesso aos alimentos.

Em Fernandes (2008, p. 13), podemos entender que dentro da proposta da Soberania Alimentar há múltiplas questões e temas como “a fome, o alimento, a política pública, o modelo de desenvolvimento, relações sociais, tecnologia, trabalho, governo, campesinato, agronegócio, questão agrária”. “Defender a proposta de Soberania Alimentar é transformá-la em Políticas Públicas, que significa assumir uma posição contra as políticas de *commodities*, das agriculturas exportadoras do agronegócio que provocam a fome no mundo”. (Idem, p. 13)

Fernandes, diz que “por isto os camponeses trabalham com a **agricultura** e as corporações com o **agronegócio**”, (Idem, p. 14) como já o temos dito antes. Agroecologia é diversa, respeitosa, construtora de biodiversidades. Já o agronegócio tem embutido em sua própria definição o que o faz ser produtor de monocultivos, a toda e qualquer forma, com a única razão do negócio, do comércio, do lucro, da especulação. Por isto a soberania alimentar pensa a produção local, porque se cada comunidade, cada povo alimentar seu entorno não é necessário importações ou exportação de alimentos, a não ser nos casos extremos de problemas climáticos mundiais assim o justifiquem.

Retomando Pinheiro Machado (2014), ao definir soberania alimentar, afirma ou reafirma a precondição da soberania alimentar para soberania política e ironiza dizendo que a situação do Brasil neste caso é delicada, como o é delicada em nosso ver a soberania de quase todos os países do mundo, com raras exceções como Cuba que resiste a todo bloqueio e galanteio do capitalismo. Diz ele que

A capacidade que tem um país de alimentar sua população com produtos provenientes de sua agricultura – animal e vegetal – importando apenas um ou outro

alimento que, mais por razões culturais que agrícolas, não são produzidos. Mas, a dieta básica – calórica/proteica – é suprida com alimentos cultivados livremente dentro de suas fronteiras. A Soberania Alimentar é precondição para a soberania política. Nesse sentido, a situação do Brasil é delicada e vulnerável (Machado, p. 85)

Rosset e Martínez (2013), escrevendo no Livro Aberto da Via Campesina em celebração a seus 20 anos de organização e lutas, preparando sua VI Conferência Internacional que aconteceu em Jakarta, Indonésia em 2013, escrevem sobre a Via Campesina e a Agroecologia para entender a grande importância deste processo no momento atual, na busca de autonomia e maior controle do território, e o reinventar práticas camponesas que historicamente e ancestralmente são práticas de solidariedade e de quem vive em contato com a natureza e por isto recampesinando-se.

Para los campesinos y agricultores familiares, y sus movimientos, El Libro abierto de la Vía Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza 16 la agroecología ayuda a construir autonomía de los mercados desfavorables y recuperar los suelos degradados; y los procesos dentro de los movimientos sociales ayudan a llevar a mayor escala estas alternativas. Finalmente, esta (re)invención de las prácticas campesinas es parte de la (re)configuración de los espacios materiales e inmateriales intensamente disputados, como territorios campesinos en el proceso de recampesinación. (Rosset y Martínez-Torres, p. 16).

Defendem que tanto os movimentos sociais como o agronegócio disputam espaços e território e tem seus espaços de articulação em alianças internacionais. Para o bem ou para o mal e isto também é uma batalha de ideias. Ideias de extrair o mais que se possa da terra, de suas riquezas, de sua biodiversidade ou ideia de trabalhar de forma harmônica com a natureza, para produzir alimentos de forma diversificada e para “la preservación de la herencia y tradición cultura” (Idem, p. 16) enquanto território onde vivem os seres humanos e animais.

Tanto el agronegocio como los movimientos sociales rurales están intentando reterritorializar los espacios rurales, esto quiere decir, reconfigurarlos en favor de sus propios intereses, ya sean estos de extracción máxima de ganancias, por un lado, o de defender y (re)construir comunidades por el otro. Un aspecto importante es que estamos hablando no solo de una batalla de tierras per se, pero también de una batalla de ideas. (Idem, p.3)

Também em 2010, na Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas realizada em Cochabamba, Bolívia, com a presença de 35 mil pessoas, de 140 países, para discutir os direitos da *Madre Tierra*, de nossa Mãe Terra, Pachamama, discutem que o capitalismo é a principal causa estrutural das mudanças climáticas. A declaração, entregue pelo governo boliviano à ONU, reivindica que a terra tem o direito a ser respeitada em sua regeneração, em seus ciclos, em seus processos, sem a intervenção humana ou de lixos tóxicos ou radioativos. Portanto, diz a declaração final que a humanidade pode escolher na disputa entre aprofundar o

capitalismo que gera depredação e morte ou buscar o caminho que construa harmonia com a natureza e respeito com a vida.

Requerimos forjar un nuevo sistema que restablezca la armonía con la naturaleza y entre los seres humanos. Sólo puede haber equilibrio con la naturaleza si hay equidad entre los seres humanos.

Planteamos a los pueblos del mundo la recuperación, revalorización y fortalecimiento de los conocimientos, sabidurías y prácticas ancestrales de los Pueblos Indígenas, afirmados en la vivencia y propuesta de “Vivir Bien”, reconociendo a la Madre Tierra como un ser vivo, con el cual tenemos una relación indivisible, interdependiente, complementaria y espiritual. (Declaración final Conferência Mundial do Clima, Cochabamba, 2010, p. 02).

Nesta conferência de Cochabamba, a 17ª mesa de debate foi uma exigência e uma construção dos movimentos associados à Via Campesina e seus aliados, com o tema: Agricultura e Soberania Alimentar. Tal processo visava construir consensos e aprofundar a leitura e diagnóstico para formular propostas diante do avanço da Crise climática. Em tal mesa também concluem que um dos graves problemas e desafios à soberania alimentar são as mudanças climáticas que já afetam a todos os povos do mundo e um dos responsáveis é o agronegócio, a agricultura industrial que mercantiliza a produção, concentra terra, concentra e utiliza de grande soma de água doce para os monocultivos. Entretanto, a soberania alimentar tem outra lógica e deve ser entendida como

O direito dos povos a controlar suas próprias sementes, terras, águas e a produção de alimentos, garantindo, através de uma produção local, autonomia (participativa, comunitária e compartilhada) e culturalmente apropriada, em harmonia e complementação com a Mãe Terra, o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos, aprofundando a produção de cada nação e povo. (Idem, p. 4)

No ponto 10 da declaração final desta 17ª mesa há o comprometimento dos movimentos sociais e organizações populares de

Seguir lutando por um conjunto de soluções e mobilizar-nos até conseguir que os governos cumpram com seu dever de levá-las adiante. Colocaremos ao centro de nossos esforços a construção da Soberania Alimentar, defendendo e apoiando a agricultura camponesa e indígena como geradoras de alimentos, dignidade e identidade e como uma alternativa real e concreta para esfriar o planeta, colocando a equidade de gênero como eixo de nossas ações (Declaración mesa 17ª. Na Cumbre de los Pueblos sobre Cambio Climático de Cochabamba, N° 10, p.02)

Ainda neste tema da agricultura e soberania alimentar não pode nos escapar despercebida a questão que as mulheres reivindicam, e com razão, é que a soberania alimentar tem cara, coração, mão, energias, criatividade das mulheres. Vale aqui trazer uma reflexão de Pamela Caro, em 2013, também para o livro aberto da Via Campesina, em que traz reflexões de outras mulheres como Irene León, Lúcia Senra, Francisca Rodrigues, e que destaca a invisibilidade das mulheres nas estatísticas oficiais e inclusive invisíveis quanto a sua

contribuição na economia agrícola. Diz Pamela Caro que as mulheres

Tem estado historicamente vinculadas ao descobrimento, investigação e criação da alimentação, desde a invenção da agricultura. Tem experimentado, mesclado sementes, selecionado o que é comestível e o que não é comestível, preservado alimentos, inventado e refinado a dieta, culinária e seus instrumentos. Tem uma larga tradição de re-coletar, escolher e propagar variedades de sementes para seus usos alimentícios e medicinais. São as protetoras primárias dos recursos genéticos no mundo e da biodiversidade. São as protetoras primárias dos recursos genéticos no mundo e da biodiversidade. E definitivamente, tem desenvolvido mecanismos de produção, processamento, distribuição; mas lamentavelmente, enfrentando as relações desiguais de trabalho não pago. Apesar da enorme importância social e econômica que tem estas atividades são invisíveis nas estatísticas oficiais (Caro, 2013, p.6)

Mas como o diz Caro, no discurso, a proposta de soberania alimentar é inclusiva, para homens e mulheres e traz o tema da justiça de gênero e igualdade, mas na prática ha uma agenda de reivindicações larga que precisa ser processada e vencida pelo campesinato neste processo de produção de alimentos. Especialmente os desafios da Reforma Agrária que incluia a mulheres e homens, a tomada de decisões e a relação com o mercado de forma igual e partilhada, o Acesso equitativo á terra, ao crédito, a capacitação. E por fim, as mulheres sabem como fazer e podem fazer e aos poucos estão construindo soberanias em que na sociedade nova que desejamos mulheres e homens, jovens e crianças tenhamos participação na transformação da mesma.

4 A SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL

Figura 9 – Produtos da Reforma Agrária, Mística



Fonte: Kiko Machado (pag. do MST)

4.1 A construção da soberania alimentar no Brasil

Quando iniciamos os estudos para escrever este capítulo, estávamos num Estado de democracia eletiva, quando se respeitava a vontade popular dos 54 milhões de votos que elegeram a Presidenta Dilma Rousseff, em outubro de 2014. Nas proximidades da qualificação, em outubro de 2015, estávamos vivendo os primeiros resultados do golpe articulado por parte dos poderes legislativo e judiciário que destituiu um governo que diminuiu a desigualdade para colocar um governo cujas políticas privilegiam os interesses do capital nacional e internacional, eliminando grande parte das políticas públicas criadas durante os governos Lula e Dilma e destruindo conquistas de anos de luta da classe trabalhadora, que inclusive lhes custou muitas vidas. Este trabalho estuda o momento anterior ao golpe e foca as políticas públicas que foram fundamentais para diminuir a desigualdade e que desde então foram descontinuadas com o governo que é conhecido como golpista.

Evidente que o golpe não apagará os resultados de políticas que iniciaram com os programas Fome Zero e com o Brasil Sem Miséria, ao menos no território imaterial, mesmo que a realidade tenha outro fim de tais políticas. Elas são referências, a continuação do projeto de desenvolvimento voltado para diminuir as desigualdades.

Os últimos governos no Brasil, especialmente Lula (2003-2011) e Dilma (2012-2016), construíram políticas públicas dentro do programa Fome Zero do governo do presidente Lula e do programa Brasil Sem Miséria do governo da presidenta Dilma, de grande relevância para a soberania alimentar, em conjunto com organizações da sociedade organizada, do campo e da cidade que o levaram a sair do mapa da fome. Segundo a FAO em seu relatório SOFI 2014, conforme página da ONU Brasil do dia 28 de maio de 2015, sustenta que o Brasil saiu do mapa da fome, acredita-se que isto se dá segundo as políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional dos últimos anos com o fortalecimento da agricultura familiar camponesa que também lhes permitiu capacidade de mercado institucional e organização da produção

Novo relatório sobre o Estado da Insegurança Alimentar no mundo destacou que o Brasil tirou milhões de pessoas do mapa da fome não apenas por conta dos programas de transferência de renda. Fatores como fortalecimento do poder aquisitivo das mulheres e a melhoria da renda dos mais pobres também contribuíram para que país tivesse menos de 5% de sua população em situação de subnutrição. (ONUBR página web, 05/2015)

O grande desafio da Via Campesina tanto internacional como do Brasil é construir a soberania alimentar e lutar para desconcentrar a propriedade da terra, como uma luta permanente, independente de quem está na presidência do país. No entanto, as mudanças necessárias na estrutura fundiária jamais permitiram a sua desconcentração, nem mesmo nos governos mais populares como os últimos do PT. Um exemplo pode ser visto na tabela 1. Mesmo nos últimos trinta anos em que ocorreu o crescimento da luta pela terra, observe que o índice de Gini continua acima de 0,800, isto quer dizer que a desigualdade e a concentração da renda têm aumentado. A permanência da concentração beneficia a aliança latifúndio-agronegócio que numa aliança estratégica com o capital financeiro se utilizam da maior parte das terras para produção de *commodities*. Parte dos territórios camponeses também produz *commodities* e outra parte tem feito ou está fazendo a transição para a agroecologia, contribuindo para a construção da soberania alimentar. Nem mesmo os governos Lula e Dilma desenvolveram políticas para a desconcentração, promoveram processos de construção ao nível nacional da agroecologia, mas não tiveram forças de fazer passar uma legislação que

regulasse o processo, mesmo com toda mobilização de parte da sociedade civil e do campesinato.

Tal situação permanece inalterada quando a territorialização da terra, que inclusive nestes últimos governos em que poderiam ter feito a diferença e ter atendido as demandas do movimento camponês que luta pela terra e por territórios camponeses, percebe-se que o próprio MDA que era visto como um ministério da agricultura familiar pequena, nunca teve forças para enfrentar o paradigma do capitalismo agrário que sempre ampara o agronegócio. Mesmo assim, com vontade política conseguiram implementar o PAA e o PNAE que trouxeram elementos importantes, dando aos poucos que conseguiram ser atendidos pelos programas, condições de ter renda diferenciada, ampliar espaços e mercados para colocar sua produção e ampliar a capacidade organizativa. Serve de exemplo tais políticas para a agricultura familiar camponesa de que quando houver políticas que atendam a este setor, os resultados positivos são evidentes e sentidos ao nível local, nacional.

Figura 10 – Mudanças da estrutura fundiária por classe de área

TABELA 1 - BRASIL - MUDANÇAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSE DE ÁREA 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 E 2014								
Classes de Área (ha)	1998		2003		2010		2011	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83
ÍNDICE DE GINI	0,838		0,816		0,838		0,839	
Classes de Área (ha)	2012		2014					
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)				
TOTAL	5.498.451	597.018.808,73	6.140.118	740.401.645,78				
Menos de 1	117.301	58.875,48	274.671	68.179,10				
1 a menos de 2	168.738	229.075,39	183.693	250.433,37				
2 a menos de 5	759.005	2.549.567,34	841.217	2.827.508,40				
5 a menos de 10	829.862	5.996.899,20	908.886	6.566.924,32				
10 a menos de 25	1.391.712	22.560.429,52	1.499.140	24.305.032,47				
25 a menos de 50	860.300	30.210.990,87	932.481	32.802.217,70				
50 a menos de 100	611.745	42.414.477,17	665.642	46.170.133,05				
100 a menos de 500	593.026	122.332.189,00	645.700	133.446.464,51				
500 a menos de 1.000	85.437	59.426.508,45	93.658	65.276.368,53				
1.000 a menos de 2.000	41.206	56.933.642,14	48.234	66.717.495,31				
2.000 a menos de 5.000	31.865	93.781.039,50	36.639	108.793.966,83				
5.000 a menos de 10.000	6.157	44.106.421,27	7.100	50.696.144,66				
10.000 a menos de 20.000	1.113	15.263.453,08	1.591	21.770.955,74				
20.000 a menos de 50.000	627	18.502.428,82	879	26.261.973,04				
50.000 a menos de 100.000	138	9.701.272,64	222	15.806.316,49				
100.000 e mais	219	72.951.538,86	365	138.641.532,26				
ÍNDICE DE GINI	0,833		0,860					

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016. www.ftunesp.br/mera

Fonte: Data Luta 2016.

Diante dos fatos e do aprofundamento do modelo de agricultura do agronegócio, baseado na concentração da terra, também continua o enfrentamento e a luta dos Sem Terra, como afirma um dirigente do MST na Bahia durante jornada nacional de luta contra os latifúndios em setembro de 2015, na ocupação da Fazenda Piramboia no município de Itanhém, no sul da Bahia, em uma ação no latifúndio. “Nossa luta é contra este modelo de estado burguês que fortalece a concentração das riquezas e não garante direitos da classe trabalhadora” (páginas do MST, de 28.09.2015).

Concentração de terra também significa concentração de riqueza e, portanto, de poder, que geram cada vez mais desigualdades. Nas reflexões de Carvalho, temos a clara noção do que significa, em escala nacional, esta desigualdade e seus impactos no território:

Ha décadas que se registram a manutenção dos índices elevados de concentração da terra, de grilagem de terras públicas, de devastação florestal, de degradação biológica das águas doces e de desprezo social explícito pelos povos tradicionais brasileiros (os quilombolas, os ribeirinhos, os extrativistas, os assalariados rurais e os camponeses pobres) numa estratégia dominante de segregação social, facilitando, sobremaneira, a exploração econômica e a subalternidade dos povos do campo pelas empresas capitalistas. (Carvalho 2014, p. 1)

Esta situação leva a total insegurança alimentar de famílias, de comunidades inteiras, de regiões e coloca na insegurança todo um País, especialmente nos dias de hoje, associado à expansão desordenada dos agrocombustíveis e agrotóxicos que fragilizam a produção e contaminam cultivos, terra, as águas. De acordo com Rigotto, 2011:

Quem produz alimentos, quem produz comida realmente no Brasil, é a agricultura familiar. No ano de 2008, mais de 50% dos agrotóxicos consumidos no Brasil foi nas plantações de soja. Essa soja é em grande parte exportada para ser transformada em ração animal e subsidiar o consumo europeu e norte-americano de carne. Então, isso não significa alimentação para o nosso povo, significa concentração de terra, redução de biodiversidade, contaminação de água, solo e ar e contaminação dos trabalhadores e das famílias que vivem no entorno desses empreendimentos. (Rigotto, in Azenha, 2011, p. 1)

Contraditoriamente os governos Lula e Dilma permitiram a expansão do agronegócio e ao mesmo tempo, das políticas públicas voltadas para a soberania alimentar. Desta forma ficou fragilizado igualmente o programa de combate à fome e à miséria proposto pelo programa Brasil Sem Miséria, cujo discurso do fim da fome e da miséria com políticas paliativas que não tocam no patrimônio dos ricos, nem das indústrias, nem do latifúndio, nem do agronegócio, nem do mercado financeiro. Governos de esquerda têm reproduzido as fórmulas neoliberais, porque lhes falta um projeto de desenvolvimento da sociedade que rompa com o ciclo de acumulação de capital e que organizem a sociedade para acesso a direitos iguais.

Em 16 de setembro de 2014 a FAO anunciou que o Brasil saiu do mapa da fome fruto de uma decisão política, o segundo o vice-ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil, Marcelo Cardona diz que “é com esse conjunto de políticas coordenadas ligadas às ações em torno da agricultura familiar que o Brasil conseguiu superar a pobreza extrema e deixar o mapa da FAO” (Cardona, FAO-BR 2014, p. 1).

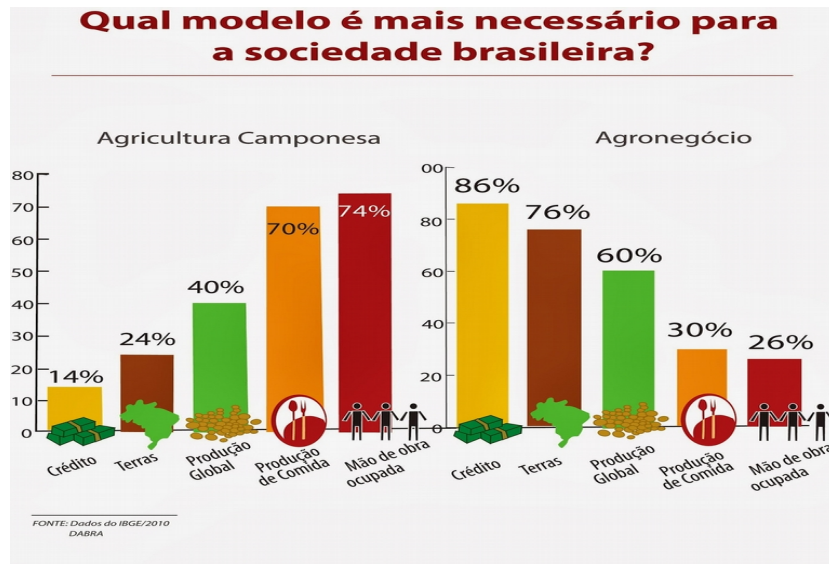
Segundo a FAO, contribuíram para este resultado positivo o aumento da disponibilidade de alimentos, aumento da renda dos mais pobres com o crescimento do salário mínimo para pagar pelo preço dos alimentos e o bolsa família para 14 milhões de famílias, e o programa alimentação escolar para mais de 43 milhões de crianças e jovens com refeições diárias.

Este resultado alcançado pelo Brasil não é uma coincidência", afirmou o vice-ministro. "É o resultado de muito trabalho e de uma decisão política do governo brasileiro, que investiu nos mais pobres por meio de políticas que possam realmente contribuir para a redução da fome. (Idem, p. 1)

Por sua vez, a miséria e a pobreza são frutos de problemas estruturais e não somente conjunturais, que não se resolvem com um mandato ou sucessivos e muito menos após um golpe na democracia como é o momento brasileiro neste ano de 2016. A miséria e fome infelizmente são históricas e conjunturais. É a falta de casa, a falta de saúde a falta de recursos para adquirir alimentos. É a concentração da terra, é a existência de Sem Terras, o desemprego, entre outras. Mas por traz de suas consequências esconde as várias faces protegidas pelo próprio capitalismo que monopoliza os destinos do mundo, e faz crer que se há pobres é porque estes não fazem esforço para o trabalho ou então que enquanto uns trabalham outros ganham bolsa família.

Na figura 11 podemos ver as disputas de modelos de desenvolvimento do campo no Brasil: agronegócio e campesinato. O campesinato produz alimentos saudáveis e recebe o menor investimento desde o Estado, no entanto o agronegócio que produz em forma de monocultivos, degradando a terra, produzindo commodities para exportação é quem recebe mais recursos. São dados do IBGE 2010 que estão retratados na tabela abaixo.

Figura 11 Dados de produção camponesa e do agronegócio



Diante do quadro acima, onde fica muito mais claro o que com palavras temos dificuldade de dizer, é de que a agricultura familiar camponesa é quem alimenta e quem produz, mesmo sem as condições necessárias como terra, créditos, incentivos. Produz com a própria força da família, do coletivo, da associação. Por sua vez o agronegócio acumula créditos, terra para uma produção nada superior ao campesinato e ocupando máquinas que substituem a mão de obra humana do próprio campesinato.

Por isto, os programas de governo deveriam ter continuidade e garantir que a produção camponesa tenha espaço nas compras governamentais, no sentido de se tornarem instrumentos de incentivo e criação de mercados para a agricultura familiar camponesa, O PAA e o PNAE foram programas que contribuíram ao Direito Humano a Alimentação e Nutrição Adequada, no sentido de promover a produção e o acesso a alimentos, que são necessários para a construção de soberania alimentar nos territórios, podendo ser em conjunto com o Estado a garantia de alimentos saudáveis para escolas, hospitais, creches, casas de idosos, refeitórios públicos, além de viabilizar melhorias na qualidade de alimentação da população e suas comunidades.

³ Segundo página da jornada de agroecologia, em matéria nomeada “Pequenas propriedades têm 95,9% de produção ativa contra 3% das grandes” a tabela é do Professor Doutor em Geografia da UFPB, Marco Antonio Mitidiero Junior, que criou tabelas comparativas em cima de dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006 que reafirmam que o setor da agricultura camponesa é mais produtivo do que os grandes.

NO entanto, há um contra – movimento de oposição e resistência, especialmente das grandes cadeias de alimentação a que tais políticas públicas como o PAA e o PNAE atendam e fortaleçam ao campesinato, o que tem gerado processo que judicializam a organizações camponesas na ponta, na acusação de irregularidades operativas. As resistências vêm exatamente porque há uma normatização na compra de alimentação e na compra pública garantidas no PAA que favorecem a produção da agricultura familiar camponesa. Tal modelo que busca desqualificar por irregularidades operativas, que judicializam aos agricultores camponeses é o mesmo que querem o domínio desde as sementes, a produção e o domínio do mercado público e assim tornar o campo um espaço dominado pelo agronegócio. Enquanto tivermos políticas públicas que favoreçam aos “pequenos”, que na verdade juntos são os grandes produtores de alimentos saudáveis, estaremos em luta permanente com os interesses dominadores e por isto é preciso fortalecimento e unidade do campo popular, na cidade e no campo.

4.2 Políticas públicas para a soberania alimentar no Brasil

O Direito Humano a Alimentação está garantido por diversos tratados internacionais de direitos humanos, dentre eles o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) da ONU. E o Brasil assinou adesão ao mesmo em 6 de julho de 1992 segundo decreto 591, comprometendo-se a cumprir com o determinado pelo mesmo.

Fruto deste compromisso, dos estudos como os de Josué de Castro ainda em 1984 em que traz o problema da fome e má nutrição, o tema passa a fazer parte da agenda política brasileira, tendo claro que fome e má nutrição não são fenômenos naturais, mas sim sociais, estruturais e políticos. Desde Josué de Castro com seu estudo no livro Geografia da Fome, muitos outros eventos e compromissos começaram a ser assumidos pelos políticos que o seguem.

Em 1993 surge no cenário nacional o Betinho – via Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, que juntamente com diversas organizações da sociedade civil lançam o programa Ação da Cidadania contra a Miséria e a Fome e pela Vida. E em seguida o presidente Itamar Franco define como metas de seu governo combater a fome a miséria e cria

o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Mas como se diz nos movimentos sociais quando um governo não quer resolver os problemas cria um conselho, um grupo. Assim foi e logo no início do governo Fernando Henrique Cardoso extingue o CONSEA que só será recriado em 2003 pelo governo Lula após lançar o programa Fome Zero.

Tal construção revela a preocupação do Estado Brasileiro, no primeiro ano do Governo Lula, com a Segurança Alimentar e com a própria soberania nacional. Ambas, tem o objetivo primordial de garantir ações em vista de buscar a garantia do Direito Humano a Alimentação adequada, que requer ações públicas que devem ser participativas, articuladas e intersetoriais. Para isto, as dimensões da alimentação e nutrição ganharam nova dimensão após a aprovação da LOSAN, lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 que cria o SISAN, Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O direito à alimentação é um dos direitos fundamentais da humanidade, definidos num pacto internacional onde o Brasil é signatário. Esses direitos requerem condições necessárias e essenciais para todo ser humano de forma igualitária e sem discriminação. A lei diz que é um direito inerente à dignidade da pessoa humana e fundamental para garantir seu direito consagrado a uma vida digna.

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável a realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (Art. 2º da lei 11.326, p. 3)

Em seu artigo 4º a LOSAN diz que a segurança alimentar abrange: a ampliação do acesso a alimentos, por meio da produção da agricultura familiar, incluindo alimentos e água, a conservação da biodiversidade, a garantia da qualidade biológica e a implementação de "estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País". (Idem, p. 4)

Já o termo soberania alimentar se encontra no decreto 7.272 de agosto de 2010 no capítulo II quando define os objetivos e diretrizes do SISAN e sua política, como "apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais", (decreto 7272, cap. II, art. 2º). Sem aprofundar o tema reconhece, mesmo que muito de leve, que superar a miséria e a fome é muito mais que assegurar alimentos. Percebe-se esta preocupação, de que só um povo soberano pode alimentar a si mesmo por meio de processos

que incluem a produção saudável de alimentos e o acesso autônomo aos mesmos, sem interferência dos Estados, que podem mudar suas políticas quando mudam seus comandos.

Mas, a elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças, onde tem força as organizações de trabalhadores e suas lutas já diz Fernandes que as políticas podem ter significativo avanço quando respeitados os processos organizativos.

Nas últimas décadas, os movimentos camponeses têm conseguido influenciar mais a elaboração de políticas de desenvolvimento para a agricultura, pecuária, mercado, indústria, educação, saúde, habitação... disputando com as corporações capitalistas, denominadas de agronegócio. (Fernandes, 2015, p. 2)

Na construção de alternativas, quando é discutida pelas organizações e pelos gestores do Estado, vem para fortalecer os espaços coletivos. Uma proposta quando tornado política pública tem a capacidade de ampliar a construção de sistemas mais inclusivos especialmente quando o Estado respeitar as decisões da sociedade e organizar o processo.

A elaboração de políticas públicas para promover o desenvolvimento são possibilidades de construção de alternativas, pois uma política pode fortalecer ou enfrentar o sistema hegemônico... pois é este conjunto de políticas que tem provocado às mudanças recentes no País. (Idem, p. 19)

Podemos ver nos governos dos últimos períodos já iniciando com Fernando Henrique Cardoso em 2001, com programas como o bolsa alimentação, o bolsa gás, bolsa escola, programas isolados podem desmobilizar as lutas e que como diz Fernandes “são uma política de subordinação” (Idem, p. 19). Mas não tinham a mesma intencionalidade e nem a mesma construção social de quando assumida pelo governo Lula, que unifica os programas e dá um sentido político ao que, segundo Fernandes, também reflete que “Para o campesinato, estes atos têm profunda significação, pois estas políticas podem subordiná-los ou contribuir para sua emancipação” (Idem, p. 19). E é disto que se trata quando aqui trabalhamos em seguida o programa camponês, porque traz em si valores resgatados e reafirmados de autonomia camponesa, que se inicia com o não ter fome, com o viver dignamente, numa construção sempre coletiva com os trabalhadores e não empresarial.

Vale destacar aqui, a introdução feita pela presidenta Dilma ao livro “O Brasil Sem Miséria” coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, que faz uma análise importante do objetivo dos investimentos feitos. Diz a presidenta no prefácio do livro:

Ao longo dos séculos, a pobreza foi um fenômeno cercado de interesses e de preconceitos. Houve momentos em que os pobres foram considerados um “mal necessário” para obter a mão de obra barata que constituiu a riqueza do País e de suas oligarquias. Para alguns, os pobres eram indesejáveis testemunhos da desigualdade e da indiferença reinantes, a serem escondidos e ignorados. Por outros, seriam responsáveis pela própria pobreza em razão de sua indolência, sem que houvesse qualquer evidencia ou consistente neste sentido. (Campello, 2014, p. 15).

O prefácio do mesmo livro destaca que o “crescimento econômico não se traduz em redução da pobreza e desigualdade” e que a “pobreza passou a ter rosto, nome, endereço e características conhecidas pelo Estado” (Programa Agrário MST, 2013, p. 10). Uma clara distinção de que traz para si a tarefa de construir um País com igualdade, mas veremos até o final de nossas reflexões que sim diminuiu a miséria, mas a mesma é estrutural e não se resolve com políticas públicas e pequenos programas enquanto não se fizer as transformações necessárias para a distribuição da terra, para a igualdade econômica, cultural, social e não se mexer no que realmente constrói tanta desigualdade e diferença. A pobreza tem nome e cara, é classista e é visível e conhecemos suas raízes e seus efeitos.

Em seu programa agrário, o MST avalia que há “3,8 milhões de famílias camponesas pobres que estão inviabilizadas por este modelo, que produzem basicamente para subsistência” (Fernandes 2015, p. 17). Segundo o movimento, “vivem à margem do modelo econômico do agronegócio excluídos das políticas públicas, e a maioria sobrevive com o bolsa família ou são dependentes de aposentadoria” (Idem, p. 17) e por isto estes camponeses continuam como reserva de mão de obra. Por isto o Programa Camponês tem uma dimensão da necessidade da transformação da estrutura da propriedade, onde as famílias tenham acesso aos meios de produção. Sem esta transformação as políticas continuarão a “subordinar ou contribuir para sua emancipação” repetindo a Fernandes (Idem, p. 17).

Como também diz Flávio Valente, ex-dirigente da FIAN internacional, os “programas dão o primeiro passo, mas não são a solução”. E diz mais:

É impossível orientar políticas que combatam as causas estruturais da fome, da má nutrição e da desigualdade, na medida em que o conceito não lida com a questão do poder e do controle sobre os recursos naturais, produtivos e culturais necessários para a produção de uma alimentação diversificada e saudável. Estas medidas são limitadas em relação ao que seria necessário para conter a expansão criminosa do agronegócio e causas diretas dela como a devastação dos recursos naturais e humanos, o êxodo rural, a redução da concentração de renda e propriedade e as desigualdades flagrantes. (Valente, 2015, p. 1)

Ainda que pesem as avaliações, é preciso reconhecer que o Brasil é um País que criou em sua legislação, de forma muito importante, diversas leis e programas, que mesmo que esteja definido como apoio à segurança alimentar e nutricional, se identificam claramente com os postulados da soberania alimentar. Antes mesmo da discussão da soberania alimentar ser uma agenda dos camponeses no Brasil, em 1995 se institui o PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar. Mas recorrendo a Valente, não são suficientes programas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um

programa do Governo Federal criado em 1995 regularizado por meio do decreto 1946, de 28 de julho de 1996, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

Seus objetivos são o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

Pode-se dizer que em 1988, quando da promulgação da nova Constituição, da descentralização de ações estatais, veio introduzindo mecanismos de gestão social das políticas públicas, mesmo sem muito vigor. Isto, como tudo em qualquer País, não veio de graça e tampouco desde o governo de então, sendo que o movimento camponês vinha reclamando historicamente da necessidade de linhas que possibilitassem espaços de fortalecimento, de capacidades técnicas e de inserção nos mercados. Fernandes que nos diz que “as experiências recentes de construção de políticas públicas têm demonstrado que a participação popular é fundamental para o sucesso dessas políticas” (Fernandes 2015, p. 20).

Sem entrar em muitos detalhes históricos, na atualidade o programa já perde muito de seus objetivos originários e é marcado por uma burocratização que impede ao campesinato a ter acesso aos recursos a ele destinados. Os camponeses reclamam da burocracia extremado banco que não libera o crédito e que vai criando dívidas.

Na página do Banco do Brasil, um dos operadores do programa, podemos ver que atende a uma diversidade de atores: jovens, floresta, agroecologia, eco/dendê, linha A e B, mais alimentos, semiárido, mulher, agroindústria. Mas o que realmente nos chama atenção é quem opera é um banco, que realmente burocratiza e direciona qualquer programa. Diz dentre seus objetivos, no portal do programa online que quer “integrá-lo à cadeia do agronegócio”, sem mesmo dar-se conta que é o agronegócio que expulsa os camponeses de suas terras e que tem objetivos muito contraditórios aos do campesinato no trato com a terra, com as culturas, com o meio ambiente.

O Programa tem por objetivo fortalecer as atividades do agricultor familiar, **integrá-lo à cadeia do agronegócio**, aumentar sua renda e agregar valor ao produto e à propriedade, mediante a: profissionalização dos produtores e familiares; modernização do sistema produtivo; e valorização do produtor rural familiar. (Abril de 2016, portal BB)

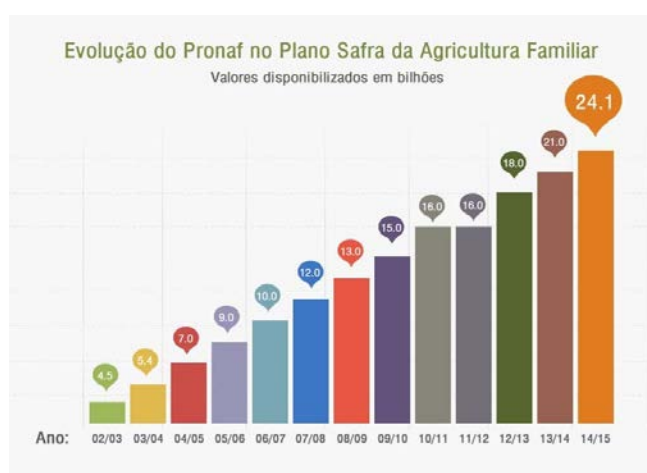
Ainda assim é importante que o campesinato disponha de linhas de crédito que o

incluam e que facilite o acesso a recursos e condições para garantir o trabalho, produção e comercialização. Esta é uma luta permanente, mas como salienta Fernandes, “superar a visão do paradigma do capitalismo agrário de submeter o campesinato à lógica do agronegócio é condição essencial para sua superação” (Fernandes 2015, p. 20).

A camponesa Rosangela, dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil, diz que a tarefa de produzir alimentos não é só dos camponeses e sim uma tarefa de duas mãos, onde o Estado tem um papel importante como impulsor de políticas que construam espaços soberanos, ou ao menos espaços de maior autonomia. Diz a entrevistada: “A Soberania Alimentar não pode ser vista ou entendida apenas como um programa e sim como um projeto político de Estado no qual cada categoria tem seu papel e suas funções bem definidas” (Rosangela, entrevista nº 1).

A importância do PRONAF está explícita nos dados da tabela de evolução do programa, sendo que em 12 anos o valor passou de 4,5 bilhões em 2002/2003 para 24.1 bilhões em 2014/2015, com participação dos movimentos camponeses em sua implementação em anos mais recentes. A tabela abaixo é bem esclarecedora, demonstrando que nos últimos anos, coincidentemente com governos que tem maior sensibilidade às demandas das organizações e com elas dialogam, vai crescendo o investimento neste programa que permite que a agricultura familiar camponesa tenha um maior investimento e conseqüentemente maior renda e mais conforto nas famílias.

Figura 12- Evolução do PRONAF- 2014



Fonte MDA, Portal Brasil, junho 2014

Em 2003, quando Lula assume a presidência do Brasil com muitos desejos de

mudanças, já traz presente um dos grandes feitos constatados em 2014 pela FAO de que o Brasil saiu do mapa da miséria. Diz Lula no discurso de posse em janeiro de 2003 e que vai percorrer durante seu governo, na construção do programa Fome Zero:

Amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome e eu tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque isso não está escrito no meu programa, isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, nós vamos fazer juntos. (Presidente Lula, janeiro de 2003, p. 2)

O Brasil, ou parte dele, passa então a mover-se em torno deste objetivo e os programas até então existentes do governo Fernando Henrique Cardoso, organizada no Programa Comunidade Solidária que tinha por estratégia coordenar ações no combate à fome e a pobreza, articulando diversos programas do então governo. Quando Lula assume em 2003, em conjunto com o então Diretor Geral da FAO, articulam e instalam o Programa Fome Zero, que articula uma série de ações e programas no sentido também de acabar com a fome.

Para garantir a segurança e soberania alimentar, também se formularam leis complementares e programas tais como a Lei da Agricultura familiar nº 11.326 de 24 de julho de 2006, marco importante na disputa interna com o agronegócio e que permite estabelecer um trato diferenciado na política nacional para o campo. A Lei de alimentação escolar nº 11.947 de 16 de julho de 2009 – PNAE, que obriga as escolas a comprar 30% do que se consome diretamente da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária em seu artigo 14; O PAA – programa de aquisição de alimentos da Agricultura familiar, criado sob a lei 10.696 em 2003 e modificado sob o artigo 19 da lei 11.512 de 2011; o PLANAPO – plano nacional de agroecologia e produção orgânica, que foi uma demanda das organizações sociais, que segundo o MDA, tornou-se uma política pública, mas que ainda não tem leis complementares; o Plano de desenvolvimento rural, sustentável e solidário que levou a realização de duas conferências nacionais de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

No contexto de um programa mais consistente com sua elaboração e a criação de políticas de continuidade, após a implantação do SISAN, se criam três instancias que conformam a governança da agenda em vista das metas do milênio de acabar com a fome e assegurar avanços para a população em vista de ir acabando com a miséria que destrói os tecidos de uma sociedade que se propõe em construção popular, especialmente após 2006.

Tais instancia são:

A- O PLANSAN – Plano nacional de segurança alimentar e nutricional, com planejamentos

para 4 anos, com monitoramentos constantes.

B- A CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – onde fazem parte diversos ministérios (no primeiro plano 19 e no segundo plano 21 ministérios)

C- O Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que formula propostas, faz acompanhamento e monitoramento de políticas públicas e programas que envolvem a alimentação e nutrição. É um espaço da sociedade civil e governos.

Insistimos que o Brasil não assume a soberania alimentar com a força política contida em seu conceito e em sua construção pela sociedade organizada internacionalmente, fortalecendo em todos seus planos, a segurança alimentar e nutricional. Como já comentamos, mesmo que assim o seja, as ações nacionais são voltadas a construir soberanias, já que fortalece as comunidades camponesas, quilombolas, indígenas, pescadores com acompanhamento e inclusão nos vários programas interligados no Brasil Sem Miséria que possibilitam uma organicidade e certa soberania.

Ainda assim, em 2011, em um grande processo nos municípios e nos estados em preparação a VI Conferência nacional do Consea, quando Renato Maluf, presidente da entidade, avalia que o Brasil ainda não tem segurança e nem soberania alimentar, pois é construído sobre “Um modelo baseado na monocultura, na mecanização e na utilização de agrotóxicos e de sementes transgênicas não é soberano” (Entrevista a Veríssimo, Sul 21, 2011) Diz também que há que superar este modelo que sustenta as estantes de supermercados por um modelo novo de alimentação. Suas conferências nacionais têm pautado o tema da fome, da segurança, da soberania e da nutrição alimentar, num crescente construtivo, chegando a 5ª conferência de 2015 trazendo como lema – Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar, mas vale ressaltar que a reflexão fica no Consea e não perpassa políticas de governo, ainda assim há que valorizar este processo.

No primeiro PLANSAN de 2012-2015 os objetivos centrais eram os de garantir a produção e o abastecimento alimentar de maneira sustentável; o acesso à terra e à água; a segurança alimentar e nutricional indígena, quilombola e demais povos e comunidades tradicionais, transformando renda, fortalecimento da agricultura familiar de base agrícola, alimentar e nutrição para a saúde. Tal plano contém o “desafio” 6.9 que traz em si o termo soberania quando trata das relações internacionais, como se somente neste âmbito é necessário garantir a soberania alimentar e nutricional. Vejamos para tentar entender o que diz este desafio 6.9.

Apoio às iniciativas de promoção de Soberania e Segurança alimentar e nutricional, do direito humano a alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional (PLANSAN 2015-2019, p 59)

Isto nos leva a entender que soberania alimentar ainda é um tema a ser aprofundado. Talvez Gordillo y Méndez tenham razão de que o conceito de segurança alimentar, adotado pela FAO, pelo Brasil e pela maioria dos países seja um “conceito neutro em termos de correlação de forças” (Gordillo y Méndez 2013, p VI). E ainda que o conceito de soberania alimentar parte “por constatar a assimetria do poder dos distintos mercados e espaços de poder envolvidos, assim como dos âmbitos das negociações comerciais multilaterais” (Idem, p VI), sendo, portanto uma definição político ideológica e não neutra. A Soberania Alimentar não negocia, não é um modelo, mas é uma forma de resistência e de respeito às pessoas que vão se alimentar do que produzem, do que seu entorno produz, não produzindo *commodities*, mas produzindo alimento saudável e não impondo uma cultura mundial do que e como comer.

Na política nacional de construção para enfrentar a miséria e a fome, vários programas entraram em ação. Alguns tiveram uma vida muito curta como é o caso do programa camponês que funcionou no Rio Grande do Sul durante o governo de Tarso Genro. Ao tentar levar ao nível nacional teve aceitação no Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas não passou de algumas reuniões e não se efetivou como lei e, portanto, estancou. Mesmo assim, este programa tem grande importância por afirmar o campesinato como sujeito político e trazer a proposta de melhorar a vida no campo em todos os níveis. Vários outros programas já mais estruturantes, se concentraram no Programa Brasil Sem Miséria. Destes, daremos mais atenção ao PNAE e PAA que foram mais estruturantes e tem capilaridade nacional. São importantes por valorizarem a articulação dos camponeses como uma força necessária para garantir à sociedade alimentos saudáveis e a reafirmação da soberania e segurança alimentar nacional. Vamos dialogar no sentido de abordar a política e aprofundar os programas que dialogam com o conceito de Soberania Alimentar.

4.2.1 Programa Fome Zero e Brasil Sem Miséria

Os programas de combate à fome e à pobreza tais como o Fome Zero e o Brasil Sem Miséria tem relação com a soberania alimentar, mesmo defendendo a segurança

alimentar, no sentido que favorecem ações de transferência de renda, inclusão produtiva, acesso a serviços públicos, possibilitando desta forma aumento de renda, de trabalho e o fortalecimento de processos produtivos, dentre os quais da agricultura familiar camponesa e da alimentação escolar.

No ato de lançamento do programa em 02 de junho de 2011, a Presidenta Dilma reconhece que ainda há miséria no País, e se compromete com os legisladores municipais, estaduais, nacionais a colocar seus esforços para um Brasil dos sonhos. Destacamos frases importantes que dão consistência ao programa, que teve somente cinco anos de existência até o golpe de estado, que avalia-se ser fruto de o Brasil estar dando certo, para os pobres e ter incomodado profundamente os interesses do capital. Diz a presidenta em seu discurso:

- Não são estatísticas, são pessoas com vidas vividas, com experiências e com sonhos;
- o Brasil provou ao mundo que a melhor forma de crescer era distribuindo renda e provou também que a melhor política de desenvolvimento era o combate à pobreza;
- o plano também tem um efeito: o de gritar, o de afirmar para todos nós que a miséria ainda existe no Brasil. (Presidenta Dilma Rousseff, 2011, discurso de lançamento do programa Brasil Sem Miséria, p.02)

E em seu discurso conclui desafiando a quem diz comumente que pobreza sempre existiu na história da humanidade e faz a seguinte reflexão, que também ampara o plano na luta que tem que ser comunitária.

Não aceito o fatalismo que diz que a pobreza existe e existirá sempre em todas as sociedades. Isto não é realismo, é cinismo. Estou certa de que devemos e podemos construir nosso caminho para uma sociedade sem miséria, e acredito que nenhum de nós pode fugir desta luta. (Idem, p. 3)

Num período anterior aos governos de Lula e Dilma, que implementaram programas de distribuição de recursos que renderam ao Brasil em 2014 sair do mapa da fome, constatado pela FAO, pode-se encontrar notícias de um período de muita miséria e fome, que levavam à morte, fruto da seca, da miséria, da falta de emprego. Betinho teve um papel importante para recolocar o tema da fome em pauta ainda nos anos 1990, reivindicando a agricultura familiar para promover o acesso aos alimentos de forma mais equitativa. Tinha como lema – Quem tem fome tem pressa” - e com isto mobilizou todo um País para lutar contra a fome de que atingia a mais de 32 milhões de brasileiros, 1/3 de sua população.

Quando Lula assume o governo em 2003 já havia um caminho percorrido de conscientização nacional e de ações de cunho assistencialistas (coleta e doação de alimentos, shows beneficentes...), mas que conscientizaram da pobreza nacional. Assumindo o tema da fome, da segurança nacional tomam novo ímpeto e cria o Ministério extraordinário de

segurança alimentar e combate à fome, sob o comando do então Diretor internacional da FAO Jose Graziano da Silva. O programa Fome Zero, que veio substituir o programa comunidade solidária vem na premissa do direito humano a alimentação e do diagnóstico de que a fome assolava o País, especialmente com imagens fortes da seca no nordeste, do desemprego, da falta de acesso aos alimentos.

Lula assumindo em 2003, já encontra um caminho de sensibilidades nacionalmente construídos anteriormente ao processo eleitoral e encaminha uma série de programas para dar seguimento ao ensejo de dar segurança alimentar e nutricional aos que mais necessitavam, num processo seletivo, isto é, dos mais pobres entre os pobres.

O programa Fome Zero foi o carro chefe do governo Lula, que chegou aos mais necessitados, como uma forma de forjar formas de resistência e defesa da cidadania dos que sempre foram excluídos. Para isto o programa fome zero abrange ações emergenciais de combate à fome e ações voltadas a tratar das causas: geração de emprego e renda, incentivo à agricultura familiar e ações de reforma agrária, programas de convivência com a seca, programas de alfabetização. Os mecanismos de políticas públicas entre outros foram o Bolsa Escola, o Cartão Alimentação, a distribuição de cestas básicas, a construção de restaurantes populares, a organização de bancos de alimentos, programas de transferência de renda a atingidos pela seca e programas de apoio a reforma agrária e agricultura familiar.

Quando a presidenta Dilma assume o governo, havia diversos programas distintos e articulados em diversos ministérios e sem articulação entre si. Foi lançado em junho de 2011 o programa Brasil Sem Miséria, na proposta de seguir distribuindo renda, reduzindo desigualdades e promovendo a inclusão social, e assim superar a extrema pobreza. Pobreza que se expressa de tantas formas e em todos os lugares deste País, afetado pelas mesmas estruturas capitalistas de concentração de renda, exploração do trabalho, e levando ao campo a transgenia, os agrotóxicos, o monocultivo, que nos faz ser um dos países mais vulneráveis, ocupando o lugar de quem mais consome agrotóxicos no mundo.

Tendo como pilares os programas que faziam parte do Fome Zero, o novo plano Brasil Sem Miséria foi implementado sob o Decreto 7.492/11 decretado pela Presidenta Dilma. Veio para reorganizar os programas sociais, com frentes mais amplas do que somente a transferência de renda.

O Art. 1º do decreto 7492\11 detalha o objetivo que é “superar a situação de extrema pobreza em todo território nacional, por meio da integração e articulação de políticas,

programas e ações”. Teresa Campello, ministra do Ministério de Desenvolvimento Social, diz que “não havia escolhas fáceis em políticas com esse grau de complexidade. Os milhões de extremamente pobres tem nome, endereço e direitos”. (Campello e Mello, 2014, p.35).

As diretrizes do Brasil Sem Miséria propõem esta dinâmica, onde tenha a mínima coordenação e as políticas tenham uma visão mais ampla. Sendo o que declara no art. 3º do decreto.

I - Garantia dos direitos sociais; II - garantia de acesso aos serviços públicos e a oportunidades de ocupação e renda; III - articulação de ações de garantia de renda com ações voltadas à melhoria das condições de vida da população extremamente pobre, de forma a considerar a multidimensionalidade da situação de pobreza; e IV - atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade. (Decreto 7.492/11, art. 3º, p. 1)

No Brasil Sem Miséria, se pudermos resumir, juntaram-se os seguintes programas, com 22 ministérios envolvidos.

a- Acesso a Serviços: Brasil alfabetizado; Brasil sorridente; Olhar Brasil; Mais educação; Brasil carinhoso; Saúde na escola; Farmácia Popular Brasil; mais médicos; equipes saúde da família; benefício nutriz; minha casa minha vida.

b- Para garantia de renda, ao nível urbano: programa mais emprego; programa crescer; PRONATEC; Mulheres mil; Catadores recicláveis; Economia solidária.

c- Programa garantia de renda, ao nível rural: água para todos; bolsa verde; luz para todos; PAA; PNAE; Programa sementes; fomentos a atividades produtivas.

O tema destas reflexões é a soberania alimentar. Como podemos garantir que nesta conjuntura não sejamos dependentes de políticas públicas que estão coordenadas entre si, mas que são frágeis diante de tanto por fazer num País com o tamanho do Brasil. Os programas que queremos dar um pouco de maior atenção são os que dentro do programa podem levar a uma maior autonomia das famílias, no sentido de que produzem alimentos e podem ir construindo espaços de autonomia desde os produtores, podem gerar a soberania alimentar, que garante a segurança alimentar.

São dois importantes processos, o PAA – PNAE que queremos dar atenção, porque entendemos que dos programas aninhados no Brasil Sem Miséria, são estes que trazem elementos que significam a busca da soberania alimentar, e se tivessem mais abrangência, poderiam levar este País a resolver mais a fundo seus dilemas, dentre eles a fome.

4.2.2 O PAA e o PNAE, na construção da soberania alimentar

O livro *Geografia da Fome* de Josué de Castro, escrito em 1946, é tão atual como a 71 anos atrás, em que Castro escreveu que “O Brasil é realmente um dos países de fome no mundo atual” (1984, p. 266). Mesmo tendo saído do mapa da fome da FAO somente em 2014, ainda temos em torno de 7,2 milhões de pessoas que passam fome, segundo mostra do IBGE, notícia dada pelo *Jornal Valor Econômica* de dezembro de 2014, que segundo estudos, “52,05 milhões de pessoas passavam algum tipo de insegurança alimentar em 2013, dos quais, 7,2 milhões eram do tipo mais grave” (*jornal o Valor*, 2014, p. 1). Estes dados não podem nos manter imóveis e nem felizes por termos saído do mapa da fome da FAO, já que a fome e miséria ainda são recorrentes, mesmo com os avanços obtidos. Há o temor de que a situação política atual nos leve a um retrocesso próximo ao que descreve o estudo de Castro. Os motivos que perduram a fome são os mesmos daqueles tempos.

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente, o de certo tipo de industrialização artificial, ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país (Josué de Castro, 10ª edição, 1984, p. 267)

As conclusões de Castro do que destrói e desequilibra e ainda mantém a fome, adicionaríamos hoje temas como a estrangeirização de terras, a concentração contínua das terras, a destruição de nossas riquezas via exploração pelas mineradoras, a privatização já anunciada das águas doces, entre outros. Sem dizer dos vícios corruptos que parecem fazer parte da concepção de Estado e seus presidencialismos. A atualidade das leituras de Castro nos faz pensar se ainda é possível num Estado tão decomposto e suas fraturas tão expostas, que retomemos a dignidade de uma nação já construída e tão rica em sua biodiversidade e diversidade cultural como é o Brasil.

Esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Ou mesmo pior, entre os interesses nacionais e os dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial. Foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração

primária da terra e para a exportação das matérias-primas assim obtidas. Desenvolveu desta forma o Brasil a sua vocação oceânica, exportando toda sua riqueza potencial — a riqueza do seu solo e de sua mão-de-obra— por preços irrisórios. E não sobrando recursos para atender as necessidades internas do país: bens de consumo para o seu povo e equipamentos para o seu progresso. (Idem, p. 268)

Fernandes nos traz uma visão tão atual, de um Estado fraturado aos limites de um golpe na democracia, de que “a distribuição da riqueza determinada pelo mercado ou pela política” é o que determina o momento ao qual, 71 anos após Geografia da Fome ainda estamos expostos.

Para os neoliberais o investimento na produção de mercadorias é a única possibilidade de distribuir riquezas através de salários e impostos, enquanto para os pós-neoliberais esta possibilidade produz forte concentração da riqueza, sendo necessário corrigi-las através da criação de políticas públicas que podem minimizar as desigualdades (Fernandes, 2016, p. 3)

Desde Josué de Castro, há o entendimento de que somente na política, que somente o Estado poderia combater as desigualdades e já no seu tempo surgiram as propostas via políticas públicas, amenizar a miséria e as desigualdades. Sem querer remontar o processo, entendemos que o Estado e seu aparato tem a tarefa de dar organicidade ou ao menos coordenar os processos de organizar a sociedade, para o bem desta e orientar a economia de forma que todos tenham acesso digno às condições de vida para sobreviver e viver com dignidade.

É nisto que nascem as diversas formas de minimizar as desigualdades frente a fome. Campanhas de diversas formas, programas de governo distintos e mais atualmente sistemas que garantam a segurança alimentar e nutricional. Só os movimentos sociais e uns poucos governos se desafiaram a mais, a enfrentar a necessidade da luta por soberania alimentar, como o faz Via Campesina, descrito em capítulo anterior. Nos últimos governos desde 2006 tomaram o tema que os elegeram e elaboraram programas dignos, de apoio à produção de alimentos aos camponeses, indígenas, quilombolas, pequenos pescadores em programas que tenham uma aliança de continuidade e organização ímpares em nossa história. O menos positivo é que não abarcou a maioria dos camponeses, mas trouxe uma proposta de organização necessária para a construção de coletivos. E como já dizia Castro, o tema não é tratar da fome isoladamente, mas de forma coletiva, com soluções coletivas.

O PAA e o PNAE, políticas que são estudadas por muitos pesquisadores porque tem clara evidencia de que são políticas que buscam a garantia da segurança alimentar e nutricional, são trazidas neste trabalho no sentido de buscar nelas aspectos que as aproximem

da busca da soberania alimentar. Vimos que ao abastecer o mercado institucional, melhoram a dieta familiar, a auto sustentação com mais qualidade e entregam alimentos para uma melhor alimentação de estudantes, pessoas hospitalizadas, servidores públicos de algumas autarquias (militares, servidores...), também são importantes para garantir uma reserva alimentar tanto para o nacional como para a solidariedade internacional. O Brasil tem um histórico importante no que diz respeito ao envio de alimentos para vários países em situação de crise alimentar como o Haiti por exemplo.

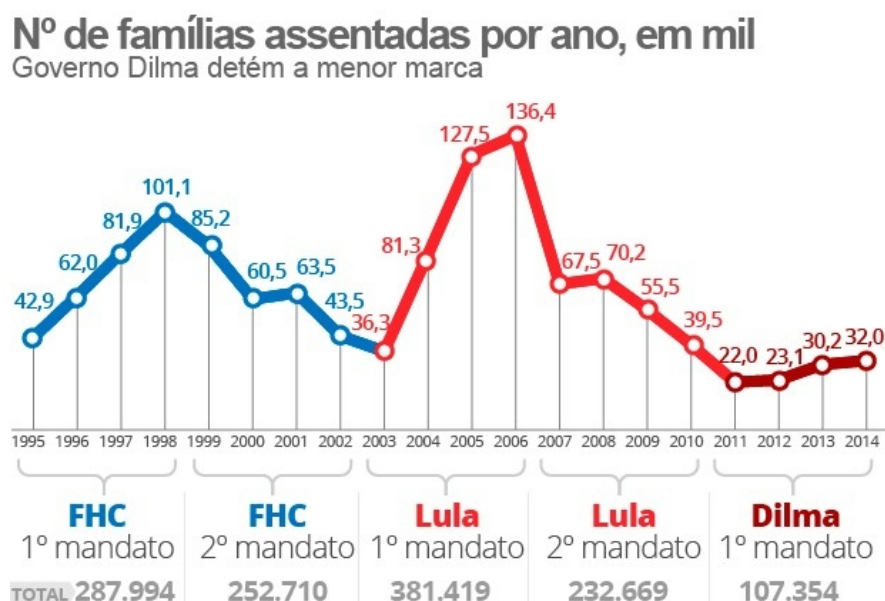
Mas também nos damos conta nas leituras diversas que fomos fazendo, que um programa precisa de uma política que garanta as famílias se estruturarem para não depender de programas de governo. No entanto, vemos que o PAA ainda não se consolidou e já passa por mudanças no final do governo de Dilma, tendo inclusive um dos Ministério, o MDA, que coordenava grande parte das ações sendo fechado pelo governo de Temer e em seguida sendo recriado para contemplar alianças políticas que sustentam suas políticas sabotadoras do que vinha dando certo.

Não há dúvidas que o Brasil avançou na construção de políticas públicas que permitem que os camponeses e agricultores familiares mostrem sua força e a capacidade organizativa (cooperativas, associações...) de suas bases para garantir alimentos de qualidade tanto a programas de comercialização como a programas assistenciais e para sua subsistência. Mesmo assim, há disparidades e conflitos quando observados os interesses e os fins nas reivindicações dos dois setores, que conformam paradigmas contrários no campo, o campesinato e o agronegócio com reivindicações e com políticas distintas e contraditórias. Enquanto ao campesinato reivindica recursos para alimentar escolas e processos nacionais, o agronegócio gestiona muito mais recursos para suas políticas de exportação de produtos que não são para a cesta básica de alimentação e não contemplam nem a segurança e muito menos a soberania.

Os programas em discussão, não poupam os governos de implementarem as transformações necessárias como a reforma agrária, a estruturação do meio de vida dos camponeses, a organização dos serviços públicos de saúde, de educação, de lazer. Mas não se percebe ao longo do estudo que, por exemplo, o Brasil tenha avançado nestes serviços. Muito pelo contrário, a reforma agrária, como distribuição de terras estagnou. O gráfico abaixo é ilustrativo do que vimos refletindo. Não basta um governo implementar processos de inclusão se não mexer nos interesses do capital que luta por manter a terra sob o domínio de quem não

produz para alimentar seu povo e sim para produção de produtos transgênicos e de insumos agrícolas com agrotóxicos. Vejamos que quando dizemos que há antagonismos, os observamos na tabela abaixo, da falta de fazer as transformações necessárias que venham valorizar os programas de governo de inclusão social, como no Programa Brasil Sem Miséria.

Figura 13- Número de famílias assentadas de 1995 a 2014



Dados: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>

Sem entrar em detalhes e análises do período que vive o Brasil, após o Golpe na Democracia que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff, a notícia veiculada no jornal Folha de São Paulo mostra que processos tão saudados e valorizados por terem posto fim à fome, como anunciado pela FAO demonstrando que o Brasil saiu da lista da fome, mas, o que poderemos esperar num futuro próximo se tais programas e tanto esforço feito nos 3 últimos governos agora perdem força e alguns desaparecem como o MDA, o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, da Juventude, entre outros tantos programas não tem mais a mesma força. Segurança Alimentar está em risco, visto que os Ministérios e secretarias que mais perderam orçamento são exatamente os que até aqui trabalhamos. E aqui está o sentido da Segurança alimentar, que não é conjuntural e sim estruturante de uma sociedade que se quer livre.

A proposta de orçamento abaixo, demonstra que este país é articulado e coordenado no modus operandi do capitalismo, onde são levados em conta os interesses de quem tem o poder e não de seu povo. A proposta de Orçamento do governo (golpista) de Temer para 2017

corta verba de programas voltados à questão agrária, aos projetos sociais, às políticas públicas até então estruturantes do campesinato e da construção da soberania e da segurança alimentar. Segundo a Folha de São Paulo de 16 de janeiro de 2017.

O futuro deste País não está longe de ser avaliado, o que será feito a seu tempo e em seu momento conjuntural. O que sabemos é que certamente já está comprometendo nossa soberania nacional fruto de um golpe proferido por políticos comprometidos consigo mesmos e não com uma nação.

Figura 14 - Proposta orçamento governo Temer 2017

Pasta/órgão	Redução/ampliação	Situação
Conab (Companhia Nacional de Abastecimento)	- 23% (**)	O programa para a "Agropecuária Sustentável" teve 33% de seus recursos cortados —a "Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da Conab" sofreu redução de 97% de sua verba
Funai (Fundação Nacional do Índio)	-3% (*)	O orçamento da Funai para 2017 é o menor valor dos últimos dez anos, pelo menos, agravando um cenário de dramática redução nos últimos exercícios. Os R\$ 110 milhões previstos representam a metade do que foi destinado à fundação em 2007, em valores corrigidos
Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)	2,7	Apesar do aumento (em verbas da reserva de contingência), os recursos para os programas sofreram quedas. Entre eles o programa destinado ao reconhecimento de áreas quilombolas (-48%) e a obtenção de terra para a reforma agrária (-52%)
Ministério da Agricultura	-12% (**)	Os programas "Pesca e Aquicultura" (redução de 68%), "Agropecuária Sustentável" (-68%) e Defesa Agropecuária (-32) tiveram queda acentuada
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	7,7% (**)	O aumento inclui reajuste do Bolsa Família, mas o "Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar" (-47%) e o "Programa de Aquisição de Alimentos" (-38%) do agricultor familiar tiveram redução acentuada
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	14,2% (**)	Aumento se deve à maior dotação para o programa que garante um seguro aos agricultores do Nordeste. No decorrer de 2016, porém, o Garantia-Safra mais que triplicou sua verba devido à seca. Com isso, a previsão de orçamento para 2017 representa uma redução de 37% em relação à dotação de 2016.

. Fonte: Folha de São Paulo. Matéria de Raniel Bragon

4.2.2.1 O PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

O PNAE tem longa história no Brasil, exatamente porque é na escola, no coletivo dos alunos, na busca do conhecimento que são sentidas as causas e os efeitos da insegurança alimentar e da má nutrição ou do contrário, de crianças bem nutridas e bem alimentadas. Antes escolas do campo e da cidade recebiam sacos de leite em pó e bolachas industriais e hoje no Brasil avançamos para um programa de alimentação de qualidade, com comida de verdade e feita na escola. E com a lei 11.947 passa a ser parte do processo de construção da soberania alimentar, já que obriga as escolas a adquirir 30% da alimentação da produção camponesa. Qualifica, portanto, a alimentação, enquanto garante recursos para as famílias que participam do programa em cada município, para a população local, como é um dos princípios da soberania alimentar.

Implantado ainda em 1955, para oferecer alimentação escolar para a rede pública, desde então passa por uma série de mudanças. Entendemos que a mais importante é a partir de 2009, com a lei 11.947 que orienta que 30% dos produtos para alimentação escolar sejam adquiridos diretamente da agricultura familiar, sem licitação, para toda rede pública de ensino e a rede filantrópica, desde a educação infantil, ao ensino de jovens e adultos, torna-se assim um importante espaço para a venda institucional.

A lei que favorece o mercado institucional da agricultura familiar na relação com a alimentação escolar, vem favorecer quem produz e os próprios princípios que defendemos da soberania alimentar defendidos pela Via Campesina de que o alimentar-se tem que ser fruto da cultura, das tradições para que sejam saudáveis e fortaleçam a relação de quem produz desde a própria terra. Diz a lei:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (Lei 11.947, art. 14)

Esta conexão da educação com a agricultura familiar faz com que se reconheça a importância do programa, que segundo o próprio FNDE respeita as construções e os processos sociais. São diretrizes do programa, segundo o art. 2º:

A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela

agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

O direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (Idem, p. 14)

Há constatações importantes do significado que desde o Estado sejam garantidos alimentos saudáveis e ao mesmo tempo que contemplem a produção camponesa ou da agricultura familiar. A ONU publica em 2013 um estudo intitulado: Demanda estruturada e agricultores familiares no Brasil: O caso do PAA E PNAE e reconhece que:

O PAA e o PNAE, combinados, constituem uma das maiores iniciativas de compra institucional de alimentos do mundo que prioriza a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares. Além de garantir renda para os agricultores, esses programas funcionam como redes de proteção social que melhoram a segurança alimentar e nutricional e garantem o acesso a alimentos saudáveis por grupos sociais vulneráveis, como crianças em idade escolar. (Página da ONU Brasil).

Mesmo com os avanços e as expectativas sobre os programas, Herrero de Christian Aid, agencia de cooperação oficial irlandesa e britânica, com forte atuação no Brasil, avalia que “apesar dos avanços, o Brasil não vem tratando a desigualdade estrutural e tem sido incapaz de liberar seu potencial para o desenvolvimento social” (Herrero, 2014. p. 4)

Ainda segundo estudo de Christian Aid em conjunto com o Movimento Sem Terra e o Movimento de Atingidos por Barragens, reconhece a importância de que o campesinato tenha autonomia em busca de sua soberania.

A diversificação da comercialização e a diminuição da dependência do mercado institucional, engrossam os pilares dessa construção na medida em que ajudam a superar as barreiras comerciais das transnacionais na produção vitaminada de agrotóxicos” (Idem, pg. 4).

No estudo da entidade Christian Aid, é importante citarmos alguns depoimentos dos participantes da avaliação que nos dão conta de que entre o belo que é a lei e das avaliações positivas que se faz dos programas, há uma barreira enorme a ser superada. Dizem alguns participantes:

a – Dona Lucia Andrade “ um dos entraves para a geração de renda é conseguir colocar os produtos no mercado” (Idem, p. 7)

b- Seu Domingos, quilombola do Estado do Pará diz que “não dá certo por causa de tanta burocracia para acessar, e a gente acha que é um tipo de discriminação”. (Idem, p. 7)

c- Segundo Christian Aid - “[...] a estruturação de agroindústrias e cooperativas são

aprendizados que ajudam o MST na luta contra a burocracia, na hora de acessar os programas de mercado institucional” (Idem, p. 9)

d- Seu Ademar Ludwig do MST diz que “ou avançamos na tecnologia ou seremos derrotados, pois não temos forças suficientes. Temos que construir nossa autonomia política e financeira” (Idem, p. 10)

e- Seu Gabriel do MAB diz que “os programas de mercado institucional tem estimulado a produção, melhorado a cultura alimentar e ajudado no estabelecimento de preços dos produtos da biodiversidade” (Idem, p. 12)

Neste sentido, há um reconhecimento geral por parte dos camponeses que participam dos programas de que tanto do PAA como do PNAE favorecem o planejamento e a organização das famílias, para poder participar e ter produtos para entregar, além de proporcionar para a comunidade um desenvolvimento econômico produtivo e com qualidade de vida.

Há de se reconhecer a importância estratégica do campesinato, da produção de alimentos, mas também sua importância para a segurança e mais, sua importância para a autonomia, para a soberania que garante nações independentes. Há que reconhecer igualmente que não é com programas que só garantem 30% de alimentos da agricultura familiar para as escolas que garantiremos a soberania alimentar. Talvez seja um dos caminhos, mas a verdadeira soberania será quando os sujeitos, os camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos... sejam protagonistas e não dependam de poucos recursos que são destinados segundo as intenções de quem estiver no governo, mas que tenham soberania em sua relação com a sociedade, com os consumidores, com o mercado público e não somente institucional. Que alimentem a si, que o camponês não passe mais fome porque tem as condições de trabalho, de acesso a sementes, a instrumentos de trabalho, da terra e que alimentem as cidades.

Mas há uma desconexão entre a realidade do campesinato, em seu lugar próprio de vida, onde produz e o gestor público que não conhece a realidade dos assentamentos e comunidades. Além do que é preciso que a lei seja revista, já que ainda favorece a indústria que enlata, que põe conservantes, que não indica a procedência da produção e só determina a compra de 30% da produção familiar camponesa.

4.2.2.2 O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

Com a posse do Presidente Lula em 2003, e sua decisão de colocar o problema da fome no centro da agenda política brasileira e internacional, passam a dialogar com interlocutores que sempre ficaram na base da pirâmide: Os Camponeses, agricultores familiares, Sem Terras, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, mulheres, jovens, que antes eram marginais e agora passam ao centro das discussões e passam a elaborar propostas de governo e de políticas para quem vive no campo e quem produz para alimentar a população. Políticas que provocam a soberania alimentar, que fortalecem a produção local, comunitária, regional.

Conforme Stédile e Carvalho, no Dicionário de Educação do Campo, defendem que a soberania alimentar vai além da segurança alimentar, onde o Estado deve prover os recursos para que as pessoas se alimentem. As soberanias alimentares por sua vez, segundo eles, são políticas públicas e sociais e devem as nações adotá-la “em seus povoados, municípios, regiões e países a fim de garantir que sejam produzidos alimentos para a sobrevivência da população de cada local” (Stedile e Carvalho 2012, p. 721). Sendo que cada povo deve ter capacidade, condições, recursos para produzir seus próprios alimentos, em seu território e para este território.

Ainda segundo eles, “como advertia José Martí [...], um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos é um povo escravo. Escravo e dependente de outro país que lhes fornece as condições de sobrevivência” (Idem, p. 722).

No intuito de acabar com a fome, ou minimizar as dores da miséria, já tivemos vários programas visando a alimentação e um enfoque de atuar sobre os alimentos e nesta justificativa muitos acumulam recursos discursando que o problema é de produção. Ao assumir o governo, a Presidenta Dilma institui o programa Brasil Sem Miséria, e nele está o PAA como um programa para estimular a estruturação produtiva dos camponeses em situação de pobreza maior, acompanhados por programas como ATER – assistência técnica rural entre outros instrumentos. O PAA vem para estimular o acesso a mercados locais e regionais de compras públicas de alimentos. Neste sentido, o PNAE, e o PAA, dentre todos os programas tanto do Fome Zero como do Brasil Sem Miséria são os programas desenhados para garantir a soberania alimentar, já que promovem organicidade dos camponeses que constroem sua autonomia.

Houve na história mais recente do Brasil, programas diversos no intuito de amenizar

o tema da Fome. O Estudo de Josué de Castro em 1940 contribuiu para que várias políticas viessem para atender as demandas dos muitos que faziam crescer a base da pirâmide social brasileira, fruto das grandes desigualdades brasileiras nos mais diversos governos.

O PAA começa a ter suas bases construídas pelo PT, ainda no período do Governo Collor, quando o PT instalou um governo paralelo para dar seguimento a sua proposta política eleitoral, derrotada nas eleições que elegeram a Collor, e lançaram a Política nacional de Segurança Alimentar, que posteriormente contribuiu para a formulação do programa Fome Zero. Em 02 de julho de 2003 foi instituído pela lei 10.969 que diz em seu artigo 19. de Alimentos (PAA),

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (lei 10.696, art. 19)

Segundo Muller em suas investigações, descobriu que a criação do PAA não seguiu os tramites normais de uma lei, já que a resistência no Congresso Nacional, pelos ruralistas, era grande. Aproveitaram uma lei que renegociava as dívidas do PRONAF e inseriram um artigo que instituiu o PAA segundo artigo 19 citado acima. Segundo Muller, a partir de suas pesquisas,

A equipe mais diretamente ligada à Secretaria Executiva do MESA formulou um texto de redação simples, e ficou aguardando até que uma Lei de assunto semelhante fosse enviada à Câmara de Deputados, para inserir os pontos sobre o PAA. Foram cerca de três meses entre a redação do texto e sua inserção em uma Lei. “[...] A forma que se achou para tocar a coisa adiante foi pegar carona numa MP de renegociação das dívidas do Pronaf. (Muller, 2007, p. 98)

E mais, os movimentos custaram a entender uma política que visava comercialização, já que sempre só trabalhavam na obtenção de crédito para a produção. Segundo Muller, relata que quanto aos movimentos sociais,

Observa-se uma das mais importantes mudanças. A pauta de reivindicações dos movimentos sociais de agricultores não tinha espaço para as questões de comercialização de sua produção. A pauta trazida ao governo atual era bastante conservadora, segundo os entrevistados, baseada nas questões de crédito e extensão, estando os movimentos desatentos à guinada estrutural que as políticas para a agricultura estavam ensaiando (Idem, p. 98)

Outro fato, na institucionalização do PAA em 2003 houve uma interrupção inicial quando em janeiro de 2004 o MESA - Ministério Especial de Segurança Alimentar foi extinto para a criação do MDS. Nesta mudança, com novos articuladores no novo ministério, houve como que um corte de continuidade, já que os novos não haviam seguido a construção do PAA até sua institucionalização. Houve problemas de toda ordem, inclusive de todo um

ministério agora ter que caber em uma secretaria dentro do MDS, Secretaria de Segurança Alimentar. Perdeu força e articulação política e segundo Muller “o MDS passou a priorizar as ações de assistência alimentar, privilegiando o público que recebe os alimentos produzidos pelos agricultores do PAA” (Grisa, 2012, p. 20).

Como reconhecimento da importância estratégica do campesinato, da produção de alimentos, mas também da importância para a segurança e Soberania Alimentar pelo poder público e pela sociedade, veio em 1990 o PRONAF e em 2003 a implementação do PAA, que veio como ação estruturante dentro do Programa Fome Zero, o qual articula a compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares com ações de segurança alimentar e nutricional. (Idem, p. 20)

Vale ressaltar aqui, que este reconhecimento da importância estratégica do campesinato, não é acompanhado com um processo de construção deste programa e as organizações camponesas não tiveram participação na criação do PAA. Segundo Muller, “os movimentos não tiveram papel de destaque na formulação nem na implementação do programa, e passaram a ter um papel relevante apenas na sustentação do programa a partir de 2005, reivindicando maiores valores e ampliação do programa” (Muller, 2007, p. 93). Como este programa de mercado camponês institucional não foi compartilhado em sua construção, as organizações seguiam em sua agenda de buscar recursos para aplicar na produção, ainda nos moldes do PRONAF.

No mesmo dia que o projeto do PAA foi aprovado, foi constituído um grupo gestor com uma composição interinstitucional. Segundo Muller “Desde suas primeiras formulações, o Programa era concebido como intersetorial, o que também trouxe obstáculos a serem superados” (Idem, p. 92). Com vários ministérios envolvidos, cada um defendia seu orçamento e sua visão concernente ao programa, “em que cada membro parece estar defendendo a visão de seu Ministério, que está em um embate com o outro Ministério”. (Idem, p. 20)

O importante é que os governos federal, estadual e também prefeituras, compram alimentos de agricultores familiares e do campesinato e distribui para pessoas em situação de vulnerabilidade social, para a rede pública de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos...), para instituições do sistema sócio assistencial (hospitais, asilos, creches, ...) escolas da rede pública de ensino ou se destina à formação de Estoques reguladores. Garante assim ao campesinato condições econômicas para sua reprodução. A lista de compras é local e tem mais de 3 mil itens, segundo estudo do próprio MDS “ especialmente leite e derivados (26%), hortaliças (18%) e frutas (14%), seguidos de

feijão, arroz, cereais, castanhas, mandioca, carnes, pescados, ovos, sucos e polpas de frutas, entre outros”. (Campelo, 2014, p. 461)

O PAA está inserido em um debate amplo sobre desenvolvimento e distribuição de renda no Brasil, praticado por diversos atores desde a década de 90 mesmo que com outros objetivos. O grande objetivo e o mais importante é que o programa foi criado visando a agricultura familiar camponesa, recuperando assim a autoestima deste setor que historicamente foi relegado à própria sorte, causando muita miséria e fome inclusive no meio rural que é onde deveria ser o celeiro que alimenta a própria família.

As políticas do programa foram construídas de diversas formas e por vários atores e são fruto das lutas, onde o campesinato, com uma visão de mundo e a necessidade de reafirmar-se busca saídas coletivas. Já os capitalistas, vivem de incentivos econômicos de forma individual e se colocam como os que alimentam o mundo, sendo que os mesmos produzem somente commodities que tem outro objetivo final e nem sempre é para alimentação humana. Tal construção vem sempre marcada pelo antagonismo de classe a que está subordinada ao longo da história e que o momento político tenta desfazer, dando protagonismo aos mais pobres, ainda que isto não signifique a transformação da correlação de forças no campo. Segundo Carvalho nos ajuda a entender

A construção da estratégia de luta social camponesa para a afirmação de sua autonomia relativa perante o capital, condição necessária e indispensável para que os camponeses se apropriem dos tempos perdidos nos seus processos de produção, se transformaria, assim, de tempo perdido a tempo redescoberto (Carvalho, 2015, p. 12)

Os desafios, portanto, são permanentes e devem ser continuados e universalizados, se quisermos realmente fazer transformações. Neste sentido, nos programas de políticas públicas há muito caminho a percorrer, há muito processo organizativo a construir, já que para promover o acesso aos alimentos e dinamizar a economia é preciso estimular outra forma de organização da sociedade e no caso das políticas públicas há que estimular o associativismo e o cooperativismo. E ao mesmo tempo em que isto é uma exigência positiva, aqui já vemos que o programa não universaliza, porque muitos nem sabem como iniciar formas de cooperação. E segundo Carvalho, há imbricado nisto ideologias a serem superadas que favorecem a subalternidade.

É explícito o antagonismo entre a concepção de mundo camponesa e aquela que tem sido imposta pela ideologia capitalista ainda que predomine na prática produtiva camponesa comportamentos que lhes são introduzidos pela subalternidade ao capital a que estão submetidos (Idem, p. 10)

Voltando ao PAA, podemos ver as Modalidades do programa, desde 2006, segundo o MDS, onde os objetivos são a compra para doação simultânea, formação de estoques, compra direta, incentivo à produção de leite, compra institucional, segundo o quadro abaixo com mais detalhes. Aqui fica claro que o programa é bonito, mas não universal já que atingem um número muito pequeno de camponeses, organizados em associações, ou cooperativas, mas a maioria do campesinato ainda carece de organicidade para ser parte do programa.

Figura 15 - Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar - CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada a aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite - PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte:

MDA- <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa> (ver link - Confira **AQUI** todas as modalidades do PAA) Acesso em 02.02.2017

4.3 O Plano Camponês e os movimentos socioterritoriais

Trazemos aqui uma experiência da construção de um plano político para o campesinato e com ele uma política pública, que num curto período de tempo conseguiu dar unidade às organizações camponesas do Rio Grande do Sul. Fruto desta realidade, os dados de investigação do IBGE de que o campesinato é quem produz alimentos, movimentos ligados a Via Campesina Brasil, em conjunto com movimentos urbanos, organizaram conjuntamente uma proposta de uma possível política pública em conjunto primeiro com o

Estado do Rio Grande do Sul durante o governo de Tarso Genro do PT, para avançar na busca de qualificar a relação entre o poder público e o campesinato para garantir qualidade na produção para a comercialização. Vejamos a seguir tais propostas do Plano Camponês e em seguida fruto deste uma proposta de um projeto que poderia vir a ser uma política pública.

O plano Camponês é um projeto estratégico do campesinato brasileiro e tem a ver com a identidade camponesa, com a agroecologia, com as sementes crioulas, com a biodiversidade, com os hábitos e costumes, com a cultura camponesa com os modos de vida. Este plano nos remete à construção de propostas para a soberania alimentar, quando o campesinato tem autonomia sobre suas sementes, sua produção e este plano se propõem a ir construindo soberanias e reconhecimento da capacidade do campesinato neste processo.

O Plano traz uma proposta de plataforma de políticas públicas com foco no fomento à produção de alimentos na transição para a agroecologia, e na construção de logística para o beneficiamento, comercialização e organização do consumo. A proposta deste Plano Camponês surge primeiro no Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, para em seguida ser assumido como uma proposta coletiva das organizações da Via Campesina no Rio Grande do Sul. Segundo Valter Silva, entrevistado dois, este representa a acumulação histórica permanente do campesinato brasileiro para cumprir com sua função histórica na produção de alimentos e na preservação do meio ambiente.

O Plano Camponês é um projeto estratégico do campesinato brasileiro, a partir do campo para a sociedade como um todo, tem a ver com identidade camponesa, agroecologia, com sementes crioulas, com biodiversidade, com hábitos e costumes, com cultura camponesa, com o modo de vida, com produção de alimentos, com alimentação do povo do campo e da cidade, portanto, têm como elemento chave a relação campo e cidade. (Silva, 2016, E2, p. 1)

Ainda Segundo Silva, o campesinato já reconhece que o agronegócio é inimigo do camponês, porque concentra a terra, os recursos, e produz sob monocultivo e há que buscar enfrentar este modelo com propostas vindas dos camponeses.

O Plano camponês está em contradição com o Agronegócio, representado pelo capital financeiro, pelas multinacionais e latifundiários, apoiados pelo Estado Brasileiro. O Agronegócio é o projeto da burguesia no Campo. Ele é o nosso inimigo central. Ele é que nos explora nos preços, ele é que nos rouba as terras, ele é que nos impõe os pacotes tecnológicos, suga os recursos do Estado, destrói a biodiversidade, contamina o meio ambiente e tem o foco na produção de commodities, por isso não alimenta o povo. (Idem)

A construção do Plano Camponês pelo MPA levou a Via Campesina a construir um Programa Camponês que tem uma plataforma de políticas públicas para a produção e o abastecimento popular, em aliança campo e cidade. Este programa inicia no Rio Grande do

Sul no final de 2012, no governo de Tarso Genro do PT, num histórico de lutas e reivindicações do movimento camponês da Via Campesina estadual, conjuntamente com o Levante Popular da Juventude, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. Mas antes, vem de um processo de muitos debates e estudos sobre a realidade brasileira pelo Movimento de Pequenos Agricultores, reafirmando o campesinato como sujeito político que constrói conjuntamente ações econômicas, culturais formativas para que os camponeses possam ter qualidade no campo.

Segundo documento elaborado pela Via Campesina do Rio Grande do Sul, a luta pela agricultura camponesa é uma opção de classes, para que tenham capacidades de produzir e alimentar campo e cidade não é uma disputa de terminologia entre agricultor familiar ou Camponês, mesmo que hoje o agricultor familiar é aliado à agroindústria,

Falar hoje em agricultura camponesa na contemporaneidade é falar de abastecimento interno, de produção de alimentos saudáveis, preservação ambiental, de novas relações com a terra e o ambiente, de uma articulação social de novo tipo, onde os camponeses e camponesas irão articular-se sobretudo com as camadas populares dos bairros urbanos e os setores organizados da classe trabalhadora para garantir alimentos em suas refeições. (VC-RS, 2015, p. 5)

É o que Van der Ploeg (2005) chama de “condição camponesa” e sua luta por autonomia, numa sociedade que condena as pessoas à submissão, a dependência. O campesinato busca formas de sobreviver numa relação de solidariedade entre campo e cidade.

Daí que a luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos (Van Der Ploeg, 2005, p. 20)

Além do mais, o campesinato é capaz de enfrentar a conjuntura e o agronegócio, buscando de forma coletiva alternativa vindas das ações dos trabalhadores que coletivamente descentralizam a produção, a distribuição e o consumo, tendo em vista alimentar os trabalhadores com alimentos de qualidade. Como diria Ploeg, a comunidade e seu alto nível de interconexão num “contínuo aumento do valor agregado por unidade produtiva é associado, no modo de produção camponês, a um simultâneo crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e o dos atores individuais engajados no processo de produção”. (Ploeg, 2005, p. 26)

O Projeto Camponês também leva em conta refazer a vida no campo, a forma de produzir, a forma de se alimentar. Diz o documento da Via Campesina no Rio Grande do Sul, que a “Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É uma forma diferenciada de vida comunitária. Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista”. (LVC RS, p. 5) A economia camponesa é mais que uma experiência, é mais que uma célula financeira e econômica. “É um projeto que inclui produção e tecnologia, cultura, relações sociais e integração com a natureza” (Idem, p. 26).

O campesinato em seu projeto compreende viver e produzir, na construção deste sujeito que é marcado pela diversificação da produção, pela socialização da vida, mas que ultimamente vê sendo destruídas as formas de vida camponesa pela chegada dos integrados com a grande indústria de leite, de carne suína, de frangos. Mesmo assim, a vocação da agricultura camponesa é da diversidade que segundo ainda Via Campesina do Rio Grande do Sul,

Cria identidades locais e ambientais, liga territórios, práticas sociais, ambientais e culturas. Cimenta identidades culturais que se transformam em trincheiras de resistência, planos e utopias. Produz sujeitos políticos coletivos que lutam por direitos, por tradições, por sobrevivência e por perspectivas de futuro, sem destruição de sua própria história e seus meios de vida. Levanta o desafio do diálogo, do respeito e da construção da unidade política entre várias culturas e identidades camponesas para a luta comum pelo direito a existência e construção do futuro. (Idem, p. 6)

Por sua vez, este Programa Camponês também é uma plataforma política, capaz de reorientar a construção de uma nova geração de políticas públicas. Deve também estar articulado com outras políticas públicas para aumentar seu êxito, criar sinergias e aumentar sua intervenção, segundo documento elaborado conjuntamente entre camponeses e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, (ministério agora, em maio de 2016 extinto pelo governo interino de Michel Temer), portanto

Deverá ser articulado com outras políticas públicas como as de fomento ao desenvolvimento dos Territórios de Identidade – Proinf, ao mercado institucional de alimentos como o PAA, PNAE e de Fomento à agricultura familiar do Brasil Sem Miséria – BSM, o Terra Sol, e o Terra Forte. (Documento do Programa Camponês MDA/SAF/DEGRAV, 2015, p. 16)

Os objetivos específicos do Programa destacando as interações entre produção e consumo, mostram que é importante produzir com qualidade e motivar o consumidor a consumir com qualidade. A importância deste programa está nesta interação, na criação do elo necessário que pode a política pública facilitar. Vejamos que produção e consumo requerem um movimento organizado de camponeses que vinculam campo e cidade para o

fortalecimento cooperativo.

Figura 16 - Produção - consumo - programa camponês

PRODUÇÃO	CONSUMO
Inclusão produtiva Ampliar bases agroecológicas Processos sustentáveis Oportunidades para a juventude Valorizar o trabalho das mulheres Fortalecer a cooperação	Formação de cadeia de abastecimento Novos mecanismos de distribuição de alimentos Vínculos campo-cidade Compras públicas Acesso a alimentos saudáveis

Fonte: retirada do documento preliminar para discussão apresentado ao MDA/SAF/DEGRAV

São elementos estruturantes do programa, segundo documento colocado em discussão pelo MDA, extinto e recriado para contemplar interesses políticos de aliados do governo golpista de Temer. Proposta construída conjuntamente com as organizações sociais, que tem a proposta de tornar nacional para contemplar os processos produtivos e as lutas territorializadas. Com um enfoque territorial, o que lhes dá sustentação é a relação entre: organização – financiamento - assistência técnica, redes locais de cooperação e mercado.

A classe camponesa e os povos das águas e das florestas como a base do desenvolvimento do campo. A agricultura como modo de produzir e de viver, a luta camponesa como parte da luta da classe trabalhadora e o Plano Camponês, nosso projeto político estratégico e Socialista para o Brasil (Resolução 1 do I Congresso do MPA, 2015, p. 1)

Esta conclusão do MPA, em seu I Congresso nacional em outubro de 2015, vem na reafirmação da importância do campesinato, como classe trabalhadora, disputando com o agronegócio e reafirmando a tarefa do campesinato na produção de alimentos. Afirmação da construção de um projeto com vistas a um País livre e soberano.

A Via Campesina no Brasil e o campesinato brasileiro, sindical, de pescadores, de mulheres, de jovens, fizeram várias propostas aos governos Lula e Dilma no sentido de avançar na estruturação da agricultura camponesa como um espaço de políticas públicas que tem em si um caráter importante nas conquistas de um governo preocupado em solucionar dilemas profundos como os da fome e miséria. Se passos foram dados é porque houve espaços de construção popular coletiva que permitiram que camponeses e pequenos agricultores avançassem em sua subsistência e em cumprir com seu papel de alimentar campo e cidade. Algumas políticas públicas contribuíram no Brasil para este avanço que veremos a seguir.

4.3.1 O Programa Camponês e os Movimentos Socioterritoriais

O que é o Plano Camponês e o Programa Camponês? Poderíamos dizer que em sua construção está sua concepção. O Plano Camponês é um projeto estratégico do e para o campesinato e a agricultura familiar brasileira, a partir do campo para a sociedade como um todo. Tem a ver com identidade camponesa, agroecologia, com sementes crioulas, com biodiversidade, com hábitos e costumes, com cultura camponesa, com o modo de vida. Já o Programa Camponês, é uma plataforma de políticas públicas com foco no fomento à produção de alimentos, na transição para a agroecologia, no planejamento da logística para beneficiamento e comercialização de alimentos e organização do consumo, e uma articulação entre as organizações camponesas e as organizações urbanas.

A agricultura camponesa não se reduz a um conceito econômico. É muito mais: é social, é territorial, cultural, antropológico. É uma forma de viver e existir, que também produz bens e serviços, principalmente na forma de alimentos saudáveis e na preservação da natureza. (Leal e Gorgen, 2015)

Há que deixar claro desde o princípio que as políticas públicas podem vir a ter grande expressão quando construídas com os sujeitos que estiverem envolvidos na construção das mesmas, sem imposição de alguém que requeira sua originalidade. Mas também é preciso dizer que aqui trazemos a proposta que teve um processo largo de construção e chegou a ter uma elaboração no MDA, mas que não teve nem tempo de ser implementada, porque o golpe veio destruir sonhos e construções, sem levar em conta absolutamente nada do que foi pensado para que a soberania alimentar e uma alimentação saudável pudesse significar a um país com tanta diversidade como o Brasil. Seguimos comendo produtos envenenados, porque parece ser este o desejo de quem nos governa, que a sociedade seja doente, porque também favorece a uma rede dos empresários das doenças. Mas vejamos o que significaria termos um programa camponês, pautado por um plano político de agricultura camponesa.

O programa camponês foi sendo discutido no Rio Grande do Sul, por movimentos da Via Campesina e por organizações de trabalhadores urbanos, estudantes, organizações de vilas na proposta de buscar integrar campo e cidade e uma alimentação saudável. Um programa de incentivo a agricultura orgânica, a agroecologia e no sentido de desestimular o uso de agrotóxicos que hoje afeta a produção e a vida do campesinato em quase todas as regiões do estado. É uma preocupação com o meio ambiente, com a saúde e que envolve o que se produz, comercializa e consome. Por isto em seu programa aprofundam a proposta de “fomentar modelos descentralizados de produção, distribuição e consumo de alimentos

saudáveis, diversificados e de qualidade acoplados com sistemas de abastecimento de populações urbanas” (Programa Camponês - documento preliminar MDA/SAF/DEGRAV)

É nesta lógica de se transformar em uma política pública que vem o Programa Camponês, para articular a produção agroecológica com os mercados de alimentos saudáveis. Diz o documento preliminar sobre o tema elaborado conjuntamente com movimentos da Via Campesina e organizações urbanas, que há

Uma ampla variedade de políticas públicas pode ser adotada para que segmentos da agricultura familiar camponesa que atualmente se situam na base da pirâmide possam melhorar sua condição, obtendo o sustento pleno da sua família a partir da atividade agrícola. Estas políticas devem considerar a necessidade de reduzir os custos de transação, ampliar a base dos que acessam o crédito e dispõem de assistência técnica, estão articulados com o mercado e contam com instrumentos capazes de impulsionar suas organizações (Programa camponês, 2015, p. 4)

A proposta de programa camponês leva em consideração a territorialidade onde na unidade de ações coletivas está a possibilidade de concretização do programa e de sua potencialidade. É nesta territorialidade que se busca contemplar a distribuição, a comercialização e completar um ciclo da produção para a entrega aos trabalhadores para seu consumo, num mercado local.

Pode-se dar passos largos no sentido de renovar as políticas nacionais do campo, potencializando a capacidade de mobilização e de organização de segmentos rurais e urbanos, melhorando as tecnologias de produção, otimizando processos e sistemas de abastecimento alimentar para a população (Idem p. 9)

O programa chama de Territórios de identidade para criação de sinergias de ações que podem ser exitosas. Tem claro o campesinato que ações individualizadas e isoladas não possibilitam avanços coletivos e construções coletivas. Deixa clara esta posição quando possibilita a cooperação no sentido seguinte.

Os territórios de identidade podem ser adotados como unidade de planejamento e base de integração das políticas públicas que promovam ações de reestruturação produtiva, assistência técnica e extensão rural, eletrificação rural, saúde, saneamento, educação, cultura, lazer e políticas públicas no âmbito da garantia e ampliação dos direitos sociais das mulheres, juventude e idosos/as, qualificando as relações de produção e a sociabilidade nas áreas rurais em parceria com as organizações sociais do campo. (Idem, p. 18)

A clareza política dos movimentos camponeses neste momento histórico de impasse, que Fernandes chama de segunda “fase neoliberal” (Fernandes 2016⁴), de ódio de classes e de golpes, deixa claro que só com a mudança na natureza do Estado e em suas estruturas podemos avançar na Reforma Agrária Popular e no alcance de Políticas Públicas construídas

4 Texto no prelo

nas lutas e na resistência popular. O momento é de disputas por um modelo de sociedade e infelizmente ganhou o lado mais obscuro, que defende o mercado pelo mercado e tudo e todos se transformam em mercadoria. Estamos entrando em uma nova fase do capitalismo mais brutal, de sobre acumulação, onde as corporações, que detém as riquezas produzidas e naturais, inclusive a terra, não resistiram ao ver que o povo tinha minimizadas suas dificuldades e mesmo assim tem avançado com a força da organização coletiva, dos vários movimentos de campo e cidade. Enfrentar o estado burguês e a quem este sustenta é tarefa de povo organizado,

A realização da Reforma Agrária Popular exige mudanças democráticas na forma de organização e funcionamento atual do Estado burguês. Levando em consideração a natureza antidemocrática do Estado burguês e sua burocracia que impedem políticas públicas favoráveis à classe trabalhadora em geral, o avanço das nossas conquistas para beneficiar os camponeses/as e a imensa maioria da população do campo, somente se dará se enfrentarmos a natureza do Estado Burguês. (Programa Agrário do MST, p. 48)

O temor atual, em maio de 2016 é o que será o futuro da agricultura camponesa no Brasil no governo de Michel Temer, tratado como golpista pelos movimentos populares, que após o Congresso Nacional criar um processo de impedimento levando ao afastamento da presidenta Dilma Roussef, acaba com o Ministério que tem competência na construção de tal Programa. Recorremos a avaliação do assentado e Deputado Marcon em pronunciamento na Câmara dos Deputados no dia 13 de maio de 2016 que demonstra esta preocupação.

Ao extinguir o MDA, o golpe atinge quatro milhões de famílias e todo um conjunto de políticas e programas de incentivo para consolidação dos agricultores familiares. É uma medida que aponta para o fim do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fim do Pronaf, fim da recém-criada Anater, fim do apoio ao cooperativismo, fim do incentivo à permanência da juventude no campo (Deputado Marcon, 2013).

Em se mantendo a posição acima, teremos consequências graves no futuro de todos os programas e políticas públicas construídos nos últimos anos no Brasil que possam inclusive não permitir a nacionalização do Programa Camponês, ainda em estado embrionário.

5 SOBERANIA ALIMENTAR NA BOLÍVIA

***“Las viejas élites elevaron
el grito al cielo al ver a los indios en el poder,
tuvieron miedo del despertar del gigante dormido.***

***Temieron por la venganza,
temieron que les quiten todo y los expulsen del país.”.***

Miguel Angel Morales⁵

Figura 17 - Wipala, símbolo da unidade, da organização e da reciprocidade andina



Fonte: http://viajaconmigo.blogspot.com.br/2005_06_01_archive.htm

5 Miguel Angel Morales Sánchez. En Rebelión, 2014

O que o Brasil terá a aprender com outros países, especialmente com seus país vizinhos, com uma cultura tão diferente da sua, com uma riqueza construída ancestralmente por seus indígenas camponeses, negros, resistindo às alturas das terras bolivianas, a temperaturas extremas de terras gélidas e do calor das terras amazônicas? Existe em comum o desejo de uma sociedade que respeite a soberania de cada povo e que valorize os saberes construídos pela mesma. Saberes e valores de um povo com raiz comunitária, na construção de solidariedade permanentemente, mas que vem sendo vilipendiada pelo capitalismo que assola a todos os países de nossa América, menos a Cuba que ainda resiste na pequena ilha caribenha, fruto de anos de formação socialista e internacionalista de seu povo.

"Bolívia es el país con mayor exposición y expansión de la pobreza, exclusión, desigualdad y vulnerabilidad alimentaria en la región," (CONAN, 2010, p. 11) segundo avaliação da CONAN – Conselho Nacional de Alimentação y Nutrição de Bolívia, em um processo de sistematização na Bolívia da realidade social, econômica no país. E segue com dados alarmantes:

Los indicadores de pobreza en el país son alarmantes, especialmente la pobreza rural, la indígena y la de las mujeres y de los infantes, cerca del 10% del territorio tiene a casi toda la población en situación de pobreza extrema, cerca del 50% del territorio tiene más del 70% de la población en situación de extrema pobreza, el análisis de brechas de pobreza nos da como resultados que la misma afecta sustancialmente a indígenas, mujeres e infantes (0 a 6 años), esta situación no solo vulnerabiliza a la mayoría de la población, sino que pone en riesgo el futuro del país. La alimentación y la nutrición es uno de los dinamizadores de la reproducción de la pobreza. (Idem, p. 11).

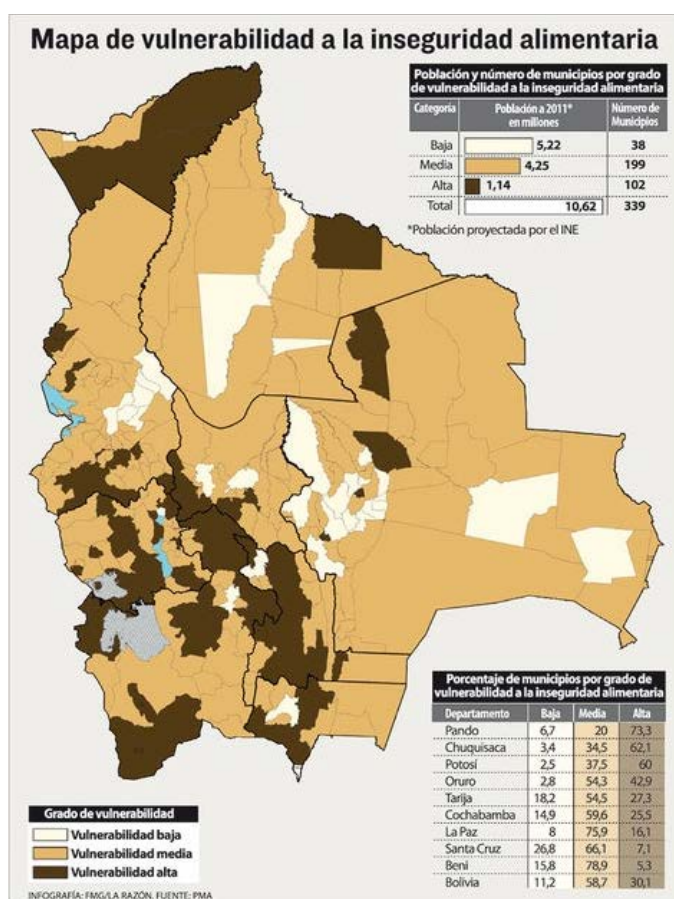
Ainda segundo a CONAN, "La pobreza genera una cultura de pobreza" (Idem, p. 11), que leva a outras degradações, especialmente dos meios de produção, da capacidade produtiva da terra, que impacta na degradação dos meios de vida, na precarização da alimentação, do não ter cuidado com a saúde e com a higiene. E não somente a desnutrição isoladamente é um problema de recursos econômicos, mas que tem relação extrema com a situação de pobreza da população.

La alimentación, nutrición y seguridad alimentaria son problemas estructurales del país y una de las condiciones básicas para encarar el desarrollo, sin gente no hay desarrollo, para los sectores sociales más excluidos y los territorios más vulnerables la sostenibilidad está mucho más comprometida. (Idem, p. 11).

Em 2012 o Programa Mundial de Alimentos – PMA, conjuntamente com o Ministério de Desenvolvimento Rural e Terras, com financiamento da União Europeia, realizaram um estudo da vulnerabilidade alimentar na Bolívia com a finalidade de orientar

ações do Ministério e do Governo. O mapeamento da vulnerabilidade da Insegurança Alimentar na Bolívia contatou o que nos demonstra o mapa abaixo, que “de los 102 municipios, de un total de 339, es decir 30,1%, enfrenta alta vulnerabilidad a la inseguridad alimentaria; 199 municipios, es decir 58,7%, presentan vulnerabilidad media; y 38 municipios, equivalentes al 11,2%, muestran baja vulnerabilidad”, segundo o PMA 2012 (PMA, 2013, p. 1)

Figura 18- Estudo da vulnerabilidade alimentar na Bolívia



Fonte: jornal La Razón, 2014

Mais recentemente, a FAO realizou um estudo mundial sobre a pobreza e a insegurança alimentar, para observar no mundo o cumprimento das metas do milênio para acabar com a fome. Em seu relatório SOFI (2015) constata que houve avanços em muitos países e que o continente Latino Americano e o Caribe foram os que mais avançaram em buscar diminuir a fome. Crispin Moreira, representante da FAO na Bolívia comemora o fato

do país ter dado passos para sair do mapa da fome.

El informe anual 2015, muestra que Bolivia - al lograr bajar de 38 % (1990) a 15,9 % (2015), la proporción de personas subalimentadas -ahora se suma a los 72 países del mundo y los 16 de América Latina y el Caribe que han logrado la meta de reducción del hambre de los ODM establecidos para este 2015. (Moreira, 2015, Artigo, p. 1).

Ainda assim, diz Moreira que ainda não há muito a comemorar porque mesmo que reduzimos 14,7% para 5,5% do número de pessoas subalimentadas, “Centro América y Caribe no han logrado la meta. Lo más preocupante e inaceptable es que todavía 34,3 millones de personas en la región viven en situación de inseguridad alimentaria y nutricional” (Idem, p. 1)

Ainda segundo o representante da FAO Bolívia, houve medidas importantes na luta contra a insegurança alimentar que chama de “um entorno favorável” na instituição desde o Estado de um marco legal e da implementação de políticas públicas que permitiram ingressos financeiros as famílias, o fortalecimento da agricultura familiar comunitária e a proteção social das famílias mais vulneráveis. Se trata de combinar políticas e acesso regular a alimentos para “combinar iniciativas del Estado para garantizar en el país la disponibilidad y el acceso regular y seguro a alimentos sanos.” (Idem, p. 1)

Um estudo da organização espanhola Veterinários Sem Fronteiras (VSF), com escritório na Bolívia, faz um resgate de toda legislação pertinente ao tema agroalimentar no período de 2006-2014 e segundo a mesma, há uma série de leis, algumas superpostas como a lei 144 e a lei 300 que tratam dos direitos da Madre Tierra. Mas segundo a leitura da entidade,

Las leyes promulgadas durante las gestiones 2010 al 2014, se basan en el precepto del pluralismo jurídico-económico que pretende dar “un trato igualitario a los históricamente desiguales”, pero en los hechos es posible que la balanza se esté inclinando a favor del interés económico de la economía privada, en desmedro de la economía comunitaria. (VSV, 2015, p. 3)

Bolívia assumiu a soberania alimentar como política de Estado, reconhecida na lei nº 144, da Revolução Produtiva comunitária e agropecuária. Diz no artigo 2:

La presente Ley tiene por objeto normar el proceso de la Revolución Productiva Comunitaria Agropecuaria, para la soberanía alimentaria estableciendo las bases institucionales, políticas y mecanismos técnicos, tecnológicos y financieros de la producción, transformación y comercialización de productos agropecuarios y forestales, de los diferentes actores de la economía plural; priorizando la producción orgánica en armonía y equilibrio con las bondades de la madre tierra. (ley 144, art. 2)

E a reafirma no artigo 405, quando constrói normativas constitucionais sobre a agricultura que fortalecem as economias dos pequenos produtores agropecuários, a economia

familiar e comunitária, indígena e camponesa. Diz este artigo

El desarrollo rural integral sustentable es parte fundamental de las políticas económicas del Estado, que priorizará sus acciones para el fomento de todos los emprendimientos económicos comunitarios y del conjunto de los actores rurales, con énfasis en la seguridad y en la soberanía alimentaria (Constituição 2009, art. 405)

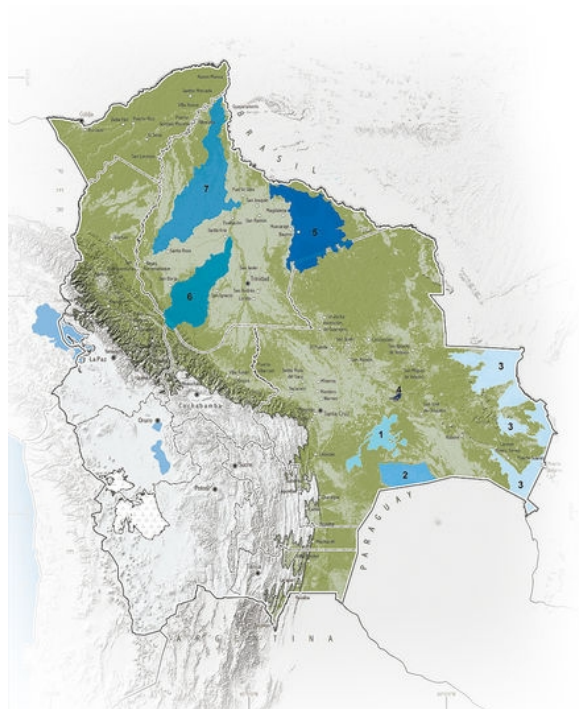
Neste estudo debatemos a importância de um Estado que assume a soberania alimentar com segurança, em sua Constituição e suas práticas. Mas Dávalos, da Fundação Terra, ao apresentar um estudo sobre políticas públicas e soberania alimentar em 2013, diz das políticas públicas e da tarefa do Estado que “toda decisión que asume el Estado se entiende como una línea de acción y un interés concreto con poder normativo y con el propósito de hacer valer esa decisión entre minorías o mayorías a través de los mecanismos democráticos de Estado. (Dávalos 2013, p.8)

Sabemos também que mesmo que os estudos de FAO, de VSF, da Fundação Terra demonstrem que o país conseguiu avançar em direção de dados um pouco mais animadores como os do relatório SOFI da FAO, mas ainda há muito caminho a percorrer e muita luta que deve ser travada pelos bolivianos para respaldar o governo do Aymara Morales que segue confiante em sua tarefa de governar para e com seu povo, mas que como diz Dávalos “aún no se ha logrado implementar una política certera de erradicación de la pobreza”. (Idem, p.7). E também há que vencer o legislismo, a quantidade de leis, de boas intenções que precisam de ações concretas, de programas exequíveis e com recursos dirigidos a este fim.

5.1 A Construção da soberania alimentar na Bolívia

Na Bolívia, como em toda América Latina, segundo Ormachea , as reformas agrarias “estuvieron orientadas a eliminar las trabas que impedían el desarrollo del capitalismo en la agricultura” (2007, p. 12). De tal forma que a reforma agrária inicial foi de alta concentração das terras, especialmente nas terras baixas, as melhores em que o agronegócio se expandiu com os monocultivos e a transgenia, entrando neste país e comprometendo a diversidade cultural. O mapa abaixo nos dá uma demonstração de onde estão as terras baixas, com a melhor biodiversidade, os melhores ecossistemas terrestres e aquáticos e por isto atrai e concentra a produção e exploração comercial. Terras baixas amazônicas, com uma diversidade que está sendo destruída pelo agronegócio e cultivos extensivos tendo em vista a produção de *commodities*.

Figura 19 - Terras baixas na Bolívia



Fonte: http://www.la-razon.com/sociedad/dfdfdf_LRZIMA20151017_0053_11.jpg

Em sua análise do curto período do governo do MAS, (2006-2007) Ormachea observa que os muitos decretos supremos da “revolución agraria” não tocam aspectos substanciais que movam ações dos latifundiários e que as ações anunciadas “reflejan tímidos intentos para la distribución de las pocas tierras fiscales aparentemente disponibles y que, por tanto, no afectan los intereses terratenientes” (Idem, p. 79)

Esta questão aparece nas análises de dados pesquisados por Fornillo que se pergunta se existe reforma agrária na Bolívia do MAS, e dão conta de que a reforma agrária atendeu a interesses de poucos.

Desde 1953 hasta 1993, el Estado boliviano distribuyó apenas un poco más de la mitad de la tierra del país (57,3 millones de hectáreas), beneficiando en lo fundamental a propiedades medianas y empresas agropecuarias que obtuvieron el 68,98% de la superficie; mientras que la propiedad comunitaria, la pequeña propiedad y el salar campesino recibieron juntas el 29,4%. (Fornillo, 2012, p. 155)

Vejamos que segundo Ormachea, antes da reforma de 1952, não havia latifúndio e sim havia uma forma de organização comunitária que ele chama de “economía natural” e que a reforma agrária capitalista veio destruir. Diz ele que

En las comunidades campesinas aún predominaba una suerte de “economía natural”,

donde se combinaba la propiedad individual con la colectiva y donde la organización de la producción se basaba en la fuerza de trabajo familiar y en formas de cooperación e intercambio de trabajo. (Ormachea, 2007, p. 21)

O modelo de produção capitalista tem conduzido a desigualdades sociais, a destruição dos recursos naturais e levado ao agravamento alimentar no mundo, de forma que tem colocado o campesinato em uma situação cada vez de maior exclusão e sem alternativas, proporcionando maior desigualdade entre quem tem as melhores terras para produção e quem é desterritorializado, aqueles que têm o conhecimento ancestral e são expulsos para as cidades, sem qualificação, desterritorializados de seus territórios, de suas comunidades, de suas culturas, para a cidade que não os acolhe que lhes relega a favelização.

Na Bolívia, durante Fórum preparatório ao IV Fórum Parlamentário contra a fome e a pobreza, pela soberania alimentar, realizada no marco da agenda 2025, com participação das organizações camponesas bolivianas, em sua declaração final destinada aos legisladores, afirmam que

En Bolivia, los responsables estructurales de esta crisis alimentaria son los gobiernos neoliberales que desde el 1960 con la liberalización de los mercados, con donaciones de crédito, dotaciones de tierras y grandes subvenciones han favorecido a la agroindustria que privilegia su producción a la exportación debilitando la seguridad alimentaria de nuestro pueblo. (Declaración por la soberanía alimentaria en el marco de la agenda 2025, 2013, p. 1).

É neste contexto que os povos organizados resistem à subordinação do sistema capitalista, pensam nas resistências construídas neste país indígena, com base na coletividade, na solidariedade e contra a única condição que o capitalismo lhes oferece: a desterritorialização rumo ao desconhecido nas cidades. Nesta situação de exclusão que o sistema impõe ao campesinato e ao indígena, a cidade é espaço que não constrói comunidade, da fome, de viver em péssimas condições de habitação, subemprego, que os distancia do sonho do *Vivir Bien*. Reclamando por sua história, se dão conta de que as comunidades camponesas em especial têm sido levadas à migração forçada e como dizem, foram arrinconadas.

Las comunidades campesinas hemos sido arrinconadas por las políticas neoliberales provocando que nuestra gente migre a las ciudades y se debiliten los sistemas ancestrales de producción de alimentos, se modifiquen los patrones de consumo favoreciendo a las transnacionales de alimentos, además del cambio climático, la corrupción y el contrabando, enfermedad del capitalismo que afecta con mayor fuerza a la producción campesina. (Idem, p. 1)

Mas sua história não lhes permite viver na reclamação individual ou coletiva, desafiam o presente e o futuro com a certeza de que tem a tarefa de alimentar seu povo e

reconstruir territórios, refazendo sua coletividade.

Las comunidades campesinas que históricamente hemos sostenido y subvencionado la producción de alimentos, estamos convencidos que la mejor manera de revertir esta crisis es encarando cambios estructurales que le devuelvan a la agricultura campesina familiar comunitaria y ecológica su rol histórico de producción de alimentos, se garantice el derecho de nuestros pueblos a los recursos naturales, fundamentalmente el agua y el territorio y se garantice el derecho a una alimentación sana y culturalmente apropiada (Idem, p. 1)

Nas reflexões de Miguel Angel Crespo e dos povos indígenas e camponeses bolivianos, ao longo da história foram despojados de suas terras mais férteis e foram confinados a lugares isolados e inóspitos e “en el aislamiento los indígenas se vieron forzados a constituir una economía sin dinero, una economía de trueque, basada en el autoconsumo. La economía indígena campesina sólo producía unos pocos excedentes que los intercambiaba en las ferias rurales”. (CRESPO, 2013, p. 3). Esta realidade foi sendo construída desde a base, desde os núcleos para o empoderamento desde as comunidades para a mudança que se daria em 2006 quando Evo assume o governo.

En esta realidad, si verdaderamente se quería erradicar la pobreza era necesario cambiar las relaciones de poder, era necesario romper el orden establecido. Surgió entonces en los años noventa el discurso del empoderamiento, la gobernanza, la descentralización y la inclusión social: había que fortalecer las capacidades de los pobres para exigir al Estado el cumplimiento de sus derechos (Idem, p.2)

Este país, onde quase metade de sua população é multiétnica, formada por indígenas, originários, camponeses, interculturais e afro bolivianos que vivem nas mais de vinte mil comunidades camponesas, que trilham caminhos de construir o sonho de Tupac Katari e Bartolina Sisa de construir um país de livres, conseguem eleger a um indígena, somente em 2006, a eleger um dos seus, ao presidente indígena Aymara, Evo Morales Ayma, antes dirigente de uma organização de camponeses produtores de coca. Evo vem fazendo a revolução possível, com seu povo, junto às organizações, com uma mensagem que vem de dentro, de quem construiu um movimento nacional pela defesa da coca como patrimônio dos povos com suas contradições.

“Quando Evo se postulou ao poder, não queria mudar o modo de produção, somente queria governar a favor dos pobres, democratizar a riqueza e o poder”, diz Crespo. (Idem, p.02). Mas há quem avalie, como Salazar, que ao invés de impulsionar o socialismo comunitário, “se há mostrado cada vez más, y de manera explícita, cercana a intereses de nuevas y viejas elites dominantes” (Salazar, 2016, p. 1).

As reflexões de Salazar vêm nos sentido de demonstrar que a forma de fazer política

do governo do MAS – Movimiento al Socialismo, foi trazendo debilidades que parecem ser parte dos presidencialismos, “instauro una narrativa y una práctica que penetro y desarticulo las fuerzas que otrora resistieron la política neoliberal, logrando convertir a la estructura sócio-económica boliviana más permeable al gran capital” (Idem, p. 1). A chamada “guerra del água” nos anos 2000, contra a privatização da água em Cochabamba, levou a outras lutas ao nível nacional ao que avalia que teriam impedido o avanço da proposta neoliberal naquele momento. Quando o MAS assume o governo, se viu pressionado inicialmente para atender e assimilar demandas desta pressão popular, na convocatória de uma constituinte, mas o mesmo avalia que foi por um tempo e logo nos primeiros anos

Se produjeron profundas contradicciones y tensiones entre gobernantes y sectores populares, tal como sucedió, como un ejemplo entre muchos más, cuando el gobierno resignó cualquier posibilidad de una Reforma Agraria y constitucionalizó el latifundio en el marco de una negociación post-constituyente con la derecha oligárquica del país (Idem, p. 3)

Para consolidar el poder estatal, el gobierno de Morales estableció las alianzas necesarias con los viejos y nuevos sectores dominantes interesados en reconstituir un orden de dominación estable, pero en torno de sus intereses. (Idem, p. 3)

Na construção do “Vivir Bien”, segundo Salazar, o governo tem uma retórica de “nacionalização” como necessária e uma condição para a redistribuição de riquezas e faz duras críticas a desarticulação das lutas iniciadas nos anos 2000 e da estatização das reivindicações populares, mas neutralizando com isto a mobilização sob políticas públicas. Diz Salazar

En síntesis, lo que el gobierno del MAS promueve no es un modelo neoliberal clásico, sino, más bien, un modelo de capitalismo de Estado que tiene la particularidad de asumir como objetivo la producción de condiciones para la expansión del capital de una manera que el neoliberalismo no pudo hacerlo. Esto ha sido posible gracias a una estrategia estatal de desactivación de las luchas a partir de una retórica y una trama simbólica. (Idem, p. 4)

Falando do capitalismo, da produção de desigualdades e da necessidade de fazer a transição ao socialismo comunitário, que é a proposta em construção desde a Constituição, construída e aprovada com as forças populares em 2009, o vice-presidente Linera fala das contradições do capitalismo, como o modelo hegemônico que permite conhecer o mundo pela internet, mas que também “esta sociedad capitalista que domina el mundo, que nos da vuelos espaciales e internet, permite que cada noche se duerman con hambre 800 millones de seres humanos” (Linera, 2010, p. 8). Afirma que na Bolívia estão construindo uma transição a um Estado integral, socialista comunitário, os pilares da economia são as comunidades indígenas camponesas e o movimento trabalhador organizado. “Cuando hablamos del socialismo, hablamos de algo distinto, podemos llamarles comunitario o buen vivir, pero en el fondo

estamos hablando de algo distinto a la sociedad capitalista que genera tanta pobreza, desigualdad, muerte y destrucción de la naturaleza” (Idem p. 4).

Alcançar a soberania alimentar através de uma revolução produtiva comunitária é um sonho para cumprir seu papel histórico de produzir alimentos para si, para os seus, e para toda sua comunidade. Quando falam em comunidade, falam em irmanar-se na construção de caminhos possíveis, sonhados e construídos coletivamente. Irmanar-se na luta na conquista e no sonho do próprio socialismo comunitário, porque comunitária é a história desta nação. Ainda Salazar chama a atenção ao fato de que no modelo neoliberal, para sobreviver na economia informal neoliberal cria uma serie de tramas de saberes autogestionados, relacionados com o saber fazer, com a modernidade tecnológica, que reproduzem modelos econômicos que não são comunitários.

Si bien los entramados comunitarios urbanos y rurales en Bolivia tienen una larga y potente tradición organizativa más allá del propio neoliberalismo, la puesta en escena de este modelo habilitó cauces de acción que, a nombre del libre mercado, inmediatamente fueron apropiados por esos entramados, para potenciarse en su hacer y en sus diversas formas de lucha (Salazar 2016, p. 2)

Na Bolívia, existe hoje em torno de 770.000 unidades produtivas familiares, que tem somente em torno de cinco acres de terra, ou seja, em torno de 2,2 hectares. Está no campo o maior nível de pobreza, onde 48 de cada 100 bolivianos são pobres. Segundo Dávalos, “de cada 100 personas, 26 son pobres, quiere decir, la cuarta parte de la población nacional” (Dávalos, 2013, p. 20).

Pensar a soberania alimentar é pensar a reforma agrária, o acesso a água, a distribuição de riquezas, infraestrutura, porque desenvolvimento agrário significa participação dos sujeitos do campo, de indígenas e camponeses. Na Bolívia, este também é o grande desafio, mesmo tendo um presidente indígena. Enfrentar o modelo capitalista que mantém uma estrutura concentrada que impede a preservação de costumes ancestrais, o poder sobre si e a soberania sobre seus processos comunitários galgados pelos Ayulus⁶, segue sendo um desafio. O modelo de sociedade boliviana que pretendem organizar os indígenas se inspira em seus valores ancestrais e em sua cosmovisão e num pensamento libertário forjado ao longo dos séculos contra o capitalismo.

Nosso entrevistado, dirigente da maior confederação de trabalhadores na

6 Um **ayllu** ou *aillo* é uma forma de comunidade familiar extensa, com uma ascendência comum - real ou suposta - que trabalha em forma coletiva em um território de propriedade comum.

agricultura, Machaca (entrevistado nº 6) ao mesmo tempo que questiona a burocracia do estado e a falta de assistência técnica e prioridade com quem produz, também diz que assumir a soberania alimentar é a proposta do campesinato para sair da crise.

La soberanía alimentaria resume la lucha campesina en el mundo y en América latina, por eso nuestras organizaciones matrices VIA CAMPESINA, CLOC, nuestras organizaciones nacionales apostamos a la soberanía alimentaria como la síntesis de la lucha por una agricultura campesina, la defensa de la tierra y el territorio, el derecho a los recursos naturales, a nuestras semillas y finalmente a nuestra cultura y nuestra identidad indígena campesina. La soberanía alimentaria no es un simple sinónimo de la seguridad alimentaria, tiene elementos políticos, culturales y es la agenda de lucha para salir de la crisis y salvar al país con una diversificación de la economía y ejercer la soberanía alimentaria. (Machaca, entrevistado nº 6)

Estudo do CEDLA afirma que na Bolívia é recente a pauta da segurança e soberania alimentar. O governo do MAS, com Evo Morales, como membro fundador da Via Campesina, tem sido pautado pelas organizações camponesas nacionais e internacionais, de maneira informal e coletiva para a implementação da política de soberania alimentar. Segundo Ormachea,

Comienza a señalar en sus políticas y planes, así como en el discurso, la necesidad de potenciar la producción agrícola y agroindustrial de alimentos para abastecer la demanda del mercado interno, adoptando el concepto de “seguridad y soberanía alimentaria” cuyo origen también se remonta a 1996 y que fuera introducido por Vía Campesina a raíz de la Cumbre Mundial de la Alimentación de la FAO. (Ormachea 2009, p. 20)

O marco atual da soberania alimentar com segurança, começa com a construção do Plano do Ministério de Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Meio Ambiente (MDRAyMA) de 2007, chamado Revolução Rural, Agropecuária e Florestal que diz que “urge un proceso de cambios para transitar del actual modelo de desarrollo agrario y forestal exportador y socialmente excluyente, hacia otro que favorezca la mejora de los sistemas de producción de alimentos” (Plano do MDRAyMA, 2007, p. 5).

Porém, este modelo capitalista, que desterritorializa a indígenas de suas terras, também fez crescer o número de sem terras, de assalariados temporários, além do que

Parte de la expansión empresarial ocurrida en las tierras bajas se ha dado sobre tierras tradicionalmente ocupadas por pueblos indígenas, los que han enfrentado una intensa presión que ha amenazado su desarrollo social, económico y cultural. Adicionalmente, con el avance del capitalismo en el agro también ha tendido a crecer los grupos de campesinos sin tierra y de población flotante de asalariados de temporada (Idem, p. 9)

Diz o Plano acima citado, que “el modelo de desarrollo rural heredado desequilibró las prioridades nacionales ya que las políticas liberales establecieron la premisa de “exportar o morir” (Idem p. 15). Modelo das elites que exploraram as melhores terras baixas da região

oriental e que promovem a agricultura de exportação e “Como consecuencia, no se pensó en las necesidades de la población boliviana, no se planificó en base a la seguridad y soberanía alimentaria del país y no se incidió en la disminución de la pobreza” (Idem, p. 15).

Além disto, Ormachea sustenta que as terras comuns estão sendo fragmentadas na imposição do agro e está perdendo o usufruto coletivo das mesmas. Exemplifica que na região do altiplano de La Paz há uma desterritorialização do camponês e indígena e que uma nova configuração espacial e política vai se configurando.

Las tierras comunales tienden a desaparecer para ceder paso a la presión por nuevas parcelas individuales y cómo en los valles también se presentan tendencias hacia la fragmentación de áreas colectivas comunales en parcelas individuales, tanto en comunidades de ex hacienda como en ayllus donde además se verifican procesos de compra-venta de tierras inclusive a personas ajenas a la comunidad, procesos que debilitan los resabios de las prácticas comunitarias (Ormachea, 2009, p. 11)

Neste sentido, Ormachea, analisa o processo de subordinação ao agronegócio quando a indústria e a agroindústria impõem aos setores camponeses, exigências como qualidade, quantidade e requerimentos que determinam o trabalho das famílias camponesas a processos impostos e não construídos desde o saber camponês, para atender a exigências da própria indústria e seu mercado. Este processo "nos lleva a cambios en las practicas productivas tradicionales y ancestrales" (Ormachea, 2009, p. 7), que vão fragilizando a construção da soberania alimentar.

Quando Elizabeth Bravo foi perguntada em uma entrevista, se a produção de transgênicos se justifica na proposta de buscar garantir a soberania alimentar, ela faz a seguinte reflexão: o que justifica a produção em sistema de monocultivo para a exportação, se cada povo tiver produção para sustentar sua soberania, porque outros países tem que produzir em escala, com transgenia e agroquímicos que venham impedir inclusive que posteriormente as sementes se reproduzam, causando dependência a quem tem a patente e impede que os genes naturais das sementes a reproduzam.

Soberanía alimentaria es la capacidad que tiene un país de autoabastecerse de alimentos, la capacidad de una comunidad de producir alimentos para su propio consumo. Es la idea de producir alimentos primero para el propio consumo y, si hay excedentes, venderlos al mercado interno y, en última instancia, para la exportación. También incluye el derecho de los consumidores a escoger de lo que van a alimentarse. El concepto de soberanía alimentaria incluye además nutrirse con alimentos sanos, con prácticas que no vayan a dañar el medio ambiente ni la salud de las personas.

Entonces, partiendo de esos conceptos, podemos ver si los transgénicos sirven o no para la soberanía alimentaria. Si vamos primero por el concepto de que los pueblos produzcan sus propios alimentos, vemos que, por ejemplo, en Bolivia se produce

soya transgênica. Esa soya no es para el consumo humano, no la consumen los habitantes de Santa Cruz, sino fundamentalmente es para la exportación. Y ni siquiera es para una exportación directa porque se exporta primero a Argentina y ese país la reexporta a la China. Y ni siquiera es para la alimentación humana, sino para chanchos, reses, pollos, etc. Entonces si decimos que queremos mejorar la alimentación de la población, no se justifica. (Bravo, in Solaris, 2016 p. 1).

Outra questão importante a considerar é o tema das sementes transgênicas, que na construção da soberania tem toda importância, visto que a dependência de sementes modificadas e a proibição de parte das empresas de utilização de sementes sem transgenia, conhecida como sementes crioulas ou camponesas leva à perda de diversidade, das culturas regionais, e da soberania nacional. Contreras diz que 99 por cento da soja na Bolívia é transgênica e que o governo, com a pressão dos empresários agrícolas e com apoio de sua base no Congresso alteram a lei sobre os transgênicos e retira a proibição de entrada no País. Se pode averiguar isto no artigo 409 da constituição atual onde não consta a proibição e sim a possibilidade de regulação. Se for regular, é porque aceita. Contreras nos historia o fato.

¿Que paso con el gobierno indígena? Aparentemente una mutación política como ocurre con los transgénicos: el artículo 408 aprobado por la Asamblea Constituyente en Oruro era contundente: “se prohíbe la producción, importación y comercialización de transgénicos”, sin embargo, a consecuencia de los consensos políticos – con mayoría oficialista – se logró cambiar la Constitución Política del Estado (CPE), afirmando en el artículo 409 “la producción, importación y comercialización de transgénicos será regulada por ley”. (Contreras, 2014, p. 1)

A CLOC-Via Campesina, crítica da transgenia, dos agrotóxicos, e defensora da agroecologia e da soberania camponesa, também aliada de Evo Morales antes mesmo deste ser presidente, visto que foi um dos fundadores deste movimento internacional quando ainda dirigente do movimento cocaleiro, faz uma carta protocolada em 22/11/2012 alertando de sua preocupação com a possibilidade de liberação da transgenia na Bolívia e expondo diversos motivos. Alerta o movimento camponês internacional dizendo na carta:

Consideramos que los cultivos transgénicos son inconciliables con el Buen Vivir de los Pueblos, y con la salud de nuestra Madre Tierra, con la Soberanía Alimentaria y solo favorecen a las grandes corporaciones transnacionales, lo hemos denunciado en varios espacios de movilización y lucha...

Adoptar semillas transgénicas es atentar contra la soberanía alimentaria del pueblo. So hay ningún estado que garantice que las semillas transgénicas no generan problemas de salud en el ser humano. Asimismo, los cultivos transgénicos no alimentan a los pueblos, la mayor parte de la producción está destinada al agrocombustible y otras materias primas industriales. (Carta de CLOC-VC a Evo Morales, protocolada día 22.11.2012)

Ainda assim, a constituição tem sua contradição, visto que a mesma garante a “seguridad y soberanía alimentaria para toda la población, prohibición de importación, producción y comercialización de organismos genéticamente modificados y elementos tóxicos

que dañen la salud y el medio ambiente”. (Constituição, art.254, II/8, p.61). Igualmente garante no artigo 403 quando trata da política de desenvolvimento rural integral do Estado com as entidades territoriais autônomas e descentralizadas. “garantizar la soberanía y seguridad alimentaria, priorizando la producción y el consumo de alimentos de origen agropecuario producidos en el territorio boliviano” (Idem, art. 403/1, p. 96).

O Estado Plurinacional é Unitário de Direito Plurinacional comunitário, livre, autônomo, descentralizado e intercultural. Seu vice-presidente, Garcia Linera diz que “*Os que querem destruir a vida, veem a comunidade como um estorvo, quando na realidade é uma virtude*” (Linera, 2010, p. 11). E esta virtude está na busca do comunitário, do bem viver para todas e todos, que, ao contrário do que se construiu no sistema capitalista, não gera pobreza, desigualdade, morte e destruição das vidas e da natureza. Linera afirma: “o socialismo comunitário é a expansão de nossas comunidades agrárias, com suas formas de vida privada e comunitária, trabalho comum, usufruto individual, associativismo”. (Idem, p. 96)

No meio rural, a expressão deste socialismo comunitário são os Ayulus, onde a terra é coletiva e o trabalho é individual. Cada família pertencente a uma comunidade recebe uma quantidade de terra para produzir, segundo suas necessidades. E podem ter terra em distintas partes do Ayllu, nos qualificados “pisos ecológicos”⁷ que são a diversidade da terra, do clima produtivos e que todo mundo deve ter acesso para construir a soberania alimentar. Nos Ayllus há uma gestão do território pelas próprias comunidades, todo ano fazem um planejamento para decidir qual parte da terra comunitária ficara num período de descanso e novamente redistribuir onde cada família fará seu plantio. A diversidade territorial está presente no Ayllus: a propriedade privada é somente o lugar onde vive e moram, a área de produção é coletiva e o sistema é rotativo e onde todo mundo pode ter seu espaço de plantio para batata no seco, de arroz no úmido, de animais de forma coletiva.

Nesta perspectiva territorial da Pachamama, a mãe terra é um bem comum, território de todas e todos, como o solo, a água, a biodiversidade, há um respeito nacional pelos territórios porque são lugares de viver e de reproduzir-se, lutando contra o capitalismo, que tenta destruir as experiências comunitárias. Fornillo aprofunda esta questão e nos remete a realidade que forma o ser boliviano, que resiste a dominação capitalista da exploração de seus territórios que são sagrados.

7 Nos Pisos ecológicos tem diversas associações fisiográficas, geográficas e ecológicas da vegetação – Vales andinos secos e vales andinos úmicos (Yungas).

No se trata de la utilización de la tierra para el “aprovechamiento del suelo”, sino de configurar un territorio que para la cosmovisión indígena representa un espacio de vida esencial en la reproducción social, cultural, religiosa, económica y política. A diferencia de la mercancía-tierra, el territorio es integral, una unidad que no se presta a división porque implica la pluralidad de recursos que lo pueblan, sea el suelo o el aire; es la base de la subsistencia, un espacio multidimensional y no un bien comercial, comprensible si se recuerda la importancia que posee el espacio – la famosa utilización vertical de pisos ecológicos – para la reproducción de las comunidades. En Bolivia, de modo predominante en las comunidades indígenas, suele prevalecer un uso de subsistencia del suelo antes que mercantil, donde el valor de uso es prioritario respecto del valor de cambio, entretejiendo de manera compleja lógicas económicas de la comunidad y vínculos utilitarios con el mercado. (Fornillo 2012, p. 163)

O conceito “**Vivir Bien**” é parte de uma filosofia de vida ancestral e sua perspectiva de futuro, uma luta constante, uma reflexão permanente. Mais que isto, é a discussão dos paradigmas atuais no mundo em que vivemos que nos divide em classes e em quem vive bem ou vive melhor. Como diz Evo no prólogo ao livro de Farah sobre o Vivir Bien como um paradigma não capitalista, o declara como

Una forma de vida, de relacionamiento con la naturaleza, de complementariedad entre los pueblos, es parte de la filosofía y la práctica de los Pueblos Indígenas. Asimismo, no sólo desnuda las causas estructurales de las crisis (alimenticia, climática, económica, energética) que vive nuestro planeta, sino que plantea una profunda crítica al sistema que está devorando a seres humanos y la naturaleza: el sistema capitalista mundial. (. (Evo Morales, in prólogo. Farah H. e Vasapollo, 2011, p. 09)

Evo, ao apresentar o livro de Farah e Vasapollo faz uma crítica seria ao mundo capitalista que tem uma concepção linear e acumulativa dos bens da natureza e tem em vista o desenvolvimento ilimitado sob custos à natureza. Diz Evo que “tenemos que complementarnos y no competir” e que “Vivir Bien es pensar no solo en términos de ingreso per-cápita, sino de identidad cultural, de comunidad, de armonía entre nosotros y con nuestra Madre Tierra”. (Idem, p. 10)

Mas, diante da complexidade da crise mundial que vivemos em que os humanos são uma peça que o capitalismo quer manejar a todo custo, nos vem a esperança desde os povos organizados e especialmente os indígenas que com sua cosmovisão reivindicam a visão cosmocêntrica, onde o cosmos e seus territórios sejam os que ponham limites à “cobija en la naturaleza amenazada”, (Idem, p 17) como nos dizem Farah e Vasapollo, mas que seus conhecimentos também precisam estar permeados neste momento histórico pelos conhecimentos científicos ocidentais.

La apelación a las cosmovisiones indígenas invoca una ruptura con visiones etno o antropocéntricas, y reclama una mirada más bien cosmocéntrica, que incluye la vida en todas sus formas y no sólo humana, cobijada en la naturaleza hoy amenazada.

Considerando esta amenaza, la experiencia de los pueblos indígenas cobra importancia al tener en común la idea de Madre Tierra como hogar de todas las formas de vida, del mismo modo que la sociedad basada en la continuidad entre producción-reproducción (Idem, p. 17)

O Sujeito histórico desta construção é o Sujeito camponês, indígena, não visto desde o processo de produção e da economia, mas desde sua identidade. Há uma luta de classes que se mistura a uma luta de identidade cultural, por isto a luta pela identidade cultural também é classista segundo Bartra, que também os chama de campesíndios na Bolívia e que os define como “Un sujeto que será campesino por un lado, ES decir, resultado de algún modo de la modernidad, y, por otro lado, indio, es decir, con una raíz ancestral”. (Bartra, in Bustillos, 2015, p. 1)

Questionado por Bustillos durante uma entrevista na Bolívia, sobre quanto de classe ha no Campesíndios, Bartra foi categórico.

Creo que hablamos de clase, de lucha de clases, de poder de clase refiriéndonos a un sujeto social, colectivo, de grandes dimensiones, de larga duración; que no se constituye solo en una coyuntura, sino que dura; que aparece no solo en un lugar, sino que tiene una presencia multiregional, y que en un periodo histórico más o menos prolongado empieza a definir una cultura propia. Pero lo que tenemos aquí es, por un lado, etnias, y por otro lado, clase. En un continente colonizado como éste, las etnias han sufrido por partida doble, por ser trabajadores, trabajo forzado, obreros, campesinos pobres, pero además por ser indios, hoy indígenas, pueblos originarios. Entonces, hay una doble opresión, una étnica y otra clasista, y por esto la expresión “campesíndios” refiere una doble explotación, una doble dominación, y una necesidad de liberarse anticapitalista, por una parte, pero también descolonizadora, por otra. (Idem, p.2)

O modelo ocidental, capitalista exalta o indivíduo, a propriedade particular, o lucro individual, o desenvolvimento sem levar em conta a cultura, a pessoa humana. Bartra reafirma que o campesinato é excluído deste modelo de sociedade porque sua cultura, tanto na Bolívia como no mundo é comunitária, solidária, de mutirão e tem estratégias diversificadas, como assim é a vida camponesa, diversificada e não profissionalizada em uma única forma de produção.

Yo creo que los campesinos han estado arrinconados siempre, en Bolivia y en el mundo; el arrinconamiento es la condición misma de los campesinos dentro del capitalismo; no están nunca en expansión, salvo en periodos muy cortos en que un triunfo político o un movimiento social los coloca a la ofensiva; en términos generales están a la defensiva, están siendo desgastados, disminuidos, corroídos por dentro, aculturados; migran, abandonan sus costumbres, pierden sus conocimientos agrícolas, les quitan tierras, pierden importancia económica, importancia demográfica y, sin embargo, cualitativamente están ahí, y es que finalmente, nuestros países se siguen alimentando sobre la base de una agricultura en alta proporción campesina. Los campesinos nos alimentan; siguen siendo, desde el punto de vista del abasto alimentario, un sector fundamental. (Idem, p. 2)

É neste sentido da diversificação que há na Bolívia uma produção orientada ao

autoconsumo, comercializando alguns produtos em pequena escala, como batatas, fava, trigo, milho, frutas e ao norte a quinoa, que ainda é pouco consumida no país, e se tornou um produto para exportação. Também há um setor pecuário para autoconsumo e para venda, mas a pecuária também é uma espécie de seguro, pensando na eventualidade do clima que traga riscos na agricultura. Por isto é uma economia complementar. Onde os produtores se caracterizam por vender pequenas quantidades, sentar-se em um lugar no centro e esperar pacientemente o consumidor.

Figura 20 - Camponesas ao largo das ruas nacidade de El Alto, Bolívia



Fonte: foto da

autora, em arquivo da autora, na cidade El Alto, em 2014

É deste país que tratamos. Onde a vida tem outro sentido, onde a cidade tem outro modo de ser e viver que a distância do campo, mas que traz entranhada a cultura camponesa, onde o tempo tem outro momento, onde o dia a dia do comércio na tenda ou na rua tem outra dinâmica.

5.2 Políticas públicas de soberania alimentar na Bolívia

Segundo Dávalos, em seu estudo sobre soberania e segurança alimentar na Bolívia, o governo “imagina, desarrolla y ejecuta sus variadas y dispersas propuestas de desarrollo rural y sus políticas públicas de seguridad alimentaria com soberanía” (Dávalos, 2013, p. 9), mas em sua avaliação,

Bolivia, al mismo tiempo, sigue siendo un país pobre y signado por la desigualdad, persistente y creciente. En los últimos años el país registra la mejora de algunos de esos indicadores económicos, como la disminución de la pobreza extrema que suelen provocar el entusiasmo gubernamental, pero no se ha logrado implementar una política certera de erradicación de la pobreza. (Idem, p. 9)

O Estado boliviano tem uma dívida de conteúdo colonial, neoliberal, de exclusão

com camponeses e indígenas que hoje são os protagonistas das grandes mudanças sociais, porém ainda ausentes dos processos econômicos e talvez por falta de uma política diferenciada se mantém na pobreza. Já avançam em muitos temas, em iniciativas populares e na tomada de decisões com participação popular. Nunca antes foram considerados pelo Estado, bem como sofreram com as políticas e medidas que lhes afetaram como os impostos, a usurpação de suas terras e a falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento comunitário e a alimentação. Diga-se que o comunitário é a história desta nação, aliás, que com a demarcação territorial feita pelos colonizadores espanhóis desconsideraram totalmente a organização comunitária, debilitando as forças existentes de camponeses e indígenas.

Em 1996, no debate internacional coordenado pela FAO, o tema da soberania alimentar foi colocado na pauta política pela Via Campesina, mas não foi assumido pela FAO, que se pauta pela política da segurança alimentar. A Via Campesina tem reforçado que a soberania alimentar é necessária para acabar com a fome no mundo e pode desencadear em muitos países, como ocorreu na Bolívia, a necessidade de produção de alimentos na escala necessária para acabar com a fome. Todavia, quando a crise alimentar de 2008 chegou à Bolívia, o agronegócio aproveitou para fazer mais negócios. O argumento de que era necessário produzir mais, permitiu que o agronegócio, de forma oportunista, se beneficiasse disputando recursos com as organizações camponesas e as melhores terras planas e com mais biodiversidade para produção. A justificativa como sempre é a necessidade de mais terras e recursos, diga-se, as melhores terras para produzir monocultivos de soja.

Mas o país vive então em situações de extrema pobreza, o que leva o CONAN a um estudo de caso em que concluíram que a situação social de Potosí "tiene los indicadores más altos de pobreza, precarización, vulnerabilidad, por lo que debe realizar esfuerzos mayores para desarrollar políticas alimentarias y nutricionales... para revertir la situación" (CONAN, 2010, p. 74). Citamos Potossi, que fica nas terras altas como um dos exemplos dos muitos problemas do país, onde o problema principal no município segundo estudo, "és la precarización de los medios de producción para la seguridad y soberanía alimentaria: tierra, agua, infraestructura productiva, infraestructura caminera, energía y tecnología" (Idem. p. 74). Estas conclusões são a mostra de que quando falamos em soberania alimentar, falamos igualmente das condições estruturantes da sociedade que são seus meios de produção, e especialmente a terra.

A Bolívia de governo indígena, eleito e reeleito pelo voto de camponeses e

indígenas, reorganizou sua legislação em 2006 por meio de uma constituinte elaborada pela maioria de seus legisladores indígenas e camponeses. Desde então, muitas leis possibilitaram avançar na construção de políticas públicas para garantir sua segurança alimentar com soberania. Também existem avaliações de que há limitações do Estado implementar tantas leis e como diz Saraiva, dispersas.

Apenas “algunos avances”, decimos, porque es una densa sumatoria de procedimientos congestionados, normas imposibles de cumplir, ausencia de coordinación entre entidades ejecutoras, vínculos no logrados y siempre “buenas intenciones” parcialmente cumplidas, impiden afirmar que la seguridad alimentaria con derechos y soberanía en Bolivia, va por un buen camino. (Dávalos 2013, p. 13).

Ainda segundo estudos de Dávalos, muitas medidas não conseguem ter um processo e uma articulação: “hay, en ese proceso, una construcción solamente reactiva a muchas de las políticas, no existe una articulación conceptual y operativa entre los programas”. (Idem, p. 15). E quando existem programas, são tomados com agilidade pelas empresas do agronegócio que dispõe das terras e das condições de produção.

Las medidas que se implementan a través de programas como CRIAR-PASA y EMPODERAR-PAR, por su dispersión, limitados recursos y baja ejecución, no logran revertir la evidente contradicción, en la práctica, de favorecer al tradicional sector agroindustrial del oriente del país, hábil en ejercer presión política a partir de su rol predominante en la producción de alimentos (arroz, maíz, carnes rojas y blancas, azúcar, aceites, alcoholes, oleaginosas). Esta mayor relevancia de la producción agrícola empresarial del oriente, a fin de cuentas, termina reforzando la estructura dual del agro boliviano en detrimento de la producción campesina tradicional. (Idem, p. 15)

As leis são sempre o começo de um longo caminho de boas intenções, de grandes anúncios e muitas vezes de vazios a serem superados, como o Diz Dávalos. Vamos conhecer, mais adiante, algumas das leis com objetivo de superar a fome, as desigualdades e garantir, como dizem os gestores bolivianos, a segurança alimentar com soberania, com acesso, disponibilidade e recursos que garantam a prática do planejado, mas que lhes falta programas posteriores que a sustentem.

As leis definem o orçamento do Estado, por isso são importantes os dados que demonstram o que significa a execução frente ao orçamento como avaliação de sua eficiência e capacidade.

Os programas que tem maior incidência na produção ao pequeno produtor como o CRIAR-PASA, executa menos da metade do orçamento – 44,80%, enquanto o programa como EMPODERAR-PAR, dirigido a quem tem mais recursos parece mais eficiente e alcança 83% de execução do orçamento (Idem, pg. 15)

Observando as diversas leituras sobre o tema, pode-se constatar que o baixo nível de execução é também baixo nível de produção, já que os Países têm importado produtos

alimentícios, especialmente trigo e seus derivados, o que nos leva a perguntar sobre o presente e o futuro da soberania alimentar num país que tem em sua base alimentar o pão e seus derivados. O que leva, ainda citando Dávalos concluir que, “Bolivia está lejos de alcanzar la tan ansiada soberanía alimentaria ” (Idem, p. 18).

Neste sentido, Pablo Solón, crítico da forma de condução do governo boliviano diz que "se produjo una alianza con el sector más importante de los agro-empresarios: los exportadores de soya transgénica a los que se les permitió continuar e incrementar la producción de transgénicos " (Solón, 2016, p. 05). Esta aliança com o setor agroexportador de soja transgênica fez com que ampliassem o território da transgenia. Ainda segundo ele,

La soya transgénica que en el 2005 representaba sólo el 21% de la producción de soya en Bolivia alcanzó el 92% en el 2012. Se postergó la verificación del cumplimiento de la función económica social de las grandes propiedades que hubiera llevado a su expropiación y reversión, se perdonaron los desmontes ilegales de bosques y se llamó a ampliar la deforestación para beneficio fundamental de los agroexportadores. (Idem, p.05),

Em matéria jornalística na página de economia do jornal La Prensa de outubro de 2012, os interesses do setor sojeiro estão claramente expostos quando defendem com tanta ênfase a transgenia. Diz a matéria que “em oito anos, a área cultivada com soja transgênica na Bolívia, subiu de quase 200.000 a mais de 1.000.000 de hectares este ano, a produção apoiada por biotecnologia cobre 100% da plantação” (por Gregory Beltran em La Prensa, 2012). E mais, demonstram preocupação com a promulgação da lei da *Madre Tierra* que proíbe o ingresso de sementes geneticamente modificadas ao país. Diz o gerente do Instituto Boliviano de Comércio Exterior, que “o emprego destes produtos, permitirá garantir o abastecimento de alimentos e possibilitará que se incrementem as exportações”. E completa dizendo que “o emprego de sementes modificadas melhorou a produção e o rendimento da soja, além de diminuir custos”. Vejamos a representação do que significa o crescimento da soja na Bolívia, que não é alimento humano da cultura boliviana, que é um produto para exportação e que põe em risco a soberania de uma país em se tratando de soja, mas também em se tratando de outros produtos que já estão sob o domínio das grandes empresas como o arroz, o algodão. Como diz Bravo, se o que é produzido pelo agronegócio for alimento, não seria exportado em quase sua totalidade para outros países, porque a política de soberania alimentar com segurança defendida pelo governo deste país lhes daria lugar seguro para o consumo interno nacional.

Em entrevista a Opera Mundi de outubro de 2015, Garcia Linera, definiu a soberania

alimentar como “La capacidad que tiene un Estado para producir por si mismo los elementos principales de la dieta de su población” (Linares, 2015, p.3). Via Campesina diria que soberania alimentar é a capacidade que tem um povo de produzir sua própria alimentação, assim fortalecendo o poder do povo e isto não é um caso de retórica e sim de orientar para a não dependência, nem do próprio Estado. No entanto, as observações de Solón e Saraiva nos levam a refletir profundamente os caminhos e discursos e a própria práxis. Não é possível um país lutar pela soberania alimentar e dispor de suas melhores terras, de sua melhor biodiversidade, de suas melhores águas para quem produz pensando em seu lucro, e não em fortalecer a produção para seu povo, com políticas que construam soberanias as mais diversas.

Outro tema é a burocracia, como em quase todos os países, dificulta a agilidade e em muitos casos o próprio acesso à política pública, quando não criminalizam os que executam. Entre o decidido e o executado há um grande tempo que muitas vezes não permite a execução, porque os programas passam por agencias executoras ou bancos que tem exigências que distanciam os que necessitam. Os programas que citamos a seguir, como possíveis passos em direção a soberania alimentar, também são dependentes de recursos externos, de entidades financeiras questionáveis como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, recursos de alguns governos como dos EUA, da Espanha, da França, como podemos ver a seguir, significando uma autonomia fragilizada, já que dependentes de recursos do exterior. Mesmo assim há um esforço desde o Estado para a inclusão dos camponeses e a valorização dos circuitos curtos da produção.

5.3 Programas e leis de soberania alimentar e o caminho a 2025

Iniciamos com as leis criadas no governo Evo Morales. Antes, nem leis existiam que levassem em conta os camponeses e indígenas, já que os governos apoiavam somente o modelo capitalista, que permitiu aos estrangeiros serem donos da maior parte das terras férteis, produtoras de commodities transgênicas com alta tecnologia para exportação, que segundo Bravo, não são para a soberania alimentar. Desde a promulgação da constituição de 2009, várias leis e decretos foram assinados para regular, promover e fortalecer o desenvolvimento sustentável da produção agropecuária e florestal camponesa no país e promover a soberania e segurança alimentar e nutricional.

As leis que podem melhorar a vida do campesinato com soberania alimentar são leis

construídas com participação popular e politicamente inclusivas, mas grande parte falta regulamentação e recursos para a execução de programas. Por isto, os programas que podem caminhar rumo à soberania, são programas sem a necessária autonomia financeira, porque muitos sobrevivem com recursos internacionais e, portanto, dependentes, uma contradição em si, como apresentamos a seguir:

São Leis de apoio à soberania alimentar e nutricional

Figura 21- Leis de apoio a soberania alimentar e nutricional, Bolívia

Lei/ano	Nome	Objetivo
3525 de 2006	Lei que regula e promove a produção agropecuária e florestal	Regulamenta e estimula a produção ecológica para a soberania alimentar.
DS – 29272 de 2007	Plano Nacional de desenvolvimento: Bolívia digna, soberana, produtiva e democrática para o Viver Bem.	Plano de governo 2007-2010. Responde à lei 144 de uma Bolívia digna, soberana, produtiva e democrática para o bem viver.
144 de 2011	Lei da revolução produtiva e comunitária agropecuária	Alcançar a soberania alimentar, num processo de revolução produtiva, comunitária, agropecuária, no marco de uma economia plural.
300 de 2012	Lei marco da Madre Tierra e desenvolvimento integral e viver bem.	Estabelece os fundamentos de desenvolvimento integral em harmonia e equilíbrio com a Madre Tierra, garantindo sua capacidade de regeneração e reconhece seus direitos.
338 de 2013	Lei das Organizações econômicas camponesas indígenas originárias - OECAS e de Organizações econômicas comunitárias – OECOM, para a integração da agricultura familiar sustentável e soberania alimentar.	Normatizar a agricultura familiar e as atividades econômicas das organizações da agricultura familiar, tendo por base a lei 144 e a soberania alimentar..
622 de 2014	Lei de alimentação escolar	Fomenta a economia local comunitária com a aquisição de alimentos de origem nacional. De famílias produtoras indígenas, originárias, camponesas, interculturais e afro bolivianos organizados na agricultura familiar. E no art. 7º-V- “fica proibida a contratação de alimentos geneticamente modificados (transgênicos) ”

Fonte – Tabela elaborada pela autora, 2017

Ha uma série de programas, dispersos que podem contribuir para a minimização da fome e miséria, que até podem fortalecer no nível local as comunidades, os municípios, mas que em suma faltam desdobramentos que permitam que a partir da pequena distribuição de recursos isto venha contribuir para implementação de processos de produção camponesa indígena tendo em vista acabar com a fome e construir a soberania alimentar. Vejamos que há

uma grande distância entre as leis que são profundas, que demonstram querer construir soberanias, mas que na execução ficam limitadas pela falta de programas que fortaleçam ao camponês, indígena.

Figura 22- Quadro de programas com vistas a soberania e segurança alimentar e nutricional

PROGRAMA	OBJETIVO	FINANCIAMENTO
Lactancia Materna	Objetivo de apoiar o bem-estar físico e mental das mães e bebês e para regulação da comercialização de alimentos relativos ao apoio a bebês	Ministério da saúde
Bono Juancito Pinto	Atender a crianças de nível primário, educação especial e juvenil alternativa, apoio financeiro anual, a matrícula e permanência na escola	Ministério da Educação
Bono Juana Azurday	Incentivo monetário a mães e crianças menos de 2 anos, com a condição de fazer controle médico a cada dois meses	Ministério da Saúde, 50 bol a cada consulta e a criança 125 bol a cada dois meses.
PNAE	Programa nacional de Alimentação Escolar	Descentralizado aos municípios. Apoio a provedores locais.
Renta solidária	Apoio a pessoas descapacitadas, com deficiências graves. Recebem 1000 bol. anual	Ministério de Saúde e esporte
Renta dignidade	Apoio a pessoas acima dos 60 anos. Entre 200 a 250 bol. Mensais	Impostos dos hidrocarburos e tesouro nacional
CRIAR-PASA	Contribuir para melhorar os ingressos e a segurança alimentar dos pequenos produtores rurais da agricultura familiar indígena, originária e camponesa de base comunitária.	DS 1480 de 2013
EMPODERAR-PAR	Apoiar o acesso a mercados dos pequenos agricultores; Criação de unidades de base autogestionadas; empoderamento aos produtores rurais; acesso a bens produtivos, tecnologia e serviços financeiros.	BM – 50 Milhões de dólares ate 2017
ACCESOS	Programa de inclusão econômica para melhorar as condições de vida e pequenos investimentos camponeses	Recursos de empréstimo ao FIDA e Fundo Fiduciário da Espanha

Fonte – Elaboração da autora, a partir de fontes de leituras 2016,

Bolívia em 2025 comemorará 200 anos de sua fundação e reconhecimento como Estado. Neste sentido, o governo propõe 13 pilares, para “constituir la Bolivia Digna y Soberana, con el objetivo de levantar una sociedad y un Estado más incluyente, participativo, democrático, sin discriminación, racismo, odio, ni división” (Agenda patriótica 2025, 2013 p.9). Tal agenda foi construída por todos os ministérios, pelos movimentos sociais. Diz a

introdução ainda que,

Ahora nos toca construir con claridad los pilares fundamentales para levantar una nueva sociedad y Estado más incluyente más participativo, más democrático sin discriminación, sin racismo, sin odios, sin división como manda la Constitución Política del Estado. (Idem, p. 13)

Vejamos em que se fundamentam os 13 pilares, “de una Bolívia digna y soberana”, porque de este planeamiento vendrán las políticas de “estos pilares sean el cimiento, el fundamento de nuestro nuevo horizonte civilizatorio para Vivir Bien”. (Idem, p. 14)

Os 13 pilares para uma Bolívia digna e soberana, são:

- “1.- Erradicación de la pobreza extrema.
- 2.- Socialización y universalización de los servicios básicos con soberanía para Vivir Bien.
- 3.- Salud, educación y deporte para la formación de un ser humano integral.
- 4.- Soberanía científica y tecnológica con identidad propia. AGENDA PATRIÓTICA 2025 13 PILARES DE LA BOLIVIA DIGNA Y SOBERANA 14
- 5.- Soberanía comunitaria financiera sin servilismo al capitalismo financiero.
- 6.- Soberanía productiva con diversificación y desarrollo integral sin la dictadura del mercado capitalista.
- 7.- Soberanía sobre nuestros recursos naturales con nacionalización, industrialización y comercialización en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.
- 8.- Soberanía alimentaria a través de la construcción del saber alimentarse para Vivir Bien.
- 9.- Soberanía ambiental con desarrollo integral, respetando los derechos de la Madre Tierra. 10.- Integración complementaria de los pueblos con soberanía.
- 11.- Soberanía y transparencia en la gestión pública bajo los principios de no robar, no mentir y no ser flojo.
- 12.- Disfrute y felicidad plena de nuestras fiestas, de nuestra música, nuestros ríos, nuestra selva, nuestras montañas, nuestros nevados, de nuestro aire limpio, de nuestros sueños.
- 13.- Reencuentro soberano con nuestra alegría, felicidad, prosperidad y nuestro mar.” (Agenda Patriótica 2025, p.13 e 14)

Este planeamento foi elaborando a partir de uma análise da realidade existente no país e dos problemas que ainda persistem como a pobreza que precisa ser vencida. Isto é: a pobreza social como primeiro pilar, a pobreza material e a pobreza espiritual. O plano diz que há que vencer todas, mas a mais urgente é a pobreza material assim entendida:

La pobreza material se manifiesta en la ausencia de acceso a servicios básicos y condiciones dignas de vida. La pobreza social se manifiesta en la predominancia del individualismo sobre los valores comunitarios, y la pobreza espiritual se manifiesta en la promoción del consumismo, individualismo, discriminación y racismo. Sin lugar a dudas las erradicaciones de todas las formas de pobreza son importantes pero la pobreza material es la que debe requerir nuestros mayores esfuerzos inmediatos. (Idem, p. 14)

Ao escrever o prefácio para o livro “O Brasil Sem Miséria”, a presidenta Dilma Roussef diz que “A pobreza passou a ter rosto, nome, endereço e características conhecidas pelo Estado” (Presidenta Dilma, no livro o Brasil Sem Miséria, 2015, p. 16). E na Agenda Patriótica encontramos o seguinte, fazendo a mesma referência, demonstrando que não são somente cifras, mas realidades que penalizam os menos favorecidos e historicamente

excluídos.

En Bolivia todavía la mayor parte de la extrema pobreza en su dimensión material tiene rostro indígena campesino, de mujeres, niñas y niños. Comunidades enteras con rica tradición cultural, histórica y social viven en condiciones de pobreza material debido a los impactos de los procesos de colonización, expropiación de sus tierras y saqueo de sus recursos naturales (Idem, p. 15)

E esta pobreza está prevista para ser vencida com os 13 pilares, segundo a agenda patriótica 2025 e com a sociedade boliviana atuando para vencer o que ainda a separa de ser uma sociedade com justiça, igualdade. Quanto à soberania alimentar, em nossa avaliação, ainda fica em propostas paliativas, sem tocar no cerne que é o latifúndio, que é a ocupação estrangeira das terras, que é a utilização das sementes transgênicas, no monocultivo, nos agrotóxicos, na concentração de terras. A questão agrária no século XXI tem a terra e a comida como territórios a serem disputados com o agronegócio. Sonhamos com quem sonha de que nas entrelinhas seja possível encontrar a força para fazer as mudanças.

Debemos reconocer que los alimentos son una parte central en la reproducción de nuestras culturas, identidad, espiritualidad, comunidad y en el diálogo con la Madre Tierra. Los alimentos no son una mercancía sino sobre todo un don de la Madre Tierra y están en el corazón del Vivir Bien.

Cuando en Bolivia se habla del “Saber Alimentarse para Vivir Bien” nos referimos a estas diferentes dimensiones de la alimentación y que se pueden resumir en alcanzar la seguridad alimentaria con soberanía en el marco del derecho humano a la alimentación. Esto supone fortalecer nuestras prácticas productivas locales y garantizar que todos los esfuerzos productivos estén dirigidos en primer lugar a satisfacer las necesidades de alimentación del pueblo boliviano con productos adecuados y saludables. (Idem, p. 24)

E, para terminar, nos chama atenção especialmente o pilar 12 que diz: “Disfrute y felicidad plena de nuestras fiestas, de nuestra música, nuestros ríos, nuestra selva, nuestras montañas, nuestros nevados, de nuestro aire limpio, de nuestros sueños”. (Idem, p.30)

Só um país diverso, plurinacional que sonhe com a transformação de sua realidade, que busque o socialismo do século 21, com a cara de Bolívia, construído desde dentro sonhar e ter uma utopia de felicidade. E assim ser um povo que goze da felicidade aqui. Muitos desafios, esforços e sonhos em direção à sociedade socialista comunitária para o Viver Bem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Soberania Alimentar é mais que um desafio, é uma obrigação da sociedade civil e dos Estados. Nascida a mais de vinte anos enquanto concepção política, gestada e cuidada desde os movimentos sócio territoriais que a fazem nascer no seio da FAO em 1996, vem com a proposta de fortalecer a agricultura familiar camponesa e fortalecer os mercados locais. A FAO tem como missão internacional exatamente a de assegurar que todas as pessoas tenham acesso a alimentos de boa qualidade que lhes permita levar uma vida ativa e saudável e isto só acontece quando se fortalece as economias locais, quando se fortalece a relação do camponês com o consumidor, quando se colocam energias e recursos em quem produz alimento e não mercadoria.

Para mudar a realidade de milhões de pessoas ainda com fome no mundo, dos que sofrem desnutrição e miséria, será necessário mudar os modelos insustentáveis do desenvolvimento capitalista que degradam o meio ambiente, perpetuam a concentração das terras e agora a colocam para a estrangeirização promovendo ainda mais a expansão dos monocultivos, contaminam o meio ambiente, ameaçam os ecossistemas e a biodiversidade e tornam insustentável a produção e seu acesso de qualidade. É necessário, portanto, transformar o modelo de sociedade, o modelo econômico, o modelo de produção com o fim de acabar com o agronegócio que permite a concentração dos meios de produção, da terra, da água, das florestas, do subsolo e seus minerais.

A banca de defesa deste trabalho culminou em um grande debate, quase um seminário sobre o tema aqui proposto. Avançou mais em temas que aqui não tiveram aprofundamento e que é necessário pautar o movimento camponês e a academia no que diz respeito ao mercado. Há uma preocupação em como alimentar a grande quantidade de pessoas que vivem nas cidades, nas pequenas e nas grandes cidades. Como garantir que a soberania alimentar não seja somente um privilégio de quem produz os alimentos, mas também de quem os consome. Como garantir alimentos de qualidade, circuitos curtos, produção agroecológica, logística de distribuição de alimentos para que o alimento chegue a este público que não dispõe das condições de produzir seu próprio alimento.

A banca trouxe reflexões da importância das políticas públicas para alavancar processos produtivos da agricultura familiar camponesa, mas também trouxe a reflexão de que as organizações têm que assentar suas bases territoriais sólidas, onde a produção de

alimentação não dependa somente de políticas públicas, pois esta passa também pelos interesses de quem governa e interesses não constroem soberanias, podem causar dependência e desestruturação. Se tanto quem produz quanto quem consome tiver soberania e não dependência, podemos construir processos autônomos que garantam continuidade.

Outro grande desafio é a criação de redes de alimentos alternativos, de novas relações de produção e consumo, com circuitos curtos, onde a produção chegue direto nas mãos do consumidor sem o atravessador. Tem surgido tanto no Brasil como em diversos lugares do mundo agricultura urbana, cooperativas de consumidores, feiras livres, pequenas lojas de cooperativas de produtores. Por exemplo, em Brasília existem as CSA – Comunidades que Sustentam a Agricultura, em que o consumidor é um co-agricultor, numa relação solidária entre quem produz e quem consome, assumindo inclusive os riscos da produção, dos ciclos, dos ganhos e das perdas. Na UNESP no Pontal do Paranapanema, há uma relação com um grupo dentro da universidade comprometido com a produção dos assentamentos. Enfim, é onde e quando o ato de consumir produtos saudáveis passa a ter um caráter político, de reivindicar alimentos saudáveis, de preferência agroecológicos e onde se estimula tal caminho.

Portanto, os desafios da soberania alimentar passam pela agricultura familiar camponesa e pelo consumidor, e isto gera novos desafios, de criatividade, de uma educação para a produção e consumo consciente, de requalificar os consumidores em oposição a aceitação e conformidade com os produtos ofertados nas prateleiras. Isto leva a uma construção fundamental de um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado nos valores da cooperação, da solidariedade, da responsabilidade coletiva no uso dos recursos naturais, que são bens comuns, onde alguns são renováveis e outros não.

Só com estas mudanças poderemos dizer que estamos gestando as mudanças necessárias e profundas para um modelo que permita a soberania alimentar e com isto acabar com a fome que eternamente assola a humanidade e que o mercado de commodities não tem interesse em resolver, até porque não são quem produz alimentos. A hegemonia tem que ser do povo e não do capital.

Via Campesina e os agricultores, camponeses, indígenas, negros, pastores, pescadores, mulheres, jovens no mundo, lutam com uma proposta de transformação, pautada pela soberania alimentar que quer dizer ter terra, água, biodiversidade, alimento para a construção de autonomias para o Viver Bem e não para os que querem Bem Viver.

Está claro também que é no território camponês que se produzem as mudanças, onde a agroecologia deve ser o modelo a ser implementado massivamente de norte a sul em todos os países, buscando produzir com respeito à natureza e à biodiversidade e construindo a soberania alimentar e todas as soberanias que garantam que a humanidade não será destruída por si mesma. Pois é neste território que se reivindica a autonomia, o trabalho coletivo, o trabalho solidário, a permanência e a valorização da mulher e da juventude do campo, a agrobiodiversidade, a sustentabilidade e a construção de territórios saudáveis.

É no território camponês onde se reivindica a solidariedade de classe, onde se constrói a nova sociedade com mulheres e homens conscientes e construtores do novo amanhecer.

Com base nos dados estudados na presente pesquisa, é possível apontar algumas considerações.

- a- A soberania alimentar só é possível construir desde a Sociedade Civil organizada do campo e da cidade, numa relação solidária e comprometida com novas relações de produção e consumo
- b- A soberania alimentar igualmente só avançará se houver vontade dos governos para sua implementação com políticas públicas que favoreçam o campesinato, a produção e o acesso a alimentos variados, em quantidade e em qualidade para a população do campo e da cidade. Mas tais políticas públicas têm que construir autonomia e não dependência.
- c- É preciso ir promovendo transformações, através de políticas e programas públicos para garantia das sementes camponesas, a necessidade de formação e educação para construir novos padrões de comportamento, mas para isto há que implementar um novo modelo estruturado em um novo paradigma de sociedade do qual não dá conta o capitalismo.
- d- A construção de políticas públicas ainda são uma necessidade por ainda vivermos em governos capitalistas, que convivem com os dois modelos em seu seio. Que tais políticas públicas são necessárias, mas pela experiência brasileira atual, de golpe de estado e sobre os direitos trabalhistas nos mostram que as políticas públicas também podem ser golpeadas, já que dependem de vontades políticas do governo. Por isto insistimos que é preciso construir sociedades sólidas, que sejam fortalecidas em suas estruturas democráticas para garantir aos trabalhadores a segurança necessária para a consolidação de sua soberania.
- d- É necessário no entanto, destacar alguns esforços em direção a soberania alimentar que

alcançaram Brasil e Bolívia, impulsionados pela sociedade civil e apoiados pelo Estado, especialmente programas que contemplem a distribuição de renda, o incentivo econômico ao campesinato como o PAA, o PNAE no Brasil, o programa de alimentação escolar e o Juancito Pinto na Bolívia.

- e- Estas transformações perseguem a necessidade de romper com os paradigmas do capitalismo agrário e assumir paradigmas que os povos vem construindo e assumi-los massivamente, devido a que são a chave para seguir adiante e esta tarefa é de toda a sociedade. Assumir os novos paradigmas em nossa prática cotidiana, comunitária, coletiva, campesina, dos trabalhadores é um dos grandes desafios.

E parafraseando Solón que reafirma a necessidade de "potencializar a independência e a capacidade de autodeterminação das organizações sociais, e que "o verdadeiro governo do povo não está nem nunca estará nas estruturas de Estado" (Solón, 2016, p. 2) e sim na mobilização, na articulação, na construção de soberanias desde os povos organizados em seus movimentos, em suas organizações.

REFERENCIAS

Agenda Patriótica 2025. ¿Quién hace que? Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bol141864.pdf>. Acesso em: 29.01.2017

Banco do Brasil. Agricultura familiar. Disponível em: http://www.bb.com.br/portalbb/page100.19424.19427.20.0.1.1.bb?codigoNoticia=33922&codigoMenu=16878&codigoRet=16949&bread=2_2_2. Acesso em 13.08.2016

BARTRA, Armando. Ser campesino é um modelo de vida. Entrevista a Ivan BUSTILLOS, maio de 2015. En Lá Razón. Disponível em: http://www.la-razon.com/index.php?url=/suplementos/animal_politico/Armando-Bartra-campesino-modo-vida_0_2271972841.html. Acesso em 20.03.2017

BELTRAN, Gregory. La soya nacional es transgênica. 2012 disponível em: http://www.laprensa.com.bo/diario/actualidad/economia/20121025/la-soya-nacional-es-transgenica_36524_58429.html. Acesso em: 24.01.2016.

BEVIAN Elsa. Capitalismo biocognitivo: máquina desumanizadora do trabalhador. Entrevista a João Vitor SANTOS. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6239&secao=477. Acesso em: 22.03.2016.

BDMG – Release – Empresa produz adubo orgânico a partir da biomassa. Disponível El: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/empresa-produz-adubo-organico-a-partir-de-biomassa-148799>. Acesso em 10.06.16

BOFF, Leonardo. A fome é um problema ético e político. 2012 disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/10/leonardo-boff-fome-e-um-problema-etico-politico.html>. Acesso em: 12.06.15

BRAGON, Ranier. Orçamento Temer corta verba para reforma agrária. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1818845-orcamento-de-temer-corta-verba-para-reforma-agraria.shtml>. Acesso em 03.02.2017

CAMPELLO Tereza, FALCÃO Tiago, VIEIRA DA COSTA Patrícia. O BRASIL SEM MISERIA. Organizadores – MDS, 1ª edição, 2014.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde/ Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARO, Pamela. Soberanía alimentaria: aproximaciones a un debate sobre alternativas de desarrollo y derechos de las mujeres. Via Campesina. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/49-uncategorized/articles/1732-el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza>. Acesso em: 20.01.2016

CARVALHO, Horácio Martins. A readequação do Estado aos interesses do capital. O

crescimento da pobreza e da fome no mundo. Curitiba, maio de 2009. Documento de arquivos pessoais.

_____ O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. (2010) disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8242.html>. Acesso em 12.10.2015.

_____ A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. 2013. In. Agronegócio e realidade agrária no Brasil. Revista da ABRA, edição especial, julho de 2013. ISSN 0102-1184.

_____ A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo. Documento recebido do autor por e-mail. Em agosto de 2014.

_____ Camponês e a necessária busca do tempo perdido. Boletim DATALUTA n. 100 – Artigo do mês: abril de 2016. ISSN 2177-4463

CASTRO, Josué. GEOGRAFIA DA FOME. (O dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª edição. Antares, 1984)

CIP – Comitê de planejamento internacional para a Soberania Alimentar. Disponível em: página web do comitê – <http://www.foodsovereignty.org/es/about-us/>. Acesso em 22.05.2015.

CLOC-VC. Carta interna a Evo Morales sobre os transgênicos. Protocolada em 22.11.2012 no MRI de Bolívia. Não divulgada. Arquivos internos.

CRESPO, Miguel Ángel. El mito de la seguridad y Soberania Alimentaria em Bolívia. Visto em: http://www.cebem.org/cmsfiles/articulos/mito_seguridad_soberania_alimentaria_bolivia.pdf. Acesso em 10.06.2015.

_____ La Globalización y la economía indígena campesina. Visto em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=179334> . Acessado em 10.06.2015.

COLUSSI, Joana. Blairo Maggi: “A briga por terra é uma questão ideológica”. 2016. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/07/blairo-maggi-a-briga-por-terra-e-uma-questao-ideologica-6644052.html>. **Acesso em: 03.05.2015**

Comentário Geral nº 12. O direito humano a alimentação (art 11). Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/Comentario%20Geral%20No%2012.pdf>. Acesso em 10.12.2105.

Conclusões finais do grupo de trabalho nº 17, Agricultura e Soberania Alimentar. Visto em 10.04.2015. Disponível em: <https://cmpcc.wordpress.com/2010/04/28/conclusiones-finales-grupo-de-trabajo-17-agricultura-y-soberania-alimentaria/#more-1868>

Conferencia regional da FAO, América latina e Caribe. México 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/about/meetings/larc34/es/>. Acesso em 10.01.2017.

Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolívia. Disponível em: <http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>.

Acesso em 02.03.2015

CORO BARRIENTOS, Bernardo. Bolívia los campesinos, los pobres urbanos y el desarrollo. 2014. Disponível em: <http://www.periodicopukara.com>. Acesso em 02.10.2014.

CONTRERAS, Alex Baspineiro. 99 por ciento de la soya es transgénica en Bolivia. 2014. Disponível em: www.alainet.org/es/active/72949 . Acesso em 20.02.2017

DÁVALOS Saraiva, Aquiles. Políticas Publicas de seguridad alimentaria com soberania, em Bolívia. 2013. Disponível em http://www.ftierra.org/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=33&cf_id=52. Acesso em 01.08.2015.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 22.05.2015

Declaração da Cimeira Mundial da Alimentação 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/W3613P/W3613P00.htm>. Acesso em 10.07.2015

Declaración final del foro mundial sobre soberanía alimentaria. La Habana, Cuba, 7 de septiembre del 2001. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/doc-792_es.pdf. Acesso em: 10.06.2015

Declaración Política foro de los ONGs – cumbre Fao. Soberania Alimentária y comercio. 2002 Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/316-declaracion-politica-foro-de-los-ongs-cumbre-fao>. Acesso em 15.01.2016

Declaración Final -Foro “Tierra, Territorio y Dignidad”. Paralelo a CIRADR 2006, Disponível em: <https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/reforma-agraria-mainmenu-36/416-ipor-una-nueva-reforma-agraria-basada-en-la-soberanalimentaria>. Acesso em: 11.04.2016.

Declaração final da Conferencia Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR em 2006. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CIRADR%20-%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%202006.pdf. Acesso em 10.05.2015

Declaração de Nyéléni. Fórum pela Soberania Alimentar. 2007 Disponível em: <http://nyeleni.org/spip.php?page=forum&lang=es>. Acesso em: 02.03.2015

Declaración de la cumbre mundial sobre la seguridad alimentaria. 2009 Disponível em: <http://www.fao.org/wsfs/wsfs-list-documents/es/>. Acesso em 01.02.2017.

Declaração da “II Conferencia Especial Para La Soberania Alimentaria. 2010, Panamá. Disponível em: <https://maelac.wordpress.com/2010/05/08/declaracion-%E2%80%99Cii-conferencia-especial-para-la-soberania-alimentaria%E2%80%99D/>. Acesso em; 02.02.2017

Declaración final de la Conferencia Mundial de los pueblos sobre el cambio climático y los derechos de la Madre Tierra. 2010. Cochabamba, Bolívia. Disponível em: https://archive.org/stream/AcuerdoDePueblos/AcuerdoDePueblos_djvu.txt. Acesso em:

20.01.2016.

Declaração da II Conferencia Especial pela Soberania Alimentar. Panamá, 2010. Disponível em: <https://maelac.wordpress.com/2010/05/08/declaracion-%E2%80%99Cii-conferencia-especial-para-la-soberania-alimentaria%E2%80%99D/>. Acesso em: 10.06.2016

Declaración de la III Conferencia especial por la soberania alimentaria de los movimientos y organizaciones de la sociedad civil de ALyC. 2012 Disponível em: <http://parlamentarioscontraelhambre.org/file/regionales/20120325.arg.declaracion.pdf>. Acesso em 03.02.2017

Declaración final de la Cumbre por la Soberanía Alimentaria será presentada en el IV Foro Parlamentario contra el hambre y la pobreza. 2013. Disponível em: <http://www.sistemadecomunicacionindigena.org/Publicacion.aspx?D=C123AM64&fill=J&J4&ID=2352&5SC>. Acesso em 23.08.2015

Declaração pela Soberania Alimentar, no marco da agenda 2025, Bolívia. 2014 Disponível em: [http://www.senado.bo/noticia/declaracion por la soberania alimentaria en el marco de la agenda 2025 planteada desde bolivia a los pueblos de abya yala a nuestros legisladores y a los gobernantes del mundo para vivirbien](http://www.senado.bo/noticia/declaracion%20por%20la%20soberania%20alimentaria%20en%20el%20marco%20de%20la%20agenda%202025%20planteada%20desde%20bolivia%20a%20los%20pueblos%20de%20abya%20yala%20a%20nuestros%20legisladores%20y%20a%20los%20gobernantes%20del%20mundo%20para%20vivir%20bien). Acesso em 22.08.2015

Declaração da I reunião de mulheres paralela à 33ª Conf. Da FAO, Chile. 2014. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/2122>. Acesso em: 06.02.2017

Declaración de la consulta de la sociedad civil hacia la 33ª Conferencia regional de la FAO 2014. Disponível em: [http://www.biodiversidadla.org/Principal/Coberturas especiales/IV Conferencia Especial para la Soberania Alimentaria/Declaracion de la s ociedad civil hacia la 33 Conferencia Regional de la FAO](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Coberturas%20especiales/IV%20Conferencia%20Especial%20para%20la%20Soberania%20Alimentaria/Declaracion%20de%20la%20Consulta%20de%20la%20sociedad%20civil%20hacia%20la%2033%20Conferencia%20Regional%20de%20la%20FAO). Acesso em: 10.06.2015

Declaración de la V Consulta Regional de los Pueblos, Movimientos Sociales y Organizaciones de la Sociedad Civil por la Soberanía Alimentaria y la Justicia Social. Mexico 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-bc903s.pdf>. Acesso em 06.02.2017

Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. Promulgação do PIDESC no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 10.12.2015.

Decreto 7492/11 | Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1027924/decreto-7492-11>. Acesso em: 13.10.2015

Decreto nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm#art3. Acesso em 13.10.2015.

Decreto nº 7272 de 25 de agosto de 2010; disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em 24.12.2016.

Decreto Supremo nº 1858 de Bolívia. Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/BO-DS->

N1858.xhtml. Acesso em 31.08.2015

DELGADO, Guilherme. Reestruturação da economia do agronegócio. In STEDILE, João Pedro (Org); ESTEVAN, Douglas (assistente de pesquisa). 1ª Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013. (P. 57-87)

Deputado Dionilson Marcon sobre a extinção do MDA. Disponível em: <http://www.ptnacamara.org.br/index.php/destaques/item/27652-marcon-repudia-fim-do-mda-que-prejudicara-pequenos-agricultores>. Acesso em: 21.05.2016

Discurso Michelle Bachelet en la 33º Conferencia Regional de FAO 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gORx5Gb4yD8>. Acesso em 10.01.2017

Discurso del Sr. José Graziano da Silva, Director-General de la FAO. Conf. Reg. Da FAO, 2016, Mexico. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/385157/>. Acesso em: 06.02.2017

FARAH H., Ivone; VASAPOLLO, Luciano. ¿Vivir bien, Paradigma no capitalista? Plural editores, 2011. Publicado na Bolívia.

FAO - El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo. 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4671s.pdf> – 27.08.2015

_____. O Brasil saiu do mapa da fome pelo fruto de uma decisão política. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/Bsmfpfdp.asp>. Acesso em: 10.06.2015

Discurso do Presidente Lula, na abertura da 30ª Conferencia Regional da FAO América latina e Caribe. Disponível em: <http://www.fao.org.br/download/discursoPL.pdf>. Acesso em: 12.06.2016

Discurso do Presidente Lula, no parlatório, em 2003. Disponível em: http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Politicos/A_Lula_DiscPosse.htm#Parlatorio. Acesso em 11.11.2016

_____. Discurso de Jackes Diouf, na abertura da 30ª Conferencia Regional da FAO América Latina e Caribe. Disponível em: <http://www.fao.org.br/download/discursoJD.pdf>. Acesso em 12.06.2016

_____. conferencias regionais da FAO de 2000-2016 – Disponível em: <http://www.fao.org/americas/conferencia/pt/>. Acesso em 01.02.2017

_____. KEPPLER, Anne W. O Estado da Segurança alimentar e nutricional no Brasil. Um retrato multidimensional. Relatório 2014. FAO. Brasília, agosto 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera – ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005.

_____. Soberania Alimentar como território, 2008. In. TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco (org); SCHWENDLER, Sônia Fátima (org.). Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus

direitos. Goiânia, Ed. Da PUC Goiás, 2015 p. 29-52.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In. STEDILE, João Pedro (Org); 1ª Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013 (p. 173 - 237)

_____. Quando a Agricultura família é camponesa. Desafios. Propuestas y desafios. In Hidalgo, Francisco. Houtart, François. Lizárraga, Pilar. Quito: Editorial Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2014.

_____. Políticas públicas questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In GRISA, Catia (org.), SCHNEIDER, Sergio (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (p. 381-400).

_____. Transformações no Brasil agrário nas fases neoliberal e pós-neoliberal: construindo uma política para o desenvolvimento sustentável. 2017. Artigo inédito

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Os usos da terra no Brasil. 1ª edição – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do Campo)

FNDE – Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>. Acesso em 06.01.2016.

FORNILLO, Bruno. Existe una reforma agraria en Bolívia del Movimiento al Socialismo?. Iconos: Revista de ciencias sociales, nº 42, 2012, pp. 153-156. FLACSO, Ecuador.

Frente Parlamentaria por la Soberania Alimentaria para el vivir bien. Disponível em: <http://www.senado.bo/noticia/frente-parlamentario-por-la-soberania-alimentaria-para-el-vivir-bien-propone-erradicar-el-hambre-en-los-paises-del-sur>. Acesso em 04.06.2015.

Frei Betto. Crise brasileira se agrava sem as mudanças das reformas estruturais. 2015. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2015/03/a-crise-brasileira-3215.html>. Acesso em: 12.01.2016.

GAMBOTA, Marsílea. América Latina será irrelevante enquanto não atuar como continente, diz vice da Bolívia. Disponível em: cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/America-Latina-sera-irrelevante-enquanto-nao-atuar-como-continente-diz-vice-da-Bolivia/6/34689. Acesso em 20.11.2015

GARCIA Linera, Alvaro. El socialismo comunitario. Un aporte de Bolivia al mundo. 2010. Entrevista “El pueblo es Noticias” canal 7 – Red Patria Nueva. Disponível em http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/revista_analisis_5.pdf. Acesso em 02.10.2014.

GRAIN. Soberanía Alimentaria y sistema alimentario mundial. Revista biodiversidad 47. 2006.

_____. Se adueñan de las tierra! El proceso de acaparamiento agrario por seguridad alimentaria y de negocios. 2008. Disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/142>. Acesso em 05.12.16.

_____ El gran robo de los alimentos. Cómo las corporaciones controlan los alimentos, acapran la tierra y destruyen el clima. GRAIN 2011. También disponible em: <https://www.grain.org/article/entries/4511>. Acesso em: 05.12.2016

_____ Tratados de libre comercio. Impulsan el cambio climático: el factor alimentario. 2015. Disponible em: <file:///C:/Users/Eduardo/Downloads/grain-5319>. Acesso em: 10.04.2016

_____ El acaparamiento global de tierras em el 2016 Sigue creciendo y sigue siendo malo. Disponible em: <https://www.grain.org/article/entries/5607>. Acesso em 07.12.2016

GOMES Renata Mainenti; GOMES Jr Newton. Questão agraria atual: o agronegócio e o ataque à soberania e segurança alimentar. In QUESTÃO AGRARIA E DESIGUALDADES NO BRASIL, ABRA ano 2=35, volume 01, nº 02, edição outubro 2014

GORDILLO, Gustavo; MÉNDEZ Jerónimo Obed. Seguridad y soberanía Alimentaria. (documento base para discusión. 2013) Disponible em: <http://www.fao.org/3/a-ax736s.pdf> Acesso em: 13.05.2016

HERRERO, Railda (redação). **Mercado Institucional no Brasil, avaliação de programas no Brasil.** Realização de Comissão Pró-Índio, Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimento Sem Terra. Revista de março de 2014

HOUTART, François. **A causa da crise financeira é a lógica do próprio capitalismo. 2012. Entrevista a Nilton Viana. Brasil de Fato.** Disponible em: <https://www.brasildefato.com.br/node/8647/>. Acesso em: 12.10.2016.

_____ Sobre La Via Campesina. Quito, Ecuador. Entrevista oral em 02.25min. 2016. Disponible em: <https://vimeo.com/173400953>, acesso em 21.01.2017.

IBGE. Cifras del comercio exterior boliviano – 2015. Disponible em: <http://ibce.org.bo/images/publicaciones/ce-239-Cifras-Comercio-Exterior-Bolivia-2015.pdf>. Acesso em 27.01.2017

INE - Según Datos del Censo 2012: 67,3% de la población Del país habita en áreas urbanas y 32,7% em áreas rurales. Disponible em: <http://censosbolivia.ine.gob.bo/article/seg%C3%BAndatos-del-censo-2012-673-de-la-poblaci%C3%B3n-del-pa%C3%ADs-habita-en-C3%A1reas-urbanas-y-327-en> . Acesso em: 06.01.2016;

KRAKOVICS, Fernanda. Kátia Abreu assume Ministério da Agricultura, prega diálogo e declara ‘eterno amor’ ao agronegócio. O GLOBO. Disponible em: <http://oglobo.globo.com/brasil/katia-abreu-assume-ministerio-da-agricultura-prega-dialogo-declara-eterno-amor-ao-agronegocio-14972312>. Acesso em: 03.05.2015

Leal Marceo e Gorgen Frei Sergio. A hora e a vez de um programa camponês. Disponible em: <http://www.mst.org.br/2015/03/23/a-hora-e-a-vez-de-um-programa-campones.html>. Acesso em 10.10.2015

Lei nº 10696 de 02 de julho de 2003 – PAA. Disponible em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/727660.pdf>. Acesso em: 11.07.2016

Lei nº 11.346, de 15 de novembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 10.17.201

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 10.17.2016

Ley 622, Lei de alimentação escolar. Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/BO-L-N622.xhtml>. Acesso em 01.09.2015.

Ley 144, Ley de la revolución productiva. Disponível em <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/bo/bo042es.pdf>. Acesso em 10.10.2015

LUIZAGA, Jorge Miranda. Entrevista - A subversão boliviana é a crítica ao modelo ocidental. In. CARUSO, Mariléa M. Leal; CARUSO, Raimundo C. **Bolívia Jakaskuwa**. INTI editorial. 2008 p. 35 -45.

____TICONA, Esteban. Entrevista – Uma nova ideia de diplomacia que o Itamaraty precisa saber. 2008. p. 47 – 54.

Nota de Via Campesina Brasil. Queremos produzir alimentos. 2008 Disponível em: <http://www.fetecpr.org.br/queremos-produzir-alimentos/>. Acesso em 10.10.2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO MACHADO Machado, Luiz Carlos **Dialética da agroecologia**. 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2014.

Maia, Katia. O sistema das Sesmarias permanece no Brasil moderno. Entrevista especial a IHU online. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/563479-o-sistema-das-sesmarias-permanece-no-brasil-moderno-entrevista-especial-com-katia-maia>. Aceso em 20.12.2016.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito camponês. USP 2000. Revista Nera, ano nº 12. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>. Acesso em 04.12.2016.

MDA – Modalidades do PAA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>. Acesso em 02.02.2017

MARTINS, Rodrigo. A bancada BBB domina o Congresso. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em: 08.03.2016

Monsanto. Cultivos Genéticamente Modificados en el Mundo. Disponível em: <http://www.monsanto.com/global/ar/productos/pages/cultivos-gm.aspx>. Acesso em: 14.01.2016.

MOREIRA, Crispin. Bolívia logra meta internacional de reducir el hambre. 2015. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/FAO-countries/Bolivia/docs/Bolivia logra meta internacional de reducir el hambre 01.pdf.

Acesso em: 12.02.2017

MPA – Resoluções do 1º Congresso do MPA – 2015. Disponível em: <http://www.página13.org.br/lutas-e-direitos/1o-congresso-do-mpa-aprova-resolucoes/#.WNf4zzsrLDc>. Acesso em 13.06.2016

MST. Páginas do MST. Pequenas propriedades têm 95,9% de produção ativa contra 3% das grandes Entrevista ao Professor Doutor em Geografia da UFPB Marco Antonio Mitidiero Junior. 2014 Disponível em: <http://www.jornadaagroecologia.com.br/?p=1781>. Acesso em: 01.05.2016

_____. Programa Agrário do MST. Texto em construção para o VI Congresso Nacional. Cartilha, publicação do MST Nacional, 2013.

_____. Caderno de debates nº 1. Subsídios para debate de temas estruturais da sociedade brasileira e os desafios para uma reforma agrária popular. MST. 2013.

_____. Caderno de Educação. Coleção sempre é tempo de aprender. Caderno nº 2, setembro de 2010.

MULLER, Ana Luiza. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O caso do PAA. UFRGS 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11006/000602049.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12.11.2015

NEVES, Delma Pessanha; MORAES SILVA, Maria Aparecida. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, Formas dirigidas de constituição do campesinato. Vol II. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. FFLCH-USP.2008. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>. Acesso em: 11.04.2016

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária Estudos Avançados. vol.15 nº.43 São Paulo Set. /Dec. 2001

ONU: mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050. 2013. <http://nacoesunidas.org/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>. Acesso em 03.09.2015.

ORMACHEA Saavedra, Enrique. ¿Revolución agraria o consolidación de la vía terrateniente? El gobierno del MAS y las políticas de tierras. 2008. Cedla, Bolívia.

_____. Soberanía y seguridad alimentaria en Bolivia: políticas y estado de situación, CEDLA, 2009. La Paz Bolivia.

Plan de ministerio de desarrollo rural, agropecuario y medio ambiente para la revolución

rural, agraria y forestal. 2007. Disponível em: http://cambioclimatico-pnud.org.bo/foros/plan_desarrollo_rural2007.pdf. Acesso em: 07.06.2016

PLANSAN 2016-2019. Disponível em: https://issuu.com/informecaisan/docs/plansan_2016-19_10_05_2016_vers_o. Acesso em: 11.08.2016

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. 2005. Disponível em: http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modos_de_prod.pdf. Acesso em 03.02.2017.

Portal Brasil. Recursos do Pronaf são contratados por 98% dos agricultores. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/recursos-do-pronaf-sao-contratados-por-98-dos-agricultores>. Acesso em: 12.08.2016

Programa Camponês. Documento preliminar para discussão. MDA/SAF/DEGRAV. 2015.
RIGOTTO, Raquel. A herança maldita do agronegócio. Entrevista a Manuela Azenha, Via Mundo. 2011 disponível em: <http://www.viomundo.com.br/falatorio/raquel-rigotto-a-heranca-maldita-do-agronegocio.html>. Acesso em 10.05.2015

ROSSET, Peter, **Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar**. In: Capturando a Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Crise alimentar. Chegou a vez de Via Campesina. 2008. Disponível em: <http://www.landaction.org/311-crise-alimentar-chegou-a-vez-da-311>. Acesso em 09.09.2016

Agrocombustibles, Soberania Alimentaria y la crisis alimentaria contemporânea. 2009. Disponível em: <http://revistas.um.es/agroecologia/article/viewFile/117221/110871>. Acesso em 31.07.2015.

_____. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. Estudios Sociales. Revista de investigación científica 2014. 25(47): 275-29

_____. La reforma agraria, la tierra y el territorio: evolución del pensamiento de La Via Campesina. 2016. Mundo Agrario, vol. 17, nº 35m agosto, 2016, p. 1-21. Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, Argentina.

ROSSET, Peter; MARTÍNEZ-TORRES, María Elena. La Vía Campesina y Agroecología. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/49-uncategorized/articles/1732>
Acessado em 20.01.2016

_____. Movimientos sociales rurales y agroecología: contexto, teoría y proceso. Disponível em: <https://doctoradoagroecoudea.files.wordpress.com/2013/04/movimientosocialesagroecologia.pdf>. Acesso em 21.04.2016

_____. Soberanía alimentaria: reclamo mundial del movimiento campesino. 2014. Ecofronteras, vol. 18, num. 51, p. 8-11.

ROUSSEF, Dilma. Presidenta do Brasil. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Plano de Superação da Extrema Pobreza - Brasil sem Miséria. 02 de junho de 2011. Disponível em:

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-residenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-do-plano-de-superacao-da-extrema-pobreza-2013-brasil-sem-miseria>. Acesso em: 27.02.2017

RUBIO Vega, Blanca Aurora. El dominio del hambre: crisis de hegemonía y alimentos. Universidad Autónoma Chapingo – Colegio de Postgraduados: Universidad Autónoma de Zacatecas: Juan Pablos Editor, 2014. 1ª edición.

SALAZAR, Huascar. Lo que el neoliberalismo no pudo, el MAS lo está logrando. 2016. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=217299>. Acesso em 21.03.2017

SAUER, Sergio, LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. 2012. Publicada em RESR, Piracicabana, SP. Vol. 50, nº3 (p. 503-524).

_____. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20esparsas%20sobre%20a%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20e%20a%20demanda%20por%20terra%20no%20s%C3%A9culo%20XXI%20-%20Sergio%20Sauer%20-%202010.pdf>. Acesso em 05.10.2016).

SATO, Olga, KOPP, Diro (Org). Sistematización de las experiencias de consejos de Alimentación y Nutrición em Bolivia. 2010. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/righttofood/documents/our_work/bolivia_report2010_sistematizacion_conan.pdf. Acesso em: 14.02.2016

SHIVA, Vandana. Grandes corporações promovem uma ditadura do alimento. 2014. Entrevista a **Tatiane Ribeiro** e **Toni Sciarretta**. Disponível em: <http://www.nossofuturoroubado.com.br/portal/grandes-corporacoes-promovem-uma-ditadura-do-alimento/>. Acesso em 07.06.2015

STEDILE, João Pedro (org). A questão Agrária hoje. Editora da Universidade, 1994.

_____. A questão Agrária no Brasil. Vol. 7. O debate na década de 2000. 1ª edição. Expressão Popular, 2013

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio M. A crise será profunda e prolongada. 2009. Disponível em: <http://www.alainet.org/pt/active/29029>. Acesso em: 13.05.2015

_____. Soberania Alimentar. Uma necessidade dos povos. 2010 Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos>. Acesso em 22.05.2015

_____. Soberania Alimentar. Dicionário de Educação do Campo. In. CALDARTE, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudencio. (organizadores). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

SOLARIS T, Alexis. Bolivia debía aplicar el principio de precaución con los transgénicos. Entrevista a Elizabeth Bravo. 2016 Disponível em: <http://www.fobomade.org.bo/art-2558>. Acesso em: 20.01.2017.

Solon, Pablo. Hoy es todavía. Disponível em: <https://pablosolon.wordpress.com/2016/02/25/algunas-reflexiones-autocriticas-y-propuestas-sobre-el-proceso-de-cambio/>. Acesso em 04.06.2016

TENDLER, Silvio. Documentário – O veneno esta na mesa II (trechos). Disponível em: https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/847074878647261/?comment_id=847169531971129&reply_comment_id=938935412794540&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R9%22%7D. Acesso em: 15.04.2016.

VALENTE, Flávio. “É impossível combater a fome sem lidar com o controle dos recursos naturais”. Entrevista a Bruno Pavan, Brasil de Fato. 2105 Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/01/14/e-impossivel-combater-a-fome-sem-lidar-com-o-controle-dos-recursos-naturais.html>. Acesso em: 03.01.2016

VIA CAMPESINA – declaração de 1996 – **Soberania Alimentaria, un futuro sin hambre**. Um folheto apresentado durante a Cumbre Mundial sobre Seguridad Alimentaria e Forum de Organizações Não governamentais, em novembro de 1996, em Roma, Italia.

_____ Carta de Maputo, V Conferencia internacional: Agricultura Campesina y Soberanía Alimentaria Frente a la Crisis Global. 2008 disponível em <https://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/587-declaracion-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina>. Acesso em: 02.05.2015

_____ Llamado de La Vía Campesina - “La agricultura campesina es una solución verdadera a la crisis climática” 2015. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/cambios-climcos-y-agro-combustibles-mainmenu-79/2468-la-via-vampesina-llamado-a-la-accion-para-la-cop21-en-paris>. **Acesso em: 10.10.2016**

_____ Seminário internacional: Políticas Públicas para a soberania alimentar. 2013. Disponível em: <http://www.landaction.org/Seminario-Internacional-Politicas-Publicas-para-a-Soberania>. Acesso em: 11.11.2016

_____ Documentos políticos de La Via Campesina. 2008. Disponível em: <https://www.viacampesina.org/downloads/pdf/sp/ES-policydocuments.pdf>. Acesso em: 05.05.2015

_____ CLOC-VC – Jornadas internacionales. Agricultura campesina sostenible: el futuro del planeta. Documentos de trabalho internos. 2009.

_____ A experiência do programa camponês no Rio Grande do Sul. Via Campesina –RS. Documento interno sem publicação. Material de estudo.2015

VIVAS, Ester, entrevista a IHU online: Um sistema produz famintos e obesos Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/530935-um-sistema-alimentar-que-produz-famintos-e-obesos-entrevista-especial-com-esther-vivas>. Acesso em: 31.07.2015

VSF Justicia Alimentaria Global. Análises de la normativa agroalimentaria em el Estado Plurinacional de Bolívia (2006-2014). Como seguimiento de líneas estratégicas (no prelo)

WOOD, Ellen Meiksins. Estado, Democracia y globalización. CLACSO, 2006.

.

APÊNDICE–

I- Soberania Alimentar, um futuro sem fome

Declaração de 1996

APRESENTAÇÃO

O presente folheto intitulado: Soberania Alimentar um Futuro sem Fome é um esforço para conceitualizar a soberania alimentar como condição fundamental para a soberania alimentar. Foi apresentada como posição oficial na Cimeira Mundial sobre Segurança Alimentar e no Fórum de Organizações Não Governamentais em novembro de 1996, em Roma, Itália. Esperamos que este documento contribua para o debate no interior das organizações camponesas para se chegar a posições consensuais, e ao final, construir uma proposta alternativa sólida frente as políticas de ajuste estrutural no setor agrícola que, hoje em dia, exclui e discrimina os pequenos e medianos produtores do mundo.

Pelo direito a produzir e pelo direito a terra.

Soberania Alimentar: Um Futuro sem Fome

A Via Campesina é um movimento crescente de organizações de camponeses, pequenos e médios produtores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e povos indígenas de todas as regiões do mundo. Sabemos que a segurança alimentar não pode ser conquistada sem levarmos em conta de quem produz os alimentos. Qualquer discussão que ignore nossa contribuição, fracassará na erradicação da pobreza e a fome nas áreas rurais e urbanas.

A alimentação é um direito humano básico

Este direito pode-se assegurar unicamente em um sistema onde a *soberania alimentar* está garantida. Soberania Alimentar é um direito de cada nação para manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nosso próprio alimentos em nosso próprio território de maneira autônoma. A soberania alimentar é uma pré-condição para a segurança alimentar genuína.

Nós, A Via Campesina, rejeitamos as condições econômicas e políticas que destroem nossos meios de ganhar a vida. Nossas comunidades e nosso meio ambiente natural.

A liberação do comércio e suas políticas econômicas de ajuste estrutural globalizaram a fome e a pobreza no mundo e estão destruindo a capacidade produtiva local e as sociedades rurais. Esta agenda corporativa não leva em conta a segurança alimentar dos povos. É um sistema econômico sem equidade que ameaça tanto a natureza, como as pessoas, com um único fim de gerar ganâncias para poucas pessoas e transnacionais. Os camponeses e os pequenos produtores tem o acesso e o controle da terra, a água, as sementes e os recursos naturais negados.

Nossa resposta a esta situação, crescentemente hostil para os camponeses e pequenos produtores ao redor do mundo, é desafiar coletivamente estas condições e desenvolver alternativas.

Estamos decididos a criar economias rurais que se baseiem no respeito com nós mesmos, com a terra, a soberania alimentar e com o comércio justo. As mulheres têm um papel central na Soberania Alimentar do lugar e da comunidade; portanto tem o direito de ter acesso aos recursos de produção de alimentos, terra, crédito, capital, tecnologia, educação e serviços sociais, e uma oportunidade igual para desenvolver e utilizar suas habilidades.

Estamos convencidos que o problema global de insegurança alimentar pode e deve ser resolvido. A soberania alimentar só pode ser alcançada através da solidariedade e da vontade

política para implementar alternativas.

A segurança alimentar a longo prazo depende dos que produzem alimentos e cuidam do meio ambiente natural. Como os administradores dos recursos de produção de alimentos, sustentamos os seguintes princípios como marco fundamental necessário para atingir a segurança alimentar.

Alimentação: Um Direito Humano

A alimentação é um direito humano básico. Todos devem ter acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e culturalmente apropriados, em quantidade e qualidade suficientes para levar uma vida saudável completa de dignidade humana. Cada nação deve declarar o direito de ter acesso aos alimentos como um direito constitucional e garantir o desenvolvimento do setor primário para assegurar a realização completa deste direito fundamental.

Reforma Agrária para a Soberania Alimentar

Demandamos uma autêntica Reforma Agrária que garanta aos Sem Terra e famílias camponesas, especialmente as mulheres, a posse e o controle da terra que trabalham e a devolução dos territórios dos povos indígenas.

O direito à terra deve ser livre de discriminação baseada em gênero, religião, raça, classe social ou ideologia; a terra pertence a quem quer trabalhar.

As famílias camponesas, especialmente as mulheres, devem ter acesso a terra produtiva, crédito, tecnologia, mercados e serviços de extensão. Os governos devem estabelecer e apoiar sistemas descentralizados de crédito rural que priorizem a produção de alimentos para o consumo doméstico e assegurar a soberania alimentar. Deve-se usar a capacidade de produção em vez da terra como segurança para garantir o crédito.

Deve-se valorizar econômica e socialmente o trabalho de produção de alimentos e o cuidado da terra para motivar a juventude a permanecer nas comunidades rurais como cidadãos produtivos. Os governos devem fazer investimentos a longo prazo dos recursos públicos para o desenvolvimento rural e para assegurar a infraestrutura social, ecológica adaptada.

Soberania Alimentar: Preservando os Recursos Naturais

A soberania alimentar requer cuidado e uso sustentável dos recursos naturais, especialmente da terra, a água e as sementes. Nós, que trabalhamos na terra, devemos ter o direito de praticar o manejo sustentável dos recursos naturais e preservar a diversidade biológica.

Isto se pode fazer unicamente desde uma base ecológica forte com segurança na posse da terra, solos saudáveis e uso reduzido de produtos agroquímicos. A sustentabilidade a longo prazo exige uma mudança de dependência nos produtos químicos e as monoculturas de exportação e modelos de produção industrializados intensivos. Para isso necessita-se de sistemas diversificados, naturais e equilibrados.

Os recursos genéticos são o resultado de milênios de anos de evolução e pertencem a toda a humanidade. Eles representam o trabalho cuidadoso e o conhecimento de muitas gerações de povos rurais e indígenas. Patentear e comercializar recursos genéticos pelas companhias privadas e transnacionais deve ser proibido. O acordo de Direito de Propriedade Intelectual da Organização Mundial de Comércio é inaceitável. As comunidades camponesas têm o direito de usar livremente e proteger os recursos genéticos diversos, incluindo as sementes, as quais tem sido desenvolvidas por essas mesmas comunidades através da história. Esta é a base para alcançar a Soberania Alimentar.

Soberania Alimentar: Reorganizando o Comércio de Alimentos

Os alimentos são, em primeiro lugar, uma fonte de nutrição e unicamente em segundo lugar um artigo comercial.

As políticas agrícolas nacionais devem dar prioridade a produção para o consumo doméstico e a autossuficiência alimentar. Os alimentos de exportação não devem deslocar a produção local nem colocar preços. Isto significa que o *dumping* de produtos subsidiados para a exportação de alimentos deve acabar.

Os camponeses têm o direito a produzir alimentos básicos essenciais para os seus países e controlar o mercado de seus produtos. Os preços dos alimentos nos mercados nacionais e internacionais devem ser regulados e devem refletir o verdadeiro custo de produção dos mesmos.

Isto assegura que as famílias camponesas tenham entradas adequadas. Não é aceitável que a comercialização dos alimentos continue tendo como base a exploração econômica das pessoas mais vulneráveis (camponeses pobres, com salários baixos) e a degradação do meio ambiente. Assim mesmo, não é aceitável que as decisões de comercialização e produção sejam em grande parte ditadas pela necessidade de recursos estrangeiros para cobrir dívidas altas.

Soberania Alimentar: Eliminar a Globalização da Fome

A soberania alimentar é prejudicada pelas instituições multilaterais e pelo capital financeiro especulativo. O controle crescente das companhias multinacionais sobre as políticas agrícolas do mundo tem sido propiciado pelas políticas econômicas das instituições multilaterais como a Organização Mundial de Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Exigimos regulação e estabelecimento de impostos ao capital especulativo e que seja implementado um estrito controle mediante um código de conduta para as transnacionais.

Paz Social: Condição da Soberania Alimentar

Todos temos o direito à liberdade sem violência. Os alimentos não devem ser utilizados como uma arma, o incremento dos níveis de pobreza e marginalização no campo, junto com a opressão crescente de minorias étnicas e povos indígenas, agravam as situações de injustiça e desespero. O deslocamento atual, a urbanização forçada e a repressão aos camponeses não pode ser tolerada. Denunciamos a crescente discriminação racial nas áreas rurais. Soberania Alimentar: Controle democrático.

Os camponeses e pequenos produtores devem ter uma intervenção direta na formulação de políticas agrárias em todos os níveis. Isto inclui a atual Cimeira Mundial sobre Alimentação da qual estamos excluídos. As Nações Unidas e organizações relacionadas tem que democratizar-se para assegurar que isto se realize. Todos temos o direito a informação verdadeira e honesta e há um processo de tomada de decisões aberto e democrático. Estes direitos são a base de bons coletivos de direção, de responsabilidade, de igual participação direta e ativa na tomada de decisões sobre alimentares e rurais.

Roma, Itália, novembro de 1996.

II- Entrevistas

a- Questões das entrevistas

Questionario A-

Questões para os dirigentes de movimentos da VC em Bolívia e Brasil

- * Desde 1996 a VC tem pautado a Soberania Alimentar como o caminho para acabar com a fome no mundo. Para você, o que é a Soberania Alimentar? (aqui para averiguar qual conhecimento tem do tema)
- * A FAO afirma que ainda existe fome no mundo e que em maior número há fome no meio rural. Em que medida a Soberania Alimentar pode acabar com a fome que ainda existe no mundo, tanto no campo como na cidade? (para averiguar igualmente se tem propostas)
- * Na Bolívia, a Soberania Alimentar é uma lei e inclusive uma instituição.
(- No Brasil, a Soberania Alimentar é uma meta desde os movimentos sociais, e desde o Governo é um esforço e uma lei se Segurança Alimentar.)
- Quais os avanços tidos na prática para avançar no tema?
- Qual o trabalho tem sido feito com as comunidades desde os movimentos e desde o Estado?
- Que leis e programas existem que vão no sentido de fortalecer a Soberania Alimentar?
- * O agronegócio também produz alimentos (grãos, carne, legumes...) ha diferença entre a produção do agronegócio e da agricultura camponesa para a Soberania Alimentar?
- * Qual o futuro da Soberania Alimentar para alimentar campo e cidade? Será necessário discutir o tema do mercado?
(Capitalista, institucional, popular.)

Entrevista nº 1 - SALETE MARIA CAROLLO, (enviada por email)

Assentada, dirigente do MST no Rio Grande do Sul, do setor de produção. Também faz parte da cooperativa pioneira na produção de Arroz orgânico, A COOPAT (*Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes Ltda*)

1- Desde 1996 a VC tem pautado a Soberania Alimentar como o caminho para acabar com a fome no mundo. Para você, o que é a Soberania Alimentar?

Considerando que cada nação tem o direito de decidir a política que vai adotar para garantir a alimentação segura , saudável e nutritiva para seu povo , compartilho da mesma concepção da VC sobre a Soberania Alimentar, dando destaque a forma de produzir e para quem produzir.

Hoje, esta missão não cabe apenas aos camponeses, mas também aos setores sociais organizados que vivem nas cidades, a tarefa de alimentar-se e poder decidir como fazer. O ato

de praticar a soberania, poder decidir quanto a nossa alimentação, esta é a essência da Soberania Alimentar

Defendemos um projeto de agricultura tendo a agroecologia, a produção orgânica como base da matriz produtiva. A diversificação da produção como forma de garantir uma alimentação saudável, de qualidade e quantidade e para toda população.

2- A FAO afirma que ainda existe fome no mundo e que em maior número há fome no meio rural. Em que medida a Soberania Alimentar pode acabar com a fome que ainda existe no mundo, tanto no campo como na cidade?

Sabemos que a fome não é ocorrência natural, mas é resultado das relações sociais e de produção que se estabelecem na sociedade, por isso a fome é um problema social e é resultante da forma de organização social, produtiva e de distribuição dos alimentos.

A Soberania Alimentar não só contribui como acaba com a fome no mundo, desde que aplicados os seus princípios. A Soberania Alimentar é possível, só depende de nós, tomarmos consciência, construirmos em nosso dia a dia e exigir que se leve à prática. Se queremos, podemos de forma coletiva.

Podemos até afirmar, de que a fome no meio rural só ocorre quando o projeto de agricultura ali aplicado é o da monocultura ou a ausência de qualquer proposta de organização da produção condizente com a Soberania Alimentar.

3-No Brasil, a Soberania Alimentar é uma meta desde os movimentos sociais, e desde o Governo é um esforço e uma lei se Segurança Alimentar.

➤ Quais os avanços tidos na prática para avançar no tema?

No Brasil podemos dizer que avançamos no entendimento sobre Soberania Alimentar. O fato do Conselho Nacional de Segurança Alimentar incluir em seus programas indo além da Segurança Alimentar e Nutricional o conceito de Soberania Alimentar fortalece alguns programas e políticas públicas nos quais foram criadas pelos últimos governos, mas ainda estamos longe de podermos afirmar que existe Soberania Alimentar no Brasil, pois apenas 30% da nossa produção, por Lei deve ser comprada da agricultura familiar e às vezes nem a lei é aplicada pelas prefeituras.

Qual o trabalho tem sido feito com as comunidades desde os movimentos e desde o Estado?

Os movimentos sociais do campo, tem se fortalecido na aplicação do projeto de agricultura camponesa, que tem como base a Agroecologia como sua matriz tecnológica, a diversificação das linhas de produção que garantem diversidade de alimentos, seja em quantidade bem como em quantidade.

O trabalho Coletivo, a Cooperação em Agroindústrias e o mercado institucional (PAA e PNAE) tem sido práticas que ajudam tanto quem produz e para os que consomem se organizarem. Citamos como exemplo a construção e aplicação do Plano Campones no RS, no qual houve uma parceria entre as organizações de Camponeses, Governo e Banco para implantar a produção de alimentos saudáveis, articulando campo e cidade.

Que leis e programas existem que vão no sentido de fortalecer a Soberania Alimentar?

Dentre as várias iniciativas do Governo nos últimos anos, podemos destacar dois programas que vem de encontro com a proposta de construção da Soberania Alimentar: O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e a Lei 11947 que institui a cota mínima de 30% das verbas repassadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

4- O agronegócio também produz alimentos (grãos, carne, legumes...) ha diferença entre a produção do agronegócio e da agricultura camponesa para a Soberania Alimentar?

Sim, o agronegócio também produz, porém há uma grande diferença entre os dois projetos.

A Base do agronegócio está na produção de monocultivos, com altas tecnologias, e uso intensivo de agrotóxicos, e visa produzir commodities para a exportação, com total dependência do capital financeiro externo.

Já o projeto de agricultura camponesa tem a agroecologia e produção orgânica como sua matriz tecnológica, se produz diversidade de alimentos, se abastece o mercado interno. As relação sociais na produção se desenvolvem na base do trabalho coletivo, na cooperação, nas agroindústrias. Aqui o projeto é de inclusão social onde a família, sobretudo os jovens e as mulheres são protagonistas. No projeto da agricultura camponesa a TERRA tem sua função social, ou seja, a de PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS. Buscamos a AUTONOMIA produzindo as próprias sementes. As sementes são o motor nas mãos dos camponeses e camponesas.

5- Qual o futuro da Soberania Alimentar para alimentar campo e cidade? Será necessário discutir o tema do mercado?

A Soberania Alimentar não pode ser vista ou entendida apenas como um programa e sim como um PROJETO POLÍTICO DE ESTADO no qual cada categoria tem seu papel e suas funções bem definidas.

É Fundamental compreender que a relação campo e cidade só é possível encurtando as cadeias produtivas, ou seja, produzir e vender na própria região, isso aproxima produtor e consumidor. Quanto menos distante mais se fortalecem as relações sociais entre quem produz e quem consome.

Já o estado tem seu papel e função fundamental em relação à legislação sanitária, na direção das pesquisas Ex: a EMBRAPA hoje se ocupa da transgenia ao invés de se ocupar com pesquisa na base agroecológica.

O estado também tem a tarefa de estabelecer a política de preços adequada, preço mínimo, ex: Conab deveria ter o papel de ser o articulador nestas grandes compras.

Por isso é fundamental a implantação espaços de alimentos nas cidades em feiras, em mercados camponeses... As estruturas da CEASA possam estar a serviço da Soberania Alimentar e não como ocorre hoje sendo controlada por grupos especuladores e que afastam qualquer possibilidade de aproximar quem produz e quem consome.

Entrevistado nº 2 - VALTER SILVA (gravada e transcrita)

Camponês, Dirigente do MPA – Movimento de Pequenos Agricultores, Brasil

1- O que é a Soberania Alimentar para você e para o MPA.

É o direito dos povos de produzir e consumir de acordo segundo seus hábitos, costumes, tradições. Significa repetir a cultura dos povos, sua história. Portanto é um questionamento direto ao atual modelo de produção, um questionamento direto ao capital, que coloca o ser humano, a cultura, os hábitos à frente de tudo isto. E coloca portanto a cultura e identidade camponesa como central para o tema da alimentação. No MPA, como vimos resgatando o tema e o conceito de campesinato, a Soberania Alimentar, este conceito, este princípio é fundamental, é ela que dá horizonte, dá parâmetros de orientar nossa luta. O conceito de Soberania Alimentar, que é um dos pilares fundamentais para a construção da agricultura camponesa.

2- Em que medida a Soberania Alimentar pode acabar com a fome no mundo, no campo e na cidade?

A primeira questão é que a fome no mundo é causada pela concentração da produção e não pela falta de produção. Então, distribuir esta produção é um primeiro passo para distribuir seu resultado. Hoje temos no mundo um problema sério de concentração da terra. Segundo Grain, que fez uma pesquisa importante sobre os censos agropecuários do mundo e 93% da população rural é camponesa ou indígena. Somente 7% é de fazendeiros, do agronegócio. E os camponeses tem acesso a somente 24% das terras. Então, o acesso a terra está muito concentrado. Pela lógica produtiva do agronegócio, a produção está muito concentrada. Os investimentos, apoios, políticas públicas de estado muito concentrado, e, portanto, o resultado fica concentrado em poucas mãos. No sistema de comercialização, o sistema agroalimentar, grandes corporações controlam estes alimentos. Então, há toda uma lógica onde existe produção, mas não acesso a ela. Se partirmos do princípio de uma reforma agrária, integral e popular, usando as palavras do conjunto da Via Campesina, nós começaríamos a distribuir as terras e, portanto, distribuir as capacidades coletivas. Portanto a produção já estaria distribuída em mais mãos. Isso do ponto de vista da Soberania Alimentar no campo já teria um resultado direto e imediato. Outro ponto tem a ver com sistema popular de alimentos, que tem a ver com políticas públicas, programas, tem a ver com fortalecimento da agricultura camponesa do ponto de vista da logística. Hoje toda logística é pensada na lógica do capital, se tem a produção descentralizada a logística tem que ser outra da que é hoje. Hoje o sistema o pecuarista tem uma grande produção de gado, e chega lá no abatedouro da Friboi com 1000 cabeças de gado e daí há a distribuição. Com a pequena propriedade teria gado distribuído em várias unidades e tem que pensar uma logística para reunir isto. Tu tens feijão, tens arroz distribuído em muitas unidades, por isto tem que pensar em uma sistema de articulação desta produção, de apoio a cooperativas, associações, as indústrias de pequeno porte descentralizadas e um sistema de distribuição nas cidades com pontos populares, mercados populares de alimentos. E este conjunto de coisas tem que estar articulado. Produção descentralizada por pequenas propriedades, agroindústrias descentralizadas e um sistema de distribuição que reúna esta produção e redistribua nos centros urbanos com pontos também pensados para isto. Nós temos trabalhado na ideia de mercados populares de alimentos... A necessidade de que o Estado, e os movimentos trabalhem em sistemas integrados de alimentos. Hoje não existe, hoje o abastecimento está nas mãos dos mercados e as grandes redes controlam isto. Seria intervir diretamente no abastecimento popular de

alimentos.

Para mim é a grande chave – um é o acesso a terra, e que o MST ataca no pilar central. Mas o pilar da comercialização é importante – se tem o acesso a terra e a comercialização como que você faz chegar nas mãos do consumidor. Este caminho hoje, na grande maioria é tomado pelo atravessador ou estando na terra você é forçado a produzir monocultura porque não tem uma logística pensada para a entrega dos produtos. A logística da Soberania Alimentar não está posta pelo mercado, é uma logística diferente porque a produção estaria descentralizada e tem que ser agro industrializada de maneira descentralizada, com agroindústrias de pequeno porte, mais próximo do espaço de produção e tem que ter um sistema que reúna isto e que redistribua nos centros urbanos, que não é o WalMart ou Carrefour ou Pão de Açúcar.

3- Nós já avançamos em políticas públicas. As políticas que temos no Brasil para o campesinato, são passos para a Soberania Alimentar ou ainda paliativas? Já damos passos neste sentido?

Parece que o que temos são exemplos, são iniciativas embrionárias que nos mostram que é possível os Estados e Governos, se tiverem vontade política pensar propostas para a Soberania Alimentar. Mas o Estado está ainda para atender populações carentes, em vulnerabilidade social. Ele não é um programa estruturante para a agricultura camponesa ou para a Soberania Alimentar. Ele busca atender famílias que estão muito necessitadas neste momento. Nossa defesa como MPA e creio que para o conjunto da Via Campesina cremos que o PAA deveria ser um programa estruturante para a agricultura camponesa e por consequência atender a população carente e não o inverso de ter população carente e quando necessite organiza a produção. Então, isto para mim é uma visão equivocada que tem no PAA a partir de nossa análise quando queremos fortalecer a agricultura camponesa e a Soberania Alimentar. Além do que é um programa de governo e mudando o governo pode mudar a política. Já a política de alimentação escolar já é política de estado e, portanto, já tem um pouco mais de segurança de sua permanência e tem um alcance maior que tem pelo menos 30% da alimentação escolar. Mas ainda assim tem muita dificuldade de atendimento pelo tema da logística, tem dificuldade pela lógica existente nas escolas onde compravam alimentos prontos e agora comprar alimentos in natura dos camponeses, há resistência das escolas. Ainda assim, são dois programas importantes que sinalizam que é possível. Que mostram que os estados e governos, tendo vontade política podem fazer muito para a Soberania Alimentar e para a agricultura camponesa. Tem alguns instrumentos, por exemplo, a CONAB trabalhou anos atrás com a chamada CPR alimentos. Funcionava como um crédito desbancarizado. É uma pauta que o MPA busca retomar, porque chegaria aos que não tem acesso aos bancos, com suas regras burocratizadas. Este sistema era o seguinte – você vendia a produção para a CONAB antes de produzir. Você vendia a produção para a CONAB antes e se comprometia a entregar quando colhesse. Recebia o dinheiro, plantava e quando colhia entregava este produto. Então, como camponês tinha um crédito adiantado, um financiamento e uma garantia de venda quando colhesse a produção. Seria o paraíso para a agricultura camponesa. Esta CPR, carta de crédito infelizmente foi testada antes de várias proteções que tem hoje. Houve problemas na colheita e, portanto, inadimplência e ela foi enterrada. Temos tentado recuperar, mas não temos conseguido. Existe ainda esta figura jurídica, mas inoperante e é um mecanismo importante. Outros mecanismos é que o Estado precisa investir na logística da produção de alimentos, que de preferência ao consumo urbano. De preferência consumo organizado. A gente tem trabalhado a aliança camponesa e operária. Temos dito aos urbanos que eles têm que sair da posição cômoda de consumidores se querem uma coisa

diferente. Consumidor vai no mercado ou no shopping e consome o que o capital dispõe para eles. Se eles querem ter acesso a Soberania Alimentar nos moldes que nós defendemos de produtos diversificados, vai ser necessária organização urbana de consumidores. Então teremos que pensar a agricultura camponesa produzindo, industrializando e levando até um determinado ponto urbano. E daí eles (os urbanos) têm que ter uma organização para distribuir. Seria nossa cooperativa negociando com a cooperativa no urbano e não o Valter negociar com o Zé no urbano. Os urbanos têm que passar por esta mudança de hábitos, de costumes e nível de consciência. E a logística para funcionar vai depender do apoio do Estado, tanto para fortalecer a produção que tem a ver com Reforma Agrária e com fomento para produção de alimentos saudáveis tanto quanto para a distribuição.

4 - Já discutimos a importância da produção camponesa. Será necessário pautarmos o tema da comercialização, do mercado?

Pela lógica do mercado atual seria os camponeses produzir alface orgânica, agroecológica que com as redes de supermercados, que vai colocar uma gondola para a agroecologia, cobrar mais por isto, virar um nicho de mercado e primeiro, o camponês vai virar um monocultor de algo porque senão não consegue entregar para a rede Walmart e lá vai ser só um detalhe na gondola que vai agregar mais um detalhe para a rede do mercado que vai ganhar mais dinheiro. Não é disto que estamos falando. Estamos falando de um sistema alimentar de alimentos.

5- O Agronegócio e a Soberania Alimentar. Eles dizem que também produzem alimentos, mas a teu ver, qual a diferença da produção do agronegócio e do campesinato para a Soberania Alimentar.

Ha duas diferenças básicas e principais. A primeira, pela lógica do agronegócio ser mono-produtor, seja de grãos ou de animais, tem uma lógica de reduzir a diversidade de alimentos. Hoje a produção mundial tem 60 a 70% da produção mundial que alimenta o mundo que vem de 6 grãos – trigo, milho, feijão, soja, arroz... e carnes – gado, salmão transgênico, e este é um problema. Pela lógica do agronegócio ha uma simplificação da dieta alimentar. E isto é gravíssimo. Existem 500 mil culturas e destas 300 mil comestíveis. E hoje 9 são a base da alimentação e é um crime que comete o agronegócio. Sem contar com o uso de insumos, agrotóxicos, de utilização de máquinas pesadas... outro elemento básico tem a ver com a qualidade nutricional e sabor, textura. Você pega um tomate e aí novamente o tema da logística, do abastecimento mais local, geral. E novamente a produção respondendo as exigências da produção. Por isto o tomate precisa ter uma textura específica, com casca grossa, para não estragar logo, não amassar, não apodrecer. E aí você come um tomate que é duro e sem sabor. Mas se vai na casa do camponês o tomate chega a ser doce. SE comprar no supermercado por exemplo pera, pêsego, tomate, tudo tem o mesmo gosto, de isopor. Os níveis nutricionais destes alimentos pela utilização de adubos químicos para desenvolver mais e produzir mais tem produzido cada vez mais massa, mas menos elementos nutricionais. Vi uma matéria a poucos dias e tem países que não querem a soja brasileira porque tem diminuído os níveis de proteína da soja, então isto comprova o que estou falando. Para mim são dois fatores-chaves que diferenciam a produção do agronegócio, mesmo quando produzam algo para alimentação que é a simplificação da dieta para poucos produtos que eles têm capacidade de produzir em escala e a baixa eficiência nutricional pela forma que são produzidos e aí por traz disto tem o tema cultural, de identidade, de preservação da biodiversidade, um mundo de coisas que estão nestes temas-chaves, mas os dois são principais.

Entrevistada nº 3 - ROSANGELA PIOVISANI CORDEIRO (gravada e transcrita)
Camponesa, Dirigente Nacional do MMC, e agora estudante de direito.

1- Para você, o que é a Soberania Alimentar e qual importância para você e para o MMC.

Soberania alimentar não é somente um tema que se relaciona ao alimento. O tema discute de fato temas profundos, de autosustentação, de soberania não só alimentar, mas de um País. Precisa ser um projeto de País, porque um País que depende do mercado, dependa de fora, depende enquanto País, enquanto nação. É, portanto um tema de qualquer País, desde os agricultores, até de Nação, de sobrevivência e autodefesa mesmo.

2- Como pode acabar com a fome que ainda existe?

É dolorido enquanto MMC, enquanto Via Campesina que nós fazemos o debate da Soberania Alimentar e os governos só discutem a segurança alimentar. E é estratégico mesmo, discutir a soberania e a alimentação como um tema estratégico. Pra mim, a questão da Soberania Alimentar tem que perpassar o projeto de agricultura, do território, da natureza, terra, água, sementes. Discutir Soberania Alimentar é também discutir a ocupação dos territórios camponeses, indígenas, quilombolas, nossos territórios, então é necessário discutir a ocupação destes territórios e sua demarcação, de uma Reforma Agrária mais estruturante, que tenha foco o desenvolvimento do País e por isto a Soberania Alimentar.

3- No Brasil há programas como o PAA, PNAE. Estes programas dão conta de avançar no tema da Soberania Alimentar? Como você os vê?

Bem, como você diz, são programas. Se existem é porque se olharmos nas pautas dos movimentos ao governo o tema é muito presente. Temos feito muitas lutas como movimento e no conjunto das organizações que é uma luta permanente. E é uma preocupação porque o PAA que é importante ainda é política e isto é da vontade de governo. Pode ao passar o governo cair. E são importantes os programas, mas são frágeis e corre sérios riscos. Vivenciamos a dois anos atrás que uma simples denúncia quase colocou por terra tudo. E é estratégico, porque o PAA não é só comprar o alimento, mas pensar a economia local. Quando eu vendo ao PAA, to vendendo minha banana, minha pupunha, meu feijão pra que a Escola local, que o asilo, o hospital coma comida local, regional, que esta dentro da cultura local e é estratégico no desenvolvimento da economia local. Pode-se ver nos municípios pequenos onde o PAA realmente funciona o quanto isto é importante na geração de renda e no PIB do próprio município. São estratégicos tanto o PAA, quanto o PNAE, agora, não dão conta, tem uma deficiência grande. Primeiro, a burocracia emperra de fato o acesso de todos os camponeses a esta política e os entraves da própria legislação seja na política, no controle da vigilância sanitária. Ha muitos mecanismos que impedem. Eu por exemplo, faço pão e vendo pra vizinha, vendo pra meus amigos mas eu não posso vender a um asilo porque minha padaria, meu forno não condiz com os critérios da vigilância sanitária e isto esbarra com quem não tem condições. Sabemos que os pequenos agricultores não têm estas condições. Olha a questão do leite. Olha os camponeses tem uma vaquinha, produz leite, queijo, mas para vender tem que ser processado, tem que ter uma estrutura que não condiz com a realidade dos pequenos agricultores. Então lógico que não pode acessar. Por outro lado, queria colocar a questão das mulheres que é muito sério. Este é um tema que a gente vem discutindo bastante porque tem uma questão de fundo que é a visibilidade das mulheres. Mas se a gente olhar hoje no PAA, se olhar na cultura local muito da produção local passa pelas mulheres. Agora, como

os grupos formais ainda é gerenciado pelos homens, esta produção não tem conotação feminina, ela tem uma conotação muito mais dos homens e de organizações mistas, cooperativas mas que não visibiliza o trabalho com mulheres. Em uma pesquisa que Ema Filigrandi fez, depois de muitas discussões que nós tivemos com o MDA, com a CONAB e por exemplo, uma cooperativa vendia pão e bolos e a cooperativa era composta mais por homens, então sabemos que muitos homens já avançaram, mas principalmente valorizam quando vai pro mercado aí investem esforços na produção, mas sabemos que não é este o caso. E aí as mulheres estão invisíveis na produção. Pela cultura local, 28% da produção vendida no PAA é produto das mulheres mesmo que nas DAP não aparece isto. Então, este tema da Soberania Alimentar esta relacionada muito com as mulheres. O manuseio dos alimentos, o processamento em sua maioria não tenho duvida que são as mulheres que fazem. Mas vivemos num mundo tão patriarcal, inclusive nas políticas que não consegue desburocratizar e atender as demandas dos grupos informais e buscar outras formas de acesso ao mercado para as mulheres. Então, prejudica e o Brasil perde com isto. Outra coisa, pelo engessamento destas políticas na burocracia se perde muito, porque é muito documento. Então o camponês vai, leva na feira, vende pro vizinhos, pro mercadinho do que ficar lidando com este mundo de papeis. Mas o Brasil tem um potencial fantástico, uma diversidade imensa que nós temos, mas eu acho que falta ter um olhar mais de estratégia, de desenvolvimento e acesso aos bens que temos neste País. Uma diversidade da pupunha no norte, do bode no nordeste, do leite no sul. São coisas que o Brasil não conhece, porque se tivesse um olhar mais estratégico de política de governo, com certeza estaríamos pensando o desenvolvimento em todo este país e ajudaria muito mais este País.

4- Qual o futuro da Soberania Alimentar para campo e cidade? Temos que discutir o tema do mercado, da comercialização?

É muito sério sabe, estamos vivendo nos últimos períodos da comida e uma onda muito grande de enlatados, industrializados, processados, pela comida. E aí começa a trabalhar todo um tema de cultura. E o Brasil tem dois projetos de agricultura e os governantes dizem ser possível a convivência destes dois projetos e nós dizemos que não, que é o projeto da agroecologia e do agronegócio. Por outro lado, temos toda mídia brasileira vinculada com este sistema da comida fácil, do mercado, de que o alimento deixou de ser aquela coisa de confraternização, de valorizar a cultura local do alimento, de fazermos as festas daquele alimento, da manutenção disto como uma cultura camponesa. Isto é trabalhado muito pela mídia como algo pequeno, insignificante e que o melhor é buscar de fato algo na prateleira do mercado. É um desafio muito grande pra gente (interrompe a entrevista: deixa interromper, olha aquele passarinho lá no chão, é a galinha do brejo, vivem aqui, moram inhambus, codornas soltas por ai e bem pertinho de Brasília. E tem outro na árvore, uma coruja. Está cheio de bichos aqui). E aí é preciso discutir o tema do território como estratégico. E aí, infelizmente falta uma capacidade cada vez mais de ações sobre isto. Acho que temos tido uma função importante de reafirmar políticas, da existência de nossa produção, de manter as sementes como patrimônios, mas a gente não conseguiu dialogar com os trabalhadores urbanos, com a classe trabalhadora urbana. A gente não consegue colocar pra sociedade o que estão comendo, que isto vai levar a morte, a doenças. E como temos uma mídia muito comprometida com este modelo o que vemos é que comer o milho assado, comer um doce, comer uma gordura de porco é ruim, e levam a facilidade das prateleiras. E com isto tem uma garantia de um projeto que não pensa o desenvolvimento para o País. É pensado mais na economia de divisas, mas não de autossustento. E eu fico extremamente preocupada porque nossas políticas hoje não – não se demarca mais terras indígenas, não se demarca mais

territórios camponeses e quilombolas, a reforma agrária esta totalmente parada. E quando se faz reforma agrária, aqui tem assentamentos de 8 anos, mas sem energia, sem licenciamento ambiental, ai não podem fazer financiamento, ai jogam os agricultores sobre terras degradadas, com passivo ambiental deixado pelos fazendeiros, com gado, terras arrasadas e tem que trabalhar com as próprias unhas. Então a reforma agrária não é neste País um projeto estratégico de governo não é. E isto a gente vai ter problemas logo ai na frente. Hoje a gente vê por exemplo o ministério de agricultura que diz que 90% do milho e soja no Brasil é transgênico e a gente quando fez a campanha de alimentação saudável em 2007 fez um estudo grande sobre o alimento e a Soberania Alimentar e vimos que a 20 – 30 anos atrás nos alimentávamos com mais de 20 espécies de cereais e hoje nos alimentamos basicamente com 5 cereais – milho, soja, arroz, feijão e trigo. Então perdemos a capacidade de ter mais variedades, mais alimentos, as nossas favas, nossos feijões, as variedades que tínhamos de cereais a gente perdeu. E isto pra mim é grave não só pra alimentação mas homogeneização e padronização do alimento tanto no campo como na cidade. Na cidade vai ser muito pior, porque mais de 80% da população brasileira esta na cidade e depende, e vai comer o que? É subprodutos de soja e altamente processado, sem nutrição nenhuma. Nós estamos indo cada vez mais pra uma sociedade doente, cada vez mais quimicamente de remédios e isto é muito sério.

5- Qual a diferença da produção do agronegócio e da agricultura camponesa para a Soberania Alimentar?

A gente não pode dizer que não produzem, mas produzem pra qual fim, o que eles produzem? Se olharmos para a pesquisa ultima do IBGE vemos que a maioria da base da alimentação brasileira vem dos camponeses inclusive o leite, que eu achava que não era e os camponeses produzem também leite, feijão, milho, e até o soja. E desmonta toda teoria do agronegócio de que pra sobreviver você avança com uma agricultura homogeneizada, envenenada, mecanizada ou não sustenta este País. Isto é mentira, os dados foram dados pelo IBGE que é um órgão público e reafirma a discussão dos movimentos. Interessante, o agronegócio tem sim uma parcela de produção, mas qual a finalidade? É para o abastecimento interno, não é pra o abastecimento interno. É pra vender para fora e são vendidos como mercadoria e por isto os preços todos feitos pela balança comercial, pelas grandes empresas, das bolsas de valores. E ai você vê o tema dos commodities, soja, o café... não é o alimento da cultura camponesa brasileira, do povo brasileiro, porque por mais que eu esteja na cidade, meu pai, meu avô, a gente passou pelo processo do êxodo muito recente no País, de 30 anos atrás e ha muito saudosismo, tem este apelo muito grande da comida caseira, da comida da roça, da rapadura la do avô. Não come a soja, vai comer o que os camponeses produzem. Por exemplo, a rebeldia das feiras, por mais que tenha todo um controle da vigilância sanitária, mas as feiras populares no Brasil é muito forte, principalmente no norte e nordeste, de fechar ruas inteiras e você não vai ver soja em saco, vai ver a galinha, o ovo, o queijo, o que é típico do povo brasileiro. Eu não acredito no agronegócio, é um projeto que só está a interesse do capital financeiro, especulativo que detém terra pra especulação, pra dizer que é produtiva, pra não justificar fazer a reforma agrária, mas pra ser um projeto a ser seguido, isto jamais. É só ir nas feiras pra ver o que o povo come. O povo da cidade come taioba, que antigamente era coisa de pobre. Taioba, vinagreira. Você leva nas feiras e o povo come isto, lembra...

ENTREVISTAS BOLÍVIA

Entrevistada nº 4 - WILMA ALIAGA (gravada e transcrita)

Militante do movimento de mulheres interculturais.

1- Que es Soberania Alimentaria para vocês mulheres interculturais.

Primeiro quando fazemos a colheita, como camponeses dizemos, primeiro vamos garantir a Soberania Alimentar da família e da comunidade e só depois podemos vender, intercambiar em troca com outra família. Partimos desde ai, porque primeiro queremos cuidar a alimentação da família e da comunidade.

Temos uma constituição, mesmo que esteja de acordo com nossas necessidades, mas lamentavelmente no momento que se negociou com a direita, eles conseguiram introduzir o tema dos transgênicos e o tema da segurança alimentar dentro da constituição política do estado. E no transcurso quando nós propusemos a lei 144 – da revolução produtiva agropecuária e comunitária, é como que as organizações sociais não estamos preparadas para enfrentarmos com a direita. Esta vem avançando um passo, dois passos adiante de nós e resulta que aos mesmos companheiros que temos na assembleia eles os compravam e igualmente introduziram os transgênicos e a segurança alimentar.

Tratamos que nosso presidente tenha uma mirada nacional para todos os setores, mas para nosso setor esta difícil de ter um plano nacional para que avancemos mais na produção camponesa, indígena pequena e isto custa muito.

Temos a lei da Madre Tierra, que respeita as formas de como devemos produzir sem químicos, sem transgênicos, mas ha outras leis que estão ao redor que contradizem, e acredito que temos que entrar no debate, porque falta regulamentação das leis. Temos também a lei de produção agroecológica, que diz que os ministérios têm que impulsar. Falamos também do viver bem, e ha organizações que trabalham agroecologico. Exemplo – ha 70 famílias que querem trabalhar agroecologicamente e vem as organizações e os institucionaliza em associação e trabalha com eles. Não estamos de acordo, porque tem que ser mais amplo. Sugerimos as leis das OECAS E OECON. Entendemos a instituição comunitária e os que vem, mesmo as ONGs tem que trabalhar com todos e não somente com um grupo.

As leis de OECAS e OECON trabalham com todos?

Aqui nos dividem, como quando veio a USAID, que nos dividem entre camponeses e indígenas. E que só privilegiam a um grupo. E desde a visão das organizações dizemos que tem que beneficiar a todos ao comunitário. E desde os estados ministérios dizem que vão privilegiar a agricultura familiar, mas ao monocultivo, não respeitam a produção diversificada, porque em nossas hortas semeamos – pepino, tomates, saladas, de tudo, eles dizem fomos fomentar sua produção, que nos dão apoio, sementes e insumos e depois vão dizendo às comunidades o que elas têm que produzir e dizem a esta comunidade somente tomate. E isto nós não acompanhamos. São as contradições que vamos tendo com quem coordena os programas.

SOBRE outros programas.

Antes temos uma lei de apoio a alimentação complementar escolar. Aqui também vamos ganhando espaço como produtores e obriga as comunidades autônomas, as prefeituras e obrigam a compra de ao menos 40% da alimentação. Sobre o tema de lactância materna tem uma revolução. Antes, no período republicano a lactância estava somente relacionada a leite.

Agora mudou muito, dentro da lactância materna recebemos o valor de 1 salário mínimo nacional e temos lácteos, quinua, azeite, arroz, chocolate, iogurte, sucos de frutas. Tudo que produz nas empresas estatais, como a LACTOBOL e outros que produzem em vista do programa. Isto também o tema da quinua que nos vão entregando.

Agora num decreto de governo não é somente as mães que trabalham numa instituição e agora tem apoio com 380 bolivianos desde a gravidez, para apoiar a mãe.

O bônus Juancito Pinto é para as crianças que estão nas escolas que garante que as crianças permaneçam na escola e que em outubro via defesa civil entregam a toda família das escolas públicas e de convenio.

Bolívia um País ainda pobre e com fome. Como vê o tema da fome na Bolívia?

O que eu sinto em minha realidade e em minha família, sinto que há uma estabilidade. Não se pode dizer que as coisas estejam demasiado caras. Agora se sente a economia boliviana mais estável.

Agora, o que há que valorizar o preço ao pequeno produtor. Porque há políticas como agora temos a feira de preços justos do produtor ao consumidor, porém aí simplesmente é o mercado de um dia somente e que vendam barato na cidade. A quem lhes é acessível? Garantem preço barato ao consumidor, mas não ao produtor. Porque seguem comprando barato. Enquanto o supermercado põe o preço que querem, porque dizem que eles sim faturam e emitem impostos e põe o preço que querem. E mesmo num mercado financiado pelo governo municipal põe o preço que querem. E não estamos dando valor a quem produz que levam um tempo até a colheita. Para eu produzir meu tomate tenho que esperar 3 meses, para produzir batatas tenho que esperar seis meses. Por isto temos que ver outras políticas mais para não sei, outras políticas para melhorar o preço do produto para quem o produz.

E a região oriente que produz com agroquímicos para exportação. Como garantir alimento para a cidade desde o campo sem produzir com agroquímicos?

Temos contestado à versão do presidente Evo de que o dia que os camponeses produzirem o suficiente para a cidade ele impediria os agroquímicos e temos dito que eles não podem nos comparar com os latifundiários, porque eles sim têm extensões de terra grande e eles não produzem para a Soberania Alimentar. Eles estão produzindo algodão, soja e não são para a Soberania Alimentar. Não é como a batata, o milho que é para alimentação que todos consumimos.

Houve uma Cumbre Sembrando Bolívia, porque o governo quis sentar o camponês e o empresário para elaborar políticas para a Soberania Alimentar, mas na concepção de querer comparar. Nós nunca podemos dizer que este bem. Eles abriram a fronteira agrícola para seguir produzindo com mais transgênicos, mesmo que não está comprovado que cientificamente cause danos à saúde, e pensam que temos feito resistência. Colocaram 50 a 50% de participação, mas os empresários têm documentos para comprovar ao estado e nós temos deficiências. Até já tivemos ministérios que nos apoiaram, mas hoje já não. Falta até apoio técnico e temos que ver como batalhamos neste sentido.

Não ha mais ONGs que nos defende, mas seguem apoiando o agronegócio. Como se vê isto? O mais triste agora, que ainda não compreendemos o que esta passando, em que a maioria das

terras dos empresários para seguir produzindo mais para exportar e para guardar recursos que inclusive o fazem em bancos no estrangeiro e que nunca regressa a ser investida no País. Eles hoje têm organizado movimentos camponeses para alugar suas terras, lhes pagam e não se dão conta que estão degradando as terras e quando devolverem aos camponeses já esta degradada. Agora é uma estratégia na região de Santa Cruz, que cooptam organizações, inclusive dos interculturais, e alugam suas terras. Estão conseguindo passar como organizados em nossas organizações, infiltrar-se para beneficiar-se de nossas políticas.

E as políticas de reforma agrária que responde para a Soberania Alimentaria
Aqui quase todo esta saneado. O INRA diz que já não há terras para distribuir, que ha setores produtivos e vão dando ao empresariado, e as disponíveis são pantanosas e sem condições nem de estrada. Nos faz falta sentar-nos para debater temas tão profundos. Um tema é o processo de cambio, não vamos trair nosso governo. Diz nos nossos estatutos que vamos estar no MAS, mas não podemos aceitar que privilegiam os empresários. OS empresários não garantem seu voto ao processo de mudança, mas de nossa parte sim podem ter o apoio. Não é chantagem, mas nosso setor precisa de políticas. Existem leis, mas falta chegar nos municípios, nas comunidades.

Ha muitas leis, e a execução destas leis?

Lamentavelmente em cada lei ha um conselho local, departamental, nacional e para funcionar o tema é sempre recursos. Quando elaboramos leis conjuntamente dizemos de quem depende esta lei e este conselho? Como não há recursos, em algum momento o ministério tem que destinar recursos para que funcione. E isto não esta funcionando. EM meu município temos o conselho municipal de produtores agroecológicos, mas com pouco recurso para destinar para isto. Em uma reunião facilmente elegemos, mas como lhes dar vida?

E os programas Empoderar par y

São programas pequenos que sim estão ajudando, que dependem do Ministério de terras, Ha muitos programas que tem técnicos que fortalecem a área produtiva. Em meu município tem 26 programas financiados por recursos externos, de algumas embaixadas, com ONGs, Banco mundial, União Europeia com contraparte dos municípios. E os técnicos vão acompanhar se é viável ou não.

Qual o futuro da Soberania Alimentar para campo e cidade.

Temos que terminar de entender nós os camponeses, que se não nos aliarmos com a cidade, vai ser difícil tornar realidade uma política pública que nos beneficia e aos da cidade. Na cidade tem necessidade de saciar-se e por isto ha que ter uma aliança forte. Agora tem um movimento de consumidores da área urbana e estão com um movimento forte contra os transgênicos e nos buscam aos camponeses. Agora se busca um referente contra os transgênicos e estamos em diálogo. Temos recebido apoio quando nos manifestamos na Cumbre Sembrando Bolívia, mas temos que nos sentar e debater. As vezes mesclamos o tema político e dizem que estamos contra o governo. E temos que cuidar porque nem todos são confiáveis. As vezes por apoiar uma causa, estamos colocando a direita e um monstro que vai se enraizando em nossas organizações e podemos dizer chão governo.

Mas temos que dizer sim que também com a cidade temos que fazer alianças.

O futuro, queria tantas coisas, sonhar dá esperanças para seguir trabalhando, mas há que mudar esta realidade, mais terra, mais apoio a produção, mesmo que temos

questionamento já que no INIAF estão sim estudando as sementes transgênicas e produzindo.

Como mudamos tudo isto? Falamos muito, somos referências para muitos países, mas temos que fazer a roda girar. Precisamos que a CLOC-VC se apropriem as organizações que ali estão e todo trabalho internacional temos que aplicar aqui e defender. Os camponeses não estamos sozinhos, a necessidade é comum de acercar-nos, de apropriar-nos do que já se foi avançando.

Outro tema importante é o de formação dos dirigentes. No Brasil se vê que os camponeses sabem o que fazer e aqui nos falta. Parece que estamos repetindo uma coisa por discurso e não é a prática, e isto não nos tem ajudado. Não somos contra o governo, mas cuidado, a direita está trabalhando por aí e vem uma carinha de socialismo. E agora os empresários até assumindo nosso discurso da Soberania Alimentar e dizem que é deles. Estão falando de segurança com Soberania Alimentar. Mas eles são capitalistas e nunca vão resolver o tema da alimentação. Seu produto que é transgênico não o consomem e procuram produtos naturais. Há governos progressistas, nos países latino americanos e estamos abrindo espaços para transgênicos.

Um irmão camponês me falou- você fala em Soberania Alimentar, mas sabe como produzimos sem utilizar insumos? Se quiserem que produzamos saudável, precisamos de orientação. E os técnicos dizem – coloquem químicos que é mais fácil... E a entrega de sementes aos camponeses desde o ministério de agricultura. Não se perdem qualidades, variedades? Como trabalham a recuperação de sementes? Já nos entregaram por exemplo sementes de arroz, muito distinto do que se produz em nossa região e se perdeu muito. Tínhamos um grão melhor, maior, agroecológico.

Espero que esta realidade mude, sonho com isto. Sonho com melhores escolas, saúde, moradia, a serviços básicos. A experiência que o Brasil tem de agroecologia (no assentamento LAPA, PR) que visitou e a experiência de venda da produção, queria que tivéssemos em nosso País o mesmo.

Entrevistado nº 5 - RODOLFO QUISPE (gravada e transcrita)

Dirigente nacional da Organização Interculturais de Bolívia

1- Que es para ti la Soberania Alimentaria, como você ve o tema na Bolívia?

Aqui em Bolívia falamos de diversas soberanias, a anos tratamos disto. Soberania da alimentação, trabalham os constituintes desde que começamos a organizar o tema constitucional. Estes tempos a FAO colocou o tema da Soberania Alimentar, Via Campesina também. E nós estudamos o tema sob diversas óticas. E já esta na constituição como um guarda-chuva. Abaixo nós trabalhamos a revolução política alimentar, que tem 53 artigos e um deles fala da Soberania Alimentar.

Aqui quando nos perguntamos como vamos nos alimentar, como nos alimentamos, perguntamos a nossos avós que tiveram Soberania Alimentar, em tempos que não tinha coca-cola. E lhes perguntamos, como vocês vieram anos, séculos alimentandos e sem fome e lhes perguntamos como temos que nos alimentar.

Nós fizemos muitos eventos como Interculturales, camponeses, as Bartolinas, fizemos cumbres sobre o tema e se falarmos em Soberania Alimentar, temos que falar sobre terra. Se não tivermos terra não podemos falar de Soberania Alimentar. Fizemos diversas cumbres e daí surgiu a proposta com os muitos deputados que são nossos, fizemos seminários nos municípios, nas comunidades, e levamos mais de dois anos com as diversas organizações.

A ideia saiu com uma equipe de trabalho com deputados, ministérios e organizações sociais, e dois meses, dia a dia, noites, madrugadas, encerrados propondo a lei produtiva. Trabalhamos artigo por artigo, o tema terra, o tema alimentação.

Um dos artigos faz uma demanda aos municípios que tem que trabalhar mais o tema da Soberania Alimentar e lhes dá mandato aos governantes de aplicar a lei. Temos já 4 anos e nos falta ainda pontuar temas como o de terras, que tem que estar nas mãos dos camponeses. Com isto vamos complementar a Soberania Alimentar.

E há recursos destinados a Soberania Alimentar?

Cada afiliado camponês que tem sua parcela para produzir e assim demandar um projeto na comunidade. Há recursos de desenvolvimento, do fundo indígena e outros que há que demandar. Há programas de desenvolvimento rural e justamente nosso governo se guia nos 13 pontos e um deles é a Soberania Alimentar. Até 2025 queremos chegar a ter Soberania Alimentar e ter alimentação suficiente para todo mundo. Há municípios que já trabalham temas agroecológicos, cacau, café, quinoa pensados para comércio internacional.

Mas temos irmãos que também produzem milho, soja também para exportar, e alguns transgênica.

Na região de Santa Cruz – há o agronegócio, mas há uma luta dos companheiros interculturais e camponeses que estão tomando terra. Mas estão conscientes que devem trabalhar com agricultura que não seja transgênica e com venenos.

Em Bolívia há muita migração campo a cidade. Como garantir a alimentação?

Antes havia sim migração, de jovens. Um fator é a tecnologia que chegou na Bolívia, especialmente o celular que chegou em 1994, que não havia no campo e muitos jovens foram para a cidade para estudar e por conta da tecnologia. Mas agora já chega no campo o sinal de comunicação e dizem que também vai chegar a luz e a comunicação. Para 2025 tem o projeto zero velas e tem que chegar a luz, a estrada asfaltada, a internet e aí pode ser a solução. Também chegam muitas rádios comunitárias, a televisão e pode ser o retorno ao campo e isto pode ser o avanço.

E o tema da Soberania Alimentar na cidade. Como resolver?

- Queremos chegar a isto, primeiro alimentar nossos irmãos bolivianos. Não passamos de 11 milhões, temos muitas terras fiscais e chegando a tecnologia que chega no Campo vão trabalhar. Antes migrávamos por isto.

Entrevistado nº 6 – RODOLFO MACHACA (enviado por email)

1.- la soberanía alimentaria es una lucha de los movimientos Campesinos e indígenas, como la Vía Campesina. ¿Qué significado tiene para mí como dirigente campesino?

La soberanía alimentaria resume la lucha campesina en el mundo y en América Latina, por eso nuestras organizaciones matrices VIA CAMPESINA, CLOC, nuestras organizaciones nacionales apostamos a la soberanía alimentaria como la síntesis de la lucha por una agricultura campesina, la defensa de la tierra y el territorio, el derecho a los recursos naturales, a nuestras semillas y finalmente a nuestra cultura y nuestra identidad indígena campesina.

La soberanía alimentaria no es un simple sinónimo de la seguridad alimentaria, tiene elementos políticos, culturales y es la agenda de lucha para salir de la crisis y salvar al país con una diversificación de la economía y ejercer la soberanía alimentaria.

2.- sigue el hambre en el mundo, también en Bolivia. ¿Como la Soberanía Alimentaria puede acabar con esta hambruna mundial?

Los problemas estructurales que nos afecta como campesinos aún no han sido resueltos:

- La migración campo ciudad, solo el 25 % de la población vive en el campo mientras que el 75% ha migrado a las ciudades aumentando la pobreza y desocupación.
- Desde el neoliberalismo seguimos con un modelo de producción basado en la agroindustria y el arrinconamiento de la agricultura campesina
- Históricamente, la inversión pública que se destina al sector agropecuario es muy baja, 7% en el nivel nacional, 20% en las prefecturas hoy gobernaciones, 3% en los municipios
- ¿El Cambio climático nos castiga con más rigor a los campesinos, en todo el país los desastres naturales son frecuentes, quienes pagan? Nuestros cultivos y nuestros animales.
- El contrabando sigue siendo nuestro enemigo mayor, todo es papa, tomate, fruta peruana, chilena, brasilera y aumentan las importaciones y subsidios para otros alimentos como el arroz, el azúcar.
- Ni que decir de la Burocracia institucional, hay técnicos en los ministerios, en las oficinas de las gobernaciones, pero en la chacra de los campesinos nada, un técnico para 3 municipios, así no vamos a lograr soberanía alimentaria.
- Finalmente, no hay conciencia para consumir lo nuestro, seguimos con la comida chatarra importada.

Los campesinos seguimos subvencionando con nuestras manos y nuestras tierras la producción campesina. No hay ningún incentivo directo a la producción campesina, hemos propuesto el bono a la producción Tupac Katari como transferencia directa a la producción

3.- Que avances tenemos en Bolivia después de la ley 144 y ecológico (Soberanía Alimentaria)? ¿Que se ha hecho desde el estado y desde las organizaciones sociales?

Hemos hecho de legisladores, los campesinos hemos hecho la ley 144. peleando con los transgénicos pero igual nos han metido ...hay avances en el seguro y algunos programas pero la ley es una revolución y necesita operar con 25 decretos principalmente CON FINANCIAMIENTO PARA LA AGRICULTURA CAMPESINA el Fondo Concurrente Departamental y el Fondo Crediticio Comunitario RIEGO, bancos de semillas. Hasta ahora solo tenemos como 10 decretos y ni un centavo para la agricultura campesina.

Las organizaciones hemos presentado desde la primera cumbre que se hizo en Tarija en el 2010 hasta la última de abril en Santa Cruz nuestras propuestas, solo los agroindustriales han salido ganando con la ampliación de la frontera agrícola que se ha doblado y la ampliación de la FES...nosotros estamos esperando que se cree una gran estrategia para la agricultura campesina,

4.-el agronegocio produce con insumos, con agro tóxicos, con monocultivos. Cuál es la diferencia entre agronegocio y producción campesina?

CATEGORIAS	AGRICULTURA MODERNA	AGRICULTURA CAMPESINA
ORIGEN	A PRINCIPIO DEL SIGLO XX CON LA MANIPULACION GENETICA DEL MAIZ, SE INTENSIFICO CON LA ELEVADA PRODUCCION DE FERTILIZANTES PRODUCTO DE SOBRA DE MUNICIONES DE LA 2ª GUERRA MUNDIAL QUE DIO LUGAR A LA REVOLUCION VERDE . EN BOLIVIA SE INTENSIFICO CON EL PLAN BOJAN EN 1950 "LA MARCHA HACIA EL ORIENTE"	LA AGRICULTURA EN LOS ANDES APARECIO ENTRE 8 MIL Y 15 MIL AÑOS ANTES DE NUESTRA ERA (CARDICH Y OTROS)
ESUELAS	PAQUETES TECNOLOGICOS/ ENFOQUE DE CADENAS	AGRICULTURA ECOLOGICA
MOTIVACION	OPORTUNIDAD PARA GENERAR RIQUEZA	CENTRO DE LA VIDA MISMA
SUJETO	INDIVIDUO/ EMPRESA	FAMILIA/ COMUNIDAD
SUSTENTO	MONOCULTIVO	CRIADORA DE BIODIVERSIDAD
ORGANIZACIÓN	PRODUCTIVIDAD CON DESTRUCCION DE LA MADRE TIERRA	GESTION INTEGRAL DEL TERRITORIO MANTENER UN EQUILIBRIO ECOLÓGICO
CONTROL DE LA TIERRA, AGUA Y BOSQUE	PRIVATIZADO	CONTROL LOCAL MANEJADO POR LA COMUNIDAD
ACCESO A LA TIERRA	MERCADO DE TIERRAS/ LATIFUNDIRIO Y EXPROPIACION DE LOS TIOCS	TERRITORIO ANCESTRAL Y PROCESOS DE REFORMA AGRARIA PARA RECUPERAR SUS TERRITORIOS
SEMILLAS Y OGM'S	Son una mercancía a ser patentada y manipulada genéticamente para lograr mayor producción	Una herencia común de los pueblos para la vida
TECNOLOGIA	Moderna, monocultivo, enfoque de cadenas productivas	Saberes propios, practicas locales, métodos agroecológicos
DESTINO DE LA PRODUCCION	EXPORTACIÓN	CONSUMO LOCAL/ SOBERANIA ALIMENTARIA
TRANSFORMACION	INDUSTRIAL Y PRIVADA	ARTESANAL Y ESCASA
COMERCIALIZACION	EXPORTACIÓN	CONSUMO LOCAL/ SOBERANIA ALIMENTARIA

5.-cual será el futuro d la soberanía alimentaria. ¿Tendrá un camino o futuro por medio del mercado? ¿O como debería ser en nuestra visión campesina el futuro d la soberanía alimentaria?

Sin agricultura campesina no hay soberanía alimentaria, si seguimos apostando a la agroindustria va haber plata por las exportaciones, pero esta se va a manos de los empresarios no va a la boca de los bolivianos. Hay que trabajar en las dos líneas, para la soberanía alimentaria con agricultura campesina...si desarrollamos esto, aseguramos empleo y que las familias vuelvan al campo, también podemos exportar a otros países que están hambrientos de productos sanos y naturales

Por otro lado, está bien que se trabaje para la agroindustria, pero el corazón tiene que ser el consumo nacional